

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 13, 2010

Arte de Capa: *Arte em Aquarela, Regina Carmona*

Diagramação da Capa: *Publiara*

Agência Escola de Publicidade e Propaganda da Uniará

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 13, 2010

ISSN 1516-8182

Esta publicação reúne em sua maior parte produtos de projetos de pesquisa financiados pelo CNPQ.

O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA.

Rua Voluntários da Pátria, 1309 – Centro – Araraquara-SP
CEP: 14801-320 – Fone (16) 3301-7126
Home-page: www.uniara.com.br/nupedor
Email: nupedor@uniara.com.br

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 13, 2010

PUBLICAÇÃO DAS EQUIPES DAS PESQUISAS

Assentamentos Rurais x Desenvolvimento: integração, diversificações, contrapontos e complementaridades

Relações de Gênero e Iniciativas de Outro Modelo de Desenvolvimento: análise da participação das mulheres em assentamentos rurais

PESQUISADORES:

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da UNESP – Araraquara

Luís Antônio Barone

Professor do Departamento de Planejamento da FCT/UNESP – Presidente Prudente

Luiz Manoel de Moraes Camargo Almeida

Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente da UNIARA e da UFG

Oswaldo Aly Júnior

Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – UNIARA

EQUIPE DE BOLSISTAS:

Ana Flávia Flores

Daniel Tadeu do Amaral

Daniele Torres Aro

Henrique Carmona Duval

Silvani Silva

Thauana Paiva de Souza Gomes

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO:

Coordenação: Henrique Carmona Duval

Editoração eletrônica: Lívia Nunes

Traduções: Silvana Palma

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA – UNIARA

Prof. Dr. Luiz Felipe Cabral Mauro

Reitor

Prof. Flávio Módolo

Pró-Reitoria Acadêmica

Fernando Soares Mauro

Pró-Reitoria Administrativa

Prof. Dra. Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Meio Ambiente – UNIARA

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dra. Delma Pessanha Neves

Prof. Dra. Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

Prof. Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

Prof. Dra. Leonilde Sérvo de Medeiros

Prof. Dra. Maria Aparecida Moraes Silva

Prof. Dra. Maria Edy Chonchol

Prof. Dr. Oriowaldo Queda

Prof. Dra. Sônia Maria Pessoa Pereira Bergamasco

RETRATOS DE ASSENTAMENTOS

Número 13, 2010

Retratos de Assentamentos. Araraquara-SP, 2010. N.º 13, 320 p.
Publicação periódica do Nupedor/UNIARA: Araraquara-SP.
ISSN 1516-8182

SUMÁRIO/CONTENTS

APRESENTAÇÃO/PRESENTATION11

**CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE
ASSENTADOS NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006/
CHARACTERISTICS OF THE SETTLERS' SETTLEMENTS
ACCORDING TO THE 2006 BRAZILIAN AGRICULTURAL
CENSUS**

Angela Kageyama

Sonia Maria P.P. Bergamasco

Julietta Aier de Oliveira31

**EXPANSÃO AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR
NO BRASIL: O QUE OS DADOS DO CENSO DE 2006
REVELAM?/AGRICULTURAL EXPANSION AND FAMILY
AGRICULTURE IN BRAZIL: 2006 CENSUS RESULTS**

Pedro Ramos75

**ASSENTAR SEM TERRA OU FORTALECER AGRICULTORES
FAMILIARES?/ENABLING THE SETTLEMENT OF LANDLESS
PEOPLE OR STRENGTHNING FAMILY AGRICULTURE?**

Carlos E. Guanziroli107

**AS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS EM SÃO PAULO:
POR UM BALANÇO DA TRAJETÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS
EM DISTINTAS REGIÕES/POLICIES TOWARDS EXISTING
RURAL SETTLEMENTS IN SÃO PAULO: EXPLORING THE
TRAJECTORY THROUGH THE EXPERIENCES IN DIFFERENT
REGIONS**

Luís Antonio Barone

Vera Lúcia S. Botta Ferrante117

**O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM
PERSPECTIVA: APONTAMENTOS E QUESTÕES PARA O
DEBATE/FOOD ACQUISITION PROGRAM (PAA) IN
PERSPECTIVE: QUESTIONS AND DISCUSSION TOPICS**

Catia Grisa

Claudia Job Schmitt

Lauro Francisco Mattei

Renato Sergio Maluf

Sergio Pereira Leite137

**POLÍTICAS PÚBLICAS: MEDIAÇÃO E GESTÃO DE
DEMANDAS SOCIAIS/PUBLIC POLICY: MEDIATION AND
MANAGEMENT OF SOCIAL DEMANDS**

Delma Pessanha Neves171

**BIODIVERSIDADE E REFORMA AGRÁRIA: UMA
EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NA REGIÃO CANAVIEIRA
DE RIBEIRÃO PRETO, BRASIL/BIODIVERSITY AND LAND
REFORM: AN AGROECOLOGICAL PRACTICE IN THE
SUGARCANE GROWING REGION IN RIBEIRÃO
PRETO, BRASIL**

Luiz Octávio Ramos Filho

Tamás Szmrecsányi

João Batista Rossetto Pellegrini207

**REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM
ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO EM RIBEIRÃO
PRETO-SP/LAND REFORM AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT: A CASE STUDY OF THE DIFFICULTIES
WITH THE CONSTRUCTION OF AN AGROECOLOGICAL
SETTLEMENT IN RIBEIRÃO PRETO-SP**

José Cláudio Gonçalves

Rosemeire Aparecida Scopinho239

**O CAMPO-CIDADE-CAMPO REPRESENTADO NO
ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO/MIGRATION
MOVEMENT FROM COUNTRYSIDE TO CITY AND FROM
CITY TO COUNTRYSIDE REPRESENTED IN THE
SETTLEMENT DOM TOMAS BALDUINO**

Taísa Marotta Brosler

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco263

**ENTRE A PARCERIA E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA: A
RECONSTRUÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O SEU VIVER/
IMPROVING LIVELIHOODS THROUGH STRATEGIC
PARTNERSHIPS AND AGRICULTURAL DIVERSIFICATION:
HELPING SETTLED WORKERS REBUILD THEIR LIVES**

Reginaldo Barbosa

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante

Henrique Carmona Duval285

APRESENTAÇÃO

Organizar, a cada ano, um novo número de Retratos de Assentamentos, tem sido, para nós, tarefa extremamente gratificante. A força e o esforço do movimento social que impulsiona a luta pela terra de trabalho no Brasil estimula e exige nosso empenho na divulgação dos estudos que acompanham, registram e avaliam seus resultados. O compromisso deste periódico é dar espaço à produção científica decorrente. O nº 13 dá continuidade à política editorial adotada no nº 12. Pesquisadores especialistas de outros centros universitários aceitaram nosso convite e desafio de escrever sobre bloqueios e perspectivas das experiências de assentamentos rurais. Apesar desta bem-vinda ampliação, o nº 13 do Retratos mantém a tradição de apresentar à crítica produtos de investigações feitos em colaboração com jovens pesquisadores, mestrands, doutorandos, que vêm alimentando nossa sementeira nesta temática, rica, apaixonante e desafiadora. É esta fértil combinação que tem feito de Retratos um convite ao debate e reflexão continuados.

Os processos complexos investigados e as esperanças que neles renascem são poderosos motivadores para manter a periodicidade e a qualidade dos artigos que nos enviam é constante e cada vez melhor, aumentando também a diversidade dos temas abordados.

Retratos de Assentamentos se definiu, ao longo do tempo, como um periódico especializado que coloca seu foco em uma área de pesquisa que concentra e faz crescer o conhecimento científico sobre uma política pública das mais importantes do país: a política de assentamentos de reforma agrária. E paradoxalmente (ou não) o que poderia ser uma limitação - a redução dos colaboradores e os temas repetitivos no campo da Sociologia e/ou da Economia - provocou a abertura de amplo leque de possibilidades de abordagens, derivadas da interdisciplinaridade que brota naturalmente do aprofundamento da percepção quando os pesquisadores contemplam a diversidade de territórios construídos na luta pela terra e buscam desvendar os processos humanos derivados dessa luta e as infinitas relações produzidas na retomada do contato com a natureza.

É na re-construção de vidas dilaceradas por dolorosas trajetórias anteriores que os estudiosos procuram compreender os seres humanos em suas relações com o meio ambiente e em suas lutas para re-inclusão no sistema, reconquista da sociabilidade e re-produção da vida através da produção do alimento com o qual garantem o Direito à Vida para suas famílias.

Este número de Retratos amplia ainda mais essa visão, com textos que

falam de novos lugares conquistados pelos assentados nos levantamentos censitários, dos bloqueios e perspectivas das políticas públicas e sugerem metodologias inovadoras. Ainda mais, apresenta reflexões sobre o fato do Censo Agropecuário de 2006 ter, pela primeira vez, apresentado dados sobre territórios e sujeitos dos assentamentos, oferecendo subsídios para se analisar rotas de colisão ou possíveis aproximações entre políticas públicas recentes e perspectivas de efetivação de uma talvez "nova", mas inegavelmente necessária, reforma agrária.

Falar em reforma agrária é falar de produção, desenvolvimento, justiça, democracia... Mas não só! As pesquisas sobre o tema se mostram a cada dia mais abrangentes, desvelando a importância política da luta pela terra, que se reflete no crescimento da produção científica sobre assentamentos rurais. Ou seja, estudar essa temática é hoje fazer pesquisa de ponta no Brasil e produzir conhecimento, conhecimento este que é comprometido com os problemas sociais, dentro de um campo no qual se avança para a transdisciplinaridade (tal como proposto por Edgard Morin) e através do qual se vislumbram esperanças de respeito à natureza, justiça social e cidadania plena para os pobres do campo.

Os textos aqui reunidos sugerem ou expressam muitas dessas esperanças. São dez textos, quase todos trabalhando em interações entre diferentes áreas do conhecimento, estimulando um diálogo multidisciplinar. Este número encerra um ciclo - o da periodicidade anual, desafio nada fácil, ainda que instigante - e dá boas vindas a uma mudança desejada há tempo: a transformação do periódico Retratos de Assentamentos em uma publicação semestral. O número 13, preparado com especial cuidado, apresenta ao leitor balanço dos assentamentos enquanto políticas públicas, o significado de terem sido superadas barreiras das estatísticas oficiais da agricultura, a partir do reconhecimento de um lugar para os assentados e agricultores familiares nos censos e os contrapontos com a agricultura patronal. Ainda mais, enriquecedores estudos de caso cumprem a função de aprofundar e ir além das leituras sugeridas por uma visão convencional de agricultura, apreendendo as imponderáveis dimensões da vida social.

Na primeira parte, **Assentamentos e Desenvolvimento: o "lugar" no censo e as perspectivas de políticas públicas**, os textos apresentam balanços, discutem limitações e avanço dos censos, coloquem em debate as políticas públicas. Na segunda parte **Assentamentos e Desenvolvimento: a diversificação em estudos de caso**, são resgatadas experiências empíricas, o que vem ao encontro dos analistas que apresentam os estudos de caso como perspectivas de aprofundamento das pesquisas sobre assentamentos rurais.

No primeiro texto, **Caracterização dos Estabelecimentos de Assentados**

no Censo Agropecuário de 2006, Kageyama, Bergamasco e Oliveira fazem uma análise enriquecedora das tendências apontadas pelo censo agropecuário de 2006. Descrevem a situação dos assentamentos rurais, segundo a produtividade, nível educacional dos assentados, composição da renda e tecnologia agropecuária, dentre outros aspectos, comparando os dados dos assentamentos com o total dos estabelecimentos agropecuários e com a agricultura familiar. Algumas importantes reflexões que as autoras trazem são que, apesar da precariedade das condições em que são instalados e da falta de apoio de políticas específicas, os assentamentos parecem estar reproduzindo o padrão médio da agricultura brasileira (com as devidas variações e exceções regionais) e reconstruindo as bases da vida social no meio rural brasileiro.

Apesar das limitações dos dados censitários devido à definição restrita de estabelecimento de assentado, foi possível confirmar as tendências apontadas pelos diversos estudos de caso disponíveis. A principal conclusão do trabalho é que os assentados não constituem uma "categoria à parte" ou "enclaves" na estrutura produtiva ou apenas "bolsões de pobreza": ao contrário, para a maioria dos indicadores de distribuição fundiária, formas de produção, tecnologia, mercantilização e produtividade, os assentados são semelhantes à média geral dos estabelecimentos agropecuários, ressalvada obviamente a diferença de escala.

Tais considerações são feitas a partir de uma contextualização do papel e dos rumos da reforma agrária nos governos de FHC e de Lula e das restrições institucionais encontradas que prejudicaram em muito as políticas de desenvolvimento para os assentamentos. Com tais restrições, o que esperar do lugar atribuído aos assentamentos no censo de 2006? Cabem algumas reflexões. Dez anos antes, a partir de uma demanda do Incra/Ministério de Política Fundiária, os dados do I Censo Nacional da Reforma Agrária ressaltaram a heterogeneidade das situações em todos os indicadores socioeconômicos utilizados e chegaram a um resultado de 254.173 famílias assentadas, valor que foi considerado superestimado.

Certamente, a construção e realização deste censo tiveram uma importância que foi além dos resultados obtidos em termos de agregação dos dados ou das dificuldades operacionais enfrentadas neste processo. O I Censo Nacional dos Assentados foi, sem dúvidas, uma inequívoca expressão do reconhecimento da legitimidade da reforma agrária, o que não isenta tal processo de tensões, lutas e

disputas entre projetos políticos diferentes.

A leitura de um censo, encarado como radiografia de relações dos processos sociais, tem que ser adaptada à realidade extremamente mutável dos assentamentos. Não permite em si mesma, a compreensão da complexidade constitutiva de tais processos.

Os dados do censo de 2006 reconhecem, em parte, a diversidade de processos sociais presentes na origem e na situação atual dos assentamentos.

O Censo de 2006 investigou, além das categorias tradicionais dos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, duas novas categorias de produtores: os agricultores familiares definidos segundo a Lei 11.326 e os assentados sem titulação definitiva da terra. Além disso, separou a categoria "produtor sem área", referindo-se aos empregados residentes em estabelecimentos que tinham produção própria, porém em área sujeita à administração do produtor/proprietário.

Em relação aos levantamentos anteriores, o censo de 2006 avança por reconhecer que os assentamentos incluem em suas classificações as categorias familiar e não familiar, cuja soma corresponde ao universo dos estabelecimentos agropecuários, assim como as categorias de assentado e ocupante, as quais dizem respeito à condição do produtor em relação às terras.

A característica mais forte dos estabelecimentos de assentados sem titulação, em comparação com os estabelecimentos agrícolas em geral, é a sua baixa produtividade: diferentemente da agricultura familiar considerada como um todo, ou mesmo do universo dos ocupantes, os assentados não conseguem compensar a baixa produtividade do trabalho com maior produção por unidade de área. Apesar do maior número de pessoas ocupadas por hectare nos assentamentos, o valor da produção obtido é geralmente menor que na média dos estabelecimentos, o que pode ser conseqüência de que muitos assentamentos foram instalados em áreas de pior qualidade para a produção agrícola. O padrão tecnológico e as práticas agrícolas nos assentamentos não diferem do "modelo produtivista" adotado no restante do país. A adoção de práticas como agricultura orgânica e métodos alternativos de controle de pragas ainda é incipiente na agricultura brasileira; o preparo do solo com cultivo mínimo e plantio direto é mais frequente, mas ainda francamente minoritário, tanto em geral como nos assentamentos em particular.

As autoras concluem que o principal avanço possibilitado pelo censo do IBGE foi, além de ter fornecido informações sobre o universo de produtores dos assentamentos – anteriormente diluídas e praticamente inexistentes – o fato de ter sido traçado um panorama nacional das características e das condições da produção agropecuária desse grupo, sugerindo por outro lado, o aprofundamento dos estudos em áreas específicas. Recomendação absolutamente necessária se as pesquisas se propõem a apreender a heterogeneidade de situações regionais dos assentamentos.

No artigo **Expansão Agropecuária e Agricultura Familiar no Brasil: o que os dados do Censo de 2006 revelam?**, de autoria de Ramos, são analisadas a evolução da agropecuária e a estrutura fundiária brasileira, destacando a ausência de Reforma Agrária.

Destaca as recentes iniciativas em prol da agricultura familiar e, utilizando os dados do censo agropecuário de 2006, argumenta – em contraposição a outra visão – que está posta a possibilidade de ampliação e de melhorias nas políticas públicas voltadas àquela agricultura, como base para a construção do desenvolvimento sustentável e para a conciliação da produção de alimentos com a de biomassa para biocombustíveis (etanol e biodiesel), tanto para atender as necessidades do mercado interno como do externo.

O autor faz uma análise histórica com base nos dados dos censos agropecuários de 1960, 1970 e 1985, mas utiliza também dados do censo agropecuário de 2006 e as recentes iniciativas em prol da agricultura familiar. Destaca as diferenças dos indicadores da agricultura familiar quando comparados aos da agricultura patronal. Além disso, por trás da denominação "não vendeu", chama atenção para o produto estocado para venda futura como para o autoconsumo, situação não destacada nos levantamentos anteriores.

Igualmente, permite um olhar atento às lavouras que apresentam maiores participações de áreas de colheita com menos de 50 hectares, dentre as quais feijão, mandioca, banana, uvas, fumo e mamona.

Há outros dados significativos a serem considerados:

Convém chamar a atenção para aqueles que mostram: a) a diferença entre os valores por pessoal ocupado. Isto provavelmente decorre do fato de que a agricultura patronal utiliza sistemas produtivos que ocupam menores números de pessoas e que acabam implicando em maiores custos e, portanto,

maiores valores. Já no caso da agricultura familiar, pode ocorrer que os agricultores acabem por não registrar os valores de todos os bens que conseguem obter, principalmente aqueles que se destinam ao consumo familiar, o que está geralmente associado à sua produção mais diversificada; b) a diferença entre os valores por hectare deve decorrer principalmente do fato de que os agricultores familiares acabam dedicando-se mais aos hortifrutigranjeiros, ou seja, a bens que geram maior renda por unidade de área. (...)

O café apresenta-se, ao contrário do que ocorria no passado, como um produto cuja participação da agricultura familiar é marcante. Mas o destaque cabe para os casos dos leites, das carnes de ave e de suínos, bem como para os dos feijões e da mandioca.

A importância da agricultura familiar parece ter incomodado a Federação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que organizou um evento no congresso Nacional para criticar o Censo Agropecuário 2006, utilizando o enquadramento ou não dos produtores rurais no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) como critério para fazer uma apresentação distinta dos dados do próprio Censo.

Se o futuro das políticas agrárias está em aberto, parece incontestável que o crescimento da agricultura patronal (uma política mais vinculada ao MAPA) se faz em detrimento da agricultura familiar e à ação fundiária no âmbito do MDA, ou seja, de um apoio que poderia ser maior para produtores familiares e em benefício da produção de alimentos para o mercado interno e da sustentabilidade da agricultura.

Certamente, são pertinentes as conclusões do autor de que o Brasil, na passagem do século XX para o XXI passou a buscar respostas para um novo desafio produtivo: o de produzir, simultaneamente, alimentos e biocombustíveis. Conclusões que reforçam a importância da política de segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável estarem dentre as prioridades para o enfrentamento à desigualdade da distribuição da renda e da riqueza nacionais.

Por outra porta de entrada, Guanziroli em **Assentar Sem Terra ou Fortalecer Agricultores Familiares?** discute consequências da política (ou falta de) para os assentamentos, retomando conclusões de um estudo anterior (Novo Retrato da Agricultura Familiar, de 2001), no qual apresenta um retrato de sinais de esgotamento do modelo de assentamentos em função da ausência de assistência técnica, desistências e revenda de lotes, excessivo coletivismo em algumas regiões,

problemas na seleção dos candidatos, ausência de uma estratégia de comercialização dos produtos, falta de titulação dos lotes dos assentados e alto custo de investimentos por famílias, mas sem retorno aos cofres públicos.

Igualmente, descreve tentativas que o Estado lançou mão: Projeto Lumiar (solução parcial e "inovadora" para o problema da assistência técnica, por agrupar as ONG's ao sistema tradicional de ATER), PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, um passo adiante na questão da comercialização), Cédula da Terra e o Crédito Fundiário, apresentados para enfrentar a falta de titulação e o pagamento pela Terra.

Conforme pode se ver nos dados do Censo de 2006, a agricultura familiar aumentou sua participação no Valor Bruto da Produção de 37,9% em 1996 para 40,03 em 2006, sendo que em algumas regiões este aumento foi ainda maior, como no Norte onde aumentou de 58,26% para 69,40% e no NE de 42,98 para 51,93 % da produção agrícola inteira da região.

Segundo o autor:

O fato de a agricultura familiar ter aumentado sua participação percentual nos dez anos de maior evolução do agronegócio no Brasil demonstra que este setor, além de produzir alimentos, está integrado nas cadeias produtivas do agronegócio de forma efetiva e crescente.

Para a chamada reforma agrária, ou melhor, política de assentamentos do INCRA, sobrou uma participação marginal dentro da estratégia mais ampla de desenvolvimento rural baseada na política de territórios. No território pode haver componentes de política de terras, não necessariamente via desapropriação, terra, crédito, infra-estrutura, A prioridade que se dá a cada um deles, vai depender do diagnóstico que se faça das necessidades da região e dos determinantes de desenvolvimento que se estimem.

Descentraliza-se assim a política agrária, que agora passa a se apoiar nas instituições da sociedade civil (ONGs, etc) e na política de territórios.

Face à situação atual, às controversas sobre as observações acima elencadas e à pergunta: o Brasil tem hoje política agrária, as conclusões do autor são otimistas quanto à linha de crédito para os agricultores familiares, ao enfrentamento dos gargalos da comercialização, à constituição dos programas de melhoria de infraestrutura, mas ainda questiona o perfil da assistência técnica oferecida aos assentados rurais. Cabe ressaltar que o artigo procura desmitificar os argumentos utilizados para negar a existência de uma política agrária no Brasil e, nesse sentido,

oferece ao leitor, fortes elementos da polêmica subjacente ao desenvolvimento dos assentamentos.

Em **As políticas de assentamentos em distintas regiões paulistas: por um balanço da trajetória de assentados e assentamentos**, Barone e Ferrante fazem um balanço das experiências implantadas em duas regiões diferenciadas do estado de São Paulo, a de Araraquara (centro-nordeste do estado) e a do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do estado). Avalia-se a eficiência (ou não) de políticas públicas específicas para esses produtores, patrocinadas pelos governos federal e estadual em parceria com os municípios. A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

São extremamente interessantes as considerações dos autores sobre as influências das vocações regionais nos rumos dos assentamentos. Impasses econômicos são detectados nas problemáticas situações de parcerias com o complexo canavieiro, mais presente na região de Araraquara. Neste espaço, as trajetórias produtivas dos assentamentos têm mostrado complementaridades e contrapontos entre uma mal resolvida - política e juridicamente - integração aos referidos complexos e expressivas manifestações de diversificação agrícola.

Os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua "opção" pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra e pela expectativa de terem um rendimento fixo, proveniente da cana. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa, num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos.

No presente, o ciclo da cana mostra fissuras expressas nas desistências de parcerias nos núcleos de Araraquara e na tendência a sua finalização no Pontal do Paranapanema. Neste território, o projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do estado – Cocamp (Cooperativa de Comercialização

e Prestação de Serviço aos Assentados de Reforma Agrária no Pontal) - sofreu solução de continuidade por problemas de má gestão e acabou sendo praticamente esvaziado.

Mais recentemente, através de programas ligados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial/MDA, os assentamentos do Pontal passam a contar com a instalação de inúmeros tanques resfriadores de leite, o que tem proporcionado uma maior autonomia aos produtores.

Dilemas ou expressões da trama de tensões se desdobram no campo político, através da descontinuidade das associações e/ou cooperativas e enfrentam diferenças significativas a partir do papel que os assentamentos têm na gestão pública municipal. A conclusão dos autores aponta para a dificuldade de respostas definitivas na discussão das tendências dos assentamentos rurais e faz um importante alerta: a população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo.

Limites e possibilidades das políticas agrícolas são abordados em **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Perspectiva: Apontamentos e questões para o debate**. Grisa, Schmitt, Mattei, Maluf e Leite discutem o referido programa no âmbito da agricultura familiar, da segurança alimentar e nutricional. Fazem um balanço minucioso de uma importante política pública que toca ou tangencia os assentamentos de reforma agrária.

São apontados os aportes do PAA à alteração na matriz de produção e consumo tanto das unidades familiares produtoras dos alimentos quanto das beneficiárias; os efeitos sobre os preços dos produtos agroalimentares, a renda dos agricultores familiares e a emergência de novos mercados e; as implicações para o empoderamento dos atores sociais e de suas organizações.

Problemas na divulgação do programa, dificuldades para chegar até as famílias em maior vulnerabilidade social, problemas operacionais e logísticos põem em questão a relação entre necessidades dos agricultores e o tempo de execução das políticas públicas.

Estimativas para 2010 indicam que o número de agricultores familiares beneficiados pode chegar a 213.114, bem acima da média dos anos anteriores. Considerando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil,

o PAA beneficiaria 4,95% deste total em 2010, um número modesto pela importância que esta política pública possui em relação à agricultura familiar.

A sinalização de que o PAA tem contemplado principalmente os agricultores familiares mais capitalizados aquece o debate sobre entraves e eficácias das políticas públicas. A perspectiva de restauração da policultura, a diversificação da produção agrícola com os recursos do PAA podem ser consideradas como contribuições para viabilizar um outro modelo de desenvolvimento rural, no qual ganham destaque o incentivo e a revitalização de alimentos regionais, a melhoria da qualidade da produção para o autoconsumo das unidades de produção. Tais fatores, alimentados pelo PAA podem fortalecer a autonomia dos agricultores familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar.

Além da diversificação estimulada por algumas modalidades, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais.

Há casos emblemáticos neste sentido, em que toda produção adquirida pelo Programa é produzida de maneira agroecológica (casos do PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas, Rio Grande do Sul). O resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos culturais permitem uma certa associação entre o PAA e o resgate do ethos camponês.

Consequências saudáveis no padrão alimentar das crianças em idade escolar, amparadas pela Lei n.º 11.947 que determina que, no mínimo, 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de produtos diretamente da agricultura familiar da região permitem que o PAA cumpra importante papel na demonstração da viabilidade da compra direta dos agricultores familiares.

A perspectiva de articular a produção de alimentos ao consumo local, o respeito ao saber-fazer das comunidades permitem associar o PAA a um possível elemento alavancador de outro modelo de desenvolvimento rural, igualmente apontando como fator facilitador de arranjos institucionais nutridos pelo capital social. Os autores fazem um rico inventário das perspectivas e limites do PAA, sugerindo avanços em termos do marco legal e de sua institucionalidade, apresentando aos leitores, uma pertinente agenda de pesquisa para acompanhar, passo a passo, o

raio de ação do PAA em suas diferentes dimensões. Leitura obrigatória para os que se propõem a refletir sobre os reais e ilusórios benefícios das políticas públicas.

Em **Políticas públicas: mediação e gestão de demandas sociais**, Neves retoma o tema das políticas públicas a partir dos significados produzidos:

em atos voltados para definição de condições de formulação de objetivos, metas, critérios, etc., abarcados pelos significados atribuídos pelo senso comum. O termo políticas públicas ganha melhor sentido quando associado a tantos outros, como democracia, cidadania e mediações sociais, categorias básicas à construção de espaços públicos de explicitação e confronto de pontos de vista, de construção de interpretações para a vida social e de meios de elaboração de consensos ou compromissos provisoriamente geridos. Para analisar tais articulações, adoto como unidade analítica o intercruzamento de um conjunto de processos sociais e de agentes em redes de relações; interconexões mediante as quais são constituídas regras de controle das ações em causa e meios legítimos de propor, interferir e controlar a redistribuição de serviços e recursos públicos.

A autora mostra, de maneira pertinente e instigante que o campo de representações e ações que apregoa a constituição de regras e procedimentos englobados pelo termo políticas públicas se fundamenta em negociações, a priori constituídas por agentes situados em posições assimétricas. Com quem tais representantes desejam negociar? Os grupos em ação coletiva querem, por representação delegada, interferir na formulação de demandas e de regras que prescrevem ações dos agentes nele implicados.

Face a tais jogos sociais, a autora privilegia em suas reflexões o investimento na democratização social, colocando no centro do debate sobre reforma agrária a transversalidades das ações entre políticas públicas, democracia, cidadania e mediações sociais. Agentes governamentais e agentes da representação delegada de grupos de interesses se relacionam na luta pela reforma agrária em um mundo de mediações cognitivas e institucionais.

Como as demandas chegam a alcançar as ações públicas, integrando quadros institucionais e definindo agentes para estas ações? Em espaços democráticos, como se elabora a institucionalização das parcerias e das redes de apoio? Face a tais questões, a pesquisadora discute como mediados e mediadores institucionais se constroem para esses processos, para a obtenção

da visibilidade social interna e externa ao campo da mediação por eles construído, sem desconsiderar outras formas e meios de dominação política.

Valorizando a análise do jogo de forças sociais na discussão metodológica da pesquisa e intervenção no campo das políticas públicas reconhece que a transmissão de conhecimentos que se opera tem um duplo caráter: permite a apropriação e a alienação de meios de produção de sentidos e referências às ações sociais.

Consequentemente, compreender as *políticas públicas* pela perspectiva metodológica da mediação social propicia entender que grande parte das ações, que no exercício são colocadas em prática, só se objetivam por percursos em múltiplos meandros e resignificações. Nesses espaços, produzem-se desdobramentos sociais nem sempre pré-definidos, como fazem crer as definições de metas, a categorização de beneficiários, os emaranhados de procedimentos, os quais, de fato, fluem em sentidos ascendentes ou descendentes para assegurar definições de participação hierarquizada, tanto aquela específica a cada instituição como a atribuída aos respectivos agentes.

Neste movimento, diante das tentativas dos mediadores de impor seu saber, sua visão de mundo, os mediados podem fazer-se sujeitos de direitos e de produção de discursos públicos sobre vantagens e desvantagens da institucionalidade proposta, constituindo contrapontos e outras alternativas de mediação.

São tais conflitos e a perspectiva de um complexo jogo de dinâmicas diversas que a Prof^a. Delma Pessanha Neves leva à reflexão do leitor interessado em uma agenda de pesquisas voltada às políticas públicas, seus sistemas de ação, de conhecimento e reconhecimento.

O segundo bloco de artigos **Assentamentos e Desenvolvimento: a diversificação em estudos de caso** apresenta à crítica acadêmica uma expressiva demonstração da diversidade e riqueza das experiências de assentamentos. Ramos Filho, Szmrecsányi e Pellegrini em **Biodiversidade e Reforma Agrária: uma experiência agroecológica na região canavieira de Ribeirão Preto, Brasil** apresentam os avanços e dilemas do assentamento agroecológico Sepé Tirajú, expressão clara das diferenças de caminhos e perspectivas de desenvolvimento rural. Apoiado em uma matriz tecnológica da agroecologia, em uma ação conjunta da Embrapa e do INCRA, em colaboração com o MST, organizações locais dos trabalhadores assentados e da sociedade

civil, vem sendo desenvolvido um projeto de pesquisa e capacitação participativa em Sistemas Agroflorestais Agroecológicos (SAFs). Os autores retomam criticamente o processo de modernização e especialização da agricultura brasileira, especialmente quanto ao princípio adotado de que a cobertura florestal nativa e sua biodiversidade constituem empecilhos ao estabelecimento de qualquer sistema de produção, necessitando, portanto, ser removidas.

Claramente, este modelo de desenvolvimento agrícola esteve relacionado com a exclusão social e a deterioração ambiental, especialmente dos recursos florestais. Na contramão deste modelo monocultor e buscando desenvolver uma nova matriz de produção, mais equilibrada social e ambientalmente, respeitando o resgate da biodiversidade regional, o assentamento Sepé Tiarajú foi criado em 2004.

O assentamento foi implantado na forma de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade que busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e ao mesmo tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente. Atualmente, o assentamento encontra-se em fase final de implantação da sua infraestrutura, e as 80 famílias ali assentadas encontram-se diante do desafio de construir coletivamente, na prática, uma alternativa de agricultura sustentável baseada nos princípios agroecológicos.

Como ferramentas para discutir este novo modelo de assentamento, os autores fazem uma revisão sobre a relação entre reforma agrária, meio ambiente e Agroecologia. Cabe ressaltar nesta revisão, o entendimento da Agroecologia como a base da transição agroecológica, assentada na gradual transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais. A crítica aos agroecossistemas convencionais, os quais só conseguem manter sua produtividade às custas de grandes incrementos de energia, com grande consumo de recursos naturais não renováveis merece um alerta.

Conforme Caporal e Costabeber (2004), não raro tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, ou com a adoção de determinadas práticas agrícolas e até com a oferta de produtos "limpos" ou "ecológicos". Estes autores ressaltam, de forma crítica, que as chamadas "Agriculturas Ecológicas", entre elas a Agricultura Orgânica, nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está

orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais.

Firmando posição na defesa de uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento, os autores priorizam na explicitação dos passos para a transição agroecológica, a expansão da consciência pública, a reforma agrária, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. Igualmente são salientados os impactos da monocultura canavieira, com ênfase nos danos à biodiversidade e seus efeitos sobre a região estudada.

Sob o argumento, acertado a nosso ver, de que a transição agroecológica não se dá de forma imediata nem necessariamente linear, os autores discutem como este processo se deu no acampamento, depois assentamento Sepé Tiarajú. Com a direção do MST, os agricultores acampados foram aprendendo e resgatando formas de produzir sem usar agrotóxicos, adotando alternativas de adubação, cultivando as próprias sementes, preservando e defendendo o meio ambiente.

São viáveis as metas traçadas para este modelo de assentamento? O PDS é uma realidade já construída ou ainda está no campo das virtualidades? No caso do assentamento em estudo, a divisão dos núcleos, realizada a partir de discussão coletiva, buscou respeitar as afinidades entre as famílias, seja por identificação cultural, afetiva ou adesão ao projeto idealizado. Cada família possui um lote individual – entre 3,5 e 4,0 hectares - uma área para produção coletiva – com 10 hectares em média – tendo sido destinada uma área de 35% para fins de composição da reserva legal do assentamento, de caráter coletivo, além das áreas de preservação permanente (mata ciliar das nascentes e cursos d'água).

Situação bem diferente da encontrada nos assentamentos implantados em meados da década de 80, na mesma região, que ainda não superaram o sistema de controles e de poderes imposto pelas parcerias com os complexos agroindustriais, além da inércia detectada face aos problemas ambientais. Boas perspectivas se apresentam no assentamento Sepé Tiarajú: o percentual de reserva legal superior ao exigido por lei foi fruto de um acordo entre o Incra e os assentados com a Promotoria de Meio Ambiente do Ministério Público.

A experiência que vem sendo construída no assentamento Sepé Tiarajú sinaliza para um outro modelo de desenvolvimento sustentado em outra matriz produtiva, tendo nas relações de cooperação forte elos para uma organização mais solidária. Poder-se-ia falar nesse assentamento como protagonista na transição para um

desenvolvimento econômico sustentável? Sem diagnósticos finalistas, fica o convite à leitura e ao acompanhamento desta experiência.

Em linhas paralelas, não necessariamente concordantes, Gonçalves e Scopinho em **Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável: A difícil construção de um assentamento agroecológico em Ribeirão Preto-SP** se propõem a discutir – através de um confronto entre discursos e práticas – se, efetivamente, os assentamentos de reforma agrária se constituem em espaços importantes para a implantação de projetos agropecuários baseados na sustentabilidade ambiental.

Na perspectiva dos autores, o estudo de caso desenvolvido revelou que a implantação de projetos desta natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais.

São apresentados resultados de uma pesquisa realizada entre 2008 e 2010 no assentamento Mário Lago, localizado na antiga Fazenda da Barra, município de Ribeirão Preto, igualmente um assentamento do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Considerando que sustentabilidade ambiental é uma das diretrizes para a organização, social e econômica das famílias assentadas nesta área, partimos das seguintes questões: quais são os limites e as possibilidades que se colocam no planejamento e implantação de um assentamento rural agroecológico numa região cujo modelo de desenvolvimento rural gerou miséria social e degradação ambiental? É possível realizar os princípios da agroecologia neste assentamento? Que sentidos atribuem os assentados, o Estado e o MST à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à Agroecologia? Como esses sentidos se traduzem (ou não) em práticas concretas de conservação ambiental?

Questões polêmicas, de respostas nada simples, a exigir que nos debruçemos sobre o sentido e a possível (re) significação da reforma agrária em São Paulo.

As dimensões ambientais foram, comprovadamente, relegadas a segundo plano nas discussões sobre os rumos dos assentamentos até a segunda metade dos anos 1990. Por outro lado, a organização dos assentamentos rurais agroecológicos faz parte de uma nova perspectiva realimentada pelo MST. Um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o país? As metas projetadas para a Amazônia encontram efetividade na região mais modernizada da agricultura paulista?

Durante o processo de desapropriação e organização das famílias, surgiram

divergências internas e outros movimentos sociais disputaram a organização política das famílias com o MST. Atualmente, 264 permanecem sob a organização do MST, 160 famílias estão sob a direção do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST) e outras 40 famílias pertencem ao movimento denominado Índio Galdino. Tais disputas prejudicam a constituição de um projeto de desenvolvimento sustentável?

Problemas são apontados: o termo de ajustamento de conduta firmado entre o INCRA e a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto frustrou-se em parte, especialmente face ao prazo acordado – 180 dias – para implementação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área. Divergências pipocaram em várias dimensões, envolvendo a direção regional do MST, a superintendência do Incra em uma clara expressão de disputa política pela condução do assentamento.

A estas dificuldades, os autores põem em discussão, dois gargalos que têm se apresentado no desenvolvimento produtivo dos assentamentos: o da liberação de créditos para custeio da produção e a disponibilidade de assistência técnica. Entretanto, na ausência de um programa e de um acompanhamento técnico, a disposição dos assentados de obter informações, de pôr em ação o saber-fazer, os conhecimentos trazidos por eles próprios vem à tona. Situação que demonstra que o desenvolvimento dos assentamentos não deve ser pensado sob a ótica econômica ou produtivista, mas está relacionado aos costumes, às trajetórias, às dietas alimentares, enfim, ao modo de vida e de produção que ainda que tenha sido desestruturado pelo processo de modernização da agricultura, não provocou um desenraizamento, o que pode gerar novas formas de uso da terra e dos recursos naturais.

Controvérsias é que não faltam na interpretação da relação assentamentos X desenvolvimento. Contrariamente ao artigo anterior que priorizou a leitura das perspectivas inovadoras do PDS, a análise de Gonçalves e Scopinho destaca a divergência entre as concepções de sustentabilidade por parte dos atores envolvidos nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos.

O artigo **O Campo-Cidade-Campo Representado no Assentamento Dom Tomás Balduino**, de Brosler e Bergamasco, representa pesquisa de mestrado inovadora que se deparou com uma realidade peculiar na formação de assentamento. Neste estudo de caso, o assentamento constituído em perímetro periurbano traz um perfil de famílias diferenciado, em muito composto por famílias integrantes de movimentos de moradores de rua. As autoras enfocam os diferentes momentos de vida dessas famílias, suas trajetórias fortemente marcada pelo fluxo migratório entre campo e cidade, na qual tiveram inúmeras ocupações urbanas e

viviam em condições de subemprego, quando não desemprego. Igualmente, são investigadas as novas condições de vida das famílias, agora como agricultoras, seus conhecimentos agrícolas e meios de subsistência, numa oportunidade de possuírem uma vida mais digna e de reconstrução cultural.

O modelo deste assentamento é uma tentativa do MST de organizar assentamentos em áreas próximas a cidades, com o objetivo de assentar trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que poderiam vir a ser.

A passagem das pessoas no meio urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho, marcada por instabilidade e precariedade, no qual o sujeito, na sua grande maioria, exerceu diversos papéis. Mas isto não tira dos assentados os valores enraizados em seu passado, na figura de seus pais, do modo de vida rural constituído por relações pessoas, com a família e com o entorno da propriedade.

A vivência no urbano traz para o assentado, este entendido como um filho de migrante, a principal mudança na relação de trabalho, pois o mesmo passa de uma idéia de "liberdade", de autonomia do definir como, quando e onde realizar o trabalho, na organização das tarefas da família e no controle do próprio tempo, para uma vida de proletariado urbano, com sua função controlada.

Esse conflito entre a liberdade do agricultor e a vida controlada do proletariado:

pode ser vivenciado pelo sujeito somente com os valores passados pelos pais, pois se tratando de filhos de migrantes imagina-se que os mesmos tenham começado a entender a relação de trabalho numa idade em que já estivesse inserido no urbano. Portanto, quando os mesmos fazem menção ao trabalhar na terra como profissão, estes estão resgatando uma cultura de seus antepassados, uma concepção que criaram na infância e que se mostra sobressalente quando a situação requer uma melhoria de vida frente às necessidades básicas de sobrevivência (no caso trocar o desemprego urbano pelo trabalhar na terra).

O texto põe em questão transformações de identidades referenciadas com a identidade coletiva – o assentamento – e com as relações impostas pelos diferentes agentes. Trata-se, pois, de uma nova forma de encarar a diversidade presente dos assentamentos através dos processos vivenciados pelos sujeitos que transitam entre o campo e a cidade.

Finalizando o número 13 da coleção Retratos, Barbosa, Ferrante e Duval em **Entre a Parceria e Diversificação Agrícola: a reconstrução dos assentados sobre o seu viver** discutem contrapartidas que têm se apresentado no modo de vida do assentamento Horto Bueno de Andrada, no município de Araraquara/SP face à controversa integração com as agroindústrias do setor canavieiro da região. A partir de uma metodologia que envolveu uma continuada investigação por meio de visitas, registros em diário de campo, análise documental, fotografias e entrevistas, foi possível a recuperação de um material extremamente rico, revelador de como os assentados, embora convivendo com uma parceria que se pauta por uma assimetria e informações, tentam conseguir prosperar enquanto produtores rurais a partir de outras estratégias:

as falas dos assentados estão presentes em todos os momentos do artigo. Primeiro, na caracterização do universo empírico, na descrição da organização do trabalho familiar e nas várias alternativas produtivas. Após, na explicitação da parceria da cana propriamente e nas relações com os agentes do órgão gestor e funcionários de usinas, marcadas pela insistência em fazer os assentados aderirem ao plantio de cana. Os diários de campo permitiram também captar a diversidade existente nos lotes, mesmo que cercada pela cana. Dada a importância da diversificação para a vida no assentamento (tanto em relação às estratégias de comercialização como para o autoconsumo), dedicamos boa parte do artigo a descrevê-la a partir de vários depoentes, no sentido de resgatar a diversidade de situações que as pessoas encontram para prosperar enquanto agricultoras em meio ao território homogeneizado pela monocultura da cana.

Dificuldades no planejamento para extração da madeira - dado o plantio de eucalipto que ocupava praticamente todo o espaço - oscilações nos critérios de seleção das famílias mesclam-se a propostas parcimoniosas recebidas por algumas lideranças em relação ao primeiro custeio agrícola, em uma clara demonstração de que o Itesp pautava (ou pautava?) sua gestão por omissões e indefinições.

Conforme se iam expandindo as áreas destocadas, os assentados diversificavam mais a sua produção, recuperavam a fertilidade de um solo que por muito tempo foi esgotada com a monocultura do eucalipto. Culturas como o feijão de porco, considerado um reparador do solo e sua semente

resultante da safra eram comercializados com o próprio fornecedor da semente para o plantio, que garantia a compra de toda a produção. Como possibilidade de adequar a terra para o plantio de outras culturas, também foi utilizado o feijão de corda consorciado com o milho. Neste processo quase todos os assentados aderiram, principalmente quem tinha uma área de terra com maior destoca e disponível para a produção agrícola.

Entretanto, às expressões de cooperação, sucederam-se rompimentos por força de um individualismo competitivo. Apesar do número pequeno de famílias, vários grupos emergiram. Antigos arrendatários, pessoas que compraram dos assentados o direito de uso da terra, apesar da situação irregular, meeiros e bóias-frias são a expressão da composição diferenciada deste assentamento.

Vários projetos em curso, como, por exemplo, a mandioca brava para a fabricação de farinha, o plantio de eucalipto, a criação do gado leiteiro e o cultivo de feijão de porco sofrem descontinuidades a partir da força adquirida pela parceria com a agroindústria sucroalcooleira. A cana-de-açúcar entra no assentamento por uma imposição dissimulada por muitas artimanhas.

A Fundação ITESP trabalhou por anos a fio com objetivo de conduzir os assentamentos para a parceria com o agronegócio canavieiro local como fator indispensável para o desenvolvimento econômico do assentamento. Para isso foi criada a portaria 75/02 da fundação ITESP e sua revogação pela mesma instituição com a portaria 77/04, através das quais foram abertas as portas para a cana nos assentamentos paulistas.

Negativas do sindicato dos empregados rurais de fornecer a certificação de produtor rural da agricultura familiar aos assentados que aderiram à parceria são detectadas no mesmo cenário em que a cana parece ter toda proteção do Itesp, o qual se vale de pressões variadas para os assentados assinarem o contrato de parceria.

Expressões de violência simbólica de gênero reforçam a trama de tensões comandada pelo Itesp para que a parceria ditasse os rumos do assentamento.

Paradoxos e indefinições na dependência da cana reforçam manifestações de insatisfação pela falta de assessoria técnica. No entanto, as ambigüidades detectadas nas complexas parcerias com empreendedores do agronegócio não ocupam todo espaço e a produção gerada no assentamento. Persistem embriões de outros modelos de desenvolvimento rural. Detectam-se pontos de resistência

a favor da consolidação da reforma agrária voltada para produção de alimentos e a vivência familiar de forma cooperada.

Plantações de banana, hortas com estrutura para comercialização a produção, criação de galinhas, de porcos, plantação de mandioca, principalmente a de mesa, de milho a ser utilizado na ração dos animais, são claros sinais de que a cana está dando lugar a outros tipos de cultura agrícola. Experiências com agrofloresta e com a produção do leite reforçam a perspectiva da diversificação.

Os autores mostram, a partir de experiências concretas, a possibilidade de uma fértil complementaridade entre a integração e a diversificação agrícola, exigindo um olhar atento dos pesquisadores e, talvez, mudanças de rumos das rédeas das políticas públicas. São essas polêmicas que fazem a coleção Retratos de Assentamento ser uma legítima e renovada representante dos debates que cercam as interpretações sobre a política de assentamentos e sobre os rumos da reforma agrária no país.

Araraquara, 2010.

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante
Dulce Consuelo Andreatta Whitaker

CARACTERIZAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ASSENTADOS NO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006

Angela Kageyama¹

Sonia Maria P.P.Bergamasco²

Julieta Aier de Oliveira²

Resumo: O objetivo deste trabalho é descrever a situação dos assentamentos rurais em 2006, segundo a produtividade, nível educacional dos assentados, composição da renda e tecnologia agropecuária, entre outros aspectos. Os dados são apresentados para as cinco regiões geográficas, além do Brasil como um todo, comparando os dados dos assentamentos com o total dos estabelecimentos agropecuários e com a agricultura familiar. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 divulgou pela primeira vez informações sobre os estabelecimentos agropecuários de produtores Assentados sem Titulação, isto é, estabelecimentos originários de projetos de assentamento de famílias instalados após 1985 (e sem o título definitivo de propriedade), possibilitando a análise dos dados para o conjunto dos assentados do país. Apesar das limitações dos dados censitários devido à definição restrita de estabelecimento de assentado, foi possível confirmar as tendências apontadas pelos diversos estudos de caso disponíveis. A principal conclusão do trabalho é que os assentados não constituem uma "categoria à parte" ou "enclaves" na estrutura produtiva ou apenas "bolsões de pobreza": ao contrário, para a maioria dos indicadores de distribuição fundiária, formas de produção, tecnologia, mercantilização e produtividade os assentados são semelhantes à média geral dos estabelecimentos agropecuários, ressalvada

¹Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: angelak@eco.unicamp.br.

²Professoras da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP. E-mails: sonia@feagri.unicamp.br; julieta@feagri.unicamp.br.

Trabalho apresentado no IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais 2010 em Araraquara/SP, de 9 a 11 de junho de 2010.

obviamente a diferença de escala e, em particular, são semelhantes aos estabelecimentos familiares e de ocupantes. Os assentamentos, apesar da precariedade das condições em que são instalados e da falta de apoio de políticas específicas de sustentação, parecem estar reproduzindo o padrão médio da agricultura brasileira, com as devidas variações e exceções regionais.

Palavras-chave: Censo Agropecuário; Estabelecimentos de Assentados; Agricultura Familiar.

***Abstract:** This paper seeks to describe the situation of rural settlements in 2006 in relation to productivity, settlers' educational attainment, income composition, and agricultural technology, among other things. The data presented encompass five geographical regions as well as Brazil as a whole, and compare settlement data with the total of agricultural settlements and also with the family farming. The Agricultural Census (IBGE, 2006) reported for the first time information about the agricultural establishments of producers under the designation "Settlers with no Title", i.e., establishments originated from settlement projects of families settled after 1985 (and without the legal property document or title), which allowed the analysis of data for the total settlers throughout the country. Despite the limitations of census data due to the narrow definition of the settler establishment, earlier case studies corroborate the trends shown. The main conclusion is that the settlers are neither a "class apart" nor "enclaves" in the production structure or only "pockets of poverty": conversely, most indicators of land distribution, production techniques, technology, marketing, and productivity, categorize settlers as similar to the overall average of agricultural establishments, except obviously the difference in scale and, particularly, the practices they undertake are similar to both the family and the occupant establishments. Despite the precarious living conditions where settlements are established, and the lack of specific policies support to deal with maintenance issues, it seems that they meet the performance standard within the average of Brazilian agricultural production, employing the appropriate regional variations and exceptions.*

Keywords: Agricultural Census; Settlement Establishments; Family Farming.

Introdução

Dois fatos foram de grande importância para o meio rural brasileiro no período recente, segundo Nazareth Wanderley: o reconhecimento oficial da agricultura familiar como ator social, com a implantação do PRONAF nos anos 1990, e a emergência de um setor de assentamentos de reforma agrária, cujos beneficiários puderam retomar o contato com a terra, reconstruindo as bases da vida social e da coletividade local. (WANDERLEY, 2009).

Após o período de repressão militar à reforma agrária nos anos 1970 e início dos 80, diversos movimentos sociais, partidários e sindicais, culminando com a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) em 1984, passaram a recolocar a reforma agrária na pauta das reivindicações pró-democracia:

A articulação política regional e nacional da demanda pela reforma agrária promovida pelo MST e a ação localizada de diversos movimentos sociais e sindicais impulsionaram a formulação e implementação de diferentes políticas fundiárias governamentais, tais como: a) assentamentos em áreas desapropriadas pelo governo federal; b) reassentamentos de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; c) assentamentos em áreas públicas pertencentes ao governo estadual, geralmente em posse de grandes fazendeiros (BERGAMASCO, NORDER, 2006, p.206).

A essas políticas se acrescentam a regularização em áreas de conflitos, a demarcação de terras indígenas e de populações remanescentes de quilombolas.

As formas utilizadas para enfrentar a questão do acesso à terra no Brasil após a democratização iniciada em 1985 foram, segundo David *et al.* (1998), os programas de colonização, a regularização fundiária, a desapropriação e, nos anos 90, o arrendamento, o leilão de terras e o crédito fundiário. Entre 1985 e 1994 foram beneficiadas por assentamentos de reforma agrária e regularização fundiária cerca de 125,6 mil famílias e no período 1995-1997 foram beneficiadas mais 125,9 mil famílias.

Em dezembro de 1997, com o nome de Programa Piloto Cédula da Terra, foi lançado o Programa de Crédito Fundiário, que concede crédito em condições especiais para associações formadas por pequenos agricultores e trabalhadores sem terra adquirirem terras:

"Essa associação deveria procurar um agente financeiro ou o órgão fundiário

do estado com uma proposta para assentamento. Analisado o pedido, ser-lhe-iam fornecidos recursos para compra de terras, cujo valor seria negociado com os proprietários. Os órgãos governamentais avaliariam a adequação da qualidade da terra, a compatibilidade do preço proposto com os praticados no mercado da região e a solidez jurídica da cadeia dominial. Feito isso, seria dada uma carta de crédito à associação que, por intermédio de um agente financeiro estatal, adquiriria, em condições de mercado, a propriedade" (MEDEIROS, 2003).

Em 2001, foi aprovado o Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, que veio substituir o Cédula da Terra, por iniciativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com apoio do Banco Mundial e participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) no delineamento do programa. Para Germani [Guiomar Germani, da UFBA], a linha básica desse projeto, que é o acesso à terra por meio do financiamento para aquisição de imóveis por associações de trabalhadores sem terra, é a mesma do Cédula da Terra. Seu diferencial está apenas no modo pelo qual as associações de trabalhadores são organizadas. Nesse caso, a assistência da Contag procura evitar as artificialidades na constituição de grupos de trabalhadores rurais (ZARIAS, 2003).

Graças à abertura política e à maior atuação dos movimentos sociais, a reforma agrária entrou com mais vigor na agenda política do governo Fernando Henrique Cardoso. As restrições orçamentárias, no entanto, tornaram seus resultados bastante limitados. No segundo mandato, o governo redirecionou o aparato institucional no sentido de fundir as políticas de reforma agrária com as políticas de fortalecimento da agricultura familiar em geral. São desse período os programas de acesso à terra via compra por créditos financiados pelo governo, como o Banco da Terra e o Cédula da Terra. O Procera (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária), que havia sido criado em 1985 e difundido a partir de 1993, disponibilizava financiamentos para investimentos na produção e na infra-estrutura dos assentamentos, bem como para a aquisição de bens de consumo das famílias. Os problemas operacionais, a alta inadimplência e os elevados subsídios contribuíram para que esse programa fosse diluído no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) a partir de 1999. Mas como observam Bergamasco e Norder (2003), "esses dois programas de financiamentos possuíam diferentes montagens institucionais e diferentes níveis

de atendimento e incentivo" (p. 61). Assim, "o governo suprimiu os mecanismos de operacionalização do Procerá sem que o Pronaf tivesse uma institucionalização capaz de substituí-lo adequadamente" (idem, p.65), praticamente eliminando as políticas de desenvolvimento para os assentamentos. Os autores destacam ainda que a existência de três categorias distintas na luta pelo acesso à terra – assalariados rurais, agricultores familiares e desempregados rurais e urbanos – colocava problemas estratégicos a serem enfrentados pela política fundiária e pelos assentamentos de reforma agrária, já que os interesses daquelas categorias nem sempre caminhavam conjuntamente.

No primeiro mandato do governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2006) "a questão agrária deixou de ser tratada como caso de polícia. Por outro lado, o governo avançou muito pouco no que tange à democratização do acesso à terra por meio do assentamento de famílias em projetos de reforma agrária" (SAUER, SOUZA, 2008, p. 79).

Para esses autores, foi notório o "rebaixamento" do programa agrário do governo Lula em comparação com o que haviam sido as campanhas eleitorais do PT desde 1989: a reforma agrária deixou de ser "uma política pública central e estratégica, passando a figurar como ação de governo importante para o campo brasileiro, equiparada a outras como a reativação do Proálcool". De bandeira política para combater os males do latifúndio, a reforma agrária transformou-se em medida de geração de emprego, soberania alimentar, combate à pobreza e consolidação da agricultura familiar (idem, p. 78-79).

Exemplo típico é o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário desde 2003:

Ele traz as condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra possam comprar um imóvel rural por meio de um financiamento. O recurso ainda é usado na estruturação da infraestrutura necessária para a produção e assistência técnica e extensão rural. Além da terra, o agricultor pode construir sua casa, preparar o solo, comprar implementos, ter acompanhamento técnico e o que mais for necessário para se desenvolver de forma independente e autônoma. O financiamento pode tanto ser individual quanto coletivo.

A garantia do acesso à terra promove a consolidação da agricultura familiar estimulando a geração de emprego e renda no campo, contribuindo para a diminuição da pobreza rural" (<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>).

Na tabela 1 pode-se verificar o arrefecimento dos decretos de desapropriação de imóveis para reforma agrária, embora a área efetivamente incorporada ao programa de reforma agrária mostre valores mais expressivos, especialmente após 2002, refletindo as mudanças na estratégia da política de acesso à terra, particularmente no primeiro mandato do Presidente Lula (2003-2006).

Leite e Ávila (2007, p. 85-86) consideram que a quantidade de pessoas beneficiadas pela reforma agrária "não é nada desprezível". Cerca de 950 mil famílias foram assentadas até 2006, com destaque para os primeiros mandatos, tanto de FHC (1995-1999) quanto de Lula (2003-2006). Em 2009, o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou que havia assentado mais de 520 mil famílias desde o início do Governo Lula (APESAR DOS NÚMEROS, 2009). São números significativos, mas abaixo das metas estabelecidas pelos planos de governo.

Tabela 1 – Números oficiais da reforma agrária. Brasil, 1994 a 2009.

<i>Anos</i>	<i>Decretos desapropriatórios (imóveis)</i>	<i>Área (1000 ha)</i>	<i>No. de projetos implantados</i>	<i>Área (1000 ha) incorporada ao programa de reforma agrária</i>	<i>No. de famílias assentadas*</i>
Até 1994	1.296	15.573,0	937	16.456,6	143.224
1995-1998	2.223	7.306,8	2.330	12.435,3	284.228
1999-2002	1.313	2.970,6	1.956	8.826,3	139.585
2003-2006	1.302	2.787,4	2.365	32.645,2	381.419
2007-2008	344	737,9	723	10.521,8	n/d
2009	n/d	n/d	297	4.616,2	n/d
Totalização	6.478	29.375,7	8.608	85.501,40	948.456

*Dados oficiais INCRA/MDA disponíveis em Leite e Ávila (2007).

Fonte: INCRA

Todos os estudiosos do tema dos assentamentos rurais no Brasil costumam destacar dois fatos: a grande diversidade de processos sociais presentes na origem e na situação atual dos assentamentos e as condições adversas observadas na instalação e localização da maioria dos assentamentos. Medeiros e Leite (1999) apontam três instâncias em que se manifesta a extrema diversidade dos assentamentos de reforma agrária: a) a heterogeneidade das situações que dão origem aos assentamentos (conflitos, ocupações por trabalhadores assalariados que perdem suas ocupações, por exemplo, no fechamento ou falência de usinas de açúcar, assentamentos extrativistas e em áreas de barragens, etc.); b) a diversidade dos beneficiários diretos (antigos posseiros, parceiros, assalariados agrícolas e boias-frias, antigos ocupantes de áreas extrativistas, seringueiros, pequenos produtores e filhos de produtores familiares pauperizados, trabalhadores

urbanos vivendo à margem do mercado de trabalho formal); c) os outros atores sociais, incluindo o governo federal, governos estaduais, INCRA, poder judiciário, órgãos de assistência técnica, Igreja, sindicatos, movimentos sociais, associações e cooperativas, são exemplos das diferentes forças que passam a atuar na implementação de políticas e nas concepções sobre seu papel e significado no interior dos assentamentos (MEDEIROS, LEITE, 1999, p. 14).

Esses elementos de diferenciação "fazem dos assentamentos um verdadeiro laboratório para observação privilegiada de múltiplas experiências", nas palavras dos mesmos autores (MEDEIROS, LEITE, 2004, p. 19). No balanço geral da pesquisa conduzida e coordenada por esses dois autores desde 1997, acompanhando equipes regionais em seis estados da federação para analisar a formação, evolução e impactos dos assentamentos, destacamos alguns resultados mais relevantes:

a) em muitas localidades os assentados constituem parte importante da população rural, indicando que os assentamentos podem ter constituído uma alternativa de trabalho e permanência no meio rural;

b) a residência anterior das famílias assentadas era predominantemente rural em alguns estados (RS), urbana em outros (SP), migrante (AC, MT) ou ainda em municípios da própria região dos projetos, mas parece haver indícios de que os assentamentos representaram maior estabilidade para as famílias envolvidas, do ponto de vista de deslocamentos no território;

c) a estrutura produtiva dos assentamentos nas regiões pesquisadas muitas vezes reorganizou o território local, podendo representar um processo de diversificação de culturas (por exemplo em antigas áreas canavieiras de São Paulo e Rio de Janeiro)³, ou a preservação de sistemas tradicionais (nos assentamentos extrativistas), ou a introdução de novas atividades em áreas tradicionais (por exemplo, produção de sementes numa área do Rio Grande do Sul);

³Observa-se atualmente no estado de São Paulo um movimento inverso a este em razão do forte crescimento da agroindústria sucroalcooleira paulista com expansão do plantio de cana-de-açúcar inclusive em áreas de assentamentos. Diante desse fato, a Fundação Itesp (órgão responsável pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária paulistas) disciplinou o plantio de monoculturas agroindustriais nos assentamentos com a Portaria 77, de 27/07/2004, que prevê o limite entre 30 e 50% das áreas dos lotes das famílias assentadas para produção de culturas agroindustriais, devendo o restante da área agricultável ser destinada à produção de gêneros alimentícios. (<http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx>).

d) em vários estados havia nos assentamentos uma grande participação de pessoas acima de 60 anos na condição de titular-responsável, com reflexos na composição do rendimento familiar devido aos ingressos da previdência;

e) apesar do maior acesso (ao crédito, por exemplo) possibilitado pelo fato de tornar-se produtor rural, a baixa escolaridade dos assentados foi um fator limitante ao acesso ao mercado de trabalho;

f) a modernização tecnológica da agricultura praticada nos assentamentos foi muito variada nos Estados pesquisados, havendo casos favoráveis e desfavoráveis aos assentamentos em comparação com as médias municipais próximas; o mesmo ocorreu com o valor da produção obtido por lote quando comparado com o valor médio obtido por estabelecimento nos municípios (acima da média municipal no Acre e Sergipe, equivalente no Rio Grande do Sul, abaixo da média em São Paulo);

g) a proporção de produção comercializada atingiu quase 100% em todos os locais pesquisados, indicando a forte integração mercantil dos assentados;

h) na formação da renda observou-se uma larga predominância das atividades praticadas no interior dos lotes (agricultura, pecuária e venda de produtos beneficiados), vindo em seguida salários e rendas previdenciárias;

i) apesar da precariedade dos serviços públicos, dos conflitos iniciais e dos atrasos na liberação de recursos, os dados da pesquisa indicaram que houve melhoria significativa nas condições de vida das famílias assentadas – ainda que sigam bastante deficientes – em relação à moradia, saúde, alimentação, educação e poder de compra.

No final de 1996, a partir de uma demanda do Incra/Ministério de Política Fundiária, foi realizado o I Censo Nacional da Reforma Agrária, cujo objetivo era identificar todas as famílias assentadas em áreas de projetos de reforma agrária do Governo Federal, bem como traçar seu perfil socioeconômico. Segundo o Dossiê Questão Agrária, do Instituto de Estudos Avançados, até 31/10/1996, considerando apenas os assentados, ou seja, excluindo projetos de colonização ou emancipados, o número resultante seria de 254.173 famílias, valor que foi considerado superestimado. Na verdade, estabeleceu-se uma polêmica quanto ao número real de assentados coberto pelo censo, tendo em vista as dificuldades de várias ordens que surgiram durante os trabalhos (o número de projetos listados pela planilha do Incra não coincidia, na maioria das vezes, com o número de projetos criados, havia reconcentração de lotes nas áreas de assentamento, principalmente nos projetos mais antigos, provocando a existência de um único beneficiário para vários lotes, etc.). Pode-se concluir, pelo estudo,

que existiriam cerca de 200 mil famílias estabelecidas em áreas de reforma agrária do Incra, e que receberam os lotes até 31 de outubro de 1996 (ESTUDOS AVANÇADOS, 1997, p. 10).

As análises realizadas a partir dos dados do Censo da Reforma Agrária de 1996 também ressaltam a heterogeneidade das situações em todos os indicadores socioeconômicos utilizados. No estudo de David *et al.* (1998) chama a atenção, entre outras, a questão da escolaridade, pela precária situação do Nordeste:

O nível de formação dos beneficiários é, globalmente, muito ruim: cerca de 30% deles são analfabetos. Apesar dessa tela de fundo muito preocupante, observam-se diferenças regionais marcantes no Sul e na frente pioneira do Oeste, especialmente nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

Existem duas populações diferentes de beneficiários do ponto de vista do nível de formação: os nordestinos e os outros. Pode-se verificar que, no Ceará, mais de 60% dos beneficiários são analfabetos. Mesmo sem atingir esse extremo, o resto do Nordeste permanece em uma situação deplorável: a taxa de analfabetos entre os beneficiários não se situa, a não ser excepcionalmente, abaixo de 30%. Nos demais estados os níveis de formação são mais diferenciados. [melhores no Sul, Mato Grosso e Rondônia]

A situação encorajante da frente pioneira do Oeste, no que se refere ao nível de escolaridade, é complementada pela capacidade de seus beneficiários exercerem uma outra profissão além da de agricultor ou camponês (80% das respostas à questão sobre a atividade principal). É precisamente no Mato Grosso que os agricultores declaram-se frequentemente capazes de exercer outra atividade. No Nordeste, a percentagem de respostas positivas é a mais baixa do país (DAVID *et al.*, 1998, p. 17).

O recenseamento de 1996 distinguiu cinco categorias de ocupantes dos assentamentos: assentados (57%), com homologação pela Superintendência do Incra e aprovação pela comunidade rural em questão; pré-assentados (13%), candidatos registrados e selecionados que esperam a homologação; agregados (9%) residentes na propriedade de um beneficiário; titulados (5,6%), que possuíam um título definitivo de propriedade concedido pelo Incra; e os irregulares (11%), que se encontravam nas áreas sem a autorização do Incra (DAVID *et al.*, 1998, p. 9).

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu que os beneficiários da distribuição de imóveis rurais pela reforma agrária deveriam receber títulos de domínio ou de concessão de uso, que são os instrumentos que asseguram o

acesso a terra. O contrato de concessão de uso é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e o título de domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo (Lei 8.629/93), desde que cumpridas, pela unidade familiar, as cláusulas do contrato de concessão de uso, demonstrando condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio em vinte parcelas anuais (INCRA, Titulação dos Assentamentos).

O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 divulgou pela primeira vez informações sobre os estabelecimentos agropecuários de produtores Assentados sem Titulação, isto é, estabelecimentos originários de projetos de assentamento de famílias instalados após 1985 (e sem o título definitivo de propriedade). No Censo Agropecuário de 1995-1996 esse tipo de estabelecimento entrava na categoria de Ocupantes.

Os resultados do Censo da Reforma Agrária de 1996 e dos inúmeros estudos de caso nos assentamentos nos estados brasileiros sugerem, como se viu pelos exemplos citados, hipóteses a respeito das formas de produção e da situação econômica e social nos assentamentos, que o Censo de 2006 permite verificar ou, no mínimo, atualizar. O objetivo deste trabalho é descrever a situação dos assentamentos em 2006 segundo alguns aspectos sugeridos pelas pesquisas anteriores, como produção e produtividade, nível educacional dos assentados, composição da renda, entre outros. Dada a heterogeneidade regional também apontada nos outros estudos, os dados serão apresentados para as cinco regiões geográficas, além do Brasil como um todo, comparando os dados dos assentamentos com o total dos estabelecimentos agropecuários e com a agricultura familiar.

Definições

O Censo de 2006 investigou, além das categorias tradicionais dos proprietários, arrendatários, parceiros e ocupantes, duas novas categorias de produtores: os agricultores familiares definidos segundo a Lei 11.326 e os assentados sem titulação definitiva da terra. Além disso, separou a categoria "produtor sem área", referindo-se aos empregados residentes em estabelecimentos que tinham produção própria, porém em área sujeita à administração do produtor/proprietário.

A Lei 11.326 de 24/julho/2006, com vistas à formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, assim definiu a agricultura familiar:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural,

atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;

II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaadores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Para o estabelecimento ser classificado como de "agricultura familiar" no Censo Agropecuário, precisava atender simultaneamente a todas as condições estabelecidas. Note-se que o conceito adotado tem várias restrições – de área⁴, de uso de mão de obra e de origem da renda – que podem excluir parte dos

⁴A área máxima está limitada por 4 módulos fiscais. O módulo fiscal é a unidade de medida em hectares definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) para cada município, levando em conta qualidade do solo, relevo, acesso e capacidade produtiva. Na região Norte, um módulo fiscal varia de 5 a 100 hectares; no Nordeste, de 5 a 90 hectares; no Centro-Oeste, de 5 a 110 hectares; na região Sul, de 5 a 40 hectares; e na Sudeste, de 5 a 70 hectares. (INCRA/DFC).

estabelecimentos que muitos considerariam como familiares. Na opinião de Gonçalves e Souza (2008), por exemplo, essa definição exclui parte da agricultura familiar que está inserida na "agricultura industrializada", aquela em que há um processo crescente de inovações tecnológicas, elevação da riqueza e integração em cadeias de produção e complexas redes de negócios.

Ainda assim, o IBGE classificou como familiares 84,4% dos estabelecimentos, ocupando 24,3% da área total recenseada. No Nordeste a agricultura familiar está presente em 89% dos estabelecimentos e a menor participação ocorre no Centro-Oeste, com 69% dos estabelecimentos. Em alguns estados, como Amazonas, Maranhão, Pernambuco e Alagoas, os estabelecimentos familiares, mesmo na versão restrita utilizada no Censo, representam mais de 90% do total; no extremo oposto estão Mato Grosso do Sul e Goiás, com 63% e 65% de estabelecimentos familiares. No Mapa 1 em anexo pode-se visualizar a importância dos estabelecimentos familiares e dos assentamentos nas unidades da federação.

Devido à restrição de área máxima, pode-se verificar que a agricultura familiar captada pelo Censo é basicamente a de pequenos estabelecimentos (Tabela 2).

Tabela 2 – Estabelecimentos da agricultura familiar no Censo de 2006.

Regiões geográficas	Agricultura familiar - Lei nº 11.326			Não familiar		
	Estabelecimentos	Área (ha)	Área média (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Área média (ha)
Brasil	4 367 902	80 250 453	18,4	807 587	249 690 940	309,2
Norte	413 101	16 647 328	40,3	62 674	3 813 968	608,6
Nordeste	2 187 295	28 332 599	13,0	266 711	4 726 842	177,2
Sudeste	699 978	12 789 019	18,3	222 071	4 144 150	186,6
Sul	849 997	13 066 591	15,4	156 184	2 845 566	182,2
Centro-Oeste	217 531	9 414 915	43,3	99 947	94 382 413	944,3

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Quanto à condição legal da terra, os proprietários são amplamente majoritários (76,2% dos estabelecimentos e 93% da área total), vindo a seguir o conjunto dos arrendatários, parceiros e ocupantes, com 15% dos estabelecimentos e 5% da área. Os assentados sem titulação representam somente 3,7% dos produtores e ocupam 1,7% da área total dos estabelecimentos.

O IBGE esclarece que a condição do produtor em relação às terras não foi objeto de pergunta no questionário, mas foi obtida pela composição da área dos estabelecimentos:

Assim, o produtor informara a extensão de terras próprias, de terras arrendadas, de terras em parceria, e de terras ocupadas (pelas quais o produtor nada pagara por seu uso). Com a investigação sobre o estabelecimento agropecuário ser originário de projeto de assentamento, também fora inserida a categoria 'Terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo', item onde o produtor informava a extensão de terras que o categorizavam como *Assentado sem Titulação* (IBGE, 2009, p.33).

Os 189.191 estabelecimentos de assentados sem titulação que o Censo captou correspondem aos que se autodeclararam como pertencentes a assentamentos, quando o Censo pergunta qual a área de terras sem título definitivo em 31/12/2006. A principal limitação desta questão está na correta identificação da condição legal por parte do produtor entrevistado. Em excelente trabalho metodológico realizado por Vicente P.M.A. Marques junto ao M.D.A. (MARQUES, 2010), foram apontadas as diversas limitações da metodologia utilizada pelo IBGE para a identificação dos assentados, que leva a subestimar fortemente o total dessa categoria. Combinando critérios e diferentes questões do Censo, o autor propõe que se considere como assentados os estabelecimentos que satisfizeram pelo menos uma das condições: ponto georreferenciado dentro dos perímetros informados pelo INCRA ou identificados pelo IBGE, ou que se declararam originários de projetos de assentamento criado após 1985, ou que obtiveram a terra por titulação via reforma agrária, ou com área de terras sem título definitivo. Por solicitação do M.D.A, o IBGE recalculou o número de estabelecimentos de assentados em 2006 adotando esses novos critérios, obtendo um total de 575.101 estabelecimentos com 28.407.669 hectares para o Brasil – correspondendo a 11,1% do número e 8,6% da área do total de estabelecimentos pesquisados pelo Censo –, distribuídos nas categorias de proprietário, assentado sem titulação definitiva, arrendatário, parceiro, ocupante e produtor sem área. Segundo Marques (2010, p.8),

Uma possibilidade de interpretação para as declarações de ocupante, parceiro e arrendatário nos estabelecimentos originários de assentamento de famílias é a situação irregular destas parcelas em relação à legislação agrária. A Lei 8.629/93, em seu artigo 21, estabelece que nos instrumentos que conferem o título de domínio ou concessão de uso, "os beneficiários da reforma agrária assumirão, obrigatoriamente, o compromisso de cultivar o imóvel direta e pessoalmente, ou através de seu núcleo familiar, mesmo que através de cooperativas, e o de não ceder o seu uso a terceiros, a qualquer título, pelo prazo de 10 (dez) anos.

A tabela 3 mostra o resultado da tabulação especial feita pelo IBGE.

Tabela 3 – Condição do produtor em relação às terras, dos produtores que declararam ser o estabelecimento originário de projeto de assentamento.

Condição do produtor em relação às terras									
Proprietário		Assentado sem Arrendatário+ titulação definitiva parceiro+ ocupante				Produtor sem área Total			
Estabele- cimentos	Área	Estabele- cimentos	Área	Estabele- cimentos	Área	Estabele- cimentos	Área	Estabele- cimentos	Área
	(ha)		(ha)		(ha)		(ha)		(ha)
Total	324.204	21.415.834	189.193	5.758.341	44.308	1.233.494	17.396	575.101	28.407.669
Com CNPJ	3.979	905.975	3.873	352.936	1.041	153.116	228	9.121	1.412.027
Sem CNPJ	320.225	20.509.859	185.320	5.405.405	43.267	1.080.379	17.168	565.980	26.995.643

Fonte: IBGE, tabulação especial do Censo Agropecuário 2006.

Deve-se lembrar também que há uma enorme diversidade de situações de assentados, de acordo com as formas de obtenção de áreas e das condições legais dos beneficiários em relação à terra. Assim, por exemplo, são consideradas áreas de "assentados" aquelas resultantes de reassentamentos em áreas de barragens e aquelas oriundas de compras por associação de produtores, por exemplo, do programa Cédula da Terra. Isso explica em parte a presença de estabelecimentos de assentados com áreas muito grandes (mais de 2.500 hectares), que foram declaradas em nome de grupos ou associações, embora não se descartem erros de declaração ou de coleta dos dados⁵.

Na maioria dos indicadores utilizados neste artigo, procuramos calcular relações sobre o número de estabelecimentos, em vez da área, o que praticamente elimina a influência desses grandes assentamentos.

Neste trabalho foram utilizados os dados do Censo de 2006 publicados pelo IBGE, que cobrem, portanto, apenas uma parcela específica dos estabelecimentos de assentados, qual seja a dos *assentados sem titulação definitiva*. Segundo a tabulação especial mencionada, essa parcela corresponderia a aproximadamente um terço (32,9%) do total de estabelecimentos de assentados que é possível identificar utilizando uma

⁵Em outra tabulação especial do IBGE a partir de uma amostra de assentados com CNPJ e área acima de 1.000 ha, verificou-se que na grande maioria tratava-se de áreas pertencentes a associações e projetos coletivos. Há também casos de estabelecimentos identificados pelos critérios descritos como de assentados que não foram classificados como familiares por terem informado possuir CNPJ.

combinação de variáveis do questionário do Censo. Assim, mesmo que sem menção explícita, no texto que se segue os dados se referem sempre a essa parcela restrita.

Nessa categoria de assentados sem titulação, nem todos foram classificados como "agricultores familiares" pelo Censo: 10% dos assentados sem titulação são "não-familiares", ocupando 29% da área dos assentamentos, o que se deve em parte às restrições de área, composição da mão de obra e renda dos familiares, já que existem, por exemplo, estabelecimentos de assentados com área acima de quatro módulos fiscais e, em parte, a possíveis casos de associações de produtores declaradas como um único assentamento.

O quadro seguinte mostra as ocorrências de assentados sem titulação definitiva com mais de 2.500 hectares de área e os municípios onde se localizam, de acordo com o Censo de 2006:

código	nome	Assentados >2500ha	código	nome	Assentados >2500ha
500690	Porto Murinho - MS	20	290135	Andorinha - BA	1
120035	Marechal Thaumaturgo - AC	5	290380	Boa Vista do Tupim BA	1
510263	Campo Novo do Parecis - MT	5	290390	Bom Jesus da Lapa - BA	1
171420	Natividade - TO	3	291260	Ibiquera - BA	1
130080	Borba - AM	2	291320	Ibotirama - BA	1
150548	Pacajá - PA	2	291500	Itaeté - BA	1
150658	Santa Maria das Barreiras PA	2	291535	Itaguaçu da Bahia - BA	1
230280	Canindé - CE	2	292170	Morro do Chapéu - BA	1
231220	Santa Quitéria - CE	2	292490	Planaltino - BA	1
130014	Apuí - AM	1	292860	Santo Amaro - BA	1
130360	Sta Isabel do Rio Negro AM	1	313695	Juvenília - MG	1
150145	Belterra - PA	1	314700	Paracatu - MG	1
150172	Brasil Novo - PA	1	315057	Pintópolis - MG	1
150375	Jacareacanga - PA	1	315220	Porteirinha - MG	1
150600	Prainha - PA	1	315280	Prata - MG	1
150805	Trairão - PA	1	315765	Sta Helena de MinasMG	1
150808	Tucumã - PA	1	316420	São Romão - MG	1
160030	Macapá - AP	1	352830	Magda - SP	1
171620	Paraná - TO	1	411960	Pitanga - PR	1
210120	Bacabal - MA	1	412820	União da Vitória - PR	1
210960	Rosário - MA	1	430320	Cacique Doble - RS	1
211090	S. Fco do Maranhão - MA	1	510035	Alto Boa Vista - MT	1
230185	Banabuiú - CE	1	510140	Aripuanã - MT	1
230410	Cratêus - CE	1	510269	Canabrava do Norte MT	1
230655	Itarema - CE	1	510706	Querência - MT	1
260795	Jaqueira - PE	1	521015	Ipiranga de Goiás - GO	1
270380	Joaquim Gomes - AL	1	521935	Santa Isabel - GO	1

Quadro 1 – Ocorrências de assentados sem titulação definitiva com mais de 2.500 hectares de área e os municípios onde se localizam.

Fonte: IBGE, tabulação especial do Censo Agropecuário 2006.

PARTE 1 – Características dos assentados nas regiões geográficas

1. Estrutura agrária

A distribuição dos estabelecimentos de assentados conforme a área (Tabela 5) é muito variada entre as regiões e entre os estados⁶, embora em todos eles haja uma concentração nos estratos de menor área. No Nordeste, 38% dos assentados têm menos de 5 hectares e mais de 50% estão abaixo de 10 hectares. Nos estados do Norte os estabelecimentos de assentados concentram-se na faixa de 10 a 100 hectares, destacando-se o Tocantins, com 42% de assentados com mais de 100 hectares; no Sudeste e Sul a maior concentração é entre 10 e 50 hectares e no Centro-Oeste destaca-se o Mato Grosso, na faixa com mais de 50 hectares.

Em comparação com o total dos estabelecimentos (Tabela 4), há relativamente menos unidades muito pequenas, menores que 5ha, entre os assentados: esses estabelecimentos correspondem a 23,5% nos assentados e 37,4% na distribuição geral dos estabelecimentos. Comparando os dois conjuntos, pode-se verificar que há uma concentração de assentados entre 10 e 50ha (52,6% nos assentados contra 32,1% no total dos estabelecimentos).

No Brasil, de acordo com o Censo, há 188 estabelecimentos de assentados que possuem entre 1.000 e 2.500 hectares (40 no Pará, 22 na Bahia) e mais 89 estabelecimentos com mais de 2.500 hectares (10 no Pará, 10 na Bahia, 20 no Mato Grosso do Sul). Esses dados devem ser vistos com cautela, já que, segundo informação do IBGE, foi computada toda área concedida por órgão fundiário ainda sem titulação definitiva, inclusive no caso de reassentamento devido à construção de barragens, ou seja, não se trata apenas de assentados de reforma agrária. Ainda segundo o IBGE, não se descarta "a possibilidade de haver inconsistências por erro de interpretação por parte do produtor ou por parte do recenseador". Deve-se considerar também a possível existência de áreas pertencentes a grupos ou associações de produtores que puderem adquiri-las no escopo de programas de crédito fundiário e que foram declaradas como um único estabelecimento ao Censo⁷. O Censo registra, também, 3.873

⁶Embora não apresentadas neste texto, todas as tabelas foram calculadas por unidade da federação.

⁷Lembramos que em 1997 foi lançado o Programa Cédula da Terra, que concedia crédito em condições especiais para a compra de terras por associações formadas por pequenos agricultores e trabalhadores sem terra. Segundo Buainain e Silveira (2003), a tendência seria que os participantes desse tipo de programa fossem "grupos mais organizados para a produção, com fortes raízes locais, com algum patrimônio prévio etc.", o que poderia explicar as maiores áreas de assentamentos encontradas no Censo.

estabelecimentos de assentados que são pessoas jurídicas (com CNPJ), com destaque para São Paulo e Piauí, estados em que cerca de 6% dos assentados declararam CNPJ. A área média dos assentados com CNPJ é bem maior que a média geral dos assentados (91ha e 30ha, respectivamente). Em alguns estados a área média dos assentados com CNPJ chega a ser bastante elevada: 627ha no Pará, 604 ha no Mato Grosso, 296ha no Mato Grosso do Sul, 157ha no Rio Grande do Norte, 148ha na Bahia, 138ha em Minas Gerais e 128ha no Rio Grande do Sul.

Mas as áreas médias por estabelecimento de assentado são em regra bem menores do que no total dos estabelecimentos (Tabela 6). No Brasil como um todo a área média do total dos estabelecimentos é aproximadamente o dobro da dos assentados (64 ha e 30 ha, respectivamente), mas há estados, como o Mato Grosso, em que a área média do total de estabelecimentos é quase 15 vezes maior do que nos assentamentos. No Norte e no Centro-Oeste a discrepância de tamanho é maior entre as duas categorias de estabelecimento.

Na tabela 6 recalculamos a área média dos assentamentos eliminando os 277 estabelecimentos com mais de 1.000ha de área, visando a diminuir a influência de possíveis erros de medida. Mantém-se, obviamente com mais evidência, a inferioridade de tamanho dos assentamentos, mas a redução da área média não é tão expressiva, caindo de 30,4ha para 26,2ha no Brasil como um todo, uma queda de 13,8% na média.

Tabela 4 – Distribuição do número total de estabelecimentos por estrato de área total do estabelecimento.

UF	Até 5ha	5 a 10ha	10 a 50ha	50 a 100ha	100 há a mais	total	n.est. 1000 a 2500ha	n.est.>2500ha
Brasil	37,4	12,9	32,1	7,9	9,6	100,0	31.899	15.012
Norte	21,5	6,9	33,7	17,9	20,0	100,0	5.406	2.868
Nordeste	54,0	11,9	23,2	5,4	5,4	100,0	5.862	2.303
Sudeste	28,7	14,9	36,5	9,0	10,8	100,0	4.224	1.577
Sul	23,2	18,0	46,3	5,9	6,5	100,0	3.618	856
Centro-Oeste	9,6	7,1	37,2	15,2	30,9	100,0	12.795	7.408

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 5 – Distribuição do número de estabelecimentos de assentados sem titulação por estrato de área total do estabelecimento.

UF	Até 5ha	5 a 10ha	10 a 50ha	50 a 100ha	100 há a mais	total	n.est. 1000 a 2500ha	n.est.>2500ha
Brasil	23,5	12,1	52,6	7,6	4,2	100,0	188	89
Norte	10,0	5,8	55,1	17,5	11,6	100,0	66	25
Nordeste	38,4	16,0	40,8	3,2	1,6	100,0	63	22
Sudeste	15,1	16,2	64,6	3,3	0,9	100,0	4	8
Sul	15,3	7,5	74,9	0,7	1,6	100,0	6	3
Centro-Oeste	7,1	8,1	59,3	17,4	8,2	100,0	49	31

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 6 – Área média dos estabelecimentos agropecuários (total e assentados).

Área média dos estabelecimentos (ha)			
UF	Total	Assentados	Assentados < 1000ha
Brasil	63,8	30,4	26,2
Norte	115,2	57,7	48,7
Nordeste	30,8	20,1	17,3
Sudeste	58,8	21,6	19,3

*foram excluídos os estabelecimentos com mais de 1.000ha

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

2. Escolaridade e qualificação profissional

As tabelas 7 a 9 comparam a escolaridade e qualificação profissional dos produtores e do pessoal ocupado entre os estabelecimentos de assentados e o total dos estabelecimentos agropecuários.

A primeira observação é que, dez anos depois do Censo da Reforma Agrária, persistem duas condições que foram apontadas naquele momento para os assentamentos: o alto grau de analfabetismo e a "dicotomia" Nordeste e resto da federação. Mas esses dois fenômenos não se restringem aos assentamentos, sendo claramente perceptíveis no conjunto dos produtores agrícolas.

Considerando o Brasil como um todo, 24,5% dos produtores são analfabetos, proporção que atinge 26,5% dos assentados. A situação "sabe ler ou com ensino fundamental incompleto" verifica-se para 57% do total de produtores e 60% dos assentados. Anteriormente ao censo, Leite *at al.* (2004, p.101) constataram, com um estudo em 6 regiões de concentração de assentamentos no país, que

90% dos responsáveis pelos lotes tinham até a 4.ª série do ensino fundamental, sendo que 32% deles nunca haviam frequentado uma escola. No Nordeste, 41% tanto do total de estabelecimentos como dos assentados são analfabetos. Nessas duas condições (analfabetos, sabe ler ou fundamental incompleto) encontram-se mais de 90% dos produtores agropecuários do Nordeste, seja nos assentamentos seja no conjunto de todos os estabelecimentos.

A situação de escolaridade nos assentamentos só é melhor no Sul e em parte do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro); para o conjunto dos estabelecimentos, além dessas regiões inclui-se também o Centro-Oeste.

Mesmo entre o pessoal ocupado nos estabelecimentos, com ou sem parentesco com o produtor, o nível de qualificação profissional⁸ é extremamente baixo: tanto no total de estabelecimentos como naqueles de assentados, e tanto para a mão de obra familiar como para os que não têm parentesco com o produtor, menos de 5% têm alguma qualificação, com algumas exceções localizadas. Nas regiões, destacam-se o Sul e o Centro-Oeste, com 16% e 11%, respectivamente, de pessoal ocupado com qualificação nos assentamentos.

Destaca-se também o pessoal sem laço de parentesco com o produtor no Amapá e Mato Grosso do Sul (pouco mais de 10% com qualificação) e, no caso dos assentados, Paraná, Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Nesse último estado mais de 30% do pessoal sem parentesco com o produtor possuía qualificação profissional, segundo o Censo.

Tabela 7 – Condição de escolaridade do produtor para o total de estabelecimentos (% dos estabelecimentos).

UF	analfabeto	sabe ler ou fundamental incompleto	fundamental completo	médio ou 2º grau completo	superior
Brasil	24,5	56,9	8,4	7,3	2,8
Norte	18,9	66,8	7,8	5,2	1,2
Nordeste	41,0	48,2	5,2	4,5	1,1
Sudeste	10,7	59,4	11,9	11,5	6,5
Sul	4,7	70,4	12,0	9,5	3,4
Centro-Oeste	8,4	59,5	12,6	13,2	6,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

⁸No questionário e na publicação do Censo aparece apenas se a pessoa ocupada "tem alguma qualificação profissional", sem outra especificação.

Tabela 8 – Condição de escolaridade do produtor nos estabelecimentos de assentados (% dos estabelecimentos).

UF	Pessoal ocupado com laço de parentesco		Pessoal ocupado sem laço de parentesco	
	total	assentados	total	assentados
Brasil	2,2	1,3	4,9	3,1
Norte	1,1	0,9	4,0	3,1
Nordeste	0,9	0,8	2,8	1,3
Sudeste	4,0	1,8	5,4	4,0
Sul	4,3	1,4	7,8	16,2
Centro-Oeste	4,1	2,6	9,5	11,4

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 9 – Pessoas ocupadas com qualificação profissional segundo laço de parentesco com o produtor (% do pessoal ocupado).

UF	analfabeto	sabe ler ou fundamental incompleto	fundamental completo	médio ou 2º grau completo	superior
Brasil	26,5	60,4	7,7	4,8	0,6
Norte	21,5	66,1	7,0	4,7	0,6
Nordeste	41,0	49,9	5,3	3,4	0,4
Sudeste	14,8	68,0	10,1	6,4	0,8
Sul	9,3	73,9	11,1	5,3	0,4
Centro-Oeste	11,6	69,5	10,8	7,1	1,1

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

3. Pessoal ocupado

Em 2006 os estabelecimentos de assentados ocuparam aproximadamente 577 mil pessoas, representando 3,5% do total do pessoal ocupado na agropecuária brasileira.

Tanto nos estabelecimentos de assentados como no geral, há uma larga predominância de mão de obra familiar (com laço de parentesco com o produtor). No Brasil, essa mão-de-obra representa 89% do pessoal ocupado nos estabelecimentos de assentados e 77% no conjunto de todos os estabelecimentos. Em oito estados a mão-de-obra familiar é mais de 95% do total e em 19 estados representa mais de 90% do total de ocupados nos assentamentos. Nas regiões de agricultura mais modernizada, do Sudeste e Centro-Oeste, as diferenças são

maiores no sentido de maior uso de familiares nos estabelecimentos de assentados (Tabela 10).

O número médio de pessoas ocupadas por unidade de área mostra um uso mais intenso da terra nos assentamentos: para o Brasil como um todo, nos assentamentos ocupam-se 10 pessoas por 100 hectares, contra 5 pessoas na média de todos os estabelecimentos. Na região Centro-Oeste o número de ocupados por hectare nos estabelecimentos de assentados, apesar de baixo, chega a ser 5 vezes maior que a média de todos os estabelecimentos. Na região Norte a utilização de mão de obra por hectare nos assentamentos é apenas um pouco maior que no resto dos estabelecimentos. O maior número de pessoas ocupadas por hectare nos assentamentos nem sempre se reflete em maior valor produzido por hectare, como se verá adiante.

A prática de atividades fora dos estabelecimentos, por parte dos produtores e membros de suas famílias, está presente em 20% a 30% dos estabelecimentos; especificamente, as atividades não-agrícolas encontram-se em 10% a 15% dos estabelecimentos, considerando sempre as heterogeneidades regionais. O mais importante, frente aos nossos objetivos de comparar os assentamentos com o restante dos estabelecimentos, é a constatação da similaridade entre os dois conjuntos, não se podendo afirmar, à primeira vista, que os assentamentos tenham nem maior dificuldade nem maiores vantagens para executar atividades externas aos estabelecimentos (Tabela 11).

Tabela 10 – Características do pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários.

UF	Produtor com atividade fora do estabelecimento		Produtor com atividade não-agrícola fora		Membro da família com atividade fora		Membro da família com atividade não-agrícola fora	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	28,6	26,5	15,3	12,4	20,2	16,9	13,9	10,6
Norte	24,0	27,5	14,2	14,0	16,1	15,9	11,9	11,4
Nordeste	28,2	25,8	13,2	11,0	20,1	17,1	12,5	9,8
Sudeste	33,0	24,3	19,4	10,8	22,5	18,2	16,0	10,6
Sul	26,4	21,9	15,4	9,9	21,1	16,3	16,1	10,2
Centro-Oeste	32,4	31,2	20,9	17,1	18,0	16,8	14,0	12,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 11 – Estabelecimentos em que o produtor ou membros de sua família têm atividades fora do estabelecimento (% de estabelecimentos em relação ao total).

UF	Pessoal ocupado com laço de parentesco/total do pessoal ocupado (%)		Pessoas ocupadas por 100 ha de área total	
	total	assentados	total	assentados
Brasil	77,3	89,0	5,0	10,0
Norte	88,6	94,1	3,0	5,5
Nordeste	80,7	83,4	10,2	16,2
Sudeste	60,2	91,8	6,1	13,1
Sul	83,9	95,5	7,0	13,3
Centro-Oeste	69,3	94,8	1,0	5,9

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

4. Valor da produção e receitas

A composição do valor produzido é semelhante nos dois conjuntos de estabelecimentos que estamos comparando: mais de 70% provém da produção vegetal, mais de 20% da produção animal e menos de 5% de produção agroindustrial no estabelecimento. Há, porém, grande variação regional, destacando-se o maior peso da produção vegetal e da agroindústria no Nordeste (Tabela 12).

Tabela 12 – Composição do valor da produção obtida nos estabelecimentos agropecuários.

UF	Valor da produção total		% VP animal		%VP vegetal		% VP agroindústria	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	100,0	100,0	21,2	23,1	76,5	72,5	2,3	4,3
Norte	100,0	100,0	23,6	21,5	66,8	66,5	9,6	12,1
Nordeste	100,0	100,0	18,8	14,3	76,6	80,6	4,6	5,1
Sudeste	100,0	100,0	19,6	25,1	78,9	73,0	1,5	1,9
Sul	100,0	100,0	26,3	25,6	72,7	72,4	1,0	2,0
Centro-Oeste	100,0	100,0	17,2	37,5	81,7	60,9	1,2	1,6

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Existem vários argumentos para explicar a baixa produtividade da terra nos assentamentos rurais:

O primeiro refere-se às condições adversas de instalação e localização dos assentamentos, em terras de pior qualidade. Em São Paulo, por exemplo, o levantamento realizado por Osmar Bueno e outros (2007) com apoio do INCRA/SP avaliou com o máximo rigor metodológico a fertilidade e acidez dos solos dos 55 projetos de assentamento do estado com base em 3.601 amostras de solo, concluindo que

De maneira geral, observou-se que os solos apresentam baixa fertilidade e alta acidez. Tais condições são desfavoráveis a uma agricultura viável, quer integrada aos mercados agrícolas locais e regionais, quer de caráter primordialmente comercial ou mesmo para o consumo familiar e comercialização do excedente (Bueno *et al.*, 2007, p.15).

O segundo fator que explica a baixa produtividade dos assentamentos se refere ao menor acesso a tecnologia adequada. No número especial sobre Reforma Agrária da revista eletrônica Com Ciência, de 2003, pesquisadores da Embrapa procuram explicar os problemas tecnológicos e de produtividade enfrentados pelos assentamentos:

Segundo Chigueru Fukuda, pesquisador da Embrapa, a baixa produtividade dos pequenos produtores rurais no Brasil está relacionada a vários fatores, principalmente questões tecnológicas como o preparo inadequado do solo, tratos culturais ineficientes e uso de variedades pouco produtivas que não se adaptam bem em determinadas regiões. Ele salienta que o não uso de fertilizantes químicos ou orgânicos – um dos principais insumos da agroindústria – também são determinantes para a baixa produtividade. 'Normalmente, os agricultores assentados usam esterco de animais para aumentar a fertilidade do solo. Também não utilizam agrotóxicos ou venenos, o que resulta em uma produção menos impactante ao meio ambiente. Porém, isso resulta em menor produtividade, tornando os pequenos produtores pouco competitivos no mercado.'

Para driblar a baixa produtividade, Fukuda aconselha diversificar a produção (...) Além das culturas consorciadas, devem ser escolhidas culturas que usem mais mão-de-obra e que não sejam altamente mecanizadas (reportagem de J. Schober).

Na mesma revista *Com Ciência*, outra pesquisadora da Embrapa (Maria das Graças C. Sena), comparando as tecnologias dos assentados com as dos produtores familiares, levanta um outro fator: as tecnologias utilizadas pela agricultura familiar são basicamente as mesmas utilizadas em assentamentos, mas existe um fator que diferencia um assentamento de um sistema de agricultura familiar tradicional.

Em um grupo de agricultura familiar tradicional você tem pessoas interagindo historicamente, famílias que se conhecem e tem uma cultura e uma identidade própria. Em um assentamento, o que vemos é que são pessoas diferentes, com diferentes origens e diferentes saberes. Nesse contexto, a tecnologia pode ser aplicada, mas vai certamente existir um grau de dificuldade maior, em função das grandes diferenças entre as pessoas, de seus saberes. As especificidades de cada assentamento devem ser consideradas.

Finalmente, um quarto argumento que pode explicar a baixa produtividade da terra nos assentamentos no Censo de 2006 é a presença de grandes áreas (de mais de 1.000 e mais de 2.500ha) entre os assentados, o que não deveria ser considerado como assentamento de fato, como já foi explicado. Essas áreas, pertencentes a associações de produtores ou simplesmente decorrentes de erros de medida, podem estar distorcendo os resultados da produtividade.

A produtividade da terra (valor da produção por unidade de área, na tabela 13) mostrou-se menor nos assentamentos em 15 estados e três regiões (Nordeste, Sudeste e Sul), levando a questionar, no caso dos assentados, a idéia de que a produção familiar utiliza a terra com maior intensidade, obtendo maior valor por hectare. Há casos, porém, em que o valor obtido em média nos assentamentos supera significativamente a média estadual, como no Rio de Janeiro, na Paraíba e no Mato Grosso do Sul. Mesmo eliminando os estabelecimentos de assentados de mais de 1.000ha, que poderiam estar distorcendo os resultados, a produtividade da terra permanece baixa, como se verá na segunda parte deste trabalho.

Quando se trata da produtividade do trabalho a diferença entre os assentados e o total dos estabelecimentos é bem mais acentuada, em detrimento dos primeiros. Para o Brasil como um todo, o valor da produção por pessoa ocupada nos assentamentos equivale a 35% da média geral dos estabelecimentos e não há nenhum estado em que a produtividade dos assentados supere a média estadual (exceto DF). Nos estados de agricultura mais intensiva (São Paulo e as regiões

Sul e Centro-Oeste) a diferença é ainda maior, chegando, no Mato Grosso, a menos de 10% da média geral. A produtividade do trabalho é em grande parte determinada pelo uso de mecanização e por atividades extensivas como a pecuária, em que poucas pessoas são necessárias para cuidar de grandes extensões de área; dispondo de menores áreas, os assentados têm mais dificuldade de adotar técnicas que elevem a produtividade do trabalho. Além da disponibilidade limitada de capital para aquisição de máquinas e implementos compatíveis com as características de suas produções, no mercado brasileiro de máquinas e equipamentos agrícolas existem pouquíssimas empresas com produtos para a agricultura familiar.

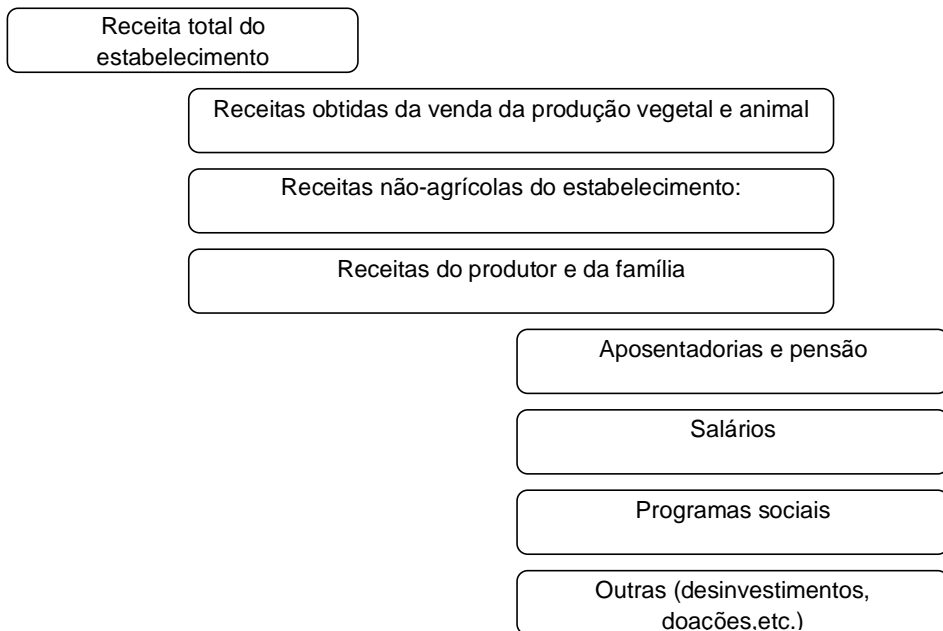
O que chama a atenção no caso dos assentados é que não parece haver uma compensação com o uso mais intensivo da área, como ocorre em geral com a agricultura familiar. Segundo o Censo, nos estabelecimentos de agricultura familiar (Lei 11.326) o valor da produção por hectare foi R\$ 677,48, contra R\$ 358,26 dos não-familiares ou R\$ 435,90 do total de estabelecimentos; a produtividade do trabalho, ao contrário, foi bem menor nos estabelecimentos familiares (R\$ 4.412,17, contra R\$ 21.071,12 nos não-familiares).

Tabela 13 – Indicadores de produtividade da terra e do trabalho nos estabelecimentos agropecuários.

UF	Valor da produção/ha (R\$)		Valor da produção por pessoa ocupada (R\$)	
	total	assentados	total	assentados
Brasil	435,90	305,53	8.680,91	3.047,17
Norte	112,23	145,91	3.713,85	2.665,31
Nordeste	375,87	371,51	3.690,72	2.291,13
Sudeste	884,17	590,39	14.606,87	4.494,00
Sul	998,53	660,74	14.198,34	4.973,68
Centro-Oeste	191,14	209,34	19.645,91	3.527,12

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Além do valor da produção agrícola e de outras atividades estabelecimento, o Censo coletou informações sobre as outras fontes de receita dos produtores. O esquema seguinte mostra como foram definidas pelo Censo as parcelas das receitas que aparecem nas tabelas seguintes:



As tabelas 14 e 15 mostram a composição geral das receitas nos estabelecimentos agropecuários, total e assentados respectivamente.

Em média, cerca de 40% dos estabelecimentos agropecuários no país dependem de outras receitas que não as geradas na agropecuária, chegando a mais de 50% em alguns estados do Nordeste. Essas "outras receitas" têm um papel importante na sobrevivência das famílias, a julgar pela relação entre essas receitas e a obtida com a produção, especialmente nos assentamentos: para o Brasil como um todo, elas representam 24% das receitas da produção dos assentados e no Centro-Oeste chegam a 33%. Destacam-se os estados de Rondônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, onde os assentamentos dependem mais fortemente das "outras receitas" e o Piauí, onde as outras receitas ultrapassam o total das receitas geradas nos estabelecimentos em quase 50%.

A produção agropecuária contribui com 83% das receitas na média de todos os estabelecimentos e 75% nos assentamentos, ou seja, apesar das limitações de extensão e qualidade das terras e de tecnologia adequada, os assentamentos têm a base de sua sobrevivência no mercado na venda da produção agropecuária. Na região Sul, a produção representa 81% das receitas dos assentados, superando a média dos estabelecimentos na região.

No Norte e no Centro-Oeste os assentamentos obtêm apenas dois terços da receita a partir da produção agropecuária, mas nessas regiões é maior a participação das atividades não-agrícolas desenvolvidas no estabelecimento.

Em comparação com o total de estabelecimentos, os assentados dependem relativamente mais de transferências sociais como aposentadorias e programas sociais do governo, porém em conjunto sua participação na receita total não chega a 10% no Brasil como um todo, atingindo o máximo de 13,3% no Nordeste, contra 11,3% do conjunto dos estabelecimentos nessa região.

Os salários também constituem uma fonte mais importante de receita entre os assentados, representando 8,5% das receitas no Brasil como um todo e chegando a 15,9% no Centro-Oeste. Há uma correlação negativa de 0,57 entre as receitas com salário e as receitas de transferências sociais para os assentados entre as regiões, sugerindo que nas regiões onde predomina o agronegócio a fonte principal de receita externa é o assalariamento de membros da família, enquanto nas regiões mais pobres a falta de oportunidades no mercado de trabalho torna maior a dependência de transferências sociais.

Tabela 14 – Composição das receitas obtidas nos estabelecimentos agropecuários (Receita total = 100%).

UF	Produtos vegetais e animais	Atividades não-agrícolas ¹	Aposentadorias e pensões	Salários	Programas sociais	Outras receitas ²
Brasil	82,9	7,6	4,3	4,2	0,5	0,5
Norte	75,5	11,9	4,4	5,9	0,9	1,3
Nordeste	76,7	7,0	9,7	4,6	1,6	0,4
Sudeste	89,2	4,6	2,2	3,4	0,1	0,3
Sul	78,6	12,2	4,4	4,2	0,2	0,5
Centro-Oeste	88,2	5,0	1,2	5,0	0,1	0,5

¹ Turismo, exploração mineral, agroindústria, prestação de serviços de beneficiamento e para empresa integradora, artesanato, tecelagem, esterco, húmus, etc.

² Doações, desinvestimentos, pescado capturado.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 15 – Composição das receitas obtidas nos estabelecimentos de assentados (Receita total = 100%).

UF	Produtos vegetais e animais	Atividades não-agrícolas ¹	Aposentadorias e pensões	Salários	Programas sociais	Outras receitas ²
Brasil	74,8	6,1	7,5	8,5	2,4	0,8
Norte	67,0	15,1	6,2	9,5	1,5	0,7
Nordeste	77,2	3,7	9,7	5,3	3,6	0,6
Sudeste	80,5	3,1	6,8	7,5	1,7	0,4
Sul	81,0	4,3	6,2	6,3	1,8	0,5
Centro-Oeste	66,5	8,7	5,7	15,9	1,7	1,5

¹ Turismo, exploração mineral, agroindústria, prestação de serviços de beneficiamento e para empresa integradora, artesanato, tecelagem, esterco, húmus, etc.

² Doações, desinvestimentos, pescado capturado.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

5. Mecanização e práticas agrícolas

Para o Brasil como um todo, e na maioria dos estados, há uma grande semelhança entre os estabelecimentos de assentados e o total dos estabelecimentos no que se refere ao uso de força mecânica nos trabalhos agrícolas, seja de forma exclusiva (em torno de 18% dos estabelecimentos) seja em combinação com a tração animal (12% dos estabelecimentos). No Nordeste o uso de força mecânica entre os assentados supera a média geral dos estabelecimentos. O uso de trator, no entanto, é sempre bem menor nos assentamentos: em média 10% dos estabelecimentos utilizam trator, enquanto nos assentamentos essa proporção é apenas 3% (Tabela 16).

As tabelas 17 e 18 mostram sete práticas agrícolas adotadas nos estabelecimentos agropecuários, podendo-se constatar que a prática mais disseminada é o plantio em nível (29% do total e 26% dos estabelecimentos de assentados), vindo a seguir o uso de queimadas (13% do total e 20% dos assentados). O plantio em nível é mais freqüente nos estados canavieiros do Nordeste e no Sul e Sudeste, atingindo cerca de 50% dos estabelecimentos em alguns estados, tanto para o total como para os estabelecimentos de assentados. As queimadas, por sua vez, concentram-se no arco entre o Acre e o Piauí, chegando a ser praticada em mais de 50% dos estabelecimentos, sem distinção entre assentados e o resto dos estabelecimentos.

Além de um ou outro caso particular entre os estados, nas demais práticas (terraços, rotação de culturas, proteção de encostas, etc.) não há diferenças

significativas entre os assentamentos e os demais estabelecimentos agropecuários.

Ainda que relativamente bem disseminada, a utilização de adubos e agrotóxicos nos estabelecimentos de assentados é, em média, inferior ao total de estabelecimentos, mas em alguns estados verifica-se o contrário. (Tabela 19) Por exemplo, o uso de agrotóxicos na Paraíba, em Pernambuco e em Santa Catarina é mais disseminado nos assentamentos, chegando a 72% dos estabelecimentos nesse último estado. O uso de adubação entre os assentados também ultrapassa a média geral em alguns estados do Norte e Nordeste, além de Rio de Janeiro, Santa Catarina e Goiás.

A adoção de práticas alternativas na produção agrícola (Tabela 20) é ainda bastante restrita, seja no total seja nos estabelecimentos de assentados. Menos de 3% dos estabelecimentos praticam agricultura orgânica (exceto na região Sul, onde 5,3% dos estabelecimentos adotam essa prática) e menos de 10% utilizam algum controle alternativo de pragas em média, com mais disseminação (entre 13 e 17%) no centro-sul do país. A única prática mais difundida refere-se ao preparo do solo (cultivo mínimo e plantio direto), que está presente em 24% do total de estabelecimentos e em 28% dos estabelecimentos de assentados. Na grande maioria dos estados, a proporção de assentados que utilizam preparo do solo não convencional supera a da média dos estabelecimentos, com destaque para o Paraná, Santa Catarina e DF, onde mais de 50% dos estabelecimentos de assentados adotam essa prática. Mais uma vez, deve-se ter em conta que as diferenças regionais são marcantes, com vantagem para os estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste na utilização de métodos alternativos de controle de pragas e no preparo menos agressivo do solo.

Da mesma forma que se pode afirmar que não há, em média, diferença expressiva entre o "pacote tecnológico" adotado na agropecuária brasileira em geral e nos estabelecimentos de assentados, também as principais fontes de financiamento desse padrão produtivo se assemelham nos dois casos.

A tabela 21 revela que cerca de 18% dos estabelecimentos das duas categorias obtiveram financiamentos em 2006, sendo pouco mais de 90% oriundos do sistema bancário. O restante foi obtido junto a cooperativas de crédito e empresas integradoras, que tiveram participação um pouco menor no caso dos assentados. Na região Sul as cooperativas tiveram maior participação nos financiamentos nas duas categorias de estabelecimentos (de 12% e 14% dos financiamentos); nessa região verifica-se, também nos dois casos, maior acesso aos financiamentos em geral (o dobro da média nacional).

O valor dos financiamentos obtidos por unidade de área é em geral menor

nos assentamentos, com exceção das regiões Norte e Nordeste. No Brasil como um todo, o valor financiado por hectare é 30% menor nos assentamentos. Os financiamentos como proporção do valor da produção agropecuária nos assentamentos não difere, em média, dos estabelecimentos em geral (cerca de 15% para o Brasil como um todo), mas a grande diferença reside na origem do crédito: nos assentamentos predominam largamente os créditos do Pronaf, com 74% do total de financiamento obtido, contra 18,5% no conjunto dos estabelecimentos. Apenas no Centro-Oeste essa proporção é menor nos assentamentos (59%), como mostra a tabela 22 .

Tabela 16 – Uso de força mecânica nos estabelecimentos agropecuários (% de estabelecimentos que usam).

UF	Mecânica		Animal e mecânica		Estabelecimentos com trator	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	18,9	17,9	11,4	12,4	10,2	3,2
Norte	6,2	6,3	3,4	2,1	3,6	1,1
Nordeste	12,3	17,0	8,9	12,0	1,7	1,4
Sudeste	24,8	19,9	12,3	17,7	16,8	6,3
Sul	35,6	30,1	18,8	25,1	25,1	8,2
Centro-Oeste	18,7	19,9	16,6	10,2	20,0	4,6

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 17 – Práticas agrícolas utilizadas nos estabelecimentos agropecuários (% do número total de estabelecimentos).

UF	Plantio em nível	Terraços	Rotação de culturas	Lavouras para renovação de pastagens	Pousio ou descanso do solo	Queimadas	Proteção de encostas
Brasil	29,3	3,8	12,4	5,2	6,4	13,6	5,7
Norte	16,0	0,6	3,9	5,3	3,6	26,2	3,4
Nordeste	25,3	1,6	7,2	4,5	8,6	21,8	1,2
Sudeste	37,9	4,4	9,3	5,7	5,0	2,4	8,4
Sul	41,1	9,9	33,5	5,7	4,7	1,5	14,6
Centro-Oeste	16,8	3,9	6,9	7,7	3,2	1,9	8,6

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 18 – Práticas agrícolas utilizadas nos estabelecimentos de assentados (% do número de estabelecimentos de assentados).

UF	Plantio em nível	Terraços	Rotação de culturas	Lavouras para renovação de pastagens	Pousio ou descanso do solo	Queimadas	Proteção de encostas
Brasil	25,5	2,9	12,8	6,2	7,0	20,2	4,2
Norte	13,9	0,6	6,2	8,1	5,1	35,8	4,1
Nordeste	27,1	1,9	10,4	4,6	9,6	30,0	2,0
Sudeste	35,6	6,6	12,2	7,1	5,5	2,2	5,8
Sul	38,1	7,7	33,7	6,9	5,5	3,2	9,5
Centro-Oeste	17,6	2,4	11,0	7,5	3,7	4,7	5,6

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 19 – Uso de adubos e agrotóxicos nos estabelecimentos agropecuários (% dos estabelecimentos).

UF	uso de adubação		uso de agrotóxicos	
	total	assentados	total	assentados
Brasil	35,5	24,8	27,0	20,5
Norte	10,8	11,2	12,5	7,5
Nordeste	19,7	18,0	18,7	20,6
Sudeste	52,6	41,0	24,5	16,8
Sul	72,4	59,9	59,7	49,1
Centro-Oeste	28,2	21,5	16,3	14,2

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 20 – Uso de práticas alternativas na produção agropecuária.

UF	Agricultura orgânica		Alternativa de controle de pragas ¹		Alternativa de preparo do solo ²	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	1,7	2,7	9,7	10,1	23,8	27,9
Norte	1,3	1,8	4,8	6,3	10,7	14,2
Nordeste	1,7	2,8	5,7	6,3	19,9	27,6
Sudeste	2,0	2,5	16,2	17,0	16,7	24,0
Sul	1,9	5,3	15,1	17,6	47,4	49,6
Centro-Oeste	1,3	1,6	12,3	13,7	19,7	27,4

¹ Controle biológico, queima de resíduos agrícolas e restos de culturas, uso de repelentes, caldas, iscas, etc.

² Cultivo mínimo (só gradagem), plantio direto na palha.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Tabela 21 – Obtenção de financiamentos segundo a fonte, nos estabelecimentos agropecuários.

UF	% de estabelecimentos que obtiveram financiamento		% do número de financiamentos oriundos de bancos		% do número de financiamentos oriundos de cooperativas de crédito		% do número de financiamentos oriundos de empresas integradoras	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	17,8	18,1	91,1	93,0	7,0	5,2	2,0	0,7
Norte	8,9	13,2	93,7	91,2	2,8	6,7	0,7	0,0
Nordeste	13,3	15,8	95,5	96,9	2,0	1,6	0,3	0,5
Sudeste	15,2	19,6	91,0	95,8	7,5	2,2	0,3	0,1
Sul	36,5	36,9	86,8	85,4	12,0	14,1	4,5	1,7
Centro-Oeste	13,9	14,8	92,1	94,5	4,0	1,6	1,0	0,3

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Tabela 22. Valor dos financiamentos e participação do crédito do Pronaf nos estabelecimentos agropecuários.

UF	Valor em R\$ por ha		% crédito do Pronaf		% financiamentos/valor da produção	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	65,23	45,22	18,5	74,1	15,0	14,8
Norte	12,98	23,75	35,8	81,0	11,6	16,3
Nordeste	32,72	49,91	26,6	80,2	8,7	13,4
Sudeste	117,59	58,16	11,1	70,2	13,3	9,9
Sul	152,91	100,73	32,1	80,5	15,3	15,2
Centro-Oeste	54,05	40,62	5,8	58,8	28,3	19,4

Fonte: Censo Agropecuário 2006.

PARTE 2 – Comparação entre assentados, agricultura familiar e ocupantes nas regiões geográficas

Considerando que os assentamentos constituem em sua grande maioria unidades de produção familiares, como ficou demonstrado na primeira parte, e lembrando que os assentamentos, assim como os ocupantes, não possuem titulação definitiva da terra, tanto que nos Censos anteriores a 2006 essas duas categorias eram tratadas sob a mesma rubrica (ocupantes), é oportuno comparar essas três categorias de produtores, mesmo com as limitações da definição de agricultura familiar utilizada pelo Censo.

É importante ter em conta que, nas tabelas, estão sendo utilizadas duas classificações distintas: as categorias "familiar" e "não-familiar" são complementares e mutuamente excludentes, isto é, sua soma corresponde ao universo dos estabelecimentos agropecuários, e foram classificadas segundo os critérios da Lei 11.326. As categorias de "assentado" e "ocupante" dizem respeito à classificação da condição do produtor em relação às terras (as outras categorias que completam o universo são proprietário, arrendatário, parceiro e produtor sem terra) e podem estar distribuídas nas duas categorias anteriores, embora estejam majoritariamente na categoria "familiar".

Em comparação com o conjunto dos familiares e ocupantes, o tamanho médio dos estabelecimentos de assentados é sempre maior, com exceção das regiões de fronteira, (Norte e Centro-Oeste), onde os assentados possuem, em média, área menor que os ocupantes, como se verifica na Tabela 23. Essas três categorias, no entanto, possuem áreas muito menores dos que os

estabelecimentos não-familiares. Lembrando que a agricultura familiar tem limitação de área (máximo de 4 módulos fiscais), calculamos também a área média dos assentados classificados no Censo como familiares, ou seja, rigorosamente comparáveis com a agricultura familiar como um todo. Ainda assim, a área média dos assentados é maior (23,9ha contra 18,4ha da agricultura familiar), com a única exceção do Centro-Oeste; na região Sul as áreas são equivalentes.

Tabela 23 – Área média (hectares) dos estabelecimentos agropecuários.

<i>Brasil e região</i>	<i>Não-familiar</i>	<i>Familiar</i>	<i>Assentado</i>	<i>Assentado familiar</i>	<i>Ocupante</i>
Brasil	309,2	18,4	30,4	23,9	15,4
Norte	608,5	40,3	57,7	42,4	62,9
Nordeste	177,2	13,0	20,1	16,3	8,6
Sudeste	186,6	18,3	21,6	19,2	15,9
Sul	182,2	15,4	22,1	15,2	11,9
Centro-Oeste	944,3	43,3	44,5	36,1	80,3

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Em geral, os produtores não-familiares tendem a recorrer mais frequentemente a atividades fora do estabelecimento, em todas as regiões: em média, 45% dos produtores não-familiares tiveram atividade fora do estabelecimento em 2006, sendo 60% em atividades não-agrícolas (pluriatividade). No Nordeste 51% desses produtores declararam ter atividade externa ao estabelecimento, com 55% em atividade não-agrícola (Tabela 24).

Entre os agricultores familiares e assentados cerca de 25% a 30% tiveram atividade externa, conforme a região, dos quais 40% a 50% com atividades não-agrícolas. Entre os ocupantes a atividade externa é um pouco mais frequente (33% em média), mas com menor participação da pluriatividade.

Além de depender de atividades produtivas fora dos próprios estabelecimentos, os agricultores dependem também de outras fontes de receitas, como aposentadorias e programas governamentais, como mostra a Tabela 25. Os não-familiares dependem essencialmente de salários como fonte de receitas externas (77% das outras receitas, em média), enquanto para os familiares o maior peso é das aposentadorias (65% em média, alcançando 72% no Nordeste). Para os assentados e ocupantes as receitas externas dividem-se, em importância, entre salários e aposentadorias, embora estas tenham maior peso para os ocupantes. Mas o que distingue estas duas

categorias é a maior dependência de receitas advindas dos programas governamentais (12% e 15% das outras receitas, respectivamente), especialmente na região Nordeste.

Como já foi visto na primeira parte, os assentamentos apresentam baixa produtividade em comparação com a média da agricultura brasileira. Pela Tabela 26 podemos verificar que a menor produtividade (da terra e do trabalho) se manifesta igualmente em comparação com os estabelecimentos familiares e não-familiares, com algumas exceções regionais. Em relação à categoria dos ocupantes, os assentados mostram menor produtividade da terra porém maior produtividade do trabalho, em todas as regiões exceto produtividade do trabalho na região Centro-Oeste. Mesmo quando são excluídos os estabelecimentos de assentados com mais de 1.000ha as produtividades permanecem abaixo da agricultura familiar em todas as regiões do Brasil.

Os grandes diferenciais de produtividade entre as categorias não parecem depender do maior ou menor acesso aos financiamentos, já que, além de contemplar a minoria dos produtores (menos de 20%), a proporção dos que obtiveram financiamentos é bastante homogênea entre as categorias, como mostra a Tabela 27. Mas merece destaque o fato de que 37% dos assentados tiveram acesso a financiamentos na região Sul, o que pode ser um reflexo da maior rede de agências e cooperativas de micro-crédito nessa região (SCHRODER, 2005).

Tabela 24 – Produtores com atividade fora do estabelecimento e tipo de atividade.

<i>Brasil e região</i>	<i>Não-familiar</i>		<i>Familiar</i>		<i>Assentado</i>		<i>Ocupante</i>	
	% com atividade fora	% com atividade não-agrícola ¹	% com atividade fora	% com atividade não-agrícola ¹	% com atividade fora	% com atividade não-agrícola ¹	% com atividade fora	% com atividade não-agrícola ¹
Brasil	45,2	60,4	25,5	47,1	26,5	43,4	33,1	34,9
Norte	37,3	64,5	22,0	52,9	27,5	44,3	27,3	48,7
Nordeste	51,0	55,3	25,5	40,8	25,8	39,5	32,4	32,5
Sudeste	44,8	64,7	29,2	51,8	24,3	43,2	39,8	32,1
Sul	42,9	60,5	23,4	53,9	21,9	43,5	35,5	41,7
Centro-Oeste	39,7	64,6	29,0	58,4	31,2	50,7	36,3	45,5

¹ Em relação aos produtores que declararam ter atividade fora do estabelecimento.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 25 – Composição das outras receitas obtidas pelos produtores.

Brasil e região	Não-familiar				Familiar				Assentado				Ocupante			
	Aposent.	Prog. Gov.	Salários	Outra	Aposent.	Prog. Gov.	Salários	Outra	Aposent.	Prog. Gov.	Salários	Outra	Aposent.	Prog. Gov.	Salários	Outra
Brasil	14,8	1,8	76,6	68	65,2	7,0	24,2	3,6	39,0	12,4	44,7	3,9	42,9	15,0	38,3	3,9
Norte	10,8	2,1	77,4	98	47,9	10,0	30,9	11,2	34,6	8,1	53,2	4,1	28,3	13,3	41,0	17,4
Nordeste	20,5	4,3	70,4	4,8	71,8	11,3	14,9	2,0	50,8	18,7	27,6	3,0	48,3	20,0	29,4	2,3
Sudeste	15,2	1,2	75,9	7,7	59,3	3,2	34,1	3,4	41,3	10,2	45,7	2,7	38,3	7,9	50,0	3,8
Sul	15,9	1,0	76,8	6,3	66,4	2,9	26,7	4,1	42,2	12,0	42,3	3,4	36,9	5,4	54,0	3,7
Centro-Oeste	7,4	0,7	84,1	7,9	42,8	3,2	48,1	5,9	23,1	7,0	64,1	5,8	22,7	3,2	66,0	8,1

Outra = receitas de desinvestimentos, pescado capturado e doações.

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Tabela 26 – Valor da produção obtida nos estabelecimentos por hectare e por pessoa ocupada.

Brasil e região	Não-familiar		Familiar		Assentado		Assentado (excluídas áreas >100ha)		Ocupante	
	VP/ha	VPPO	VP/ha	VPPO	VP/ha	VP/PO	VP/ha	VPPO	VP/ha	VPPO
Brasil	358,3	21.071,10	677,5	4.412,20	305,5	3.047,20	345,1	2.993,87	515,2	1.863,00
Norte	54,5	7.655,80	244,5	2.940,40	145,9	2.665,30	172,5	2.668,04	160,1	2.159,20
Nordeste	297,0	10.529,70	507,4	2.258,40	371,5	2.291,10	429,7	2.303,09	559,4	1.129,90
Sudeste	875,0	24.443,90	913,9	6.495,90	590,4	4.494,00	634,9	4.325,42	683	2.533,10
Sul	700,1	29.340,10	1.648,4	9.610,30	660,7	4.973,70	682,6	4.952,11	1.342,50	4.543,00
Centro-Oeste	181,7	35.879,60	286,2	5.064,00	209,3	3.527,10	225,5	3.254,85	567,5	7.777,00

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Tabela 27 – Estabelecimentos agropecuários que obtiveram financiamentos (% do total de estabelecimentos).

Brasil e região	Não-familiar	Familiar	Assentado	Ocupante
Brasil	17,2	17,9	18,1	14,0
Norte	9,7	8,8	13,2	5,6
Nordeste	11,4	13,5	15,8	12,9
Sudeste	16,8	14,7	19,6	13,6
Sul	31,5	37,4	36,9	28,5
Centro-Oeste	15,6	13,1	14,8	10,2

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Para finalizar, apresenta-se na tabela 28 a situação dos estabelecimentos quanto à posse de alguns eletrodomésticos informados pelo Censo, com o intuito de

verificar a hipótese de que os assentamentos conseguem obter melhoria das condições de vida em comparação com a situação anterior de seus membros. Não é possível verificar estritamente tal hipótese, mas sim comparar a situação dos assentamentos com a do total dos estabelecimentos, o que dá uma indicação indireta de como vivem os assentados. Podemos concluir que para a maioria dos eletrodomésticos pesquisados os assentamentos diferem muito pouco da média geral dos estabelecimentos agrícolas, observando-se diferenças negativas mais acentuadas apenas no caso das TVs com antena parabólica e dos computadores, estes últimos de fato praticamente ausentes dos estabelecimentos nos dois casos.

Se não se pode verificar cabalmente a hipótese de melhoria das condições de vida, pelo menos não se pode afirmar que os assentamentos estejam em situação pior que os demais estabelecimentos, em média. No Sul e Sudeste, por exemplo, a ausência de todos os itens pesquisados⁹ chega a ser até menor nos assentamentos, indicando seu maior acesso aos bens domésticos.

Tabela 28 – Estabelecimentos com posse de eletrodomésticos, total e assentados.

UF	Nenhum eletrodoméstico		TV antena comum		TV antena parabólica		DVD		Rádio		Computador	
	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados	total	assentados
Brasil	21,9	26,0	20,9	21,0	46,0	35,2	17,9	13,7	70,0	64,1	3,5	0,7
Norte	31,3	37,8	11,5	10,2	29,4	20,3	12,1	8,6	59,6	54,5	0,9	0,3
Nordeste	25,3	29,6	21,7	21,9	38,2	35,0	15,8	15,2	65,1	58,4	0,9	0,4
Sudeste	17,3	16,1	19,9	33,0	59,4	39,4	23,7	18,6	74,3	75,1	6,7	1,6
Sul	13,6	7,7	25,6	27,3	58,2	46,9	19,9	13,9	83,4	87,2	8,3	1,6
Centro-Oeste	21,4	24,9	16,8	16,9	52,6	37,7	18,8	11,1	68,6	65,0	4,1	1,0

Fonte: Censo Agropecuário de 2006

Conclusões

Apesar das limitações do Censo de 2006 quanto à definição e coleta dos dados de assentados e da agricultura familiar, as conclusões obtidas pelos estudos de caso nos assentamentos rurais nos diversos estados do país são amplamente confirmadas pelo Censo Agropecuário. A baixa escolaridade dos assentados, a

⁹Incluem ainda videocassete e acesso à Internet, mas as porcentagens são ínfimas em todas as regiões.

importância dos salários e das rendas previdenciárias, a heterogeneidade tecnológica, o alto grau de mercantilização e o acesso ao crédito são alguns exemplos.

Considerando o universo dos estabelecimentos de assentados sem titulação pesquisados pelo Censo, poderíamos descrever esse conjunto como formado predominantemente por pequenos estabelecimentos familiares, com produtores de baixa escolaridade e pessoal ocupado sem qualificação, embora participando do mercado de trabalho por meio de atividades agrícolas e não-agrícolas fora do estabelecimento. Esses estabelecimentos são altamente mercantilizados, com acesso a financiamentos bancários, mas dependentes de receitas externas como salários, previdência e programas sociais do governo. O padrão tecnológico e as práticas agrícolas nos assentamentos não diferem do "modelo produtivista" adotado no restante do país. A adoção de práticas como agricultura orgânica e métodos alternativos de controle de pragas ainda é incipiente na agricultura brasileira; o preparo do solo com cultivo mínimo e plantio direto é mais frequente, mas ainda francamente minoritário, tanto em geral como nos assentamentos em particular. As queimadas, ao contrário, são bastante disseminadas, especialmente entre os assentados.

A característica mais forte dos estabelecimentos de assentados sem titulação, em comparação com os estabelecimentos agrícolas em geral, é a sua baixa produtividade: diferentemente da agricultura familiar considerada como um todo, ou mesmo do universo dos ocupantes, os assentados não conseguem compensar a baixa produtividade do trabalho com maior produção por unidade de área. Apesar do maior número de pessoas ocupadas por hectare nos assentamentos, o valor da produção obtido é geralmente menor que na média dos estabelecimentos, o que pode ser consequência de que muitos assentamentos foram instalados em áreas de pior qualidade para a produção agrícola.

Essas conclusões gerais devem ser bastante qualificadas quando se analisam casos particulares de um ou outro estado da federação.

Os assentamentos do Rio Grande do Sul, por exemplo, concentram-se entre 10 e 50 hectares de área total, sendo mais uniformes em relação ao tamanho do que os estabelecimentos em geral nesse estado. Os assentados têm menor escolaridade, mas contratam mais pessoal com qualificação profissional. Ocupam o dobro de pessoas por hectare em comparação com a média dos estabelecimentos, dependem menos de aposentadorias e programas sociais e mais de salários como fonte externa de receita, além de demonstrarem maior capacidade de obtenção de receitas fora do estabelecimento. No Rio Grande

do Sul houve uma proporção maior de estabelecimentos de assentados com acesso a financiamentos, e destaca-se aí o papel das cooperativas de crédito. Há uma forte adesão dos assentamentos ao padrão tecnológico vigente nos demais estabelecimentos, mas verificou-se uma proporção maior de estabelecimentos com uso de agricultura orgânica e de práticas alternativas de controle de pragas do que na média geral dos estabelecimentos. A menor produtividade (da terra e do trabalho) foi no entanto comum entre os assentamentos desse estado e das demais regiões do país.

No Ceará, mais da metade dos assentados tem menos de 5 hectares, mais de 40% são analfabetos, quase não há receitas de atividades não-agrícolas, e existe forte dependência de aposentadorias e programas sociais do governo. Mas também aí o padrão tecnológico nos assentamentos é o mesmo que o do resto dos estabelecimentos e vigora a baixa produtividade. A utilização de força mecânica, adubos e defensivos é até mais freqüente nos assentamentos do que na média dos estabelecimentos do estado.

No Pará, uma minoria de estabelecimentos de assentados tem menos de 10 hectares, havendo quase 15% com mais de 100 ha, e 50 estabelecimentos com mais de 1.000ha de área total. Há uma maior participação, entre os assentados, do valor produzido em agroindústrias e as diferenças de produtividade, ainda que a favor dos não-assentados, são relativamente baixas em comparação com outros estados. Há um maior peso das atividades não-agrícolas e dos salários e menor peso de aposentadorias e programas sociais na formação das receitas nos assentamentos do Pará. Embora o "pacote tecnológico" convencional seja utilizado por menos de 10% dos assentados, sobressai o elevado percentual de estabelecimentos que utilizam queimadas (50% dos assentados contra 34% do total de estabelecimentos no estado).

Esses exemplos ilustram a heterogeneidade de situações regionais dos assentamentos, fruto de sua origem histórica e do próprio grau de desenvolvimento do estado onde se inserem, como ressaltaram os diversos estudiosos dos assentamentos rurais no Brasil. O avanço possibilitado pelo Censo do IBGE, que pela primeira vez fornece informações sobre esse universo de produtores, consiste em, de um lado, permitir traçar um panorama nacional das características e das condições da produção agropecuária desse grupo e, de outro, sugerir o aprofundamento dos estudos em áreas específicas (meso e microrregiões e até municípios). É possível saber, por exemplo, que dos 54 assentados com CNPJ do Pará, 39 estão no município de Cametá e 8 em Santa Maria das Barreiras, cabendo investigar o que ocorreu de específico nesses municípios.

Como foi visto, 90% dos estabelecimentos de assentados são familiares, mas eles diferem, em algumas características médias, da agricultura familiar tal como definida no Censo: os assentados têm maior área média¹⁰, são menos dependentes de benefícios sociais em forma de aposentadorias e pensões, porém mais dependentes de programas governamentais de distribuição de renda, e, principalmente, são menos produtivos que a agricultura familiar como um todo.

Já em comparação com os ocupantes, que assim como os assentados não possuem titulação definitiva da terra, é possível que a condição de assentado traga benefícios para a formalização e estabilidade do empreendimento. Os assentados possuem estabelecimentos em média maiores que os ocupantes, recorrem proporcionalmente menos a atividades fora do estabelecimento, embora com mais atividades não-agrícolas, operam com maior produtividade do trabalho e obtêm maior acesso a financiamentos. Note-se, porém, que nas regiões do Centro-Sul do país os assentados dependem mais fortemente dos programas sociais do governo para compor suas receitas, em comparação com os ocupantes.

Em resumo, os assentados não constituem uma "categoria à parte" no sentido de constituir "enclaves" na estrutura produtiva ou apenas "bolsões de pobreza": ao contrário, para a maioria dos indicadores de distribuição fundiária, formas de produção, tecnologia, mercantilização e produtividade os assentados são semelhantes à média geral dos estabelecimentos agropecuários, ressalvada obviamente a diferença de escala e, em particular, aos estabelecimentos familiares e de ocupantes. Os assentamentos, apesar da precariedade das condições em que são instalados e da falta de apoio de políticas específicas de sustentação, parecem estar reproduzindo o padrão médio da agricultura brasileira, com as devidas variações e exceções regionais.

Referências

APESAR DOS NÚMEROS: ministério comemora assentamentos. *Jornal do Brasil*, 17/5/2009. <<http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/05/17/>>

¹⁰Isto é verdadeiro mesmo quando se consideram apenas os assentamentos familiares: a área média dos assentamentos familiares é de 24 ha e dos não-familiares é de 90 ha. Para a agricultura familiar como um todo a área média dos estabelecimentos é de 18 ha. Os ocupantes familiares possuem em média 8 ha e os não-familiares 76 ha.

e17057057.asp>. Acesso em 28 abr. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: dos primeiros debates às atuais reflexões. **Reforma Agrária** – revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, v.33 n.2 ago/dez 2006. p.203-225.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. **A alternativa dos assentamentos rurais**: organização social, trabalho e política. São Paulo: Terceira Margem, 2003. 191 p.

BUAINAIN, A. M.; SILVEIRA, J. M. Reforma Agrária: mercado versus desapropriação ou mercado e desapropriação? **Com Ciência**, SBPC/Labjor 2003. <http://www.comciencia.br>. Acesso em 26/03/2010.

BUENO, O. C. *et al.* **Mapa de fertilidade dos solos de assentamentos rurais no estado de São Paulo: contribuição ao estudo de territórios**. Botucatu: FEPAF: UNESP, 2007.

I Censo da Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11, n. 31, Dez. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000300002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 23 Dez. 2009.

DAVID, M. B. A. *et al.* **Situação social e demográfica dos beneficiários da reforma agrária**: um atlas. Rio de Janeiro, IPEA, Texto para Discussão n. 548, março de 1998.

GONÇALVES, J. S.; SOUZA, S. A. M. Agricultura continental brasileira: reflexão sobre a diversidade de uma totalidade complexa. **Revista de Tecnologia e Inovação Agropecuária**. APTA. Dez. 2008. p.9-15.

IBGE. **Censo Agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

INCRA. Tabela Área incorporada ao Programa de Reforma Agrária. Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=203.

Acesso em 28Abr.2010.

INCRA. Números oficiais da reforma agrária. Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria/. Acesso em 23 Dez.2009.

INCRA. Titulação dos Assentamentos. Disponível em <http://www.incra.gov.br/portal/> Acesso em 26 Dez. 2009.

INCRA/DFC. <http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/0276300507.pdf> Acesso em 30/11/2009.

LEITE, S. P.; HEREDIA, B.; MEDEIROS, L. *et.al.* (coords). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural ; São Paulo : Editora UNESP, 2004. 392p.

LEITE, S. P.; ÁVILA, R. V. de. **Um futuro para o campo**: reforma agrária e desenvolvimento social. Rio de Janeiro : Vieira & Lent, 2007. 176p.

MARQUES, V. P. M. A. Os beneficiários da reforma agrária no Censo Agropecuário de 2006: aspectos metodológicos. Brasília: Texto para discussão interna. M.D.A., out. 2010.

MEDEIROS, L. S. Reforma agrária de mercado e movimentos sociais: aspectos da experiência brasileira. **Com Ciência**, SBPC/Labjor, 2003. <http://www.comciencia.br>. Acesso em 10/04/2010.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil** – processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre/ Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999. 279 p.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (orgs.). **Assentamentos rurais** – Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad Ed., 2004. 307 p.
SAUER, S.; SOUZA, M. R. Movimentos sociais na luta pela terra: conflitos no campo e disputas políticas. In: Ferrante, V.L.B. e Whitaker, D.C.A. (org.).

Reforma Agrária e Desenvolvimento – desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA; São Paulo: Uniara, 2008. (p.53-87).

SCHOBBER, J. Tecnologia simples é fundamental para assentamentos. **Com Ciência**, SBPC/Labjor, 2003. <http://www.comciencia.br>. Acesso em 10/04/2010.

SCHRODER, M. **Finanças, comunidades e inovações: organizações financeiras da agricultura familiar – Sistema Cresol**. 2005. Tese de doutoramento – Instituto de Economia - UNICAMP.

Secretaria de Reordenamento Agrário. Programa de Crédito Fundiário. Disponível em <<http://portal.mda.gov.br/portal/sra/programas/credito>>. Acesso em 23 Dez.2009.

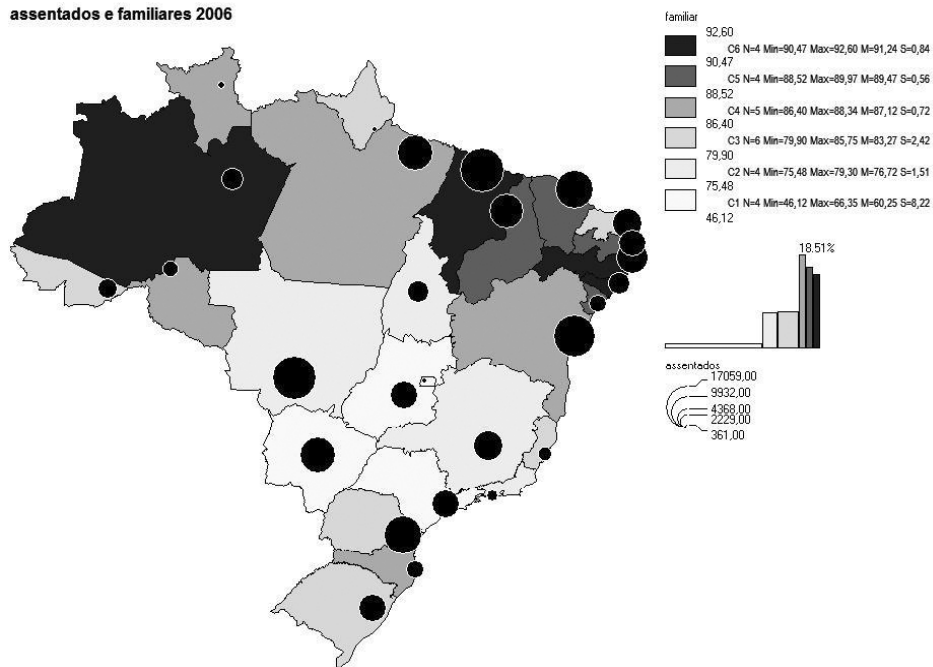
WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida** – reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 328 p.

ZARIAS, A. Programa de acesso à terra não é reforma agrária. **Com Ciência**, SBPC/Labjor, 2003. <http://www.comciencia.br> . Acesso em 10/04/2010.



ANEXO 1 – Assentados e familiares nas UF.

assentados e familiares 2006



Realizado com Phlcarto - <http://perso.club-internet.fr/phlgeo> [discrétisation =EF]
 angelak
 lbge

EXPANSÃO AGROPECUÁRIA E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL: O QUE OS DADOS DO CENSO DE 2006 REVELAM?

Pedro Ramos¹

Resumo: O trabalho analisa a evolução da agropecuária brasileira e de sua estrutura fundiária, destacando a ausência de Reforma Agrária, desde o Império até a década de 1960, bem como os impactos das medidas concentracionistas implementadas durante o regime militar, tomando como principais indicadores os dados dos censos agropecuários de 1960, 1970 e 1985. Destaca as recentes iniciativas em prol da agricultura familiar e, utilizando os dados do censo agropecuário de 2006, argumenta – em contraposição a outra visão – que está posta a possibilidade de ampliação e de melhorias nas políticas públicas voltadas àquela agricultura, como base para a construção do desenvolvimento sustentável e para a conciliação da produção de alimentos com a de biomassa para biocombustíveis (etanol e biodiesel), tanto para atender as necessidades do mercado interno como do externo.

Palavras-chave: Evolução agropecuária, estrutura fundiária, questão agrária, agricultura familiar, Brasil.

***Abstract:** The paper investigates the agribusiness development in Brazil as well as its agrarian structure, highlighting the lack of implementation of agrarian reform, since the Empire age period until the 1960s, and moreover, using agricultural census data of 1960, 1970, and 1985, as main indicators, also evaluates the impact of measures taken by concentrationist regimes during the military government. Recent initiatives to encourage family farming are emphasized and, using 2006 agricultural census data, states that - as opposed to another view - it is posed the possibility of expansion and improvements of public policies related to this particular field in*

¹Instituto de Economia – UNICAMP. E-mail: peramos@eco.unicamp.br.

agriculture, which serves as a basis to build sustainable development, including the linkage between food production and biomass for bio-fuels (ethanol and biodiesel), to meet the needs of either domestic or foreign markets.

Keywords: *Agriculture Development; Agrarian Structure; Agrarian Issue; Family Farming; Brazil.*

1 – Introdução

Este texto tem como objetivo central chamar a atenção para o fato de que está aberta ao Brasil a oportunidade de promover o crescimento de suas atividades agropecuárias para dar um salto qualitativo na direção do desenvolvimento sustentável, utilizando para tanto políticas que já vem sendo adotadas, mas que podem ser aprimoradas e redirecionadas para intensificar os vínculos entre segurança alimentar, produção de energia renovável e exportação de bens agropecuários, o que apenas poderá ocorrer com a transformação da agricultura familiar em base do nosso agronegócio, na perspectiva do que ocorre nos países desenvolvidos.

Para dar conta de tal objetivo, na parte a seguir é feita uma retrospectiva que evidencia a ausência de Reforma Agrária em nossa história, mesmo face aos compromissos assumidos quanto à sua realização e à criação de medidas legais para efetivá-la, principalmente depois do advento da República, que decorreu da abolição do trabalho escravo, mas que manteve o latifúndio ao longo do crescimento econômico ocorrido entre 1930 e 1960. A partir do final desta década, o regime militar optou por reforçar e ampliar a estrutura latifundiária e monocultora de nossa agropecuária. Este e outros processos ampliaram a concentração de renda e riqueza no país, sendo que seus impactos sociais negativos foram parcialmente mitigados até 1980, seja porque se ocupou boa proporção da fronteira, seja porque ocorreu um crescimento econômico "milagroso". Isto é sintetizado na parte 3.

Com a redemocratização, passou-se a tomar medidas (tímidas) em direção a uma reestruturação agrária, que foi acompanhada de políticas para promoção da agricultura familiar e da (lenta) recuperação do poder de compra do salário mínimo e, mais recentemente, da adoção do princípio de segurança alimentar, o que se busca conciliar com a ampliação da produção de energia a partir da biomassa, ainda virtualmente restrita ao mercado de etanol proveniente da cana-de-açúcar e de biodiesel obtido majoritariamente a partir da soja.

A última parte tem em conta o fato de que se passou a exigir da agropecuária, no Brasil e no mundo, o cumprimento desta nova função: a de produzir energia, a qual foi incorporada à noção de multifuncionalidade pelos europeus, que já incorporava a preservação ambiental. Contudo, é amplamente reconhecido que o Brasil é um dos poucos países que podem conciliar, mesmo que com limites, esta nova função com a de produção de alimentos, tanto para o mercado interno como para o externo, a partir da agricultura familiar, se quisermos promover, finalmente, o desenvolvimento sustentável entre nós.

2 – Uma síntese histórica: Da Colônia às Repúblicas sem Reforma Agrária

No Brasil, a propriedade fundiária nasceu atrelada à sua função produtiva. Isto porque a Coroa Portuguesa aplicou aqui uma lei que era válida para o seu território, a Lei das Sesmarias (Lei de 26 de junho de 1375), a qual obrigava "a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, foreiros e outros"². Tal lei foi então aproveitada para a exploração comercial do vasto território brasileiro, com a diferença de que aqui não houve preocupação com o tamanho dos lotes doados aos sesmeiros. O território foi dividido em quinze "capitanias hereditárias", ou seja, extensas faixas de terras, áreas doadas a doze capitães-donatários (capitães-mores ou governadores), que eram da nobreza portuguesa e que tinham um prazo de cinco anos para ocupação e efetiva produção. Assim, a ocupação do território teve desde logo um sentido mercantil³. Contudo, mais importante aqui é destacar que isto implicava, assim como em Portugal, um vínculo indissociável entre o aspecto jurídico e o aspecto econômico: o direito de propriedade apenas se sustentava ou se mantinha se ocorria um uso produtivo das terras.

Esta forma de distribuição/apropriação da terra prevaleceu no Brasil até 1822

²O instituto das sesmarias foi criado em Portugal (...) para solucionar uma crise de abastecimento. As terras portuguesas, ainda marcadas pelo sistema feudal, eram na maioria apropriadas e tinham senhorios, que em muitos casos não as cultivavam, nem arrendavam. O objetivo básico da legislação era acabar com a ociosidade das terras, obrigando ao cultivo sob pena de perda de domínio" (SILVA, 1996, p. 37). As citações dos documentos legais, salvo outra indicação, foram retiradas de Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários, 1983.

³Foi devido a isto que Celso Furtado afirmou que "O Brasil é o único país das Américas criado, desde o início, pelo capitalismo comercial sob a forma de empresa agrícola" (FURTADO, 1978, p. 93).

(Proclamação da Independência). Em 17 de julho de tal ano, em nome do Príncipe Regente, José Bonifácio de Andrada e Silva mandou suspender, pelo Decreto n. 76 do Reino, "todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa".

Entre 1823 e 1850, dadas as divergências entre o Governo e as classes dominantes quanto ao regime de distribuição e apropriação de terras que deveria ser institucionalizado no Reino, ocorreu a possibilidade de acesso à elas, com muitos homens ou trabalhadores livres utilizando o recurso da posse. Contudo, segundo SMITH (1990, p. 284-328), acabou predominando, dada a força dos mais abastados, um sistema de grandes posses.

Em 18 de setembro de 1850, pela Lei n. 601 (conhecida como Lei de Terras), foram reconhecidas as terras "possuídas por título de sesmaria (...) bem como por simples título de posse mansa e pacífica". A partir de então, conforme especificou o artigo primeiro de tal lei, "Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra". O artigo terceiro, em quatro parágrafos, especificou o que eram (e são) terras devolutas: fundamentalmente tratava-se "de terras usadas por órgãos públicos, as que não estiverem sob domínio particular; as que não se acharem dadas por sesmarias e as que não se acharem ocupadas por posses". Cumpre destacar que o projeto, enquanto discutido no Congresso, previa uma delimitação das posses a um máximo de meia légua quadrada (1.089 ha), algo que não foi contemplado na lei aprovada (SMITH, 1990, p. 315).

Isto significou, de um lado, a consolidação da estrutura fundiária herdada do Período Colonial; e de outro, que somente pessoas com recursos monetários poderiam vir a ser proprietários fundiários⁴.

É oportuno lembrar aqui uma primorosa obra que chamou a atenção para as relações entre a questão agrária e a "produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil". Nela o autor rechaçou a idéia, defendida pelos que queriam a manutenção do trabalho escravo, de que faltariam braços para a produção de culturas alimentares. Devidamente fundamentada em dados levantados nas mais importantes províncias do Império, ela mostrou que havia suficiente quantidade de mão de obra para a produção, tanto de culturas

⁴É por isto que Pereira (2004, Cap. II) afirmou que a Lei de Terras teve o significado de "fechamento" institucional do campo brasileiro, fazendo uma analogia com o processo de fechamento dos campos da Inglaterra.

voltadas à exportação como de gêneros para o mercado interno, e que não cabia falar de excesso de consumo destes últimos. No final da obra o autor fez uma proposta para a colonização do Brasil que, com poucas alterações, parece cabível ainda hoje:

A colonização nacional deve ser ensaiada com os agregados que existem nas grandes propriedades rurais, por não terem terras próprias, e a estes se devem reunir as pessoas desocupadas que superabundam nas cidades populosas, sem se entregarem a espécie alguma de trabalho, promovendo-se os casamentos dos que forem colonizados, e distribuindo-se-lhes terras, instrumentos agrários, e as sementes precisas para fazerem as primeiras plantações, bem como o indispensável sustento enquanto não recolherem os produtos de suas lavouras (SOARES, 1977, p. 351).

Com a condição de acesso apenas através da compra, modificou-se o vínculo entre o aspecto jurídico e o econômico da apropriação fundiária no Brasil, o que implicou a "absolutização" do direito de propriedade fundiária no país. Isto perdurou por quase um século, passando intacto pela Abolição e pela Proclamação da República.

Influenciada pelo que ocorria no mundo, a legislação fundiária do Brasil sofreu uma significativa mudança apenas depois do início da década de 1930. Conforme afirmou Marés (2003, p. 86), o Direito ocidental passou a incorporar, no século XX, a "ideia de que a propriedade gera obrigações"⁵. Este princípio foi incorporado à Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934 no seu artigo 17: "É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo, na forma que a lei determinar". Portanto, uma primeira formulação legal indicativa da "função social" da propriedade. Na Constituição de 1937 tal idéia desapareceu, ressurgindo na Constituição de 1946, com a seguinte redação: "Art. 147 – O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá (...) promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos".

A legislação fundiária brasileira sofreu uma alteração em 1964, decorrente

⁵A propriedade obriga! Com esta expressão, a Constituição de Weimar (1919) estabeleceu, pela primeira vez, no plano constitucional, a função social da propriedade" (CHEMERIS, 2002, Prefácio).

da exacerbação dos conflitos agrários que o país vivia desde o final da década de 1950, que se somaram aos conflitos de outras naturezas e que criaram uma situação de instabilidade política, cujo desfecho foi o golpe militar em 31 de março daquele ano.

A realização de uma Reforma Agrária foi um compromisso assumido pelo governo militar junto à comunidade internacional (e suas agências financiadoras), como decorrência da assinatura, em 1961, da Carta de Punta Del Este, pelo Brasil e outros países da América Latina, a qual deu origem ao Tratado da Aliança para o Progresso (GUEDES PINTO, 1995, p. 67)⁶.

Para buscar honrar este compromisso foi que aquele governo elaborou e o Congresso Nacional aprovou a lei n. 4.504, em 30 de novembro de 1964, que passou a ser conhecida como o Estatuto da Terra, com o qual se esperava que o Brasil passasse a estar dotado "do instrumento jurídico e institucional necessário para desencadear um programa nacional de reforma agrária" (GUEDES PINTO, 1995, p. 69). O Estatuto reforçou a idéia de que cabe à propriedade da terra uma função social, tendo criado os mecanismos institucionais (os indicadores de eficiência econômica) para que isto fosse concretizado. Contudo, ele foi logo depois abandonado no que tocava ao seu propósito reformista pelo regime militar, que implementou apenas o propósito de modernização da agropecuária brasileira.

O advento da nova Constituição em 1988 e a Lei Agrária de 1993, como tem ficado explícito, também não vem sendo suficientes ou devidamente aplicadas para provocar significativas alterações naquela estrutura, embora após 1985 os governos venham adotando programas de assentamento de trabalhadores (rurais ou não) e procurando dar maior apoio e ampliar a participação da agricultura familiar.

Em 2006 esta forma de exploração da terra passou a contar com uma lei específica (Lei n. 11.326 de 24/07/2006). Contudo, como continua importante

⁶Convém reproduzir o que se encontra afirmado no relatório da Comissão do Desenvolvimento Internacional do Banco Mundial: "A reforma agrária e a consolidação de propriedades fragmentadas serão necessárias em muitos países em desenvolvimento, não só para acelerar a transformação tecnológica e estimular a produção a longo prazo, mas também para gerar empregos rurais. A história nos ensina que, raramente, a reforma agrária é um processo tranquilo, e que consome muito tempo. Entretanto, a maioria dos governos tem agora à sua disposição meios de amenizar os distúrbios de curto prazo e os conflitos oriundos de um programa de transformação estrutural da propriedade da terra" (PEARSON, 1971, p. 75).

a participação dos grandes imóveis ou estabelecimentos na produção e realidade brasileiras, nossa estrutura fundiária e agrária (uso de terra e trabalho) apresenta uma dualidade (agropecuária patronal e familiar) que está relacionada à existência de dois ministérios, algo singular no mundo, pelo que se sabe.

3 – Evolução no período da modernização conservadora: os dados dos censos agropecuários de 1960-1970-1985

A dualidade mencionada no final da parte anterior é resultado da expansão da agropecuária brasileira a partir do final da década de 1960. Ela foi a face principal do processo de modernização conservadora de nossa sociedade, tendo se definido naquela época e se estendido até por volta de 1985 e seus principais resultados foram a consolidação da estrutura agrária e a ampliação da heterogeneidade social do país, com o aumento da concentração de renda e de riqueza⁷. Um estudioso concluiu que "a desigualdade da distribuição da posse da terra é, no Brasil, um dos condicionantes básicos da desigualdade da distribuição da renda na agropecuária" e que, ao se atribuir às famílias ocupadas na agropecuária que não possuem qualquer área de terra "estabelecimentos" com área igual a zero, "verifica-se que o Índice de Gini da distribuição da posse da terra no Brasil se torna praticamente igual a 0,9" (HOFFMANN, 2007, págs. 207 e 196). Como é sabido, o Brasil tem um dos maiores índices de concentração fundiária no mundo.

Nesta parte o objetivo é apresentar e comentar alguns dados sobre as atividades agropecuárias no referido período.

A Tabela 1 traz dados sobre os estabelecimentos que tinham nas culturas selecionadas suas atividades econômicas entre 1960 e 1985, agrupadas segundo os principais usos de seus derivados. Este agrupamento está referido à "nova função" que se espera da agropecuária: produzir bens para uso energético, além das tradicionais: fornecimento de alimentos direta ou indiretamente para o consumo humano, bem como produção de matérias-primas para outros usos ou fins.

Os dados mostram que, de modo geral, as áreas médias dos estabelecimentos eram menores em 1970 do que em 1960 e que se tornaram maiores posteriormente, cabendo destacar a da cana-de-açúcar em 1985, seguida da

⁷Para Mueller, 2010, o período da modernização conservadora estendeu-se até meados da década de 1990, fundamentalmente porque "não foi precedido por ações efetivas para reduzir as disparidades do acesso à terra" (p. 15).

que ocorria no caso da soja, que se elevou muito entre 1970 e 1985. Em 1985 as menores áreas médias eram as que ocorriam nos casos do feijão, da mandioca, entre as lavouras "alimentícias diretas", e nos casos do fumo e da uva no grupo das "para outros usos".

Tabela 1 – Brasil – Números e áreas médias decorrentes das áreas totais dos estabelecimentos produtores de bens agrícolas (segundo a atividade predominante em 1960 e atividade econômica em 1970 e em 1985).

Anos/Vars	1960 (Área - ha)		1970 (Área em ha)		1985 (Área em ha)	
	Grs. Lavs.	N. de Estabs.	Área Média	N. de Estabs.	Área Média	N. de Estabs.
Alimentícias "diretas"						
Arroz	443.239	53,19	575.860	50,71	459.056	54,87
Feijão	Não ap.	- x -	424.016	18,09	520.433	18,19
Trigo	19.482	69,80	62.015	48,07	54.103	46,81
Mandioca	Não ap.	- x -	692.701	16,29	542.508	16,31
Bataata ing.	17.945	26,73	19.508	24,56	15.037	28,90
Amendoim	Não ap.	- x -	46.954	15,29	5.966	26,11
Banana	41.991	37,87	59.312	29,74	106.616	29,87
Alimentícias "indiretas"						
Milho	645.550	34,78	800.606	26,10	554.565	28,07
Soja	Não ap.	- x -	111.720	17,38	176.101	84,26
Sorgo	Não ap.	- x -	Não ap.	- x -	Não ap.	- x -
Para uso misto						
Cana	79.345	83,71	88.920	61,46	85.048	89,08
Para outros usos						
Agave	12.379	50,72	Não ap.	Não ap.	16.162	56,30
Algodão(1)	195.794	33,71	166.259	25,32	216.061	26,96
Cacau	22.910	66,03	30.431	58,50	71.438	41,43
Café	281.570	50,18	256.467	34,93	237.938	41,37
Coco	18.983	31,97	Não ap.	Não ap.	45.658	17,01
Fumo	68.512	17,82	Não ap.	Não ap.	108.151	14,33
Laranja	13.434	19,71	33.596	24,01	47.952	35,67
Mamona	Não ap.	- x -	Não ap.	- x -	49.175	24,95
Uva	10.013	24,20	15.904	18,94	10.597	15,42

Fontes: FIBGE, Censo Agrícola de 1960; Agropecuários de 1970 e de 1985.

(1) Em 1960, aparece apenas a denominação algodão; em 1970, apenas algodão em caroço; em 1985, aparecem em separado os dados do algodão arbóreo, que não estão contidos nesta denominação.

Tabela 2 – Número e áreas médias decorrentes das áreas totais dos estabelecimentos dedicados às criações animais e a outras atividades (segundo a atividade predominante em 1960 e atividade econômica em 1970 e em 1985).

Anos e variáveis	1960		1970		1985	
	N. Estabs.	Área Méd.	N. Estabs.	Área Méd.	N. Estabs.	Área Méd.
Silvicultura	4.294	127,61	8.840	312,02	15.263	572,32
Horticultura e floricultura	12.158	10,77	22.067	11,05	41.919	11,97
Avicultura	6.471	16,30	10.016	20,07	54.749	27,06
Pecuária						
- Bovinos	339.949	313,07	639.465	229,03	1.420.155	147,00
- Suínos	168.987	43,35	118.456	26,87	236.660	24,76
- Ovinos	12.273	158,88	12.590	116,95	28.512	82,17
- Outros animais (1)	13.562	67,16	17.317	84,23	64.867	61,13
Extração vegetal	89.909	274,11	129.126	100,80	239.366	69,37
Inven. e campos de engorda	24.980	92,17	25.187	191,28	Não ap.	Não ap.

Fonte: FIBGE, Censo Agrícola de 1960; Agropecuários de 1970 e de 1985.

(1) Em 1960, refere-se a equinos, asininos, muares e caprinos. Em 1970 e em 1985 não há especificação.

Tabela 3 – Brasil – Número de estabelecimentos, área colhida (total e média) e % da área em cultivo simples – principais lavouras – 1970 e 1985.

Anos/ Vars.	Situação em 1970 (Áreas em ha)				Situação em 1985 (Áreas em há)			
	N. Infs.	Ár. colhida	Á.m.	% c.s.	N. Infs.	Ár. colhida	Ár. média	% c.s.
Alimentícias “diretas”								
Arroz em casca	1.460.489	4.312.134	2,95	72,3	1.679.963	5.173.330	3,08	80,8
Feijão em grão	2.257.886	4.081.950	1,81	16,4	2.946.163	5.915.575	2,01	30,1
Trigo em grão	378.164	2.057.898	5,44	96,9	142.717	2.518.086	17,64	100
Manioca	1.530.902	1.728.670	1,13	55,8	1.560.594	1.635.594	1,05	64,8
Batata inglesa	217.854	148.448	0,68	83,3	174.029	106.467	0,61	91,2
Amendoim	253.135	513.920	2,03	82,4	75.915	127.265	1,68	n. d.
Banana	470.608	439.634	0,93	n. d.	795.411	378.802	0,48	n. d.
Alimentícias “indiretas”								
Milho em grão	3.015.977	10.670.188	3,54	32,1	3.461.551	12.040.441	3,48	44,9
Soja em grão	374.730	2.185.832	5,83	42,3	420.204	9.434.686	22,45	91,7
Sorgo	934	não disp.	-	n. d.	4.081	66.860	16,38	n. d.
Para uso misto								
Caná-de-açúcar	350.103	1.695.258	4,84	96,3	402.542	3.798.117	9,44	97,3



Para outros usos								
Agave	Não aparece na lista das principais				18.417	178.362	9,68	n. d.
Algodão/carçoço	358.156	1.485.280	4,15	69,0	438.480	2.048.772	4,67	77,5
Algodão arbór.	(Contado em algodão em carçoço)				213.498	930.030	4,36	n. d.
Fumo em folha	173.025	n. d.	-	n. d.	147.889	276.187	1,87	n. d.
Mamona	94.674	n. d.	-	n. d.	152.052	594.569	3,91	n. d.
Cacau (amend.)	43.028	419.965	9,76	n. d.	112.141	691.026	6,16	n. d.
Café em coco	411.422	1.635.666	3,98	n. d.	525.610	2.636.704	5,02	n. d.
Coco da baía	81.838	n. d.	-	n. d.	210.871	109.306	0,52	n. d.
Laranja	529.032	207.457	0,39	n. d.	888.990	632.525	0,71	n. d.
Uva de mesa	110.756	60.856	0,55	n. d.	66.193	12.646	0,19	n. d.
Uva p/vinho	Não há distinção dos dados no censo				113.834	46.011	0,40	n. d.

Fonte: FIBGE, Censos Agropecuários de 1970 e de 1985 (amendoim em 1985: duas safras).

A Tabela 2 contém dados sobre outras atividades agropecuárias que não as lavouras. Consta-se de início a expansão do latifúndio subjacente à silvicultura. Quanto à avicultura, chama atenção a grande elevação do número de estabelecimentos a ela dedicados, que foi acompanhada da elevação de suas áreas médias. Quanto às demais criações animais, destaca-se que a bovina incorporou muitos estabelecimentos, o que fez cair a área média, o que ocorreu também na criação de porcos. Não se pode esquecer a importância dos grãos (milho e soja) para a alimentação destas criações.

A Tabela 3 contém dados que mostram as áreas totais colhidas em 1970 e em 1985 das culturas selecionadas e, principalmente, busca evidenciar o aspecto da monocultura (indicada pela denominação "cultivo simples") no caso das lavouras temporárias, já que para as permanentes não há disponibilidade desta informação.

Destacam-se a grande elevação da área média colhida e do cultivo simples no caso da soja e da primeira no caso do trigo. A cana apresentou também uma significativa elevação do mesmo indicador e era apenas superada pelo trigo no "cultivo simples" em 1985. Destacam-se também as pequenas áreas médias nos casos das demais culturas destinadas diretamente à alimentação e no caso do milho.

É oportuno chamar a atenção para as diferentes áreas médias das Tabelas 1 e 3. Os estabelecimentos que tem em cada lavoura sua atividade econômica (Tab. 1) apresentam áreas médias maiores das que as dos que colheram o mesmo produto (Tab. 3).

Tabela 4 – Brasil e alguns Estados – relações entre indicadores do uso de mão de obra e de terra pelos estabelecimentos agropecuários – 1960, 1970 e 1985.

EST ADO PAÍS	Censo de 1960						Censo de 1970						Censo de 1985					
	PO/ TR	AL/ PO	M PO	AL/ AT	AL/ BR	AT/ SU	PO/ TR	AL/ PO	M PO	AL/ AT	AL/ BR	AT/ SU	PO/ TR	AL/ PO	MP O	AL/ AT	AL/ BR	AT/ SU
RS	88	2,8	4	17,1	12,9	81,0	36	3,4	3	20,9	14,7	89,0	13	4,0	4	30,2	11,4	89,0
SC	520	1,7	4	16,7	3,5	62,3	126	1,7	4	19,0	3,9	73,6	19	2,5	4	29,6	3,5	77,7
PR	248	2,7	5	30,2	12,0	57,2	106	2,4	4	32,3	13,9	73,5	18	3,6	4	39,9	10,6	83,9
SP	64	2,8	5	24,7	16,6	78,1	21	3,3	4	23,2	13,9	82,6	9	5,0	5	33,4	10,8	81,9
RJ	159	2,3	5	20,5	2,2	69,8	65	2,5	3	19,3	1,9	76,6	33	2,1	4	20,9	1,1	75,4
MG	436	1,7	6	9,39	12,5	65,8	194	1,8	4	8,4	10,4	72,1	44	2,2	5	12,9	9,4	78,7
ES	561	2,6	5	25,5	2,6	63,4	265	2,3	4	18,5	2,0	82,4	44	2,9	6	29,3	1,8	85,4
BA	3095	1,2	5	12,2	7,5	31,6	1157	1,1	4	10,6	7,0	39,8	201	1,6	4	15,5	8,2	59,7
PE	1261	1,1	5	23,6	4,9	60,3	742	1,3	3	23,0	4,3	65,0	271	1,7	4	32,6	3,5	68,2
AL	1110	1,2	6	22,6	1,5	69,0	446	1,3	4	25,5	1,7	81,0	168	1,8	4	47,5	1,8	85,5
GO	370	2,0	5	3,4	3,5	44,8	93	2,9	4	4,6	4,9	55,5	22	5,2	5	9,5	7,1	72,9
MT	225	2,0	4	1,3	1,3	21,0	89	2,0	3	1,7	2,4	32,1	18	5,6	4	7,0	8,4	50,9
MA	19421	0,9	4	10,9	3,1	25,3	7040	0,6	3	7,1	2,3	33,3	566	1,8	3	19,6	4,8	47,9
BR	255	1,8	5	11,5	-	29,6	106	1,9	4	11,6	-	34,8	35	2,7	4	16,8	-	44,3

Fonte: Ramos (2005, várias páginas). Obs.: MT inclui MS e GO inclui TO.

A Tabela 4 traz indicadores sobre as relações entre o uso de trabalho, da terra e de capital (trator) pelos estabelecimentos agropecuários dos principais estados produtores de bens agrícolas no Brasil em 1960, 1970 e em 1985. A primeira revelação que convém destacar é a significativa queda da relação PO/TR (pessoal ocupado/número de tratores), que foi muito maior nos estados de fronteira (GO e MT) e no Maranhão. Nestes estados e nos demais, assim como no país como um todo, ocorreu uma ampliação das áreas de lavouras (AL/AT=área de lavouras/área total), principalmente entre 1970 e 1985. A média de pessoal ocupado (MPO) caiu⁸, o que se associou à elevação da área de lavoura por pessoal ocupado (AL/PO), o que só não ocorreu no Estado do Rio de Janeiro. O estado que em 1960 apresentava maior participação na área de lavoura do Brasil (AL/BR) era São Paulo, posição que passou a ser ocupada pelo Rio Grande do Sul em 1985. As elevações deste indicador depois de 1970 são notórias nos casos dos estados de Goiás e Mato Grosso. Em

⁸Cabe lembrar que esta média se refere apenas ao pessoal contratado pelos ou que é vinculado aos proprietários dos estabelecimentos, não incluindo os que eram "contratados" pelos intermediários de mão de obra.

1985 o estado que apresentava maior proporção de área de sua superfície territorial ocupada por estabelecimentos agropecuários (AT/SU) era o Rio Grande do Sul⁹.

Estes dados se constituem em indicadores dos principais resultados da modernização da agropecuária brasileira no período: "poupança" de mão de obra, crescimento na fronteira e ampliação do uso de tratores (bem como de outras máquinas – colhedoras automotrizes – e implementos agrícolas). Convém lembrar que esta modernização foi intensificada e não iniciada a partir do final da década de 1960 e que os dados da Tabela 4 não mostram as diferenças no tocante às mesmas relações quando: a) consideradas por estratos de área total dos estabelecimentos; b) construídas para as diversas lavouras e c) remetidas às áreas no interior de um mesmo estado.

Desde 1930 e até o final da década de 1970, o vigoroso processo de industrialização e urbanização da economia brasileira pode absorver parte significativa das pessoas e famílias participantes do êxodo rural intra e inter-regional do período¹⁰. O pífio crescimento econômico que passou a se verificar a partir de 1980 e as inovações tecnológicas da "terceira revolução industrial" reduziram em muito a criação de novos postos de trabalho, tanto na indústria como nos serviços urbanos. Isto significa reconhecer que aquela questão agravou-se, ao contrário do que pensam e defendem muitos analistas e estudiosos da sociedade brasileira.

A partir da década de 1990 a evolução da agropecuária brasileira foi influenciada por acontecimentos e mudanças de âmbito nacional, de âmbito mundial e, principalmente, pelas relações entre eles. Convém aqui restringir os comentários ao aspecto da relação entre os mercados de alimentos e de energia, ou seja, entre a questão da segurança alimentar e o uso e disponibilidade de fontes energéticas. Os elos entre estes dois mercados eram diminutos ou mesmo não existiam, devido ao amplo uso de combustíveis fósseis. Contudo, isto mudou devido ao agravamento da questão ambiental mundial, o que tem feito com que os países criem e implementem políticas públicas destinadas a enfrentá-lo e a dar conta de dois problemas: o do

⁹No trabalho do qual foram retirados os indicadores mencionados há uma distinção entre a "Região de Ocupação Antiga" (NE+SE+SUL) e "Região de Ocupação Recente" (CO+N), o que permitiu mostrar que, em 1960, esta última tinha apenas 15% de sua superfície já "apropriada" por estabelecimentos agropecuários, contra 55% da primeira. Em 1985, os percentuais eram de 29,8% e de 70,5%.

¹⁰Não é banal lembrar que entre tais famílias esteve, em 1952, a do Sr. Luiz Ignácio Lula da Silva, cuja inserção no mercado de trabalho foi possibilitada pela capacitação que recebeu no SENAI e tampouco cabe menosprezar as inovações que ocorreram na indústria de meios de transporte, onde ele trabalhou, a partir do início da década de 1990.

combate à fome e o da recuperação/preservação ambiental. Isto será considerado na parte final.

Tabela 5 – Brasil – Dados sobre os estabelecimentos e quantidades colhidas dos produtos das lavouras em 1995/96.

Lavouras	N. Estbs.	Área colhida	Ar. méd.	%c.s.	Quant. Colhida	C. E.	E. C.	E. I.	E. T.	V.C.
Alimentícias "diretas"										
Arroz (casca)	927.619	2.977.019 há	3,2 há	82,9	8.047.895 t	18,9	18,8	27,7	32,7	1,7
Feijão (grão)	2.137.775	4.085.523	1,9	45,7	2.063.721 t	21,1	8,3	2,1	64,0	4,1
Trigo (grão)	63.916	893.555	14,0	99,3	1.433.116 t	5,9	62,9	13,4	16,8	1,0
Mandioca	1.159.430	1.233.138	1,1	75,0	9.099.213 t	69,1	1,2	15,3	12,6	1,4
Batata inglesa	96.020	125.499	1,3	97,3	1.522.366 t	3,7	3,0	3,1	85,6	4,3
Amendoim	64.362	Não disp.	N. calc.	n. d.	51.459 t	10,7	13,0	25,2	47,5	3,3
Banana	637.247	412.969	0,65	n. d.	293.493 mil c.	9,3	0,5	1,7	79,1	9,3
Alimentícias "indiretas"										
Milho (grão)	2.539.892	10.602.850	4,2	74,1	25.510.505 t	31,0	20,0	13,4	31,5	3,8
Soja (grão)	242.999	9.479.893	39,0	97,8	21.563.768 t	2,2	36,6	30,4	29,5	1,1
Sorgo (grão)	5.561	Não disp.	n. c.	n. d.	268.215 t	31,7	10,7	25,8	28,5	3,2
Para uso misto										
Cana-de-açúç.	377.207	4.216.427	11,2	99,2	259.806.703 t	4,2	2,5	89,8	3,2	0,3
Para outros usos										
Algodão herb.	88.749	619.627	7,0	95,3	814.188 t	2,6	28,0	39,3	29,2	0,6
Algodão arb.	4.939	20.497	4,2	n. d.	2.555 t	3,4	13,1	5,2	77,1	1,1
Fumo (folha)	162.611	304.376	1,9	94,0	451.418 t	7,9	0,6	84,8	6,3	0,2
Agave (fibra)	5.215	50.534	9,7	n. d.	47.629 t	2,2	0,3	8,5	86,0	3,1
Cacau (am.)	77.207	679.778	8,8	n. d.	242.104 t	0,9	6,2	8,8	83,3	0,7
Café (coco)	368.961	1.812.250	4,9	n. d.	2.838.195 t	73,6/*	3,9	4,0	18,0	0,6
Coco-da-baia	224.169	138.601	0,6	n. d.	497.275	7,8	0,6	17,8	69,1	4,7
Laranja	826.875	946.886	1,2	n. d.	78.142.437 mil f.	2,4	1,8	73,5	20,3	2,0
Mamona	17.127	62.358	3,6	n. d.	15.542 t	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.	n. d.
Uva p/ mesa	93.733	21.729	0,2	n. d.	274.213 t	4,4	6,1	2,8	84,1	2,7
Uva p/ vinho	44.246	34.641	0,8	n. d.	379.062 t	9,1	24,2	60,7	5,0	1,0
Cajú (cast.)	195.444	492.881	2,5	n. d.	156.116 t	2,7	1,4	14,5	80,1	1,4

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 1995/6.

Notas: % c. s.=% em cultivo simples; o C. E. (consumo no estabelecimento) inclui as quantidades "estocadas no estabelecimento". Os dados da batata inglesa referem-se às duas safras; os do feijão às três safras, os do amendoim a uma safra. Na publicação há um provável erro quanto à distribuição do destino do café, pois no "consumo no estabelecimento" consta 63,6%. Aparentemente, os percentuais de "C. E." e "E. T." estão invertidos.

A Tabela 5 traz indicadores retirados do Censo de 1995/6. Entre eles cabe destacar o do destino da produção. Os bens que apresentam os maiores percentuais de "entregue à indústria" (E.I.) são a cana, o fumo e a laranja. Contudo, os seus percentuais não revelam uma diferença fundamental: no caso da primeira predomina a integração vertical, já que os usineiros são os maiores produtores de sua própria matéria-prima, o que ocorre em pequena (embora crescente) percentagem no caso da laranja e não ocorre no caso do fumo. Quanto à "entregue à cooperativa" (E.C.), organização fundamental para a sustentação e viabilidade dos agricultores familiares, destaca-se o caso do trigo, seguido de longe pelo caso da soja, do milho, do algodão herbáceo, da uva para vinho ou suco e do arroz. Percebe-se a oportunidade de ampliação da participação deste destino nestes e nos demais casos, podendo-se diminuir os percentuais das quantidades "entregues a intermediários" (E.T.), já que os agricultores geralmente têm suas rentabilidades espremidas por esta forma de comercialização. As maiores áreas médias colhidas ocorriam nos casos da soja, do trigo e da cana, à semelhança do que ocorria em 1985 (Tabela 3), tal como no tocante aos percentuais de cultivo simples. A diferença entre elas é que a soja e o trigo são lavouras temporárias e a cana é semiperene.

3 – A agricultura familiar nos dados do Censo Agropecuário de 2006 e sua importância

Nesta parte são apresentados alguns dados do Censo Agropecuário de 2006, lançando-se mão de relações construídas a partir deles. O objetivo principal é mostrar a importância da agricultura familiar e as diferenças de seus indicadores quando comparados com os da agricultura patronal, o que tem em conta a dualidade antes mencionada¹¹. Antes disso, contudo, os dados da Tabela 6 permitem uma visão geral do que ocorria naquele ano, bem como comparações com os dados de 1995/6 (Tabela 5), as quais não são aqui feitas em função de espaço.

A denominação "Não vendeu" (NV) pode significar que o produto tanto foi estocado tanto para venda futura como, principalmente, para consumo

¹¹Emprega-se a distinção entre agricultura patronal e familiar e não entre empresarial e familiar, o que poderia sugerir que a familiar não é ou não pode ser empresarial, algo equivocado, como se pode perceber.

no próprio estabelecimento. Os casos em que ela tem significativo porcentual e que devem representar esta segunda possibilidade são os dos feijões, da mandioca, do milho e do arroz.

Apenas nos casos do algodão (herbáceo) e da uva para mesa ocorrem significativos percentuais de exportação pelos próprios estabelecimentos produtores. A mamona merece destaque por ter sido indicada como base para a produção de biodiesel pela agricultura familiar, principalmente no Nordeste. Espera-se que isto venha a ocorrer efetivamente nos próximos anos, porque, por enquanto, a soja tem sido a matéria-prima mais utilizada¹².

¹²Saldanha (2010) traz dados que mostram que, em 2009, 77,4% do biodiesel produzido no Brasil teve como matéria-prima o óleo de soja, situando-se em segundo lugar a gordura bovina (16,6%) e em terceiro lugar o óleo de algodão (3,6%). A autora observa que a Petrobras Biocombustível vem buscando diversificar as matérias-primas e incluir a agricultura familiar "onde estão localizadas suas usinas". Um entrevistado afirmou que "é preciso conscientizar o agricultor familiar principalmente para que se organize em cooperativas e facilite as negociações", o que permitirá o aproveitamento das economias de escala.

Tabela 6 – Brasil – Dados sobre os estabelecimentos que se dedicaram às principais culturas em 2006.

Gr. Lavs.	N. Ests.	A.M.	% cs	Q. P.	EC	VI	EE	VT	VG	VC	EX	NV	VS
Alimentícias “diretas”													
Arroz	396.628	6,08	81,4	9.447,3	16,2	48,7	1,6	15,4	0,6	2,7	0,1	14	0,3
Feijão PR.	269.018	2,84	82,1	692,5	15,1	8,0	1,9	48,5	2,4	7,9	0,0	16	0,1
Feijão cor	462.380	3,08	51,8	1.294,3	5,8	8,5	1,7	60,0	1,0	6,2	0,1	17	0,2
Feijão frd.	782.034	2,73	43,3	1.122,1	0,8	1,9	0,7	49,0	0,9	8,0	0,0	39	0,2
Trigo (g.)	34.027	38,21	79,2	1.883,4	60,6	20,6	2,9	11,2	0,2	0,4	0,0	4	0,5
Mandioca	832.189	3,25	72,0	16.093,9	2,3	23,2	0,6	38,2	0,4	5,7	0,0	30	0,0
Batata in.	44.154	1,65	90,9	1.080,9	3,4	10,9	2,5	76,3	0,5	3,6	0,0	3	0,3
Amendoim	67.298	0,99	78,9	118,4	6,9	21,3	0,9	57,2	0,2	6,9	0,0	63	0,3
Banana	172.314	1,51	83,5	3.880,8	2,0	3,8	1,6	79,9	0,3	7,9	1,8	3	0,0
Alimentícias “indiretas”													
Milho (g.)	2.030.122	5,78	80,1	42.281,8	24,5	20,5	2,5	23,1	1,6	5,9	0,3	22	0,1
Soja em g.	215.977	72,45	96,7	40.712,7	34,7	42,6	5,5	13,1	0,2	0,5	2,4	1	0,2
Sorgo	Não consta nos dados censitários												
Para uso misto													
Cana	192.845	28,92	97,0	384.165	3,5	82,1	7,0	2,2	0,0	0,2	0,0	5	0,0
Para outros usos													
Alg. Herb.	13.290	59,22	97,1	2.350,1	8,8	43,4	1,8	17,3	0,0	0,6	16	12	0,0
Fumo	156.935	3,62	93,4	1.109,0	1,4	26,6	64	7,3	0,0	0,2	0,0	1	0,0
Agave	6.513	11,13	91,6	91,4	0,4	15,9	0,4	82,6	0,3	0,2	0,0	0	0,0
Cacau	73.834	6,99	66,9	199,2	4,3	4,1	5,3	83,7	0,6	1,6	0,2	0	0,0
Café aráb.	200.859	6,43	93,0	1.889,7	36,9	10,1	2,2	43,3	0,4	0,9	3,5	3	0,0
Café can.	85.984	4,60	90,2	471,0	8,3	8,5	1,7	78,1	0,8	0,7	0,2	2	0,0
Coco baía	43.673	1,69	84,5	862,7	0,5	18,8	0,5	72,5	0,4	5,5	0,2	2	0,0
Laranja	68.536	8,71	95,6	11.690,7	4,0	76,0	2,2	15,6	0,1	0,8	1,1	0	0,0
Mamona	23.681	4,68	41,3	61,8	2,0	7,8	2,2	83,4	1,0	1,8	0,0	2	0,1
Uva p/me.	10.942	1,79	97,1	252,7	5,3	4,0	1,9	66,7	0,5	4,5	17	1	0,0
Uva p/vin.	21.372	2,05	98,3	576,2	20,2	63,3	5,5	5,9	0,1	2,5	0,1	2	0,0

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Notas: % cs=% em cultivo simples; área média-A.M. em ha, Q. Pr.=quantidades produzidas em mil t. Os dados referem-se apenas aos estabelecimentos com mais de 50 pés nos casos da banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja e das uvas. No caso da cana, apenas os com mais de 1 há de cultivo. Não há disponibilidade dos dados para o caso do sorgo. Notações: EC=Vendida ou entregue à Cooperativas; VI=Venda direta para Indústria; EE=Entregue à empresa integradora; VT=Venda direta à intermediário; VG=Venda, entrega ou doada ao Governo (Federal, Estadual ou Municipal); VC=Venda direta ao consumidor; EX=Exportada; NV=Não vendeu; VS=Vendida como semente.

Os dados da Tabela 7 mostram que a maior participação de áreas colhidas com quinhentos ou mais hectares ocorria no caso do algodão herbáceo, decorrente do fato de que passou por um processo de concentração produtiva sem igual, o qual envolveu a mecanização da colheita e os estados da região Centro/Oeste. Assim, ao (histórico) latifúndio canavieiro juntou-se, depois da década de 1980, o latifúndio sojicultor e, mais recentemente, o algodoeiro.

Convém chamar a atenção para as diferenças entre os cultivos destas três lavouras e seus bens. A soja e o algodão são lavouras de ciclo curto (menos de um ano) e, portanto, suas monoculturas podem ser menores em termos temporais, seus bens podem ser comercializados interna e externamente, com ou sem processamento, o qual geralmente não é feito pelos seus próprios produtores. A cana apresenta ciclos que alcançam quatro ou mais anos e não tem, grosso modo, comercialização alternativa, e tem seu ganho concentrado pelo usineiro.

Entre as lavouras que apresentam maiores participações de áreas de colheita com menos de cinquenta hectares, destacam-se os feijões, a mandioca, a banana, as uvas, o fumo e a mamona.

Tabela 7 – Brasil – Distribuição (%) da área por grupos de área colhida dos estabelecimentos produtores das principais lavouras em 2006.

Grupos de lavouras	Menos de 50 ha	50 a – de 100 ha	100 a – de 500 ha	500 e + ha	Área colhida em há
Alimentícias “diretas”					
Aroz em casca	34,31	11,52	19,38	33,22	2.409.587
Feijão preto em grão	81,32	7,62	6,88	3,43	764.418
Feijão de cor em grão	64,94	9,04	11,52	13,23	1.424.846
Feijão fradinho etc	78,87	8,11	7,92	2,79	2.138.432
Trigo em grão	19,23	13,02	34,84	32,91	1.300.006
Mandioca	79,69	7,99	9,75	1,34	2.702.102
Batata inglesa	43,00	10,24	20,51	25,65	72.958
Amendoim em casca	56,22	8,61	20,98	13,69	66.369
Banana	86,45	6,16	6,28	1,11	259.776
Alimentícias “indiretas”					
Milho em grão	48,68	8,68	16,41	25,40	11.724.362
Soja em grão	13,34	6,37	21,57	58,71	15.646.980
Sorgo	Não aparece nos dados censitários				
Para uso misto					
Cana-de-açúcar	8,56	4,38	16,29	70,73	5.577.651
Para outros usos					
Agave	56,81	11,88	16,73	14,58	72.470
Algodão herbáceo	4,05	0,62	3,38	91,90	786.974
Cacau	58,57	17,71	20,22	3,50	515.871
Café arábica	64,40	12,65	19,68	3,27	1.292.290
Café canephora	86,60	6,46	5,30	1,64	395.561
Coco-da-baía	66,67	6,79	12,59	13,95	73.808
Fumo em folha	93,94	3,42	1,03	0,47	567.974
Laranja	34,65	13,04	27,78	24,53	596.919
Mamona	81,95	6,80	6,07	4,78	110.744
Uva de mesa	84,72	2,42	12,86	-	19.627
Uva (vinho ou suco)	96,84	1,02	2,14	-	43.856

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006.

Notas: Os dados referem-se aos estabelecimentos que apresentaram mais de 50 pés nos casos da banana, cacau, café, coco-da-baía, laranja e uvas. No caso da cana, apenas os com área colhida maior que um hectare. Quando os percentuais não somam 100% significa que há estabelecimentos sem declaração de área colhida.

Cabe passar agora à exploração das diferenças entre os indicadores da agricultura familiar e os da agricultura patronal.

Tabela 8 – Brasil – Indicadores da agricultura familiar e não familiar – Censo Agropecuário de 2006 (Área em há).

Distinção	PES. OCUP.	%	N. ESTBS.	ÁREA TOT.	%	Ar. Md.	PO/ há	Há p/PO
AGR. FAMILIAR	12.322.225	74,4	4.367.902	80.250.453	24,3	18,37	0,15	6,51
NÃO FAMILIAR	4.245.319	25,6	807.587	249.690.940	75,7	309,18	0,02	58,82
TOTAL	16.567.544	100	5.175.489	329.941.393	100	63,75	0,05	19,91

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006 (Geral e da Agricultura Familiar).

Os dados da Tabela 8 mostram o pessoal ocupado e a área total, em cada caso. São notórias as diferenças: a área média dos estabelecimentos da agricultura familiar é bem menor do que a da patronal e esta ocupa bem menos pessoas por hectare. Um trabalho (FRANÇA *et al.*, 2009, p.32) mostrou que o pessoal ocupado na agricultura familiar caiu em termos absolutos entre 1995/6 e 2006 (de 13,78 para 13,05 milhões), mas elevou-se proporcionalmente à agropecuária como um todo (de 76,9 para 78,8%).

Tabela 9 – Brasil – Outros indicadores da agricultura familiar e não familiar – Censo Agropecuário de 2006.

Distinção	N. Estabs.	V. Prod. (Mil R\$)	R\$/Estab.	PO/Estab.	R\$/PO	R\$/há
AGR. FAMILIAR	3.886.842	54.367.701	13.987,63	2,82	4.412,17	677,48
NÃO FAMILIAR	709.597	89.453.608	126.062,55	5,26	21.071,12	358,26
TOTAL	4.596.439	143.821.309	31.289,72	3,20	8.680,91	435,90

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006 (Geral e da Agricultura Familiar).

Tabela 10 – Brasil – Indicadores referentes aos bens dos estabelecimentos da agricultura familiar em relação aos totais em 2006 (Áreas em hectares, quantidades em t).

Atividade	AGRIC. FAMILIAR (A)		TOTAL (B)		(A)/(B) - %	
	Lavouras	Área colhida	Qtd. Prod.	Área colhida	Qtd. Prod.	Da área
1.Arroz em casca	1.167.376	3.199.460	2.409.589	9.447.257	48,5	33,9
2. Café arábica	513.681	645.341	1.292.292	1.889.719	39,8	34,2
3.Café canephora	253.437	259.180	395.562	471.037	64,1	55,0
4. Feijão de cor	1.015.718	697.232	1.424.848	1.294.307	71,3	53,9
5. Feijão preto	639.512	531.637	764.423	692.537	83,7	76,8
6.Feijão fradinho	1.855.299	939.931	2.138.425	1.122.139	86,8	83,8
7. Mandioca	2.418.155	13.952.605	2.702.102	16.093.942	89,5	86,7
8. Milho em grão	6.412.137	19.424.086	11.724.362	42.281.800	54,7	45,9
9. Soja	2.707.649	6.404.495	15.646.991	40.712.683	17,3	15,7
10. Trigo	323.922	479.273	1.300.008	2.257.598	24,9	21,2
Pecuária	N. Estabs.	Qtd. Prod.	N. Estabs.	Qtd. Prod.	Do n. ests.	Da qtd.
11. Leite de vaca	1.089.413	11,72 bi lts.	1.349.326	20,16 bi litros	80,7	58,2
12. Leite de cabra	15.347	23,99mi lts.	18.063	35,74 mi lts.	85,0	67,1
13. Aves	2.331.612	700,8 mi c.	2.713.390	1.401,3 mi.cab.	85,9	50,0
14. Suínos	1.276.037	18,4 mi c.	1.496.107	31,2 mi cab.	85,3	59,0
15. Bovinos	2.151.279	52,0 mi c.	2.673.176	171,6 mi c.	80,5	30,3

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006 (Geral e da Agricultura Familiar).

A Tabela 9 traz outros indicadores comparativos. Convém chamar a atenção para aqueles que mostram: a) a diferença entre os valores por pessoal ocupado. Isto provavelmente decorre do fato de que a agricultura patronal utiliza sistemas produtivos que ocupam menores números de pessoas e que acabam implicando em maiores custos e, portanto, maiores valores. Já no caso da agricultura familiar, pode ocorrer que os agricultores acabem por não registrar os valores de todos os bens que conseguem obter, principalmente aqueles que se destinam ao consumo familiar, o que está geralmente associado à sua produção mais diversificada; b) a diferença entre os valores por hectare deve decorrer principalmente do fato de que os agricultores familiares acabam dedicando-se mais aos hortifrutigranjeiros, ou seja, a bens que geram maior renda por unidade de área.

Os dados da Tabela 10 mostram em que produtos, dentre os destacados pelo Censo da Agricultura Familiar, esta é relativamente importante quando comparada com os totais de área colhida e quantidade produzida. O café apresenta-se, ao contrário do que ocorria no passado, como um produto cuja participação da

agricultura familiar é marcante. Mas o destaque cabe para os casos dos leites, das carnes de ave e de suínos, bem como para os dos feijões e da mandioca.

Como aquele censo não apresenta dados para todas as lavouras que estão sendo agrupadas da forma que foi iniciada na Tabela 1, serão utilizadas outras formas, fontes ou publicações, buscando ampliar e introduzir comentários críticos sobre a questão da distinção entre agricultura familiar e patronal. Antes disso, contudo, lança-se mão de uma última tabela retirada daquele censo, para mostrar em que estados estão localizadas as agriculturas familiares.

A Tabela 11 traz dados para a percepção sobre em quais estados estão localizadas as produções da agricultura familiar brasileira. Como era de se esperar, destaca-se a agricultura familiar dos estados do Sul como fornecedora de grãos e de carne de aves e suína, bem como de leite, cabendo a Minas Gerais a maior participação neste caso. No caso do arroz, ocorre grande participação da localizada no Estado do Maranhão. A da Bahia tem significativa participação nos casos do feijão de cor e fradinho e da mandioca e lidera a produção familiar no caso do leite de cabra. As agriculturas familiares dos estados do Espírito Santo e de Minas Gerais destacam-se no caso do café.

Tabela 11 – Brasil – Distribuição % da produção da agricultura familiar por alguns Estados – Censo de 2006.

Atividade	RS	SC	PR	SP	RJ	MG	ES	PE	AL	BA	MA	GO	MS	TO
Lavouras	Participação na área colhida pela agricultura familiar do Brasil (%)													
1.Arroz(casca)	8,54	7,16	1,04	0,43	0,09	2,26	0,12	0,22	0,27	0,55	39,5	1,9	0,5	2,5
2.Café arábica	0,00	0,00	8,64	7,59	0,85	56,2	16,4	0,25	0,00	6,24	0,00	0,1	0,2	0,0
3.Café caneph.	0,00	0,00	1,83	1,10	0,05	6,88	47,1	0,20	0,00	2,48	0,00	0,0	0,1	0,0
4.Feijão cor	0,97	2,46	4,72	1,49	0,38	8,41	0,51	6,82	23,9	17,7	4,76	0,3	0,6	0,1
5.Feijão preto	42,0	10,5	26,5	0,0	0,05	2,49	1,70	8,46	0,43	1,82	0,83	0,0	0,2	0,0
6.Feijão frad.	0,02	0,07	0,24	0,36	0,04	1,46	0,03	11,8	6,28	17,3	1,19	0,1	0,0	0,2
7.Mandioca	3,34	1,34	8,02	0,96	0,28	1,69	0,35	23,5	5,11	12,2	10,5	0,4	0,8	0,2
8.Milho	14,2	11,1	15,3	3,21	0,05	9,01	0,34	4,96	1,43	7,18	3,0	1,3	1,1	0,3
9.Soja	46,1	3,08	37,8	2,13	0,00	0,77	0,00	0,0	0,00	0,13	0,2	1,9	2,9	0,1
10.Trigo	52,7	2,48	44,2	0,34	0,00	0,00	0,00	0,0	0,00	0,00	0,00	0,0	0,3	0,0
Pecuária	Participação nos totais da agricultura familiar, em % de litros ou do número de cabeças													
11.Leite vaca	17,8	10,4	10,5	4,33	1,35	21,5	1,11	2,41	0,74	3,33	0,78	7,4	1,8	0,9
12.Leite cabra	1,49	2,17	0,87	3,55	1,94	6,59	0,55	9,20	1,40	38,3	0,60	0,8	0,3	0,1
13.Aves	16,2	20,9	27,2	14,7	0,14	4,66	1,34	1,15	0,41	1,81	0,67	1,7	2,5	0,3
14.Suínos	21,4	23,8	5,46	2,46	0,32	5,54	0,58	1,22	0,28	3,90	3,27	2,6	1,7	0,8
15.Bovinos	7,81	3,92	6,08	4,91	1,12	13,0	1,06	2,22	0,78	8,53	4,47	5,8	2,3	3,3

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário de 2006 (Geral e da Agricultura Familiar).

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) que recentemente organizou um evento no Congresso Nacional para criticar o Censo Agropecuário de 2006, notadamente no tocante aos dados sobre a agricultura familiar, utilizou o enquadramento ou não dos produtores rurais no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) como critério para fazer uma apresentação distintiva dos dados do próprio censo. A Tabela 12 tem como base a última publicação da entidade quanto a isto. Infelizmente, ela não considerou também todas as lavouras destacadas nas tabelas das partes anteriores.

A primeira revelação importante dos dados é a grande participação dos produtores enquadráveis de grãos (exceto de soja) na região Nordeste, superando os percentuais do Brasil como um todo. As observações feitas quando da análise (parcial) dos dados da Tabela 7 são confirmadas ou reforçadas: nota-se que o algodão e a cana apresentam os menores percentuais, seguidas do sorgo (que não aparecia naquela tabela), da laranja, da silvicultura, da soja e dos ovos. Cumpre destacar que a laranja vem passando por um processo de concentração produtiva, que foi parcialmente captado pelos dados do censo de 2006, já que ele se intensificou depois. Fica mais uma vez indicado que o fumo é a lavoura mais típica da agricultura familiar no Brasil.

Tabela 12 – Brasil e Regiões – Participação (%) no valor da produção dos produtores rurais enquadráveis no Pronaf – dados provenientes do Censo de 2006.

Produções	Reg. Sul	Reg. Sudeste	Reg. Nordeste	Reg. C./Oeste	Reg. Norte	BRASIL
Grãos	24,4	16,0	43,4	2,3	36,8	20,5
-Arroz em casca	10,7	24,7	63,0	15,4	45,0	24,2
-Feijão preto	56,3	42,5	63,9	15,2	70,7	55,8
-Feijão de cor	35,5	16,7	60,5	4,6	70,1	35,8
-Feijão fradinho	37,9	25,6	66,0	11,4	63,3	61,3
-Soja	18,6	2,7	0,2	1,1	2,6	8,8
-Milho	40,1	21,7	52,3	4,8	51,1	31,4
-Sorgo	24,1	8,5	15,0	1,1	-	7,2
-Trigo	13,5	0,6	-	-	-	12,3
Cana-de-açúcar	11,1	2,4	4,5	12,1	2,2	4,5
Mandioca	44,8	38,1	46,2	52,1	59,5	48,7
Batata	30,5	18,3	6,2	0,7	62,0	19,5
Café	32,2	21,2	-	-	75,9	22,5
Algodão	34,4	1,4	0,9	0,1	-	0,5
Fumo	75,3	-	-	-	-	74,0
Laranja	-	4,4	-	-	-	8,0
Horticultura	46,5	32,5	37,0	24,4	54,3	36,1
Fruticultura (exc.laranja)	24,9	11,7	11,6	25,4	36,8	15,5
Silvicultura	9,6	2,9	25,6	2,9	17,3	8,5
Bovinos e bubalinos	51,1	28,1	42,4	22,6	39,1	38,0
Leite	71,8	33,7	39,0	40,7	61,4	47,1
Suínos	45,9	10,2	42,3	9,0	55,9	35,4
Aves	45,4	7,4	16,2	18,8	30,6	24,9
Ovos	11,8	4,2	12,1	14,9	17,0	9,3

Fonte: CNA, 2010, diversas páginas.

Não cabe, contudo, superestimar os dados da Tabela 12, por dois motivos: o primeiro é que ela não considerou todos os estabelecimentos recenseados (5.175.489) na distinção, pois 255.024 foram considerados "não informantes", ficando 3.330.667 como "enquadráveis" e 1.589.798 como "não enquadráveis". Em segundo lugar e muito mais significativo é que o emprego do valor de produção como elemento para fazer distinção entre a agricultura familiar e a patronal é questionável e nem sempre adequado porque isto depende, entre outras coisas, dos propósitos do trabalho (acadêmico),

dos objetivos políticos de quem o utiliza e, principalmente, das afirmações e conclusões que são feitas com base nele. Assim, convém fazer a distinção entre as considerações de natureza puramente econômica e as de natureza mais ampla ou social.

Nesta perspectiva, cabe criticar um trabalho bem recente que afirma que, dos 5.175.489 estabelecimentos agropecuários recenseados, 3.775.826 tem um valor da produção de apenas R\$ 128,13 por mês e que, devido a isto, "Na agricultura, simplesmente não há solução para o problema de pobreza deles. Forte dose de política social, de caráter assistencialista, se faz necessária para manter as famílias a eles vinculadas nos campos" (ALVES, ROCHA, 2010). Dos 3.775.826 estabelecimentos, 2.149.279 estão na região Nordeste, o que pode ser considerado um reforço da grande participação regional dos produtores de grãos "enquadráveis", há pouco mencionada. Mas deduzir disto a idéia de que não há políticas agrícolas que possam contribuir para a melhoria da situação deles parece algo equivocado¹³.

Em primeiro lugar porque muitos outros estudiosos já chamaram a atenção para a necessidade de melhorias, aperfeiçoamento e mesmo ampliação dos instrumentos e medidas de tais políticas (incluindo o Pronaf) para dar continuidade ao reconhecido aumento da participação econômica e social da agricultura familiar na sociedade brasileira¹⁴. Também não cabe menosprezar o que ainda pode ser feito para auxiliar a viabilização técnico-produtiva e econômica dos lotes e dos produtores e famílias que tiveram acesso à terra no âmbito dos programas ou projetos de assentamentos. Convém lembrar as publicações feitas e/ou patrocinadas pelo Ministério do

¹³A publicação da CNA, cujos dados foram utilizados na Tabela 12, revela o mesmo posicionamento ao afirmar que "mais de dois terços dos enquadráveis geram um Valor Bruto da Produção tão baixo" e que "produzem praticamente para o autoconsumo e não geram receita nos estabelecimentos. Se sua sobrevivência vem da receita de outras fontes, seria justificável inclusive caracterizá-los como residentes rurais e assisti-los com políticas sociais e de combate à pobreza, em geral mais baratas e eficazes." (CNA, p. III)

¹⁴Isto é reconhecido inclusive por conta da ampliação da participação da agricultura familiar nas feiras e outros eventos do agronegócio brasileiro. Ilustram este fato a edição de novembro de 2009 (Ano 2, N. 16) da revista *terraviva* e a edição de agosto de 2010 (Ano XII, N. 138) da revista Panorama Rural, ambas vendidas em bancas.

Desenvolvimento Agrário que tratam dos resultados e problemas ainda existentes¹⁵.

Em segundo lugar porque aquela posição revela um excessivo economismo que não contribui para a devida compreensão das diferenças sócio-econômicas entre vida e trabalho (assalariado ou não, temporário ou permanente, precário ou não, formal ou informal etc) nos centros urbanos (grandes ou não) e vida, lides/ocupações e uso do tempo nos sítios e lotes de posse ou de propriedade familiar, que permitem, entre outras coisas, a geração e usufruto de "bens" (físicos ou não) que dificilmente são quantificáveis ou redutíveis a termos monetários/financeiros. Assim, supor que "quando se toma uma decisão no meio rural, como trabalhador ou empreendedor, sabe-se o custo alternativo dela para o negócio e para a família" (ALVES, ROCHA, p. 5) ou afirmar que "Os membros da família, na agricultura familiar, também tem o salário mínimo como referência nas suas decisões de buscar emprego fora do estabelecimento e de migrar" (p. 4) é, sem dúvida, um reducionismo exagerado. Cabe lembrar ainda a influência ou a importância (também já constatada em pesquisas) da extensão dos serviços ou bens públicos (saúde, educação, energia, transporte etc) ao meio rural brasileiro.

5 – Um futuro em aberto: O Brasil face ao novo desafio e nova oportunidade de desenvolvimento sustentável

Convém iniciar esta parte com uma afirmação bastante conveniente ao seu objetivo. Em uma obra não especializada encontra-se escrito que:

"De fato, não se pode negligenciar o imenso impacto social que um outro modelo de desenvolvimento rural no país, não centrado nas chamadas monoculturas e na exportação, poderia ter em termos de geração de trabalho e renda para o conjunto da população brasileira e da própria redefinição da relação entre o rural e o urbano. Esta se constitui hoje,

¹⁵Mesmo um crítico do "distributivismo agrário" reconhece que "milhões de agricultores familiares tradicionais, que labutam na terra há tempos, precisam de amparo da política pública" e de "uma renda rural mínima (que) precisa ser garantida ao pequeno agricultor, subsidiado pela sociedade, para que ele não abandone sua atividade e venha engrossar as massas urbanas" (GRAZIANO, 2004, págs. 25 e 27). Sobre as políticas fundamentais para viabilização dos projetos de assentamentos, consultar Ramos (2009).

sem sombra de dúvida, em uma questão nacional da maior relevância e urgência." (GRZYBOWSKI *et al.*, 2009, p. 163).

Esta afirmação é oportuna porque se parte aqui do reconhecimento de que existem dois problemas relativos às atividades agropecuárias que vem merecendo a atenção dos governos locais e dos organismos mundiais: o primeiro deles (típico dos países subdesenvolvidos) é o da fome, sendo que o Brasil assumiu posição de destaque no contexto mundial no tocante às políticas para extingui-la; o segundo é o da recuperação/preservação ambiental, do qual cabe destacar aqui a busca de produção de energias renováveis limpas. Assim, seja no âmbito interno de cada país, seja em termos globais, estes dois problemas deram origem a um novo, pois demandam a compatibilização entre produção de alimentos e de energia a partir da biomassa, área em que o Brasil também tem sido apontado como pioneiro devido o uso de etanol de cana. Mesmo antes de ficar devidamente explícito isto, o Brasil intensificou suas relações de comércio mundial e se tornou um grande exportador de alimentos e de matérias-primas em geral (agrícolas, minerais etc.) e, ao mesmo tempo, um maior importador de alguns bens relacionados aos complexos agroindustriais, mas, principalmente, de outros bens de alto valor unitário ou agregado.

O Brasil tem uma posição específica neste contexto, o que lhe confere uma grande oportunidade e um desafio significativo: o de continuar ampliando a importância da agricultura familiar com a realização de uma ampla reforma agrária que dê novo impulso à base de nosso agronegócio, para assim ampliar tanto a produção de alimentos como a de biomassa energética, seja para consumo interno, seja para exportação, articulando a política de abastecimento com a fundiária, gerando ocupações, ampliando e garantindo renda para famílias agricultoras. Embora o país seja um dos poucos em termos mundiais que tem disponibilidade de terras agricultáveis para tanto, a análise necessita ser devidamente qualificada, evitando-se ufanismo e exageros.

No âmbito nacional, há que se considerar a questão da disponibilidade de áreas que possam ser incorporadas à produção agropecuária e a possibilidade de elevação dos rendimentos físicos por área.

Começando por esta última, cabe reconhecer que os rendimentos provavelmente apresentarão menores taxas de crescimento no futuro próximo, principalmente porque já cresceram significativamente nos últimos

anos. A ocorrência de taxas significativas associa-se com as pesquisas biotecnológicas, que incluem o desenvolvimento de sementes transgênicas, seja no Brasil, seja no Exterior.

A disponibilidade de áreas no território brasileiro tem sido apontada de forma demasiadamente otimista como a maior do mundo e como argumento básico para a defesa da idéia de que a produção de biomassa para energia não ameaçará a produção de alimentos no país. Os que assim pensam e escrevem parecem esquecer-se do fato de que a grande maioria das áreas atualmente não utilizadas para quaisquer produções concentram-se na Amazônia e em alguns biomas (exemplo de parte do Cerrado), e que suas explorações implicam desmatamento e outros impactos ambientais negativos. Já o argumento de que as lavouras energéticas podem ocupar os espaços de pastagens (degradadas ou não) tem que ser ponderado: trata-se de uma substituição que implicará maior consumo de insumos pela pecuária bovina, que tem baixo custo porque ainda é predominantemente extensiva. Sua intensificação ocasionará maior custo de produção e uso de insumos (grãos).

Assim, é difícil fugir da conclusão de que a competição por áreas (vazias e/ou ocupadas) vai aumentar e de que deverão expandir-se as atividades mais rentáveis e/ou de menores riscos (climáticos e de preços) ou ainda as mais contempladas com políticas diversas. O resultado disto será o de maiores níveis de preços de alimentos e de matérias primas de origem agropecuária.

Duas considerações adicionais merecem ser feitas aqui. A primeira é a de que, com exceção da lavoura da banana, todas as demais "alimentícias diretas" e "indiretas" são temporárias, apresentando dois ou mesmo mais ciclos produtivos ao longo do ano. Isto confere uma flexibilidade que não existe no caso da cana-de-açúcar, uma lavoura semiperene atrelada ao processamento industrial na forma anteriormente apontada (integração vertical). No caso das lavouras permanentes, cabe mencionar que o adensamento, que permite maiores rendimentos por hectare, impede a utilização dos espaços intercalares para o cultivo de pequenas plantas, para o que contribuem também as implicações da legislação trabalhista e o uso de insumos químicos e equipamentos.

A segunda consideração é quanto à estrutura fundiária. Tanto os latifundiários como os minifundiários vem pressionando para que haja mudanças no Código Florestal brasileiro, existindo já uma proposta em

debate no Congresso Nacional. Embora seja difícil prever seus impactos, pode-se esperar que o desmatamento seja maior exatamente nas regiões de ocupação recente (Centro/Oeste e Norte), já que, geralmente, seus latifúndios apresentam maiores proporções de reservas de terras, ou seja, de áreas não trabalhadas e/ou ocupadas com pecuária extensiva.

No âmbito mundial, ou seja, no contexto dos países desenvolvidos, há que se reconhecer que eles não têm mais, praticamente, terras a ocupar e não podem abrir mão de suas florestas (na verdade, tentam ampliá-las, como é o caso do que ocorre na Alemanha). As lavouras e as criações de suas agriculturas familiares são altamente intensivas em insumos e é por isto que importam bens *in natura* (caso da soja em grão) ou processados (farelo). Este maior custo de produção já é "socializado" via políticas agrícolas. Quanto aos rendimentos, vale o que foi observado para o caso brasileiro, talvez com maior razão.

Assim, tais países têm pesquisado e avançado significativamente na busca de fontes alternativas de energia, renováveis ou não (energia eólica, solar, uso de hidrogênio e de algas etc.), principalmente as mais eficientes ou de maiores balanços positivos (energia produzida menos consumida). Simultaneamente, tem inserido a produção de biomassa nos mecanismos de defesa dos preços e da renda que caracterizam suas políticas agrícolas e o protecionismo que vem mantendo¹⁶. A China também vem fazendo o mesmo, mas tem um problema adicional: o da disponibilidade de água.

O que foi afirmado nos dois últimos parágrafos pode ser exemplificado com o caso do milho nos EUA: este país impõe barreiras tarifárias e cotas de importação que dificultam a penetração do etanol de cana brasileiro no mercado local; contudo, quando foi necessária, há pouco tempo atrás, uma maior quantidade de milho para a fabricação de etanol no país, ela foi importada do México e, em decorrência, a população pobre deste país acabou sendo penalizada.

¹⁶Convém reproduzir aqui a conclusão a que chegou, já há algum tempo, um estudioso quanto aos subsídios e multifuncionalidade na política agrícola da União Europeia: "O que vai tornando cada vez mais evidente na Europa Ocidental é que o espaço rural é composto por um conjunto variado de bens públicos, aos quais estão ligados valores que vão muito além da produção de alimentos, fibras ou energia. É exatamente isso que imprime interesse geral à discussão europeia e que dá à multifuncionalidade um caráter que extrapola a simples manobra protecionista." (ABRAMOVAY, 2002, p.260-1).

6 – Observações finais

O objetivo principal deste texto foi mostrar que a partir da passagem do Século XX para o XXI o mundo e o Brasil passaram a buscar respostas para um novo desafio produtivo no tocante às suas atividades agropecuárias: a de produzir, simultaneamente, alimentos e biocombustíveis. Como indicado, isto tem profundas implicações econômicas, sociais e, enfim, políticas, principalmente porque tal desafio está balizado por dois princípios: o da segurança alimentar e o do desenvolvimento sustentável.

Embora após a chamada redemocratização da sociedade brasileira tenham sido tomadas iniciativas para ampliar o acesso de famílias brasileiras à terra, tanto pelo Governo Federal (cabe lembrar o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Sarney) como pelos governos estaduais, ainda estamos longe de uma situação desejável, o que pode ser constatado quando se tem em conta os recursos alocados por aquele governo para a agricultura patronal (vinculada ao Mapa) e os destinados à agricultura familiar e à ação fundiária no âmbito do MDA.

As políticas agrícolas estão buscando atender os dois segmentos, mas parece incontestável que os crescimentos das áreas das lavouras de cana e de soja (para não mencionar a do algodão e a da silvicultura), típicas dos grandes estabelecimentos e que contam com apoio oficial (como é o caso dos financiamentos do BNDES para o "setor sucroalcooleiro" e das pesquisas da Embrapa para a soja nos cerrados), fazem-se à custa de um apoio que poderia ser maior para produtores e lavouras alternativas, com o que se pode evitar os deslocamentos ou mesmo a retração da produção de alimentos vegetais ou animais. Isto deve ser conjugado com o esforço de aproveitamento da energia proveniente da biomassa tanto pelos agricultores familiares tradicionais como pelos que estão sendo beneficiados pelos programas de assentamento.

O aumento da importância da agricultura familiar que decorre da defesa dos dois princípios – o da segurança alimentar e o de desenvolvimento sustentável – permitirá a diminuição da desigualdade social ou da desigualdade da distribuição da renda e riqueza nacionais.

Isto, como se percebe, poderá significar, no limite, a extinção da dualidade da agropecuária brasileira e, portanto, o fim da dualidade ministerial que a ela se associa.

Referências

ABRAMOVAY, R. Subsídios e multifuncionalidade na política agrícola europeia. In **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, Vol. 40, N. 2, abril/junho 2002, págs. 235-264.

ALVES, E. & ROCHA, D. de P. Ganhar tempo é possível? A ser publicado em GASQUES, J. G. et al., **A agricultura brasileira: desempenho recente, desafios e perspectivas**. Brasília, IPEA/ MAPA, 2010.

CNA/Confederação de Agricultura e Pecuária no Brasil. **Quem produz o que no campo: quanto e onde II**. Brasília, 2010, 192 p.

CHEMERIS, I. R. **A função social da propriedade: O papel do Judiciário diante das invasões de terras**. São Leopoldo/RS, Ed. Unisinos, 2002.

FRANÇA, C. G. de *et al.* **O Censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil**. Brasília: MDA, 2009, 96 p.

FURTADO, C. **Análise do "modelo" brasileiro**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978 (6ª edição).

GUEDES PINTO, L. C. Reflexões sobre a política agrária brasileira no período 1964-1994. **Reforma Agrária**, V. 25, N. 1, janeiro/abril 1995.

GRAZIANO, X. Breve história da reforma agrária: Distributivismo e inclusão no campo. In **Revolução no campo**. Cadernos Adenauer V, n. 3, Rio de Janeiro, 2004, págs. 11-34.

GRZYBOWSKI, C. *et al.* Notas para a retomada do debate sobre o desenvolvimento brasileiro". In SICSÚ, J. & CASTELAR, A. (Orgs.). **Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento**. Brasília: Ipea, 2009, págs. 153-168.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda e da posse da terra no Brasil. In RAMOS, P. (Org.), **Dimensões do agronegócio brasileiro**. MDA,

Brasília-DF, 2007, págs. 172-225.

MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre, Sérgio Antônio Fabris Editor, 2003.

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS FUNDIÁRIOS. **Coletânea: legislação agrária, legislação de registros públicos, jurisprudência**. Brasília, 1983.

MUELLER, C. C. A política agrícola no Brasil – uma visão de longo prazo. **Revista de Política Agrícola**, Ano XIX, Edição Especial, Mapa, Brasília, DF, 2010, págs. 9-23.

PEARSON, L. B. **Sócios no progresso: Relatório da Comissão de Desenvolvimento internacional**. Rio de Janeiro, Apec Editora, 1971.

PEREIRA, L. B. **Limites e obstáculos ao processo de reforma agrária no Brasil**. Campinas, IE/Unicamp (dissertação de mestrado), 2004.

RAMOS, P. Questão agrária, salários, política agrícola e modernização da agropecuária brasileira: Uma (outra) análise do período 1930-1985. In **Questão agrária no Brasil: Perspectiva histórica e configuração atual**, RAMOS FILHO, L. O. & ALY JR., Osvaldo (Eds.). S. Paulo, INCRA, 2005.

_____ Políticas públicas e perspectivas de viabilização dos assentamentos rurais. In **Retratos de Assentamentos**, Araraquara/SP, N. 12, Nupedor/Uniara, 2009, págs. 69-86.

SALDANHA, N. O subproduto biodiesel. In **Revista BiodieselBR**. Ano 4, N. 19, Curitiba, Outubro/Novembro 2010, págs. 40-44.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**. Campinas, Editora da Unicamp, 1996.

SMITH, R. **Propriedade da terra e transição**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

SOARES, S. F. Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1977.

ASSENTAR SEM TERRA OU FORTALECER AGRICULTORES FAMILIARES?¹

Carlos E. Guanziroli²

Resumo: O artigo procura desmistificar que hoje não existe no Brasil uma política agrária. Para isso, alinhava-se uma série de políticas criadas nos últimos quinze anos que contribuíram para completar o arcabouço de políticas que faltavam na década de 80. Surgem o PRONAF, o Crédito Fundiário, o PAA e a lei de ATER, aprovada recentemente. O artigo polemiza também com os modelos de organização coletiva dos assentamentos de reforma agrária que eram vistos anteriormente como a solução máxima para os problemas de gestão da reforma agrária.

Palavras-chave: Assentamentos; Agricultura Familiar; Política Agrária.

Abstract: This article seeks to demystify, through deconstruction, the concept that currently in Brazil there are no agrarian policies in force. With this purpose, it is outlined a series of policies that were created in the last fifteen years, which have offered support to complement the policy framework, that was lacking in the 80's. It was introduced PRONAF, the Land Credits, the PAA, and the ATER law, recently passed. The article also presents a polemical view of models of social and productive organization within the agrarian reform settlements, which were previously seen as the most appropriate solution to the problems of public management reform.

Keywords: Settlement; Farming Family; Agrarian Policy.

1 – Antecedentes

Em 1992, num dos momentos mais baixos da discussão de reforma agrária,

¹Artigo apresentado no IV Simpósio de Reforma Agrária NUPEDOR/UNIARA de 8 a 11 de Junho de 2010, Araraquara.

²Professor Associado III Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia, carlosguanzi@ism.com.br.

o autor pesquisou 44 assentamentos distribuídos no país inteiro e redigiu o texto conhecido como "*Principais Indicadores Sócio Econômicos da Reforma Agrária*" (GUANZIROLI *et al.*, 1994).

Nesse trabalho se avaliaram os assentamentos criados no Brasil entre 1986 e 1990 e concluíra-se que podiam ser viáveis economicamente, mas que deviam para isso resolver os entraves que existiam, principalmente, na área de comercialização da produção e que devia se evitar a qualquer custo a possibilidade de extrema ideologização do tema da reforma agrária, já que isso afugentaria possíveis aliados desta proposta.

Posteriormente em 1994 o autor, junto com outros especialistas, redigiu o documento conhecido como "*Diretrizes de Desenvolvimento Rural Sustentável*" (GUANZIROLI, 1996), no qual se advertia que os assentamentos eram ilhas no meio de um mundo rural, que, em conjunto, não tinham apoio das políticas públicas. Neste documento se constatava que, ao mesmo tempo em que se faziam assentamentos de reforma agrária, se estava "*des-assentando*" outros agricultores – os familiares com terra – por causa de uma política agrícola que os penalizava e que os levava ao abandono de suas terras.

Com base nos dados do Censo Agropecuário de 1995/96 os autores calcularam que havia 4.239.000 agricultores familiares que, apesar da total falta de apoio da política pública, geravam 37,9% do valor da produção agropecuária no Brasil. Surge o PRONAF.

A criação do PRONAF representa a legitimação por parte do Estado de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então tinham sido designados de forma pejorativa com os termos de: "pequenos produtores", "produtores de baixa renda" ou "agricultores de subsistência".

A política de assentamentos do INCRA continuava avançando de forma paralela. Até 1999 os movimentos sociais eram bem vistos pela sociedade e a reforma agrária avançava conjuntamente com o PRONAF. Assentaram-se 580.000 famílias entre 1994 e 2002.

De 2000 em diante, entretanto, os movimentos sociais perdem o suporte que tinham ganhado antes junto a sociedade urbana por vários motivos, entre eles porque se ideologizou demais o tema.

Além disso, o modelo de assentamentos apresentava sinais de esgotamento em função da ausência de assistência técnica, desistências e revenda de Lotes (35% vende as terras, ver GUANZIROLI, 2001), excessivo coletivismo em algumas regiões, problemas na seleção dos candidatos, ausência de uma estratégia de comercialização dos produtos, falta de titulação dos lotes dos assentados e

alto custo (R\$ 30.000 por família, Ver GUANZIROLI, 2001, op cit) sem retorno aos cofres públicos.

Buscaram-se soluções:

Em 1999 foi criado o LUMIAR que, embora tenha representado apenas uma solução parcial para o problema da assistência técnica, inovou, agregando as ONGs ao sistema tradicional de ATER. Este problema só tende a ser equacionado recém em 2010 quando finalmente se aprova uma Lei de ATER.

Para atender ao problema da comercialização foi criado em 2004 o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) que começou a dar garantia de venda aos produtos tanto dos assentamentos como da agricultura familiar.

Para abordar o problema da falta de titulação e pago pela terra foi criado o Programa: "Cédula da Terra" e posteriormente o Crédito Fundiário que visam a titulação rápida dos beneficiários mediada pelo pago das terras recebidas.

2 – Modelo Coletivo de Organização dos Assentamentos

A pesar das inovações positivas e modernizantes que aconteceram no tratamento da questão da agricultura familiar, persiste, no entanto, em alguns meios sociais (MST principalmente), mas também na área de extensão rural, a conceição equivocada de que os assentamentos devem se organizar prioritariamente seguindo um modelo de produção coletiva ou "comunitária".

Os modelos de organização coletiva não funcionaram na URSS nem no México nem na China. Muitos autores assinalam que o fracasso do socialismo real deve ser rastreado na agricultura, que teria sido seu calcanhar de Aquiles, em função da baixíssima produtividade e eficiência de um modelo extemporâneo e antagônico com todas as tradições agrárias da Europa do leste e da Rússia. Em México o modelo dos "*ejidos*" foi um rotundo fracasso e deveu ser privatizado na década de 80 para evitar um colapso total da agricultura mexicana.

Na verdade, este modelo só teve um relativo sucesso em Israel com os *kibutz*, onde a questão ideológica e religiosa criou um clima de coesão interna que permitiu que sobrevivessem bastante tempo.

A reforma agrária do Chile, que foi a única que deu certo em América Latina, porque seguiu modelo de agricultura familiar.

A extensão rural e os movimentos sociais em geral apresentam as seguintes justificativas para a necessidade de seguir o modelo coletivo:

► **Infraestrutura comunitária:** seria mais econômico organizar as moradias num modelo de agrovilas porque a eletricidade e o abastecimento de água ver-se-ia facilitado em relação a um modelo de agricultura familiar onde as casas

ficassem dispersas num território amplo.

▶ Economias de Escala: ao não dividir a terra em parcelas individuais poder-se-ia desenvolver cultivos em grande escala que teriam custos médios e marginais unitários menores.

▶ Processamento e Comercialização: estas atividades deveriam ser coletivas para evitar a ação dos chamados "atravessadores" e garantir maior lucratividade aos agricultores.

Este modelo, sempre que foi implantado, apresentou problemas, como os que se descrevem a seguir:

▶ O Tempo Produção é inferior ao Tempo de Trabalho pela função específica que a Natureza possui na agricultura. Por este motivo a agricultura não pode ser organizada de forma igual à indústria, devendo limitar-se a expressões de maior convívio com a natureza, o que diminui a taxa de lucro a velocidade de rotação do capital fixo (MANN, DICKINSON, 1989; VERGOPULOS, 1978).

▶ O trabalho não é homogêneo, é formado por tempos com diferentes intensidades e qualidades, o que impede a distribuição igualitária de lucros ou participações que se supõe devem vigorar num modelo coletivista.

▶ Quando se tenta dividir o excedente em função de tempo de tempos de trabalho simples, geram-se conflitos e divisões dos grupos.

▶ Dificuldades de gestão de modelos complexos em função da baixa escolaridade dos agricultores. As mega estruturas de processamento e comercialização coletivas em geral fracassam por falta de capacidade de gestão entre os agricultores que se supõe delas participam. Na prática eles acabam sendo substituídos por burocratas que tomam decisões sem consultá-los, o que gera desconfianças e conflitos.

Além das dificuldades inerentes do modelo coletivo ou comunitário, conforme demonstram novos estudos empíricos, não há economias de escala constantes na agricultura. É verdade que em faixas de terra excessivamente pequenas, tecnologias como a mecanização são inviáveis, mas essa falta de escala pode ser resolvida por meio de aluguel de máquinas ou compra de máquinas em grupos (LUND, HILL, 1985; BINSWANGER, 1994).

Inovações de programas governamentais como o Luz para Todos e o P1MC – Programa Um Milhão de Cisternas garantiram água e luz em cada casa sem necessidade de agrupá-las em agrovilas.

Os agricultores por outro lado preferem ter seu lote individual, onde podem ter suas hortas, pequenos animais, pomares, etc. o que não é possível no esquema das agrovilas e terra comunitária.

3 – Proposta de Modelo Realista de Organização

Após visitar muitos assentamentos e realizar pesquisas nos mesmos o autor visualiza modelos que têm mais probabilidade de sucesso, ou pelo menos são menos passíveis ao fracasso, i.e, tem o que se chama na literatura do tema: maior resiliência.

Trata-se de modelos que combinam o trabalho individual familiar com o comunitário, segundo as vantagens relativas de cada forma em cada caso:

► **Produção agrícola** com controle direto da família. Exemplos: horta com uso da água realizado de forma comunitária, mas individual no controle da produção. A foto embaixo ilustra essa situação de um assentamento o Sombras Largas, em Rio Grande do Norte, onde as famílias compartilham o uso da água, mas controlam a produção de forma individual, colocando placas com o nome do casal que é dono de cada fileira da horta.



Trabalho de campo do autor

► **Processamento**: possuem-se equipamentos coletivos, mas as atividades são realizadas de forma individualizada e o produto pertence a cada família que trabalhou no local. O exemplo é de uma casa de farinha coletiva no interior de Ceará, onde cada um processa sua mandioca e deixa um valor para manutenção do equipamento. No caso do Caju, em Serra do Mel, Rio Grande do Norte, há uma fábrica comunitária onde cada um descasca sua castanha e controla sua produção. A venda é realizada em comum. Em Maranhão onde se produz arroz com equipamento de pilar comunitário, mas o produto é individualizado, igual que na mandioca.

► **Comercialização:** para ser coletiva tem que se evoluir muito na capacidade de gestão e relacionamento com mercados. No geral funciona melhor de forma individual.

A vantagem desta forma está na sua simplicidade e na pouca demanda por atividades de gestão. As formas complexas de organização esbarram no que a Teoria Institucionalista (NORTH, 2003) chama de custos de transação.

Segundo esta teoria um dos elementos que aumenta os custos de transação são as chamadas localizações específicas. A baixa mobilidade do agente produtor aumenta a capacidade dos agentes de exercer oportunismo de mercado, i.e, sabendo que o agente produtor tem baixa mobilidade eles podem "mentir, trapacear e até roubar" e, irão fazê-lo, a menos que haja instituições suficientemente fortes para coibi-los" (MAQUIAVEL apud NORTH, 2003).

No caso da agricultura isto se manifesta claramente na dificuldade que existe nas relações entre produtores e compradores. Os contratos não se cumprem porque, ante o mais mínimo aumento de preço de um concorrente, os fornecedores de matéria prima abandonam seu processador habitual e rompem os contratos. Isto afeta tanto as indústrias como as cooperativas e associações de pequenos produtores, que ficam sem matéria-prima para processar e por isso muitas vezes vão à falência.

A falta de experiência e capacitação para lidar com mercados, administração, contabilidade e preços leva a muitas estruturas cooperativas ou associativas ao fracasso ou a dominação das mesmas por profissionais contratados que rapidamente se distanciam das necessidades e interesses dos produtores.

Os produtores sabem produzir, mas encontram enormes dificuldades para exercer uma profissão de administradores para a qual não foram preparados nem nunca se interessaram. São raros os casos de entidades de produtores que realmente conseguem avançar mantendo a representatividade da base nas decisões das entidades.

Quando fracassam há um alto custo de reversão para converter estruturas coletivas pesadas (criadas no passado) em estruturas de âmbito familiar. Isto aconteceu inúmeras vezes nos assentamentos coletivos do MST.

Por este motivo, é melhor começar com estruturas menores, geridas por pequenos grupos familiares, que sejam tangíveis e fáceis de organizar. A experiência demonstra que para se organizar de forma cooperada deve haver confiança entre os associados e isso leva tempo para ser conquistado. Acelerar o processo de associativismo, neste sentido, pode abortá-lo prematuramente.

4 – Situação Atual e Perspectivas para Reforma Agrária

Quando a questão agrária estava na pauta, nos anos sessenta, o diagnóstico era que a estrutura fundiária da época, baseada no latifúndio e minifúndio, seria incapaz de dar conta da oferta de alimentos que se demandava durante a fase de industrialização do Brasil. Ignácio Rangel, Passos Guimarães e outros autores falavam da inelasticidade da curva de oferta com base nessa estrutura, que não seria sensível a preços nem a aumentos de produtividade.

Entre os anos 70 e 90, sem embargo, se desenvolve um setor agroindustrial poderoso que não só foi capaz de garantir o abastecimento interno, como também aumentar significativamente as exportações agrícolas. Este processo foi chamado de "modernização conservadora", por aumentar a produtividade, via crédito e preços mínimos, sem alterar a estrutura fundiária nem resolver os problemas sociais do campo.

Desde os anos 90 em diante este setor cresceu ainda mais, dando lugar ao boom do agronegócio atual, graças também as tecnologias desenvolvidas pela EMBRAPA anteriormente.

Nos anos 90 (1995) foi criado o PRONAF que, junto com a iniciativa dos próprios agricultores, permitiu que a agricultura familiar ganhasse espaço dentro da agricultura brasileira, como mostra a tabela que segue:

Tabela 1 – Agricultura familiar. Comparação Censo Agropecuário 1996 e 2006.

Variável	1996 % do total	2006 % do total	Pontos Percentuais de Aumento
Número de Estabelecimentos	85,17	87,95	2,12
Valor Bruto da Produção	37,91	40,03	1,88
Área dos estabelecimentos	30,48	32,36	1,91
Pessoal Ocupado	76,85	78,76	2,12

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Agropecuários do IBGE e Metodologia FAO/INCRA (GUANZIROLI, 2001).

Tabela 2 – Participação da agricultura familiar no VBP das regiões.

Região	1996 (% do VBP total)	2006 (% do VBP total)
Norte	58,26	69,40
Nordeste	42,98	51,93
Sudeste	24,43	23,66
Sul	57,13	57,53
Centro-Oeste	16,31	16,96

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos Agropecuários do IBGE e Metodologia FAO/INCRA (GUANZIROLI, 2001).

Conforme pode se ver nas tabelas acima, a agricultura familiar aumentou sua participação no Valor Bruto da Produção de 37,9% em 1996 para 40,03 em 2006, sendo que em algumas regiões este aumento foi ainda maior, como no Norte onde aumentou de 58,26% para 69,40% e no NE de 42,98 para 51,93 % da produção agrícola inteira da região.

O fato de a agricultura familiar ter aumentado sua participação percentual nos dez anos de maior evolução do agronegócio no Brasil demonstra que este setor, além de produzir alimentos, está integrado nas cadeias produtivas do agronegócio de forma efetiva e crescente.

Para a chamada reforma agrária, ou melhor, política de assentamentos do INCRA, sobrou uma participação marginal dentro da estratégia mais ampla de desenvolvimento rural baseada na política de territórios. No território pode haver componentes de política de terras, não necessariamente via desapropriação, terra, crédito, infra-estrutura. A prioridade que se dá a cada um deles, vai depender do diagnóstico que se faça das necessidades da região e dos determinantes de desenvolvimento que se estimem.

Descentraliza-se assim a política agrária, que agora passa a se apoiar nas instituições da sociedade civil (ONGs, etc) e na política de territórios.

5 – Conclusão: O Brasil Hoje Tem Política Agrária?

Para responder a esta pergunta dever-se-ia remontar todo o processo de

construção e desconstrução que aconteceu entre os anos 80 e 2010 em termos de continuidade e rompimento com idéias prevalecentes no domínio do tema.

No entanto, se antes se diagnosticava que faltava uma linha de crédito específico para os agricultores familiares, hoje pode se dizer que isso foi resolvido, e o PRONAF está aí para demonstrar isso. Da mesma forma com respeito a necessidade de garantir a comercialização, que era o grande entrave dos assentamentos dos anos 80: o PAA resolveu em parte esse gargalo.

O problema da falta de titulação e pagamento das terras foi equacionado com o Crédito Fundiário. A falta de infra-estrutura está sendo resolvida com os programas P1MC, LUZ PARA TODOS, e PCPR (Programa de Combate à Pobreza Rural) dentro da estratégia dos territórios.

A assistência técnica tal vez seja o ponto mais polêmico, mas com a lei que foi aprovada recentemente, esperasse que no futuro imediato se conseguisse atender de forma mais abrangente e sistêmica aos agricultores familiares, incluindo, entre eles, os assentados da reforma agrária.

Referências

BINSWANGER, Hans. Agricultural and Rural development. **World Bank** paper. 1994.

FAO/INCRA/MDA. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Silva Cardim (FAO) e Carlos Guanziroli (INCRA) (coord). Brasília: Ministério de Desenvolvimento Agrário e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, fevereiro de 2001.

GUANZIROLI, C. PRONAF: dez anos depois, uma avaliação. **Revista da SOBER**, segundo trimestre 2006.

GUANZIROLI, C.; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITENCOURT, G.; ROMEIRO, A. **Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI**. Garamond, 2001. Rio de Janeiro.

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A. R.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. **Reforma Agrária: Produção, Emprego e Renda**. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. v. 1. 216 p.

GUANZIROLI, C. E. Lineamientos de Política Agraria y Desarrollo Sostenible para el Fortalecimiento de la agricultura familiar en Brasil. **Land Reform Land Settlement And Cooperatives** FAO ONU, Rome – Italy, v. 1996, n. 2, p. 23-45, 1996.

HELFAND, S. **Explicando as diferenças na produtividade agrícola no Brasil**. Paper apresentado em seminário da pós-graduação da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, agosto 2010.

LUND, P.J., HILL, P.G. Farm Size, Efficiency and Economies of Size. **Journal of Agricultural Economics**, 30(2), May, 1979.

MANN, S., DICKINSON, J. Obstacles to the Development of a Capitalist Agriculture. **The Journal of Peasant Studies**, London, 5(4): 466-81, Jul.1978.

NORTH, Douglas. **The Role of Institutions in Economic Development**, ECE Discussion Papers Series 2003_2, UNECE.

STANTON, B.F. Perspective on Farm Size. **J. Agricultural Economics**, Dec.1978.

VEIGA, J.E. **O Desenvolvimento Agrícola, uma visão Histórica**. Hucitec. USP. São Paulo, 1991.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalism and Peasant Productivity. **The Journal of Peasant Studies**, London, 5(4): 446-465, Jul.1978.

AS POLÍTICAS DE ASSENTAMENTOS EM SÃO PAULO: POR UM BALANÇO DA TRAJETÓRIA DAS EXPERIÊNCIAS EM DISTINTAS REGIÕES¹

Luís Antonio Barone²

Vera Lúcia S. Botta Ferrante³

Resumo: O objetivo deste artigo é proceder a um balanço provisório das experiências de assentamentos rurais implantados nos últimos 25 anos em duas regiões diferenciadas do Estado de São Paulo (Brasil). Frutos de um movimento que envolve a redemocratização do país, a articulação de novas forças políticas (sindicatos e movimentos sociais do campo) e os limites institucionais definidos a partir da Constituição de 1988 e dos programas e políticas públicas das últimas décadas, esses assentamentos expressam tensões, que são reveladoras das contradições e possibilidades da chamada agricultura familiar, frente ao poder do grande capital agropecuário e agroindustrial, no âmbito do desenvolvimento social no campo paulista. As regiões sob análise são a de Araraquara (centro-nordeste do Estado) e a do Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado). Diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social caracterizam tais realidades, nas quais as trajetórias dos assentamentos se dão através da constituição de uma trama de tensões, formada a partir das relações travadas por distintos atores, sendo destacados nesse estudo os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. Avalia-se a eficiência (ou não) de políticas públicas específicas para esses produtores, patrocinadas pelos governos federal e estadual em parceria com os municípios. A inserção sempre problemática dos assentamentos nos distintos contextos regionais e no circuito do desenvolvimento

¹Este artigo é uma versão modificada da comunicação intitulada "Para onde vão os assentamentos rurais: por um balanço das possibilidades institucionais da Reforma Agrária em São Paulo", apresentada no **VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural**, Porto de Galinhas-PE, novembro/2010.

²Universidade Estadual Paulista – Unesp.

³Centro Universitário de Araraquara – Uniara.

local é encarada como o fazer-se de uma nova trama de relações sociais, revelando tensões entre as práticas e as racionalidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária.

Palavras-chave: Política de Assentamentos; Desenvolvimento Regional; Trama de Tensões.

***Abstract:** The purpose of this paper is to provide a provisional assessment of the settlement experience of rural settlements established during the last 25 years in two different regions of São Paulo (Brazil). As a consequence of the movement that encompasses a broad spectrum of issues which includes re-democratization of the country, the articulation of new political forces (trade unions and rural social movements) and institutional boundaries defined by the Federal Constitution in 1988, and the programs and policies of recent decades, there is evidence of community tensions within these settlements that is indicative of the contradictions and possibilities of the so-called "family farms" to compete with large commercial producers and large agribusiness companies in the field of social development in the countryside in Sao Paulo State. This review encompasses the areas of Araraquara and Pontal towns, located in the center-east and far west of São Paulo State, respectively. Different levels of economic and social development characterize such features, in which the trajectories in the process of settlements occur through the points of tensions established with the relationships among various actors, whereas this study focused the importance of the settlers and a number of experts in mediation either in the field of public administration or economic related fields. Furthermore, the effectiveness (or non-effectiveness) of government-sponsored public policies, which is a partnership of Federal, State, and local government designed to those producers, is also evaluated. The very important matter of attempting to have the settlement embedded within a broadly regional context as well as into the local development path, which is always problematic, is seen as an action to build and establish new social networks or social relationships, enlightening tensions between practices and rationality of the different agents (settlers, technicians, politicians, and other mediators) and the institutional power, the struggles of social forces on the outcome of agrarian reform.*

Keywords: Settlement Policy; Regional Development; Point of Tensions.

Introdução: a perspectiva analítica das tramas de tensões

No Brasil do Século XXI, onde a maioria da população habita áreas urbanas, o assentamento de centenas de milhares de famílias de trabalhadores – boa parte delas composta de ex-assalariados rurais – em projetos de reforma agrária suscita questões sobre as dificuldades de ressocialização desse segmento social. A luta pela terra e a conseqüente política de assentamentos rurais desenvolvida no Estado de São Paulo nos últimos 25 anos têm colocado, tanto para pesquisadores quanto para gestores públicos e população assentada, questões e desafios no desenvolvimento destas experiências de democratização do acesso à terra na unidade mais modernizada da federação.

Aos 25 anos do lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), iniciativa que pode ser considerada marco em termos de políticas públicas voltadas para essa questão, a discussão acerca do desenvolvimento desses assentamentos é particularmente candente. Para alguns, os mais críticos da política de cessão de terras para os assentamentos, tais experiências não redundam em nada em termos de desenvolvimento econômico, não se furtando, inclusive, a reafirmarem a alcunha de "favela rural" para os Projetos de Assentamentos. Essa desqualificação, visivelmente ideológica, ressalta de maneira exagerada um único aspecto – o estritamente econômico-financeiro – ocultando outras dimensões que o complexo conceito de desenvolvimento carrega inevitavelmente. Tais avaliações, não isentas, ignoram, inclusive, um resultado positivo que se pode aferir em diferentes microrregiões do país, nas quais os assentamentos são, efetivamente, dinamizadores econômicos (LEITE *et. al.*, 2004).

A partir de uma pesquisa qualitativa e longitudinal desenvolvida pelo Nupedor⁴, acompanhando a trajetória de áreas reformadas e das famílias aí instaladas, buscamos refletir sobre as experiências passadas e presentes desses trabalhadores com relação às dificuldades de organização da produção e integração econômica. O objetivo dessas análises é compreender os processos e os bloqueios referentes à integração desses Projetos de Assentamentos na economia regional, bem como os avanços e recuos dessa categoria nova – os assentados – em sua busca por reconhecimento e cidadania.

Esta perspectiva busca estabelecer relações possíveis entre uma dada realidade empírica – que é mais que uma política pública, porque é também obra da luta de milhares de famílias camponesas – e um conjunto de preocupações teóricas

⁴O Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor), formado em 1988, reúne pesquisadores e estudantes da área de Ciências Sociais da FCL/UNESP – Araraquara, do Centro Universitário de Araraquara – Uniara e da FCT/UNESP – Presidente Prudente.

daqueles que estudam ou interferem, via Estado, nessa realidade. Para nós, a relação dos assentamentos com o desenvolvimento não é direta, linear, mas pautada por tensões, que se expressam, tanto objetiva quanto subjetivamente, no modo de vida e na maneira de inserção dos assentados em contextos regionais que, no caso brasileiro, são extremamente diversificados. No tocante ao conceito de desenvolvimento, nossa compreensão aponta para a maneira como ele é tratado por Amartya Sen, para quem o desenvolvimento pode ser entendido como expansão das liberdades.

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de estados repressores (SEN, 2000, p. 18).

Assim, uma pergunta pode ser feita: quais disposições criadas nos assentamentos são capazes de possibilitar às pessoas tomarem as rédeas de suas vidas em suas próprias mãos, garantindo sua subsistência e ampliando suas alternativas de participação e organização sociais? A gestão que os assentados imprimem ao território dos assentamentos, nos aspectos da sua organização social, sua mobilização e instituições políticas e sua participação econômica, podem redundar em mais ou menos liberdade para essas famílias.

O desenvolvimento, dessa forma, se dá na trajetória dessas experiências frente aos constrangimentos estruturais que a sociedade impõe, sobretudo através do mercado e do Estado, como também frente à necessária reelaboração da própria trajetória pessoal e familiar desses camponeses, para sua participação (tensionadora) nos distintos campos da vida social. Acreditamos que essa perspectiva não elimina os indicadores de eficiência econômica, mas os inserem num conjunto muito mais amplo de dados – eminentemente qualitativos – que o acompanhamento dessa difícil travessia em direção à inclusão social e à cidadania revela.

Uma nova trama é constituída pelas relações travadas entre distintos atores, sendo destacados, nesse estudo, os próprios assentados e os diferentes mediadores tanto das políticas públicas como das possíveis alternativas econômicas. O confronto desses atores nos espaços sociais de disputa e constituição das políticas públicas é gerador dessa trama de tensões, opondo interesses e racionalidades diversas, mediante distintos projetos, compromissos e estratégias. Resulta, dessa reflexão sociológica, a percepção da força desses agentes sociais – os assentados – por vezes relegados ao preconceito (teórico e político), lutadores por um pedaço de

chão. Inseridos num contexto que lhes é, muitas vezes, hostil, esses trabalhadores rurais, a partir de suas perspectivas e consciências, acabam por ser os protagonistas dos processos nos quais estão inseridos.

Os assentados aparecem sempre como sujeitos, mesmo que muitas vezes em posição de subalternidade, porém com presença ativa e desenvolvendo estratégias, mais ou menos coerentes, de possíveis projetos políticos de fortalecimento da agricultura familiar via assentamentos. Por vezes, é verdade, parecem tão somente submergir num sistema de controles e de poderes que os aniquilam. Falar nas tensões sociais constituintes do espaço social dos assentamentos significa abordar essa realidade, destacando as resistências e acomodações que são empiricamente verificadas na construção das relações entre os distintos atores sociais presentes no contexto socioeconômico e político estudado.

Em questão está a movimentação dos atores neste cenário, tendo sempre os trabalhadores assentados como ponto de partida dessa trama. Assim, a inserção dos assentamentos nos contextos regionais pode revelar-se mais ou menos problemática, mas sempre se dará mediante o fazer-se de uma tessitura social, cuja trama revela tensões entre as práticas e as racionalidades desses distintos atores⁵. Nessa empreitada já realizada (mas sempre demandante de atualizações e ampliações), discute-se criticamente a noção de "impactos" do processo de implantação dos assentamentos rurais⁶. Tal noção parece adequada para uma compreensão dos processos locais e regionais de amplo espectro. No entanto, conforme afirmam alguns dos próprios pesquisadores que tomamos como referência,

esses processos de transformação [causados pelos assentamentos rurais], para os quais muitas vezes o termo 'impacto' pode ser excessivo (uma vez que ele tende a chamar a atenção para o mais visível e espetacular), muitas vezes têm **caráter molecular** [grifo nosso] e só se potencializam ao longo do tempo... (LEITE *et. al.*, 2004, pp. 20-21).

Propõe-se, neste trabalho, um aprofundamento da análise, em direção

⁵As reflexões sobre essa temática estão propostas no Projeto de Pesquisa (Auxílio Integrado CNPq) "Assentamentos rurais e desenvolvimento: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do estado de São Paulo)".

⁶Cf. Leite *et. al.*, 2004; Medeiros e Leite, 2004.

justamente dessas relações sociais moleculares, que constroem a dinâmica dos contextos sociopolíticos nos quais os assentados estão inseridos. Neste sentido, discutir a tessitura de uma trama de tensões sociais, a partir da prática desses agentes, cuja racionalidade social transita numa relação complexa entre resistência e acomodação, parece ser mais adequado para a compreensão desses processos. Mesmo que condicionadas por dinâmicas que lhes são impostas de fora, tais práticas constituem a história viva de trabalhadores que, estando numa posição estrutural de subalternidade social, organizam estratégias – individuais ou coletivas – cuja consecução, senão amplamente transformadoras das relações sociais, revelam aspectos inovadores e singularmente determinantes da realidade da qual participam como sujeitos.

Comparar o incomparável? Os assentamentos em distintos contextos regionais

Como um estudo que se propõe a avaliar a implementação e a gestão das políticas de desenvolvimento para os assentamentos rurais, a partir da mobilização dos agentes que compõem esse campo específico, temos como suporte empírico duas regiões do Estado de São Paulo: a região central do Estado, com os assentamentos da microrregião de Araraquara; e o Pontal do Paranapanema. Nelas a ação pública para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais tem intensidades diferentes, tornando difícil uma comparação *stricto sensu*.

As características socioeconômicas das distintas regiões em estudo revelam uma grande disparidade em termos de desenvolvimento regional. Enquanto a região Central do estado apresenta índices de dinamismo econômico notáveis, a região do Pontal do Paranapanema tem diagnosticado um "esvaziamento econômico", em favorecimento das regiões fronteiriças de Mato Grosso do Sul e Paraná.

O caráter comparativo deste estudo visa, então, ressaltar os possíveis destinos das experiências de assentamentos, em função das tramas sociais constituídas pelos distintos conjuntos de agentes/atores políticos que animam o cenário regional em cada caso, bem como através das tensões que se expressam no campo das alternativas políticas e econômicas. Assim, pecuaristas ligados à UDR no Pontal e empresários agroindustriais ligados ao setor canavieiro na região de Araraquara são agentes que apresentam posições simétricas no campo de forças em estudo, mas que não têm necessariamente a mesma estratégia frente às tensões geradas a partir do desenvolvimento dos assentamentos.

A região de Araraquara (região central do Estado de São Paulo) conta com

três projetos de assentamentos rurais, produtos de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/ITESP (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro). Os primeiros núcleos de assentamentos (Monte Alegre I, II, III e IV) foram instalados pelo ITESP nos anos de 1985 e 1986 em áreas da extinta FEPASA, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado quase dez anos depois. Hoje o projeto de assentamento Monte Alegre conta com 6 núcleos, perfazendo um total de 416 lotes agrícolas. São 418 famílias que ali residem, segundo dados da Fundação Itesp (existe um outro P.A., o de Bueno de Andrade, em área próxima, cuja origem é praticamente idêntica ao do núcleo VI da Monte Alegre). Além desses núcleos do ITESP, existe um Projeto de assentamento promovido pelo governo federal (INCRA) no município de Araraquara: o projeto de assentamento Bela Vista do Chibarro, com 176 lotes agrícolas (estimadamente) e o mesmo número de famílias. Este assentamento se encontra em terras anteriormente pertencentes a uma usina de açúcar (Usina Tamoio), cuja desapropriação data de 1989.

Em que pesem as conjunturas e as configurações políticas dos órgãos públicos responsáveis pelos assentamentos, a própria política de assentamentos obedeceu estratégias a governamentais distintas. Enquanto em Araraquara essa ação reformista teve início como uma resposta às mobilizações dos assalariados rurais após as greves de Guariba, nos anos 1984-5 (BARONE, 1996) e objetivou, no mais das vezes, áreas públicas do patrimônio da extinta empresa ferroviária estatal (FEPASA), no Pontal, região marcada pela ocupação fundiária irregular, o Estado realizou ações pontuais voltadas para o assentamento de posseiros (e reassentamento de ribeirinhos), até o período mais recente, compreendido pela década de 1990, quando a pressão dos movimentos de trabalhadores rurais (principalmente o MST) teve como contrapartida, notadamente no governo Mario Covas (1995-2000), a instalação de dezenas de projetos de assentamentos, em áreas consideradas devolutas.

O Pontal do Paranapanema e sua série de irregularidades em relação aos títulos de propriedade das terras, somada à grande ociosidade na utilização das áreas desmatadas, têm assistido, desde há muito, conflitos e lutas pela posse da terra. À supracitada insegurança fundiária e à ação que os governos do período da transição democrática desenvolveram, através de uma tímida política de assentamento, os diferentes agentes sociais dessa região responderam com importantes mobilizações.

Ainda durante o período do Congresso Constituinte (1987-1998), surge, na região, a União Democrática Ruralista, reunindo os pecuaristas que se sentiam ameaçados pela perspectiva de uma regularização fundiária que lhes tirasse a posse das terras. Em 1990, já no primeiro ano do governo Collor, o MST inicia o seu mais importante processo de luta pela terra no Estado (FERNANDES, 1996). A partir de então, o conflito entre os sem-terra (tendo o MST como a sua organização mais ativa e representativa) e os fazendeiros pecuaristas (liderados pela UDR) tem pontuado a história recente da região.

Centenas de ocupações, milhares de trabalhadores mobilizados e acampados, dezenas de ações judiciais discriminatórias promovidas pelo Estado no sentido de identificar e arrecadar as terras devolutas irregularmente ocupadas: esse é o contexto sociopolítico do Pontal, que se desdobra desde o início dos anos 1990. Nesse cenário, o incremento da política de assentamentos na região aconteceu, sobretudo, na primeira gestão do governador Mário Covas (1995-1998), como resultado de intensas negociações para arrecadação de áreas e o assentamento de milhares de famílias. O Pontal do Paranapanema é hoje a região com o maior número de assentamentos e de famílias assentadas

Claro que a conjuntura política e as forças sociais que conseguiram, mesmo que episodicamente, fazer valer seus interesses na esfera governamental, são as mesmas que incidiram sobre a política de assentamentos nessas duas regiões. Assim é que a abertura política dos anos 1980, com o fervilhar das demandas sociais e políticas reprimidas, estão diretamente relacionadas com a instalação dos primeiros núcleos de assentamentos nas terras do horto de Silvânia (P.A. Monte Alegre) e com a implantação do maior assentamento do Pontal (a Gleba XV de Novembro, entre os municípios de Rosana e Euclides da Cunha). Neste período, durante o governo André Franco Montoro (1983-1986), todo um arranjo institucional foi montado, com vistas a instrumentalizar uma ação reformista por parte do governo do estado de São Paulo (BARONE, 1996).

Da mesma forma, uma ação mais intensa por parte do governo estadual voltou a ocorrer em meados da década de 1990 (governo Mário Covas). Paralelamente a um programa de arrecadação de terras para assentamentos no Pontal – região mais conflituada do período – o ITESP buscou reorganizar sua atuação e garantir apoio para setores até então desprezados (como os remanescentes de quilombos). Na região de Araraquara, durante o governo Covas, a totalidade das terras da Monte Alegre passou a abrigar assentamentos (hoje são seis núcleos ali instalados).

Com a saída de Covas do governo, primeiro para tratamento médico, depois com seu falecimento (2001), seu sucessor não logrou manter o ritmo de

assentamentos no Pontal. Além disso, após a reeleição do vice-governador em exercício – Geraldo Alckmin – em 2002, o próprio ITESP sofreu mudanças na sua direção. A publicação, em finais de 2002, da portaria do ITESP que autoriza as "parcerias" dos assentados com agroindústrias (na prática, uma aceitação da polémica implantação do cultivo de cana-de-açúcar para fornecimento às usinas) revela claramente uma inflexão na orientação política do órgão estadual – até então resistente às seguidas propostas de consórcio e/ou parceria que foram discutidas ao longo dos anos 1990 (FERRANTE, SANTOS, 2003).

O contexto político nacional também rebate de forma mais ou menos uniforme nas regiões em estudo. O governo Lula, iniciado em 2003, toma a iniciativa de ampliar e descentralizar os quadros do INCRA. Em São Paulo, o órgão federal, restrito a sua sede na capital, era frequentemente tido como ausente pelos assentados em projetos federais. A montagem de escritórios regionais (como em Teodoro Sampaio e Pres. Epitácio, no Pontal e em Araraquara) buscou diminuir essa distância administrativa. Destacam-se, nesse movimento de fortalecimento do INCRA, a instalação de alguns assentamentos federais no Pontal do Paranapanema, numa busca por atender a demanda dos movimentos de luta pela terra e num contraponto à lentidão do governo estadual, bem como a forte tomada de posição contrária ao plantio irregular de cana-de-açúcar no P.A. Bela Vista do Chibarro, em Araraquara, o que levou a uma ação de despejo de assentados em finais de 2007 (FERRANTE, BARONE, BERGAMASCO, 2008).

Além disso, a possibilidade de ampliação do quadro técnico de campo, via convênios com entidades não governamentais, estratégia bastante utilizada no período recente, forneceu mais assistência técnica aos assentamentos, embora esta não tenha logrado vencer dificuldades já diagnosticadas nessa relação entre técnicos e assentados (BARONE, 2000). No último período (2006-2010), a mobilização institucional tem gravitado quase que exclusivamente em torno de projetos federais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e os intermediados pelo programa dos Territórios Rurais (mais especificamente no caso do Pontal do Paranapanema).

Impasses econômicos no desenvolvimento dos assentamentos

Em estudo conjunto FAO/Incrá, publicado há anos (GUANZIROLI, 1998), a integração aos sistemas produtivos regionais é apontada como um fator positivo no desenvolvimento dos assentamentos rurais. A análise mais detalhada e qualitativa desses processos de integração econômica, no entanto, revela impasses que colocam em questão a própria função da política de assentamento rural.

Enormes dificuldades vividas pelas famílias assentadas em produzir nas terras dos assentamentos têm levado a uma persistente estratégia de arrendamento dos lotes. É a figura do "rentista", da qual fala Martins (2004), que retorna da forma menos esperada e mais surpreendente no contexto agrário recente: no interior dos projetos de reforma agrária.

A trajetória produtiva dos assentamentos na região de Araraquara oscila entre a produção de grãos nos anos iniciais, uma busca por diversificação agrícola – que vai da fruticultura a algumas experiências isoladas de produção orgânica – chegando a uma mal resolvida (política e juridicamente) integração ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro.

No assentamento Monte Alegre, nos primeiros anos agrícolas enfrentados pelas famílias ali assentadas (1985-1986), o ITESP, com a anuência da liderança sindical que encabeçou a luta desses trabalhadores, impôs a produção coletiva de grãos (arroz, amendoim e milho). Essa estratégia, racional do ponto de vista técnico, redundou em desavenças entre os trabalhadores – e destes com os técnicos – o que prejudicou o planejamento econômico e as alternativas produtivas que privilegiassem as expectativas dos assentados. Além disso, um cronograma de investimento truncado levou a uma queda brusca da produtividade e, conseqüentemente, à inadimplência dos assentados. Em poucos anos, essa situação cria uma expectativa nos trabalhadores em relação a uma proposta de plantio de cana-de-açúcar no assentamento, em parceria com uma usina do município de Motuca (STETTER, 2000). Desde 1993, a implantação da cultura canavieira tem dividido o assentamento, mesmo depois de uma regularização feita pelo ITESP, em 2002 – na prática, uma vitória dos patrocinadores da cana na Monte Alegre.

Contrariamente ao ocorrido na Monte Alegre, onde a entrada da cana por meio de um consórcio é expressão nítida da vontade política do prefeito e agentes do poder local de se apropriarem deste espaço social do assentamento, no assentamento Bela Vista a "questão da cana" aparece em 1997, nutrindo-se do alto grau de inadimplência dos assentados – provocado pela mesma crise da cultura de grãos observada no PA Monte Alegre – e patrocinada por um grupo organizado de assentados.

Nessa ocasião, a ideia de se plantar cana "para a usina" ganhou imediata adesão de um grande número de agricultores e, numa articulação entre uma usina de Araraquara e a "Associação Independente", o cultivo da cana-de-açúcar se implanta em parte do território do PA Bela vista (1997/98). Apesar de o INCRA ter se mantido na posição contrária, refutando especialmente as formas

de subordinação impostas pela agroindústria à pequena produção, nenhuma ação enérgica ou consistente é levada adiante para mudar esta trajetória, além dos lamentos – ouvidos aqui e acolá – que parecem recriar estigmas da incapacidade dos assentados de terem outro destino (ROSIM, 2002).

Os assentados, de um e de outro espaço – ressalvadas diferenças – começam a progressivamente a aderir à cana, justificando sua "opção" pela situação de inadimplência e endividamento junto aos bancos, pelas dificuldades de comercialização, pelas expressões de má vontade política dos prefeitos de criarem condições mínimas para outras formas de produção e cultivo da terra e pela expectativa de terem um rendimento fixo, proveniente da cana. Às manifestações de aceitação se sobrepõem expressões de recusa, num movimento que acaba por acirrar disputas internas e publicizar divergências entre órgãos técnicos. Em 2007, o INCRA despejou judicialmente algumas lideranças pró-cana. No sentido contrário, o ITESP aprova e regulamenta a "parceria" com as usinas.

Os impactos dos assentamentos rurais em seu entorno rural e urbano variam de acordo com a sua integração à economia e à sociedade de cada região. Essa integração, no entanto, varia de acordo com as políticas sociais e os modelos tecnológicos adotados na produção agropecuária, além de fatores políticos e demográficos.

No Pontal, os impasses ligados ao desenvolvimento produtivo dos assentamentos não são menores. Região com forte presença do capital pecuário de corte, a chamada "terra do Nelore mocho" convive com uma situação de indefinição em sua estrutura fundiária⁷, além de uma dificuldade de décadas em superar a estagnação econômica. A presença do MST e de outros movimentos de trabalhadores rurais, pressionando pela cessão de terras para assentamentos, só torna mais instável essa situação, reforçando o quadro de baixo desenvolvimento econômico. Durante a década de 1990, no auge da crise da agropecuária em função da chamada "ancora verde" do Plano Real, a falência de vários frigoríficos na região facilitou, inclusive, as negociações entre o governo do Estado e os fazendeiros, possibilitando o assentamento de milhares de famílias.

O diagnosticado "*vazio econômico*", vivido pela região, começa a ser superado nos anos 2000, devido à recuperação do setor de abastecimento de

⁷Novas ações discriminatórias estão paralisadas na Justiça, o que levou os últimos governos estaduais a buscar aprovar alguma legislação de regularização fundiária (propostas de 2004 e 2008). No entanto, a baixíssima adesão dos fazendeiros e a falta de apoio dos movimentos sociais (notadamente, do MST), praticamente inviabilizaram esses projetos.

carne. Após uma tentativa de implantação da cultura da soja em larga escala na região, esta se torna espaço privilegiado da expansão da cana-de-açúcar (THOMAZ JR., 2007) – que invade, inclusive, os espaços dos assentamentos. No presente, a concepção dos assentamentos como alavanca ao desenvolvimento regional permanece como um ideário construído pelo MST, sem retorno concreto nas agendas dos poderes envolvidos.

Dados o patamar de desenvolvimento regional e a amplitude política e demográfica que os Projetos de Assentamentos foram ganhando no Pontal, o MST – principal mobilizador dos trabalhadores sem-terra na região – funda, em 1994, a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária no Pontal (Cocamp). Trata-se do projeto mais ambicioso de cooperativismo junto aos assentamentos do Estado. Poucos anos após sua fundação, a Cocamp contava com praticamente dois mil associados. Seus objetivos eram estimular a diversificação produtivas nos PAs e "fechar" a cadeia produtiva, por meio da industrialização da produção dos assentamentos (RIBAS, THOMAZ JR., 2000). Para tanto, além da aquisição de 50 tratores e centenas de implementos, a Cocamp iniciou a instalação de uma grande planta industrial na cidade de Teodoro Sampaio, projetando silos para armazenamento de grãos, uma despoldadeira de frutas (com vistas à comercialização de polpas de frutas congeladas), laticínio e fecularia.

A importância desse projeto, não só para os assentamentos, mas para toda a região, no entanto, foi prejudicada pelos inúmeros problemas de gestão da cooperativa. Dependente de recursos oficiais, a Cocamp sofreu com a extinção do PROCERA⁸, principal fonte de seu financiamento. A partir dos anos 2000, a Cocamp passa também a ser investigada pelo Ministério Público, a partir de denúncias de desvio de recursos. Essa situação cria um impasse que se prolonga até os dias de hoje. A cooperativa não concluiu nenhuma das obras de instalação industrial, imobilizando um alto capital sem qualquer perspectiva de retorno em curto prazo.

A não consecução de seu projeto industrial, aliado a um frustrante estímulo à fruticultura junto aos seus associados (com promessa de compra da produção para a despoldadeira), determinou o esvaziamento da Cocamp. Além disso, a situação financeira dos assentados ficou, em muitos casos, pior.

⁸Programa Especial de Crédito da Reforma Agrária, principal programa de financiamento de investimentos nos assentamentos, extinto em 1999.

A retomada das atividades da cooperativa continua incerta. Mesmo com apoio do atual governo federal, a entidade encontrou dificuldades em receber verbas oficiais, devido aos processos judiciais que envolvem a sua gestão. Sem dúvida, o apoio político (e material) dado aos muitos acampamentos e ocupações do MST na região levou, de alguma forma, a um comprometimento da parte produtiva da cooperativa.

Sem o decisivo apoio de uma entidade como a Cocamp, estes trabalhadores rurais, beneficiários dos Projetos de Assentamentos, acabam por construir sua inserção econômica no entorno de forma deficitária, sobretudo a partir da exploração da pecuária leiteira. Mais recentemente, através de programas ligados à Secretaria de Desenvolvimento Territorial (MDA), os assentamentos do Pontal passam a contar com a instalação de inúmeros tanques resfriadores de leite, o que tem proporcionado uma maior autonomia aos produtores (FERRANTE, BARONE, 2004).

Mesmo com essa melhora, o arrendamento dos lotes para a pecuária e para a produção de semente de capim ainda existe nos assentamentos. Também a produção de cana para fornecimento às usinas de açúcar e álcool é encontrada na região. Desde 1993, com aprovação problemática por parte do ITESP, assentados de Teodoro Sampaio fornecem cana para a Destilaria Alcídia – também sediada no município (BOTASIM, 2002). A partir da portaria assinada pelo ITESP em 2002 (a mesma que possibilitou a implantação da cultura da cana nos P.A.s estaduais da região de Araraquara), mais cana tem sido vista nos assentamentos da região. Pouco ou quase nada impossibilita essa opção. Será isto uma solução?

Impasses e dilemas da organização e participação política

O estudo das relações políticas nos assentamentos demonstra o esforço inovador dos trabalhadores assentados. Um histórico de conflitos internos – geralmente avaliados como indicador de incompatibilidade com as exigências da gestão autônoma desses territórios – revela, numa observação mais acurada, justamente o contrário: os passos decisivos dessa população no sentido de conquistar sua emancipação política, através de um jogo específico no campo do poder (BOURDIEU, 1992), mesmo que no território restrito de um Projeto de Assentamento. Se existem tensões e conflitos entre as lideranças assentadas e o campo político mais abrangente – no processo de sua integração ao contexto regional – os mesmos se apresentaram, desde o início, mediados pela concorrência entre os agentes dos próprios assentamentos – o que tem resultado numa dinâmica

política singularíssima, complementar ao complexo jogo de relações sociais constituintes do mesmo (BARONE, 2002).

No contexto regional de Araraquara, o assentamento Bela Vista é particularmente interessante. Para esses trabalhadores, a dramática reconstrução de suas vidas num novo território terá no campo da organização política uma esfera rica em tensões e conflitos. O espaço social do assentamento será pontuado por esses conflitos que – ao longo dos anos – marcarão decisivamente suas relações políticas internas.

A dinâmica das assembléias indica fragilidade no tocante a um certo processo de deliberação, muitas vezes dependente de agentes externos ao assentamento (presidente do sindicato, técnicos do ITESP, agentes da CPT). Porém, a constituição do campo político no assentamento terá, nos mecanismos de instituição dos coordenadores internos – bem como no encaminhamento de suas gestões – um indicador muito preciso de seu desenvolvimento. Um certo tipo de desautorização, bastante comum no encaminhamento de decisões coletivas no assentamento, será – por sua vez – instrumento de crítica a uma ou outra liderança. Além de incentivarem um certo padrão de comportamento individualista, tais desobediências também enfraquecerão o conjunto dos trabalhadores em suas deliberações e prejudicarão as lideranças envolvidas nessas pendengas, podendo ser importante fator na sucessão das coordenações internas.

A administração da COAPRA (Cooperativa Agropecuária dos Pequenos Produtores Rurais de Araraquara) – que terá sob sua responsabilidade um parque de máquinas grande e uma extensa área para prestar serviços na Bela Vista – acaba por exigir bastante dos líderes mais capacitados do grupo identificado com o Sindicato dos Empregados Rurais Assalariados (principal mediador político dos assentados na região de Araraquara), absorvendo-os nas divergências que eclodiram já ao final do seu primeiro ano de atividades (safra agrícola de 1991/92). Enquanto isso, com uma parcela menor de serviços e recebendo intensivo acompanhamento de um agrônomo da CPT, o único trator de um grupo dissidente no PA Bela Vista do Chibarro (Associação Canaã de Chico Mendes) consegue bons resultados nos trabalhos – o que potencializou sua capacidade no campo político interno do PA.

Novos eixos de tensão política, no entanto, irão determinar conflitos mais sérios, ao mesmo tempo que as agências de mediação – CPT de uma parte e Sindicato de outra – se esforçarão para manter sua disputa política ativa, mas sem explícitas manifestações de hostilidade. O endurecimento do conflito interno terá a implantação da cultura da cana-de-açúcar naquela área como

foco principal.

A trajetória dos trabalhadores que formaram a "Associação Independente", na Bela Vista explica, em muito, essa posição fortemente contrária aos agentes do Estado e "pró-cana". Parte deles era do grupo de Promissão, cuja chegada foi bastante hostilizada pelos agentes do ITESP local – sobretudo devido ao alinhamento político entre este órgão e o Sindicato. Outros trabalhadores da Associação Independente foram inicialmente integrantes da COAPRA, cuja dificuldade em levar a cabo os serviços de preparo do solo no ano agrícola 1991/92 acabou por prejudicá-los. O descontentamento desses produtores provinha do *imbróglia* financeiro no qual foram lançados, ao tomarem empréstimo dos bancos sem poderem concluir as necessárias tarefas para a produção.

Na região conhecida como a "Califórnia Brasileira", nos municípios de Matão e Araraquara, mais autônomos em relação ao complexo canavieiro, cada poder municipal desenvolve políticas diversas com relação aos assentamentos da região. Em sua história recente, enquanto lideranças políticas de Matão sempre cultivaram uma base eleitoral sólida nos núcleos da Monte Alegre, o poder público municipal de Araraquara nunca se dedicou a qualquer projeto mais conseqüente nos assentamentos, mesmo sendo o município com o maior número de famílias assentadas.

Após seguidas administrações que pouco ou nada intervieram no debate acerca dos rumos da reforma agrária regional, a posição política do município de Araraquara acenou para mudanças no período 2001/2008. De uma política de clientela bastante ineficaz desenvolvida ao longo de anos – exclusivamente voltada para o projeto Bela Vista do Chibarro – e tendo como promotores, no mais das vezes, lideranças de pouca expressão, como secretários municipais e vereadores (FERRANTE, BARONE, 1997/98) – o poder público municipal de Araraquara encontrou-se diante do desafio de interferir nos assentamentos para além das obrigações legais já consagradas.

A referência enfática à maior participação – presente nas metas fixadas pela Prefeitura de Araraquara a partir de 2001 – modifica a concepção do assentado como um desenraizado (NEVES, 1997) que deveria ser modelado segundo uma determinada lógica da burocracia estatal? Questões que nos remetem ao exame de como os assentados se movimentam diante das novas metas do poder local para os assentamentos. Impasses, divergências, retórica vazia: estes são os atributos de um balanço possível da ação pública municipal frente aos assentamentos. Da parte da população assentada, a recorrência de práticas clientelistas marca os limites dessa possível nova cultura política. A isso, no entanto,

soma-se um boom participativo desses trabalhadores – até com maior consistência que outros segmentos populares do município de Araraquara. Os destinos dos assentamentos ainda oscilam entre a fórmula da dádiva e a emancipação política dos atores que dinamizam esse espaço social.

No Pontal do Paranapanema, a partir dos anos 1990, o papel de agência de mediação e mobilização política pró-assentamentos coube ao MST, a maior organização de luta pela Reforma Agrária no país. O MST tem, ao longo desses 20 anos de ação no Pontal, investido em acampamentos e ocupações massivas como estratégia, não só para a conquista de terras como também para a conscientização política dos trabalhadores (FERNANDES, 1996). A radicalidade política do MST passa por um discurso claramente socialista e de confronto à lógica capitalista de seus dirigentes (MOURA, 2005). O estudo de sua estratégia no Pontal, no entanto, revela uma mistura de ações de confronto com os setores ruralistas e uma inusitada adesão tática a agentes políticos locais.

Mais recentemente, o núcleo dirigente do MST regional, conflitando com a orientação nacional do Movimento, acabou por se desligar da organização – num processo pouco esclarecido por ambas as partes. A dissidência criada por José Rainha Júnior, também denominada MST, tem uma postura mais adesista ao governo federal, além de buscar viabilizar um projeto de biodiesel na região.

O MST transformou-se numa organização bastante disseminada no território nacional (NAVARRO, 2003), deixando para trás – como é o caso do Pontal – a necessária atuação no interior dos PAs. Muitos militantes apenas passam pelos assentamentos, tentando mobilizar os trabalhadores, que já não contam com essas lideranças para muitas de suas lutas. Além de mobilizações como ocupações de agências bancárias para a liberação de recursos anunciados pelo governo federal, somente na gestão do presidente Lula, o MST esboça algum projeto mais consistente para os assentados – tanto com relação ao projeto do biodiesel, quanto ocupando funções em organizações técnicas contratadas pelo INCRA, numa forma de ocupar espaços no atual governo.

A falta de um projeto de desenvolvimento dos assentamentos, tanto dos órgãos oficiais, quanto das lideranças e suas organizações, enfraquece mais ainda o potencial dessas experiências. No caso do Pontal, o já discutido projeto frustrado da Cocamp só prejudicou a legitimidade do MST junto à população assentada que, em boa parte, o Movimento liderou até o assentamento.

Os distintos grupos que formam um assentamento, às vezes oriundos de diferentes lutas e regiões, muitas vezes não se mesclam politicamente. Apesar disso, conforme temos avaliado, o associativismo – mesmo que muitas vezes

induzido pelo poder público – tem sido uma ferramenta legítima de empoderamento dos assentados (FERRANTE, BARONE, 2004).

Por uma conclusão: qual a tendência desses novos processos?

A questão proposta no título está longe de ter uma resposta definitiva. Buscamos sintetizar um balanço de questões que demonstram a complexidade dessas experiências. Conforme discutido, conjunturas políticas e econômicas influem de maneira mais ou menos decisiva na condução da política de assentamentos. Possíveis mudanças no governo federal incidirão certamente no futuro dos assentamentos. A manutenção de um ritmo de crescimento da economia nos próximos anos também será decisiva. Mas quais tendências podem ser apontadas a partir do que temos estudado?

A privação de recursos básicos, associada à pobreza econômica, tenderá a ser superada. A construção de um polo indutor de demanda através de políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), certamente favorecerá o incremento da produção holerícola nos assentamentos. A inclusão do leite *in natura* (pasteurizado) nesses programas é promissora, mas depende de uma maior capacidade organizativa dos assentados, além de sofrer concorrência dos laticínios (sobretudo no Pontal do Paranapanema).

Estamos diante da necessidade de rediscutir o significado da pobreza. Embora a pobreza absoluta ainda se mantenha – o que exige a manutenção dos esforços para superá-la – uma "pobreza digna" passa a ser significativa no conjunto da população (sobretudo a rural). Embora ainda distante de uma maior autonomia (KLIKSBERG, 2000), esses "dignos assentados pobres" passam a se afirmar como importante segmento para o abastecimento alimentar institucional (via CONAB, por exemplo), assim como para o fornecimento de importantes matérias-primas (como o leite).

Do ponto de vista político, uma suposta tendência de isolamento que se observaria junto aos assentados, também precisa ser revista. Em que medida esses sujeitos, tidos como individualistas, apenas não se enquadram nos modelos teóricos que intelectuais, gestores e técnicos formulam? O associativismo, conforme observado nos assentamentos, carrega dilemas que superam o estigma de individualismo, embora não resolva definitivamente todos os problemas coletivos dos assentamentos.

O que parece certo, no entanto, é que essa população assentada rural não pode mais ser contada como uma minoria silenciada pelas estruturas econômico-

políticas, mesmo num estado tão rico como São Paulo. Se não serão decisivos nos destinos do desenvolvimento rural, não poderão jamais ser esquecidos.

Referências

BARONE, L. A. Assistência técnica aos assentamentos de reforma agrária: da política reativa ao vazio de projeto – o caso do Estado de São Paulo.

Revista Retratos de Assentamentos, ano VI, no. 8, Araraquara, UNESP, 2000.

BARONE, L. A. **Revolta, Conquista e Solidariedade: a economia moral dos trabalhadores rurais em três tempos**. Dissertação (mestrado em Sociologia), Araraquara, UNESP, 1996.

BARONE, L. A. **Conflito e Cooperação: o jogo das racionalidades sociais e o campo político num assentamento de reforma agrária**. Tese (doutorado em Sociologia), Araraquara, FCL/UNESP, 2002.

BOTASIM, R. S. **Trabalhador sem-terra assentado: um futuro pequeno capitalista? Estudo do assentamento Água Sumida no município de Teodor Sampaio/SP**. Monografia (bacharelado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2002.

BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. Perspectivas: São Paulo, 1992.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. **Perspectivas – Revista de Ciências Sociais**, vol. 20/21, São Paulo, EdUNESP, 1997/1998.

FERRANTE, V. L. S. B.; SANTOS, M. P. A cana nos assentamentos: novas roupagens, velhas questões. **Comunicação apresentada no XLI Congresso da Sober**, Juiz de Fora/MG, julho/2003.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A. A difícil sementeira: o trabalho na terra e a ressocialização das famílias assentadas em projetos de reforma agrária. In: Scopinho, R.A. *et al.* (orgs.) **Velhos trabalhos, novos dias: modos atuais de inserção de antigas atividades laborais**, 2004.

FERRANTE, V. L. S. B., BARONE, L. A; BERGAMASCO, S. M. P. P. **Os "parceiros" da cana (dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo)** – texto apresentado no 32º. Encontro Anual da ANPOCS (GT: Transformações sociais e projetos políticos em concorrência: reflexões a partir do “rural”). Caxambu/MG, 27 a 31 de outubro de 2008.

GUANZIROLI, C. (coord.). **Principais fatores que afetam o desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária no Brasil**. Brasília, FAO/INCRA, 1998.

KLIKSBERG, B. Ética Y Desarrollo Social (texto apresentado no seminário "**Diseño y gerencia de políticas y programas sociales**"). INDES - BID, junho, 2000.

LEITE, J. F. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo, Hucitec, 1999.

LEITE, S. P. *et. al.* **Impactos dos Assentamentos Rurais**. Brasília, NEAD/Unesp, 2004.

MARTINS, J. S. **O sujeito Oculto**, Petrópolis: Vozes, 2004.

MEDEIROS, L.S. de; LEITE, S. (Orgs.) **Assentamentos Rurais**. Mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MOURA, J. A. **A luta pela terra sob o olhar dos que lutam pela terra: movimentos e representações sociais no Pontal do Paranapanema**. Monografia (bacharelado em Geografia). Presidente Prudente, FCT/UNESP, 2005).

NAVARRO, Z. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. In: Santos, B.S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da**

produção não capitalista. Civilização Brasileira: Rio de Janeiro, 2002.

NEVES, D.P. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EdUFF, 1997.

RIBAS, A. D.; THOMAZ JR., A. O cooperativismo no raio de atuação do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST): uma contribuição para a geografia do trabalho. **Revista Geografia em Atos**, V. 1, n.º 2, Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.

ROSIM, C.H.B. **Pequenos Produtores fornecedores de cana-de-açúcar na região de Araraquara (SP)**: uma estratégia de produção e sobrevivência no assentamento Bela Vista do Chibarro. Dissertação (mestrado em Sociologia). Araraquara. FCL, Unesp, 2002.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo, Cia das Letras, 2000.

STETTER, E. A. **A cultura da cana em assentamentos rurais**: presença indigesta ou personagem convidada? Dissertação (mestrado em Sociologia), Araraquara, UNESP, 2000.

THOMAZ JR., A. Agronegócio Alcoolizado e Culturas em Expansão no Pontal do Paranapanema! Legitimação das Terras Devolutas/Improdutivas e Neutralização dos Movimentos Sociais. **Anais da III Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais**. Campinas, Feagri/Unicamp, Jun./2007 (CR-ROM).

O PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS (PAA) EM PERSPECTIVA: APONTAMENTOS E QUESTÕES PARA O DEBATE

Catia Grisa¹

Claudia Job Schmitt²

Lauro Francisco Mattei³

Renato Sergio Maluf²

Sergio Pereira Leite²

Resumo: Este artigo⁴ tem o objetivo de discutir as principais contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional. A partir da sistematização da literatura existente (avaliações e análises do Programa) são apontados os aportes do PAA à alteração na matriz de produção e consumo tanto das unidades familiares produtoras dos alimentos quanto das beneficiárias; os efeitos sobre os preços dos produtos agroalimentares, a renda dos agricultores familiares e a emergência de novos mercados e; as implicações para o empoderamento dos atores sociais e de suas organizações. Neste trabalho também são sublinhadas as principais limitações e dificuldades do PAA, quais sejam, a pouca divulgação e o desconhecimento dos objetivos e da institucionalidade do programa pelos beneficiários, a dificuldade do PAA chegar até as famílias em maior vulnerabilidade social, e problemas operacionais e logísticos (atraso na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos, obtenção da DAP, falta de

¹Doutoranda no CPDA/UFRRJ.

³Professor do CSE/UFSC.

²Professores do CPDA/UFRRJ.

O presente trabalho constitui-se num dos produtos derivados do convênio entre a ActionAid Brasil e o Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura (OPPA), do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Uma primeira versão deste artigo foi apresentada no "Seminário Temático Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)" organizado pela Actionaid Brasil e seus parceiros locais em Juazeiro (BA) nos dias 24 e 25 de agosto de 2009. Na ocasião estiveram presentes agricultores familiares, extrativistas e organizações sociais beneficiadas ou que atuam como mediadoras da implementação do

assistência técnica etc.). Finalmente, são propostas algumas questões que instigam tanto avaliações do Programa quanto temas de pesquisa para as ciências sociais.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Agricultura Familiar; Segurança Alimentar; Paa.

Abstract: *This article aims to examine the Food Acquisition Program (PAA) and its significant contribution to family agriculture, food security, and nutrition. Various approaches to studying PAA have been set forth in an attempt to systematize the existing literature (reviews and analyses of the Program) and this study has shown main factors that have contributed to the changes in production and consumption patterns of either the families farming or their beneficiaries; the impacts on agricultural food product prices; farmers' income and the emergence of new markets; and the implications for promoting the empowerment of social actors and their organizations. This work also highlighted the major limitations and difficulties of PAA, which indicated that there is a lack of publicity; the beneficiaries are unacquainted with the purposes of the program and alignment with institutional goals; the difficulties and challenges of the PAA to reach families in social disadvantage and economic vulnerability; operational and logistical problems (delay in fund release, transportation problems, difficulty in obtaining DAP, that is the declaration of aptitude for PRONAF, and the program does not offer any technical support, etc). Finally, some questions that stimulate either evaluation of the Program or research themes for the social sciences were proposed.*

Keywords: Public Policy; Family Agriculture; Food Security; PAA.

1 – Introdução

A criação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

PAA, incluindo o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (PI) e a Conviver do Sertão (PE). Participaram, também, do encontro gestores públicos ligados ao programa. Este seminário foi importante para verificar *in loco* várias questões apontadas pela bibliografia que deu base à elaboração deste trabalho. As contribuições, as dificuldades e os questionamentos feitos pelos agricultores e agricultoras beneficiários desta política pública presentes neste seminário foram muito semelhantes aos registrados pela literatura referente ao Programa em outras regiões do Brasil. Ademais, no encontro foi possível observar a capilaridade alcançada por esta política pública nas diferentes regiões do país. ▶

(PAA) em 2003 resultou de uma confluência entre dois debates importantes da década de 1990 no Brasil. Primeiramente, o Programa traz a discussão da segurança alimentar e nutricional, debate que se intensifica a partir do final da década de 1980, tem impulso e retração nos anos 1990 e encontra maior espaço no governo Lula a partir de 2003. Em segundo lugar, contribuiu para o reconhecimento da agricultura familiar, que já havia ganhado maior expressão com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, mas que, até então, ficara à margem das ações do Estado, sofrendo os efeitos do processo de mudança da matriz tecnológica da agricultura (1960/1970) e, de modo mais longínquo, as conseqüências da estrutura agrária desigual que caracterizou a formação econômica e social do Brasil. Partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar e nutricional, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar. Seu objetivo é "*garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar*" (BRASIL, s/d.a). Como alude Schmitt (2005), trata-se de um Programa que integra a política de segurança alimentar e nutricional e a política agrícola.

O PAA foi criado como uma das ações estruturantes do Programa Fome Zero⁵ e define-se enquanto um Programa intersetorial, tendo sido acompanhado

O programa vem sendo apropriado de diferentes formas pelos grupos sociais beneficiários, que se distinguem em termos de seu perfil produtivo, formas de organização social, mediadores e trajetória de relação com o Estado e com as políticas públicas, o que faz com que a experiência de acesso ao PAA não seja vivenciada da mesma maneira pelos distintos grupos. Algumas das dificuldades enfrentadas no acesso a essa política pública parecem ser, no entanto, bastante recorrentes. Cabe mencionar, por fim, que o seminário foi um momento oportuno de diálogo entre atores situados em lugares distintos nas políticas públicas (formuladores e beneficiários), ficando evidente que há diferentes visões e versões da política pública.

⁵O Programa Fome Zero teve maior importância e centralidade política no primeiro mandato do Governo Lula. Embora continue presente no segundo mandato, outros programas e políticas ganharam maior notoriedade neste período, como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

ao longo de toda sua trajetória de formulação e implementação pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e por diferentes organizações da sociedade civil⁶. Na sua organização dispõe de um Grupo Gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, sobretudo através da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, mais recentemente, pelo Ministério da Educação (MEC). Este Grupo Gestor é responsável por definir as medidas necessárias à operacionalização do Programa. Além deste, há os gestores executores, ou seja, os Estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais formados pelas organizações de agricultores (cooperativas, associações etc.) e entidades socio-assistenciais que administram seus respectivos projetos. O controle social é atribuído à sociedade civil através de suas representações no CONSEA, no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE). Atualmente o PAA opera as modalidades contidas no Quadro a seguir⁷.

⁶O Programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei n°. 10.696, de 2 de julho de 2003, sendo atualmente regulamentado pelo Decreto n°. 6.959, de 15 de setembro de 2009.

⁷Para mais informações sobre o processo de constituição do PAA, consultar Mattei (2007a) e Muller (2007).

Sigla	Modalidade	Ementa
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar	Possibilita a aquisição de alimentos pelo Governo Federal, a preços de referência, de produtores organizados em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, inserindo os agricultores familiares no mercado de forma mais justa, via compra direta de sua produção, a fim de constituir reserva estratégica de alimentos. É operada pela CONAB com recursos do MDS e MDA. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
	Compra para Doação Simultânea	Destina-se a promover a articulação entre a produção de agricultores familiares e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional de escolas, creches, abrigos, albergues, asilos, hospitais públicos e outros, e dos programas sociais da localidade, tais como bancos de alimentos, restaurantes populares e cozinhas comunitárias, resultando no desenvolvimento da economia local, no fortalecimento da agricultura familiar e na geração de trabalho e renda no campo. Esta modalidade também é conhecida por Compra Direta Local da Agricultura Familiar (CDLAF), quando é operacionalizada por governos estaduais e municipais ou, por Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), operacionalizada pela Conab com recursos do MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 4.500,00.
CPR – Estoque	Formação de Estoque pela Agricultura Familiar	Visa adquirir alimentos da safra vigente, próprios para consumo humano, oriundos de agricultores familiares organizados em grupos formais para formação de estoques em suas próprias organizações. É operada pela CONAB com recursos do MDA e MDS. Valor comercializado por agricultor/ano R\$ 8.000,00.
IPCL	Incentivo à Produção e Consumo do Leite (PAA Leite)	Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço. É operada pelos Estados da região Nordeste e Minas Gerais, com recursos do MDS (85%) e dos próprios Estados. Valor comercializado por agricultor/semestre R\$ 4.000,00.

Quadro 1 – Modalidades do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Fonte: Brasil (s/d.a).

(*)Os recursos por agricultor por modalidade foram reajustados por ocasião do Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010 através do Decreto no 6.959 de setembro de 2009. Até então os valores eram de R\$ 3.500,00 anuais para todas as modalidades, exceto IPCL, cujo este valor era semestral. Outra alteração importante neste Plano Safra concerne ao fato de que as modalidades tornaram-se cumulativas: o agricultor que acessar a modalidade "Formação de Estoques pela Agricultura Familiar" com liquidação financeira pode acessar outra modalidade cujo pagamento é em produto, podendo comercializar até R\$ 16 mil por ano (anteriormente, o limite máximo situava-se em R\$ 3,5 mil/ano ou semestre no caso do IPCL) (Brasil, 2009).

Embora o PAA seja ainda um programa recente, cada vez mais tem conseguido legitimidade social nos espaços político-institucionais, junto aos movimentos sociais, organizações não-governamentais, institutos de pesquisa e academia. Partindo da concepção de que a avaliação não é, estritamente, a última fase do ciclo de uma política pública, mas sim uma fase constante no processo de elaboração e implementação de uma política, o objetivo deste trabalho é sistematizar, com base na literatura existente, as principais contribuições aportadas pelo programa e sinalizar para alguns de seus limites, fornecendo subsídios aos atores e gestores envolvidos nesta política pública.

O artigo está organizado em quatro partes principais. A primeira apresenta a importância do PAA em termos de público atingido e recursos operados. Na segunda e na terceira parte são evidenciadas, respectivamente, as principais contribuições do PAA ao fortalecimento da agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional, e as suas principais limitações. É importante ressaltar que estas duas seções resultam da sistematização de um conjunto de avaliações do programa, nas quais destacamos os alcances e limites derivados da implementação dessa política. Por fim, são expostas algumas considerações sobre os elementos trazidos pela análise, sinalizando questões que demandam um esforço maior de estudo e pesquisa.

2 – O PAA em números

A Tabela 1 apresenta os valores executados, o número de agricultores familiares beneficiados, os atendimentos realizados e a quantidade de alimentos adquiridos no período de 2003 até novembro de 2010 pelo PAA. Nesta observa-se que, em pouco mais de sete anos, o PAA recebeu do Governo Federal investimentos de R\$ 3,5 bilhões para a compra de alimentos, montante pequeno vis-à-vis ao PRONAF para o qual foram disponibilizados R\$ 16 bilhões na safra 2010/2011 (Brasil, 2010a). Contudo, o volume de recursos tem crescido ao longo dos anos, havendo a estimativa de aplicação de 807,13 milhões para o ano de 2010. Ademais, ainda que menor em termos de recursos, o Programa tem gerado importantes contribuições à segurança alimentar e nutricional e à agricultura familiar (como será referido na próxima seção). Do conjunto do investimento total, 88% correspondem aos recursos aplicados pelo MDS e 12% pelo MDA, o qual começou a disponibilizar recursos ao programa apenas em 2006 (BRASIL, 2010b).

Movimento de ascensão similar é percebido em relação ao número de agricultores familiares beneficiados, os atendimentos realizados e a quantidade de alimentos adquiridos, exceto no ano de 2009 cujos valores são um pouco inferiores. Estimativas para 2010 indicam que o número de agricultores familiares beneficiados pode chegar a 213.114, bem acima da média dos anos anteriores. Considerando a existência, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, de aproximadamente 4,3 milhões de estabelecimentos familiares no Brasil, o PAA beneficiaria 4,95% deste total em 2010, um número modesto pela importância que esta política pública possui em relação à agricultura familiar⁸. Segundo o

⁸Por sua vez, o PRONAF abrangeu cerca de 40% das unidades familiares do país em 2007 (Brasil, 2007).

documento do III Seminário Nacional do PAA (idem), do conjunto total de agricultores que acessaram o PAA em 2009, 89,73% foram classificados como agricultores familiares, 7,68% assentados da reforma agrária, 1,10% pescadores artesanais, 0,85% agroextrativistas, 0,32% quilombolas, 0,16% indígenas e 0,15% trabalhadores sem-terra⁹. Embora o Programa tenha inicialmente dado forte ênfase aos assentamentos rurais, observam-se limites em incorporar este segmento, dificuldades que se acentuam quando se consideram outros segmentos sociais (quilombolas, indígenas etc.). Se analisado o perfil destes agricultores segundo Grupos do PRONAF, evidencia-se que 68% são pertencentes ao Grupo AF, 24% ao Grupo B e 8% ao Grupo A e A/C (Brasil, 2010b), sinalizando que o programa tem contemplado principalmente os agricultores familiares "mais capitalizados", como já indicaram outras pesquisas (Sparovek *et al.*, 2007; Soares, Barros e Magalhães, 2007)¹⁰.

Tabela 1 – Recursos executados com o PAA, número de agricultores beneficiados, atendimentos realizados e quantidade de alimentos adquiridos no Brasil – 2003 a 2010 (valores em R\$ correntes).

Período	Recursos Aplicados (R\$ - em milhões)	Nº de Agricultores Familiares	Pessoas atendidas	Alimentos Adquiridos (ton.)
2003	144,92	42.077	226.414	135.864
2004	180,00	68.576	4.261.462	339.925
2005	330,06	87.292	6.450.917	341.755
2006	492,09	147.488	10.700.997	466.337
2007	461,06	138.900	14.512.498	440.837
2008	509,47	168.548	15.407.850	403.155
2009	591,03	137.185	13.028.986	509.955
Estimativa 2010	807,13	213.114	18.875.174	539.722
Total	3.518,76			3.177.550
Média (2007-2010)		164.437	15.456.127	

Fonte: Brasil (2010b).

⁹Estes números são referentes às execuções realizadas pela CONAB e pelos governos estaduais na modalidade de Doação Simultânea (idem).

¹⁰O Grupo AF (Agricultura Familiar) corresponde à antiga classificação "C", "D" e "E" e refere-se aos agricultores familiares mais capitalizados, os quais podem ter renda bruta de até 220 mil reais e acessar até 130 mil reais de crédito (investimento). O Grupo B diz respeito aos agricultores com renda bruta de até seis mil reais, os quais podem financiar o valor máximo de dois mil reais (microcrédito). Os Grupos A e A/C referem-se aos assentados da reforma agrária em fase inicial de implantação dos projetos de assentamentos.

A expectativa de pessoas beneficiadas com os alimentos em 2010 alcança a cifra de cerca de 18,8 milhões de pessoas, número que tem se elevado ao longo dos anos. Considerando que, de acordo com a PNAD (2009), 65,5 milhões de pessoas no país (34% do total) encontram-se em situação de insegurança alimentar, as ações do PAA atenderiam 28,7% das mesmas. Em termos de instituições, são mais de 25 mil que recebem os alimentos da modalidade Compra com Doação Simultânea, incluindo escolas, associações beneficentes, Amparo Criança, instituições religiosas, creches, associações comunitárias, entre outras (idem). Estes dados ilustram a importância do Programa para a segurança alimentar no Brasil.

A quantidade de produtos adquiridos também tem crescido ao longo dos anos, havendo a estimativa de aquisição em 2010 de 539.722 toneladas de mais de 330 tipos de alimentos. A Compra com Doação Simultânea é a modalidade que apresentou maior diversidade de produtos em 2009, com participação mais expressiva em termos de valor dos grupos hortaliças, raízes e tubérculos; frutas; carnes e ovos e; leite e derivados. As aquisições por meio da modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar são basicamente de feijão, leite em pó e trigo, que juntos representam praticamente 90% dos recursos aplicados. A modalidade Formação de Estoque também apresenta acentuada diversidade, com maior participação em termos de recursos dos produtos suco, feijão, milho, arroz, trigo, castanhas, dentre outros. No conjunto das modalidades, os principais produtos adquiridos em 2009 foram leite e derivados (43,7% do total dos recursos), grãos e cereais (23,4%), frutas *in natura*, sucos e polpas (8,3%), hortaliças, raízes e tubérculos (8%), carnes e ovos (3,2%) e farináceos (3,1%) (Brasil, 2010b).

A Tabela 2 apresenta a distribuição dos recursos entre as modalidades no período de 2003 a 2010. Observa-se que dos anos iniciais do PAA até 2006 o PAA Leite era a modalidade que mais recebia recursos. A partir de 2007 a modalidade Compra com Doação Simultânea passou assumir maior importância. De 2003 a 2010, 39% dos recursos totais foram aplicados na Compra com Doação Simultânea, 36% no PAA Leite e, em conjunto, estas modalidades capitanearam 75% dos recursos do PAA, ou seja, $\frac{3}{4}$ do montante total foi aplicado em doações de alimentos às populações em condições de insegurança alimentar¹¹. Como já sinalizava Delgado *et al.* (2005), pode-se observar que as ações com este foco tem ganhado maior ênfase ao longo dos anos.

¹¹Este número pode ser ainda maior dado que os produtos adquiridos pela Compra Direta e Formação de Estoque também podem ir para doação quando necessário.

Tabela 2 – Recursos do PAA (R\$ milhões correntes) por modalidade no período 2003-2010.

Modalidades	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010*	Total
Compra Antecipada	57,2	35,7	-	-	-	-	-	-	92,27
Compra Direta	6,59	30,55	38,28	68,37	40,13	44,68	166,88	63,66	459,14
Doação Simultânea	7,67	33,17	77,99	171,97	196,80	243,25	202,53	452,03	1.385,41
Formação Estoque	11,57	19,92	26,11	49,94	44,99	45,88	46,27	72,90	317,57
PAA Leite	61,89	61,29	190,67	201,81	179,14	175,66	175,36	218,54	1.264,37

Fonte: Brasil (2010b)

*Estimativa.

A Figura 1 apresenta a distribuição dos recursos totais do PAA de 2003 a 2009 por Região Geográfica Brasileira. Evidencia-se que a região Nordeste foi a que recebeu o maior percentual dos recursos (51%), seguida pela região Sul com 22%, a região Sudeste com 20%, a região Norte com 5% e o Centro Oeste com 2%. Se por um lado, a concentração do Nordeste indicaria uma certa prioridade dada aos agricultores mais empobrecidos¹², por outro deve-se considerar que quase a metade dos agricultores beneficiados do nordeste são pertencentes ao Grupo "AF" do PRONAF (BRASIL, 2010c), corroborando com a afirmação realizada acima. Ademais, deve-se ponderar o fato que a modalidade PAA Leite é operada apenas nordeste e Minas Gerais. No que concerne aos Estados, neste mesmo intervalo, os principais beneficiários foram, nesta ordem, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraíba, Pernambuco e Bahia¹³. Estados cujos índices de pobreza e insegurança alimentar são mais elevados são beneficiados com menos recursos. Esta é uma das limitações do Programa apontada por estudos e avaliações, porém há elementos que explicam tais resultados (ver seção 4.2).

¹²De acordo com Mattei e Maluf (2011), 53% das pessoas com domicílio rural classificadas como pobres no Brasil situam-se no nordeste e, mais grave, a região concentra 70% do total de pessoas extremamente pobres. Agregando a região Norte a estes números, observa-se que ambas as regiões concentram 66% do total de pessoas pobres domiciliadas no meio rural brasileiro e 81% da população rural extremamente pobre.

¹³Chama também a atenção a concentração da aplicação dos recursos do MDA no Sul do Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, região caracterizada por uma agricultura familiar mais capitalizada. Ver documento "Balanço de avaliação da execução do Programa de Aquisição de Alimentos PAA" elaborado pelo Grupo Gestor e apresentado ao CONSEA em agosto de 2010 (Brasil, 2010c). Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/plenarias/2010/reuniao-do-dia-25-de-agosto-de-2010/balanco-de-avaliacao-da-execucao-do-programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa/view>.

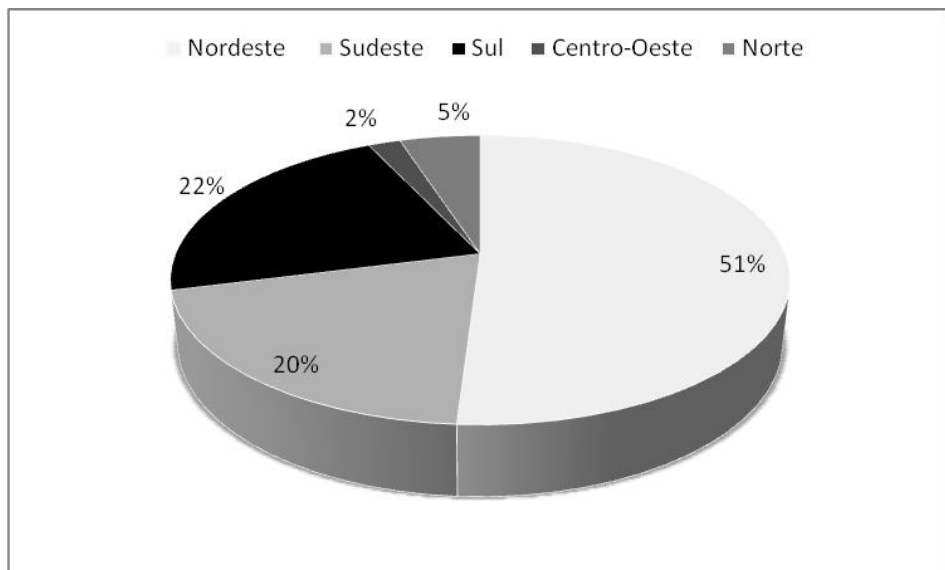


Figura 1 – Distribuição dos recursos de 2003 a 2009 por Região Geográfica Brasileira.

Fonte: Brasil (2010b).

3 – O PAA: contribuições ao fortalecimento da agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional

Na parte que segue deste artigo são apresentadas as principais contribuições do PAA à agricultura familiar e à segurança alimentar e nutricional. Destaca-se em especial a alteração na matriz produtiva e de consumo dos beneficiários; a articulação entre produção e consumo; a elevação dos preços, a garantia e a criação de novos mercados; e o resgate e fortalecimento de práticas e produtos tradicionais e regionais. É relevante aludir que todos estes apontamentos se expressam na continuidade do PAA. A fragilidade de muitas organizações sociais e a instabilidade política das administrações locais são alguns exemplos de fatores que confluem para ruptura e a descontinuidade do Programa, colocando "em xeque" tais resultados.

3.1 – Alteração na matriz produtiva e de consumo

O PAA, nomeadamente a modalidade "Compra para Doação Simultânea", tem estimulado mudanças importantes na matriz produtiva das unidades familiares, o que, por conseguinte, se expressa também na matriz de consumo destas famílias e das pessoas/famílias beneficiadas com os alimentos.

No que concerne às alterações na matriz produtiva, o PAA tem sido responsável por restaurar a policultura, predicado de um "modo de vida camponês" (WANDERLEY, 1999; SEYFERTH, 1974). Isto porque, em muitas regiões do Brasil, a "modernização da agricultura" nas décadas de 1960-1970 conduziu os agricultores a ingressarem na especialização produtiva, na monocultura e na produção de *commodities*, não raro, destinadas ao mercado externo, o que, por sua vez, expôs estes agricultores a contextos de acentuada vulnerabilidade social. Neste sentido, o PAA tem destacado-se por incitar a diversificação da produção na medida em que conecta a oferta a uma demanda diversificada. Frutas, verduras, produtos de origem animal e agroindustrializados são exemplos dos bens adquiridos pelo PAA. Segundo as avaliações, muitos agricultores passaram a diversificar e valorizar os produtos locais que, até então, eram desvalorizados ou desconhecidos em seu valor comercial. Em pesquisa no Rio Grande do Norte, Martins e Cavalcanti (2007) observam que 42% dos beneficiários passaram a produzir novos produtos, buscando a diversificação. Similarmente, Zimmermann e Ferreira (2008, p.59) observam em Mirandiba (PE) que o PAA

Fomentó un cambio el la matriz productiva local, introduciendo legumbres y verduras nuevas, especialmente la berenjena que la población desconocía. Entre los productos que se producían poco antes del PAA están el pimentón, el tomate cereza, la betarraga, la lechuga y la zanahoria. La introducción de árboles frutales nuevos también produjo impacto en la producción local, al mismo tiempo que se revalorizaron las frutas locales (melón caxi y umbú).

Conforme Ellis (2000), a diversificação da produção agrícola e das fontes de renda reduz o efeito de uma quebra de rendimento de um cultivo na medida em que dilui o impacto em outras possíveis rendas, diminui a inconstância de rendas intra e inter-anos e o efeito da sazonalidade e, ainda, o impacto dos riscos climáticos, financeiros e outras tensões. Neste sentido, a diversificação pode ser vista como fortalecedora da autonomia das unidades familiares, diminuindo a vulnerabilidade e a propensão à insegurança alimentar. Cabe considerar, no entanto, no que se refere à introdução de novos cultivos, sua capacidade de adaptação e seus possíveis impactos sobre os agroecossistemas e a cultura alimentar local.

Referido o efeito da Compra com Doação Simultânea na diversificação produtiva, é importante aludir ao estudo de Gomes e Bastos (2007) em Pernambuco sobre a modalidade "Compra Antecipada da Agricultura Familiar" (operada apenas em 2003

e 2004). Segundo os autores, o PAA não fomentou a diversificação, concentrando-se somente em culturas como o arroz, a farinha de mandioca, o feijão macaçar e o sorgo. Embora fundamental na garantia de comercialização, na geração de renda e nas estratégias das unidades familiares, esta modalidade apresentou poucos efeitos na alteração da matriz produtiva, essencial, em determinados lugares, a uma reprodução social em longo prazo. Evidências similares provavelmente podem ser notadas nas modalidades "Compra Direta da Agricultura Familiar" e "Incentivo à Produção e Consumo do Leite". A primeira enfatiza mormente a comercialização com vista à regulação de preços dos alimentos, envolvendo, geralmente, um conjunto menos diversificado de produtos por operação. A segunda, apesar de suma importância econômica às regiões produtoras e à segurança alimentar e nutricional dos produtores e beneficiários, incide somente sobre um produto, o leite.

Além da diversificação estimulada por algumas modalidades, o PAA incentiva a produção em bases agroecológicas ou orgânicas, ou seja, apoia sistemas de produção que prezam pela preservação do meio ambiente, valorização da biodiversidade, aproveitamento dos recursos locais, utilização de sementes crioulas¹⁴ e respeito à diversidade cultural e aos saberes locais. Com efeito, o Programa oferece um incentivo de preço de até 30% para os produtos com atestado de produção segundo tais sistemas de manejo. Em diagnóstico do PAA elaborado por Cordeiro (2007) envolvendo todas as regiões do Brasil¹⁵, a autora evidencia que 34% dos entrevistados declararam-se como produtores agroecológicos ou orgânicos ou em transição para tais sistemas¹⁶. Os casos do PAA em São Lourenço do Sul e Pelotas (RS) são emblemáticos neste sentido, pois toda a produção adquirida pelo Programa é produzida de maneira agroecológica (SURITA, 2004).

¹⁴No que se refere especificamente às sementes crioulas ou comerciais, (preferencialmente não híbridas) produzidas pela agricultura familiar, a Resolução no 08/2003 do Grupo Gestor do PAA autoriza a compra e doação das sementes através dos mecanismos previstos pelo programa, como forma de estimular a produção, intercâmbio e comercialização destas sementes pelos agricultores familiares entre si, com vem sendo feito no caso dos bancos de sementes.

¹⁵Trata-se de um diagnóstico que envolveu seis oficinas realizadas nas regiões Centro Oeste, Nordeste, Sudeste, Sul e duas no Norte (Amazônia Oriental e Amazônia Ocidental). Estiveram presentes 538 pessoas, dos quais 353 diretamente envolvidos com o PAA (fornecedor, organização proponente e representante da instituição beneficiária), 100 técnicos da CONAB e 85 convidados de outras instituições que participaram na categoria de observadores.

¹⁶A autora chama atenção, todavia, para o fato de que os dados gerados pelas oficinas realizadas no contexto do processo de documentação participativa do PAA devem ser utilizados com cuidado, evitando generalizações para o conjunto do programa (CORDEIRO, 2007).

Ademais, o PAA incentiva a produção e o consumo de alimentos regionais. Isto significa o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vinham sendo esquecidos ao longo das gerações, muitas vezes em função de serem concebidos como "atrasados" e/ou ainda em decorrência de um crescente processo de mercantilização da agricultura (PLOEG, 1992), que adentra até mesmo a esfera da produção de alimentos para o próprio consumo (GAZOLLA, 2004). No norte de Minas, por exemplo, o PAA tem contribuído para a geração de renda através do aproveitamento das frutas nativas do Cerrado (CARVALHO, 2007). Em Tenente Portela (RS), outro exemplo, o PAA auxiliou a revitalizar os moinhos coloniais, uma marca da agricultura familiar regional que vinha arrefecendo. Como alude Pandolfo (2008), estes moinhos trazem consigo histórias de muitas gerações e têm um papel importante na preservação da cultura e, sobretudo, na alimentação das famílias rurais já que o consumo de grãos (milho e trigo) na forma de farinha é a base alimentar das mesmas. A exemplo do norte de Minas e de Tenente Portela, muitas outras práticas e alimentos regionais estão sendo revitalizados em todo o país, como a canjica, o mesocarpo de babaçu, as cucas, o azeite de côco, a farinha de baru, o cupuaçu, o palmito, o umbu, maxixe, jambú etc. (VIEIRA, VIANA, s.d.).

No que diz respeito à alteração nos padrões de consumo, isto tem se repercutido tanto nas unidades familiares de produção como nos beneficiados com os alimentos. Como evidenciam Delgado *et al.* (2005), o PAA tem contribuído para o aumento, a diversificação e a melhoria da qualidade da produção para autoconsumo das unidades familiares de produção. Produtos antes pouco valorizados ou desconhecidos passam agora a fazer parte do cardápio diário destas famílias. De acordo com Zimmermann e Ferreira (2008, p. 48),

El PAA ha sido responsable también por haber incluido productos en la dieta de las familias de los agricultores de Mirandiba, principalmente frutas y verduras que ellas poco consumían antes, cuando las consumían. Por ejemplo, berenjenas, lechugas y pimentón, y el umbú. La base del consumo de las familias antes era básicamente la mandioca, la carne de macho cabrío, la calabaza, la patata dulce y el cilantro. Antes del Proyecto, muchos agricultores no tenían árboles frutales y/o no le daban valor a las frutas nativas. "El umbú estaba abandonado, ahora está cuidado, cercado, tiene dueño". Entre las frutas, se destaca la producción de melón, mangos, guayabas, anón, guanábana, marañón y umbú, que forman la base para la producción de pulpa comercializada.

Quanto aos beneficiados pelo acesso aos alimentos, tem-se observado, sobretudo, mudanças no padrão alimentar das crianças com idade escolar (ORTEGA, JESUS, SÓ, 2006; TRICHES, FROEHLICH, 2008; ZIMMERMANN, FERREIRA, 2008; VIEIRA, DEL GROSSI, 2009). Através do consumo da alimentação escolar proveniente da agricultura familiar regional, as crianças são beneficiadas com alimentos frescos, variados e com melhor qualidade, confluindo para maior aceitabilidade e consumo por parte dos alunos. Como observam Triches e Froehlich (2008, p. 16), esta melhora na qualidade tem provocado revisões nas questões valorativas: "Um alimento servido na escola e consumido e apreciado pelos colegas, modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então era desconhecido e desqualificado". Assim, um alimento apreciado na escola pode ser demandado pelas crianças também em casa. Novamente remete-se ao caso do PAA em Mirandiba e seus efeitos, agora sobre a alimentação escolar.

Ahora se consumen productos "frescos" en las escuelas y así el menú puede ser más variado. La sopa que se servía antes de los donativos era "industrializada" y ahora las escuelas hacen sopas con una variedad de productos donados por el PAA. Entre los productos a los cuales no se tenía acceso antes de los donativos, las entidades destacaron la carne de macho cabrío, la mandioca, el melón caxi, el pescado y muchas verduras. Una de las representantes comentó que su hijo de 2 años "había aprendido a comer lechuga en la guardería infantil (ZIMMERMANN, FERREIRA, 2008, p. 52).

Vários estudos têm se reportado aos efeitos em termos de frequência, rendimento escolar e saúde das crianças. No estudo conduzido por Ortega, Jesus e Só (2006) sobre o PAA Leite na Bahia, em que cada criança consome 500 mililitros de leite tipo C na escola e ainda recebe outros 500 mililitros para serem consumidos em casa, foi verificado que no ano de 2004 houve um aumento de 51% na assiduidade das crianças na escola, o rendimento escolar aumentou em 48%, enquanto os índices ruim e regular diminuiram 59% e 53%, respectivamente. Similarmente, Cordeiro (2007, p. 55) traz o depoimento de um beneficiário do PAA da região Sudeste que afirma: "As crianças tinham muita dor de cabeça na escola por causa da fome e, com a melhoria da alimentação, diminuiu a dor de cabeça e o rendimento escolar aumentou". Esses dados parecem sinalizar uma influência positiva do PAA no ambiente escolar a qual mereceria um trabalho mais aprofundado de investigação.

Em relação à alimentação escolar, é mister aludir que em junho de 2009 foi sancionada pelo Presidente da República a Lei n.º 11.947, que estende a alimentação escolar também para o ensino médio e para a educação de jovens e adultos, determinando que no mínimo 30% dos recursos destinados à aquisição de alimentos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sejam utilizados na compra de produtos diretamente da agricultura familiar da região. Além de assegurar produtos com qualidade diferenciada aos estudantes, como mencionado acima, esta orientação constitui poderoso instrumento de dinamização econômica regional por meio do fortalecimento da agricultura familiar, dada a relevância do montante de recursos orçamentários à aquisição de produtos pela nova lei, (estimava-se aproximadamente 1 bilhão de reais para 2010 (BRASIL, 2010a)). Saliente-se que o PAA cumpriu importante papel ao demonstrar a viabilidade da compra direta dos agricultores familiares.

Por fim, é relevante aludir que o PAA tem contribuído para reconectar o consumo à produção. Neste sentido, Triches e Froehlich (2008, p.18) observam em Dois Irmão (RS) que:

Como ponto comum em todas as experiências, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico. Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado de merenda escolar com produtos de qualidade, já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam obter seu sustento. Na verdade, um incorpora à sua necessidade a necessidade do outro.

O PAA articula a produção de alimentos ao consumo local, respeitando a sazonalidade, a proximidade, os atributos de qualidade, o saber-fazer local, a diferenciação, as relações sociais etc., contrapondo-se ao modelo de produção assentado em grandes corporações, que valoriza a distância, a padronização, a durabilidade dos produtos, a impessoalidade e subordina o tempo e o lugar à acumulação de capital (TRICHES, FROEHLICH, 2008). No PAA, sobretudo na "Compra para Doação Simultânea", produtores e consumidores encontram-se articulados e compreendem a importância que um tem para o outro.

3.2 – Influência nos preços, na renda e na criação de novos mercados

Como alude Schmitt (2005), o PAA sinaliza um novo estágio no que se refere às políticas de fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo porque atua na comercialização dos produtos desta categoria social. A garantia de comercialização exprime um novo alento para estas famílias que podem lançar mão justamente da sua "pequenez", como afirma Wilkinson (2008), para articular-se com o mercado. O PAA significa novas possibilidades de ingressar no mercado e, ao mesmo tempo – mormente, para as famílias do Sul e Centro-Oeste do Brasil –, oportunidades para distanciar-se dos mercados internacionais de *commodities* agrícolas que se mostram inadequados às especificidades desta categoria social, sobretudo no que se refere à escala de produção e ao padrão tecnológico. Aliada a esta "pequenez", os agricultores podem somar um conjunto de valores presentes no seu "modo de vida" – a tradição, os costumes, os hábitos alimentares locais, o artesanal, o saber-fazer etc. – que encontram espaço para se expressarem sobretudo nos mercados locais ou em mercados específicos, como este criado pelo PAA.

Além da garantia de mercado, o PAA apresenta outras contribuições. Como citam Delgado *et al.* (2005), o programa tem colaborado à recuperação dos preços regionais recebidos pelos agricultores, havendo casos em que o simples anúncio da compra pública de dado produto foi suficiente para elevar sua cotação. Em algumas situações, o mercado local absorve a produção antes mesmo das compras públicas serem efetuadas, dispensando a efetivação das mesmas (caso das compras para a formação de estoques). Esta tendência de elevação dos preços regionais também foi registrada em outros estudos (SCHMITT, 2005; ORTEGA, JESUS, SÓ, 2007; CORDEIRO, 2007; SOARES, BARROS, MAGALHÃES, 2007; MARTINS, CAVALCANTI, 2007; DESER, 2008; CORRÊA, 2008). O depoimento coletado por Cordeiro (2007, p. 55) de um agricultor do Norte do Brasil é ilustrativo: "Antes quem comprava castanha era só o atravessador. Eram cinco grandes comerciantes comprando para um só dono e por um só preço. Eles compravam até uma certa quantidade, depois disso só aceitavam a castanha se você desse de graça. Com a entrada da CONAB o preço subiu de R\$ 5,00 para R\$ 10,00 chegando até R\$18,00".

Neste mesmo depoimento também é possível observar a importância que o PAA tem para fortalecer a autonomia dos agricultores em relação aos "atravessadores"/"intermediários", ao assegurar a mediação entre consumo e produção. Em pesquisa realizada por Rocha, Cerqueira e Coelho (2007) em Irecê (BA), por exemplo, todos os agricultores entrevistados afirmaram que

antes do PAA o escoamento de sua produção dependia totalmente dos atravessadores. A dependência ao atravessador e o quanto isto interfere na autonomia fica evidente no desabafo de um agricultor do Sul do país em depoimento à Cordeiro (2007): "O programa é o sonho que a gente sonhava: não vender para o atravessador". Embora vitais em determinados contextos do país¹⁷, os intermediários tomam parte significativa da renda que poderia ser apropriada diretamente pelas famílias rurais. Todavia, esta "mediação" pelo PAA é uma questão que precisa ser melhor aprimorada, como será discutido na segunda parte do texto.

Além de contribuir à recuperação dos preços pagos aos agricultores, o PAA tem incitado o fortalecimento ou a criação de novos mercados, revelando o potencial do programa na geração de efeitos sinérgicos (VOGT, SOUZA, 2009; PANDOLFO, 2008; ZIMMERMANN, FERREIRA, 2008). Foi o que aconteceu com a Feira Livre do Produtor em Tenente Portela (RS), existente desde a década de 1980. Segundo Pandolfo (2008), após o início do PAA os feirantes notaram um aumento na demanda de seus produtos, isto porque, como a maioria também comercializa os produtos ao programa, estes se tornaram mais conhecidos, valorizados e demandados pelo conjunto de cidadãos e instituições que os recebem. Em Mirandiba (PE), o PAA estimulou a criação da FERIA Agroecológica envolvendo 13 famílias de agricultores (ZIMMERMANN, FERREIRA, 2008)¹⁸.

A criação destes novos mercados é estratégica diante da preocupação de que os agricultores familiares não se tornem dependentes do PAA, tendo como única opção de comercialização um programa que estabelece limites anuais de compra e ainda apresenta incertezas quanto à disponibilidade de recursos. Esta preocupação tem sua importância acrescida dado que o programa é (ainda)

¹⁷Em determinadas regiões do Brasil, a única forma de comercializar a produção é através do atravessador, seja pela distância, seja pela dificuldade de acesso ou, ainda, pelo custo. Os atravessadores são o único meio de escoar a produção, mesmo que consumindo parte da renda dos agricultores.

¹⁸Todavia, deve-se mencionar que a emergência de novos mercados não tem sido recorrente em todos os contextos onde o PAA foi implementado. Segundo Gomes e Bastos (2007) no caso do PAA em Catende, Recife e Santa Maria da Boa Vista (PE), o Programa não tem conseguido criar novos canais de comercialização, sendo ele o único destino da produção estimulada pela política. Dados de Cordeiro (2007) a seguir corroboram as observações dos autores.

concebido como uma política de governo com ações localizadas e muitas vezes descontinuadas, e não uma ação de Estado. Dados apresentados por Cordeiro (2007) corroboram tal inquietação, pois 39% dos entrevistados afirmaram vender mais de 70% da produção agropecuária ao PAA.

Garantia de preço e comercialização, efeitos indiretos nos preços e novas formas de inserção no mercado são fatores que ressoam na elevação da renda dos agricultores (DORETTO, MICHELLON, 2007; SPAROVEK *et al.*, 2007; SOARES, BARROS, MAGALHÃES, 2007; MATTEI, 2007b; CORRÊA, 2008; LUCENA, LUIZ, 2009). Em pesquisa no Nordeste, por exemplo, Sparovek *et al.* (2007) notam que os agricultores beneficiários possuem receitas de comercialização da produção quase três vezes superior às dos não-beneficiários, diferença esta atribuída ao PAA, e que há grande satisfação com o preço pago pelos produtos.

Esta elevação na renda apresenta reflexos na própria organização da unidade familiar. Triches e Froehlich (2008) observam em Dois Irmãos (RS) que, com a garantia da comercialização ao PAA, alguns agricultores passaram a se dedicar unicamente à atividade agrícola abandonando o trabalho na indústria coureiro-calçadista. O mesmo fenômeno é notado por Zimmermann e Ferreira (2008) em Mirandiba (PE). Segundo as autoras, antes do PAA alguns agricultores dirigiam-se na época da seca ao Vale do São Francisco, distante mais de 300 km, para trabalhar em lavouras irrigadas. Estes serviços eram pagos por dia de trabalho (entre R\$ 5,00 e R\$ 12,00), sem contrato e direitos trabalhistas. Com o PAA surgiu a oportunidade de permanência na propriedade. Outrossim, Cordeiro (2007, p.56) cita o depoimento de um participante do PAA do Nordeste: "Na minha comunidade, de 8 a 10 jovens que concluem o ensino médio vão embora para São Paulo todos os anos. Diante do bom resultado do projeto do PAA, 10 jovens não irão embora".

Alguns estudos apontam para o aumento da área cultivada (MARTINS, CAVALCANTI, 2007; DORETTO, MICHELLON, 2007; MATTEI, 2007b; CORRÊA, 2008; HESPANHOL, 2009) e para aperfeiçoamentos no manejo dos sistemas produtivos após ingresso no PAA (DORETTO, MICHELLON, 2007; MATTEI, 2007b; SOARES, BARROS, MAGALHÃES, 2007). Para ilustrar, cita-se a pesquisa de Doretto e Michellon (2007) no Paraná onde 1/3 dos beneficiários acresceram a área cultivada e 2/3 aumentaram o "nível tecnológico"¹⁹.

¹⁹Categoria descritiva utilizada pelos autores.

Cordeiro (2007) investiga a destinação dos recursos obtidos com o Programa. Em 48% dos casos, os agricultores e suas famílias usaram este recurso para aquisição de alimentos, 26% destinaram para melhorias na produção, 6% para investimentos e 5% à aquisição de máquinas e equipamentos. Para as famílias beneficiadas com os alimentos, o PAA também expressa economia (CORDEIRO, 2007; MATTEI, 2007c). Segundo um beneficiário da região Sudeste: "com as doações, as famílias conseguem sobra de dinheiro para comprar roupa, remédio, pagar luz, tomar banho quente e melhorar a alimentação" (CORDEIRO, 2007, p.55).

3.3 – Capital social e fortalecimento das organizações sociais

Desde a obra de Putnam (1996) sobre capital social, muitos estudos já foram feitos sobre esta temática. Capital social, segundo o autor, refere-se a um conjunto de características da organização social (confiança, normas e sistemas de participação) que tornam possíveis ações ordenadas e explicam a existência de distintas trajetórias de desenvolvimento. A partir desta obra, muitos estudos têm destacado a importância das relações sociais no interior das comunidades. Relações familiares, organizações religiosas, cooperativas, clubes desportivos, partidos, associações etc. são todas "fontes" de capital social. Entretanto, além de criticarem o determinismo histórico de Putnam (1996), autores como Fox (1996), Evans (1996) e Bebbington (1999) alegam que o problema não é a ausência de capital social no nível das comunidades locais, mas a ausência de capital social que permita interagir com atores em outras instâncias e escalas. Destacam-se, neste sentido, as relações estabelecidas com os atores "de fora" do grupo, ou seja, atores do Estado, do mercado e da sociedade civil em diferentes escalas (local, municipal, regional, nacional). Cada uma destas esferas tem sua própria lógica e influencia de modo distinto a distribuição, o controle e a transformação dos recursos necessários à reprodução das famílias rurais. É necessário, portanto, a habilidade dos atores para administrar estas relações e aproveitar-se do que pode ser obtido em uma esfera complementando com ações em outras.

O PAA apresenta arranjos institucionais que confluem com as observações dos autores citados. A modalidade "Compra para Doação Simultânea" e aquelas que cobram a organização social dos agricultores, em particular, envolvem um vasto conjunto de atores oriundos da esfera pública e da sociedade civil, localizados em diferentes escalas. O caso do PAA (Compra com Doação Simultânea) em Tenente Portela (RS) pode ser elucidativo neste

sentido. A execução no nível local incitou a organização de um grupo gestor envolvendo 16 instituições (públicas e privadas). Estas instituições foram organizadas em três grupos temáticos (Organização da Produção, Organização dos Beneficiários e Apoio Logístico) visando atender as necessidades de planejamento da produção, organização dos produtores e dos beneficiados, e logística do programa (VOGT, SOUZA, 2007). Esta rede local, por sua vez, está articulada regionalmente (Comitê Gestor Regional²⁰) e, ainda que com diferentes níveis de interação, nacionalmente com a estrutura do PAA (CONAB, MDS, MDA, CONSEA), onde também estão presentes atores das esferas mencionadas²¹.

Como mostram Muller *et al.* (2007), Mattei (2007b) e Gomes e Bastos (2007), o PAA assume arranjos institucionais peculiares em cada contexto. O conjunto de órgãos públicos federais e locais (MDS, CONAB, administrações locais, órgãos de assistência técnica etc.), movimentos sociais (sindicatos, federações, conselhos, associações, cooperativas etc.) e ONGs podem estar envolvidos em distintos graus na implementação do PAA nos diferentes contextos do país. Aliás, esta "capacidade de adaptação às diferentes realidades locais/regionais para promover o atendimento aos diferentes públicos" é um dos pontos positivos do Programa, conforme avaliado durante o seminário de cinco anos do PAA (Brasil, s/d.b).

Estudos têm revelado que quanto maior o envolvimento de associações, cooperativas, organizações não-governamentais e outros atores sociais e/ou quanto mais as instituições estiverem consolidadas, mais efetivos são os resultados do PAA (MULLER *et al.*, 2007; BOTELHO *et al.*, 2007). Contudo, esta interação entre os atores locais nem sempre é harmoniosa. Estudos sinalizam para a necessidade de uma participação mais ativa das prefeituras, sobretudo na modalidade "Compra para Doação Simultânea" na qual a logística do programa ainda é incipiente (ZIMMERMANN, FERREIRA, 2008). Ademais, muitas prefeituras não estão acostumadas ou dispostas a trabalhar com projetos de cunho estruturante e não assistencialista

²⁰O PAA em Tenente Portela é gerido pela Cooperfamiliar – Cooperativa Agropecuária dos Agricultores Familiares de Tenente Portela e Região –, que também coordena o PAA em mais cinco municípios. O Comitê Gestor Regional é formado por dois representantes de cada Comitê Gestor Municipal (Pandolfo, 2008).

²¹Ver também Almeida e Ferrante (2009) que evidenciam que o PAA foi capaz de constituir-se enquanto uma rede com forte grau de coesão social em Araraquara – SP.

ou, ainda, diferenças político-partidárias limitam o andamento do programa (especialmente na linha "Compra Direta Local da Agricultura Familiar", cuja gestão fica sob encargo das mesmas). Relações sinérgicas entre organizações e administrações locais podem confluir com resultados do PAA. Como evidencia Mattei (2007b, p.20) em Santa Catarina, "nos municípios onde existem movimentos sociais organizados e também uma tradição de diálogo democrático entre as administrações e órgãos públicos e esses movimentos, o processo transcorreu de forma mais harmoniosa, estimulando, inclusive, a participação de organizações da sociedade local, especialmente dos sindicatos e das associações dos agricultores familiares".

O envolvimento de várias instituições no programa tem ecoado no fortalecimento das mesmas (MULLER, 2007; CORDEIRO, 2007). Segundo Cordeiro (2007), este foi o principal impacto do PAA citado pelo conjunto dos atores abrangidos (fornecedores de alimentos, proponentes do programa e beneficiários). Algo semelhante foi observado no Seminário de cinco anos do PAA (BRASIL, s/d.b) em que destacou-se a contribuição do Programa para o "reconhecimento e fortalecimento das organizações representativas da agricultura familiar".

O PAA também incitou o surgimento de novas organizações. Em Mirandiba (PE), por exemplo, foi criada em 2007 a Cooperativa das Associações dos Agricultores Familiares de Mirandiba (COOAFAM) a partir das associações que efetuam as entregas dos alimentos. Processo análogo aconteceu em Dois Irmãos (RS), onde a possibilidade de um novo mercado instigou a criação de associações de agricultores (apicultores e cunicultores) (TRICHES, FROEHLICH, 2008). Na Bahia, na modalidade do PAA- Leite, os produtores passaram a formar associações com fins a montar seus próprios laticínios (ORTEGA, JESUS, SÓ, 2006).

4 – O PAA: algumas limitações

Em que pesem as contribuições do PAA, permanecem algumas limitações que dificultam sua operacionalização e melhor desempenho, muito embora tais limites não comprometam sua continuidade. A seguir, expõem-se alguns destes limites, enfatizando sobretudo a divulgação restrita desta política pública, o desconhecimento por parte dos beneficiários dos objetivos e da dinâmica do programa, a questão da seleção dos beneficiários e alguns problemas de logística (atraso na liberação dos recursos, dificuldades com o transporte dos produtos etc.).

4.1 – Conhecimento em relação ao programa

Uma das principais limitações apontadas pela grande maioria das avaliações diz respeito à divulgação restrita do Programa (DORETTO, MICHEOLLON, 2007; SPAROVEK *et al.*, 2007; CORDEIRO, 2007). Conforme Cordeiro (2007), a pouca divulgação impede que um número maior de pessoas tenha acesso ao PAA, sendo que o principal veículo de tomada de conhecimento tem sido as redes sociais. Cabe destacar, contudo, uma preocupação dos gestores referente ao descompasso existente entre o crescimento do número agricultores que buscam acessar o PAA e a sua oferta orçamentária. Provavelmente, este seja um dos motivos que tenham limitado a divulgação.

Concomitante a restrita divulgação, as avaliações sinalizam para a falta de clareza dos participantes do programa em relação aos objetivos e procedimentos do mesmo (BOTELHO *et al.*, 2007; GOMES, BASTOS, 2007; BRASIL, s/d.b). Como elencam Gomes e Bastos (2007, p. 19) nos casos de Santa Maria da Boa Vista, Catende e Recife (PE), os agricultores desconhecem os objetivos do PAA, confundindo-o muitas vezes "com um simples crédito de custeio 'financiado' pela CONAB"; os beneficiários, por sua vez, ignoram o programa e a origem dos alimentos (agricultura familiar); e entre os mediadores, além do desconhecimento de muitos, "prevalece um desconcerto geral quanto aos seus papéis" fruto da predominância da cultura do produtivismo, na qual a segurança alimentar e os "pequenos" agricultores têm pouco espaço. As avaliações indicam, sobretudo, para o desconhecimento em relação às instâncias de controle social (DORETTO, MICHELLON, 2007; SPAROVEK *et al.*, 2007; ROCHA, CERQUEIRA, COELHO, 2007; BOTELHO *et al.*, 2007; CORDEIRO, 2007; CORRÊA, 2008). Em pesquisa no Paraná, Doretto e Michellon (2007) notam que mais da metade dos agricultores entrevistados ignorava a existência do Conselho Municipal incumbido de acompanhar o programa e quase a totalidade desconhecia suas atribuições. Por sua vez, Cordeiro (2007) destaca que quando o Conselho foi referido pelos participantes, estes, muitas vezes, apontaram a sua ineficiência. "Conseqüentemente, na grande maioria dos casos, a gestão e acompanhamento dos projetos têm sido feitos pelas próprias organizações proponentes, em parte com apoio da prefeitura, Emater, STR [Sindicatos dos Trabalhadores Rurais], ONG's e outras instituições" (CORDEIRO, 2007, p. 33). Ressalta-se a importância das instâncias de controle social, pois estas podem apurar as distorções do programa ao nível local, a qualidade e a quantidade dos produtos comercializados e os usos da

política pública (DORETTO, MICHELLON, 2007). Conselhos Municipais são espaços propícios ao diálogo entre as necessidades da "produção" e as demandas do "consumo" (TRICHES, FROEHLICH, 2008). São espaços mediadores que aproximam o setor privado e público, criando relações de confiança e mútuo respeito, gerando conhecimentos e benefícios para ambas as partes. O aprofundamento do debate sobre os mecanismos de controle social do programa, tanto no que se refere aos processos como às instâncias envolvidas, coloca-se, ainda, como um desafio.

4.2 – Seleção dos agricultores beneficiários

Estudos sinalizam a escolha das áreas favorecidas como um limite do PAA dado que, de regra, é seguido o critério de oferta alimentar e, mais do que tudo, da demanda das organizações proponentes pelo programa, e não de maior retorno social, onde a insegurança alimentar assume maior gravidade e a agricultura familiar é menos consolidada (SPAROVEK *et al.*, 2007; SOARES, BARROS, MAGALHÃES, 2007). Para Sparovek *et al.* (2007, p. 64), "a falta de um cadastro para participação [dos agricultores] no PAA limita a possibilidade de definir critérios (geográficos e socioeconômicos) de forma a priorizar aqueles mais necessitados". Ademais, muitos agricultores são excluídos por não atenderem às exigências argüidas (Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, infraestrutura etc.), sendo estes, talvez, os que mais precisassem do PAA.

Todavia, deve-se ponderar que o PAA exige elevada contrapartida em organização social e nem todas as organizações são capazes de responder a esta necessidade. O Programa se expressa nos locais na forma de rede, interligando unidades familiares de produção e estas com associações e cooperativas, poder público, entidades sociais, famílias beneficiadas e todos com instâncias estaduais e com a estrutura nacional do Programa. Este arranjo requer um conjunto não desprezível de recursos humanos e materiais das organizações proponentes para "sustentar" o PAA. Mas, estas condições não estão presentes em todas as organizações sociais, agravando-se quicá à medida que o nível de pobreza dos associados se acentue. Por conseguinte, onde o PAA tomaria maior relevância e retorno social é exatamente onde se tem dificuldades de execução.

4.3 – Aspectos operacionais e logísticos do PAA

Outro problema citado pelas avaliações diz respeito à documentação exigida

para acessar o programa. Agricultores familiares, pescadores e extrativistas indicaram a necessidade da DAP como o principal problema (CORDEIRO, 2007). Embora a política atenda também agricultores acampados da reforma agrária, a exigência de apresentação de um documento comprobatório da posse da terra a ser explorada para acessar a DAP restringe a participação de muitos agricultores²². Não obstante, a DAP tem sido um dos principais recursos para diferenciar agricultores familiares de outras categorias sociais ou empresas que vêm no programa uma possibilidade de inserção no mercado²³. Quanto às instituições proponentes, estas, não raro, enfrentam dificuldades estruturais que as colocam em situação de débito, o que impede a obtenção de certidões negativas. Já para as instituições beneficiárias, a informalidade de muitas (ausência de cadastro de pessoa jurídica) inviabiliza a participação no PAA (CORDEIRO, 2007).

Ingressando no programa, o atraso na liberação dos recursos tem sido outra limitação às instituições e agricultores (CORDEIRO, 2007; GOMES, BASTOS, 2007; DORETTO, MICHELLON, 2007; BOTELHO *et al.*, 2007; CARVALHO, 2007; BRASIL, s/d.b). Segundo Cordeiro (2007), esta dificuldade foi citada em todas as oficinas realizadas nas várias regiões do Brasil. Conforme a autora, "os participantes argumentaram que os atrasos criam dificuldades políticas para as associações e cooperativas junto aos associados, dificultam o abastecimento da lista de produtos aprovada no projeto, criam dificuldades financeiras para os produtores e desestimulam a participação". Este é um problema observado desde o começo do PAA, frustrando agricultores e mediadores, e gerando descrédito em relação a esta política pública e às ações do Estado.

²²Para obter uma DAP o agricultor familiar deve recorrer a um dos órgãos oficialmente autorizados a emitir esse documento, podendo ser uma entidade oficial de assistência técnica e extensão rural, um sindicato ou outra organização credenciada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (Ver Portaria n.º 47 de 26 de novembro de 2008 publicada no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 2008. Seção 1, p. 122). É demandada, também a apresentação de documento que comprove a posse da terra a ser explorada: escritura, título, contrato de arrendamento, contrato de parceria, contrato de comodato, documento que comprove a posse mansa e pacífica ou outro registro que evidencie o domínio sobre o imóvel. Este item é dispensado quando a atividade da família interessada não está vinculada a uma unidade fixa de terra, como os pescadores ou extrativistas.

²³Ver Bastos (2009) que apresenta os desafios que o PAA Leite vem enfrentado no Rio Grande do Norte para garantir a exclusividade da agricultura familiar no mercado institucional do PAA.

Outro problema é a dificuldade para transportar os produtos do local de produção até o de consumo (BOTELHO *et al.*, 2007; CORDEIRO, 2007; BRASIL, s/d.b). As grandes distâncias²⁴, as condições das estradas (no Norte do Brasil, o transporte fluvial toma grande importância), as carências de veículos e o custo elevado são fatores que limitam a participação e a operacionalização do Programa. A logística da política tem sido muito variada: em alguns casos os agricultores trazem os alimentos até um dado ponto e a instituição responsável ou a prefeitura (nos casos em que há parcerias) se encarrega de repassar às entidades beneficiadas; em outros, os agricultores entregam diretamente às entidades beneficiadas; ou, ainda, a instituição responsável coleta os produtos nas residências dos agricultores e repassa às entidades sociais. Em todos os casos, o transporte é um obstáculo. Os depoimentos colhidos por Cordeiro (2007) elucidam: "Na nossa escola quem entrega os alimentos é o próprio produtor. Ele vai de canoa e carroça, pois não passa carro lá. Anda uns 8 Km saindo da associação para chegar na Ilha do Canto" (beneficiário, Região Nordeste); "O transporte dos produtos é difícil porque a produção é muita e o barco que faz esse transporte é pequeno e de recreio e são seis horas de viagem. (...) Muitos produtores não plantam porque não tem como vender" (agricultor, Norte/Amazônia Oriental).

A falta de assistência técnica é outro fator limitante (DORETTO, MICHELLON, 2007; MATTEI, 2007b; MATTEI, 2007c; GOMES, BASTOS, 2007; ROCHA, CERQUEIRA, COELHO, 2007; BOTELHO *et al.*, 2007). Os agricultores sentem dificuldades para organizar, planejar a produção e atender aos padrões de qualidade exigidos pelo PAA, o que, possivelmente, seria facilitado se a assistência técnica estivesse atrelada ou apoiando o Programa. Como advertem Mattei (2007b; 2007c) e Rocha, Cerqueira e Coelho *et al.* (2007), faz-se necessário, uma melhor articulação entre as políticas de apoio à produção e as políticas de apoio à comercialização. Por outro lado, é mister ponderar que as instituições de assistência técnica nos Estados vêm sofrendo processos de desestruturação, o que interfere na quantidade e qualidade dos seus recursos materiais e humanos e, por conseguinte, na capacidade de cumprirem com seus papéis nos arranjos institucionais do PAA.

Por fim, é relevante citar as deficiências de estrutura de armazenamento e

²⁴As distâncias entre produção e consumo no PAA variam de 12 a 600 km, sendo 140 km a média (Cordeiro, 2007).

conservação dos alimentos até o momento do consumo; a carência de serviços de inspeção sanitária limitando a inclusão de produtos de origem animal; no caso da pesca, a ausência de energia e equipamentos de refrigeração restringe a participação de muitas famílias. O mesmo acontece com entidades e escolas favorecidas com as doações que, carecendo de energia elétrica e refrigeração, ficam excluídas do programa por não terem como conservar os alimentos (CORDEIRO, 2007).

5 – Considerações finais e agenda de pesquisa

Observou-se neste trabalho a aplicação crescente de recursos e o aumento do número de agricultores familiares beneficiados com o PAA. Embora ainda sejam modestos tanto os recursos, quanto o número de agricultores quando comparados aos dados de outros programas, o PAA tem apresentado resultados importantes e tem atingido um número significativo de pessoas em insegurança alimentar.

Em relação às famílias beneficiadas com os alimentos, evidenciou-se que o PAA atende um número elevado de pessoas em condições de insegurança alimentar, melhorando a qualidade e quantidade da alimentação e, ao que tudo indica, a frequência e desempenho das crianças nas escolas. No que concerne às famílias rurais, o Programa tem contribuído na garantia de comercialização, na alteração da matriz de produção e consumo e no fortalecimento de suas organizações. Como observam muitos estudos, isto tem provocado alterações na autoestima dos agricultores e suas famílias, os quais se sentem estimulados à produção agropecuária. Neste sentido, pode-se afirmar que o Programa é uma relevante política pública para a segurança alimentar e a agricultura familiar.

Todavia, o PAA apresenta também alguns limites, sendo os principais, a falta de divulgação e o desconhecimento dos seus objetivos e forma de funcionamento pelos beneficiários; o atraso na liberação dos recursos; dificuldades com o transporte; a falta de assistência técnica e problemas na obtenção da DAP. O programa carece, também, de avançar em termos do marco legal e de sua institucionalidade, de modo a conferir-lhe todos os atributos de uma política pública no tocante, entre outros, às ações dos vários setores envolvidos e ao montante e regularidade na liberação de recursos.

Visando contribuir com o Programa e com os estudos decorrentes deste, a seguir são postas algumas questões que nos pareceram pertinentes à continuidade e expansão desta política.

Inquirir sobre a intersetorialidade do Programa: investigar como tem sido a participação dos diferentes Ministérios e dos Conselhos na gestão e no controle social da política; como tem sido o processo de negociação entre os Ministérios em face dos objetivos e públicos prioritários de cada setor e as dificuldades de implementar uma política de corte intersetorial;

Investigar a condição nutricional das famílias beneficiadas com o Programa (agricultores e famílias que recebem as doações). Existem estudos que sinalizam para alterações nos padrões de consumo de ambas, contudo desconhecem-se pesquisas que realizem avaliações nutricionais. Conhecer estes dados pode contribuir para melhor controle dos produtos adquiridos pelo PAA, seja do ponto de vista da qualidade sanitária, seja da diversidade de alimentos comercializados, contemplando o maior número de nutrientes possível.

Aprofundar os estudos quanto às alterações nos padrões alimentares, enfatizando também os agricultores familiares. A maioria dos estudos tem focado a questão da segurança alimentar do ponto de vista das famílias beneficiadas com os alimentos, todavia, ressalta-se a importância de considerá-la também em relação aos agricultores. Como mostra a PNAD (2009), os índices de insegurança alimentar são relativamente maiores no Brasil rural. É mister indagar como o PAA tem afetado a alimentação destas famílias, sobretudo no que concerne a quantidade e qualidade da produção para autoconsumo;

Pesquisar o público beneficiado com os alimentos: quem recebe estes alimentos; como são selecionadas estas pessoas; como compreendem o programa; quais as mudanças provocadas a partir do mesmo e seus reflexos em termos de empoderamento dos atores sociais;

Estimar a quantidade de produtos agroecológicos ou orgânicos adquiridos pelo programa e analisar como tem se dado o processo de certificação desta produção;

Investigar como tem ocorrido a definição dos preços pagos, a seleção dos produtos a partir de seus preços e a relação com os preços regionais e os "preços de mercado" de um modo geral. Por exemplo, como considerar a participação das agroindústrias que produzem em pequena escala, sabendo que o custo de produção e, portanto, o preço do produto é mais elevado do que o "preço de mercado"? Ou, como definir o preço de um produto e a sua participação no PAA cujo custo de transporte em função da distância é mais elevado que o "preço de mercado"?

É necessário maior aprofundamento sobre os impactos econômicos do PAA: investigar se o PAA tem conseguido estimular a criação de novos

mercados e averiguar o impacto na renda das unidades familiares e das famílias beneficiadas com os alimentos, considerando o comportamento da renda em vários anos (alguns estudos têm apresentado resultados em relação a esta questão para os agricultores familiares, contudo, geralmente trata-se de pesquisas anuais, sendo que outros fatores, para além do PAA, podem interferir no resultado da renda familiar);

Investigar como tem ocorrido a logística de mediação entre a produção e o consumo, sobretudo no que concerne ao transporte dos produtos e o custo deste às organizações, agricultores e consumidores;

Identificação dos parceiros do programa: sabendo que as organizações sociais são atores "chaves" ao desempenho do programa é importante conhecer quem são estas organizações, quais delas podem participar, quais são os custos e benefícios, e como têm conseguido reagir à dinâmica necessária à execução do PAA;

Arranjos institucionais: alguns estudos têm analisado os arranjos institucionais do programa, contudo há poucas informações sobre o quanto isto tem significado em termos de envolvimento e participação dos agricultores e das famílias beneficiadas com os alimentos nas decisões e na organização do PAA.

Referências

ALMEIDA, L.M.M.; FERRANTE, V.L.S. Programas de segurança alimentar e agricultores familiares: a formação de rede de forte coesão social a partir do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Araraquara-SP. In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

BASTOS, F. Rede de controle social para o PAA/Leite-RN: novas institucionalidades para inserção da agricultura familiar. In: **Anais XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. Rio de Janeiro: SBS, 2009.

BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. **World Development**. v.27, n.12, p.2021-2044, 1999.

BOTELHO, F.B. *et al.* Estudo do impacto do PAA sobre os arranjos econômicos nas regiões nordeste e sul do Brasil. In: PAES-SOUZA, R.;

VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo**: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n.5, 2007.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 20010/2011**. Brasília: MDA/SAF, 2010a. Disponível em: www.mda.gov.br , acesso em jul./2010.

_____. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**. Brasília: MDA, 2010b. (Caderno Base III Seminário Nacional PAA).

_____. **Balço de Avaliação da Excussão do Programa de Aquisição de Alimentos PAA**. Brasília: Grupo Gestor, 2010c.

_____. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**. Brasília: MDA/SAF, 2009. Disponível em: www.mda.gov.br . Acesso em 25/07/2009

_____. **Resultados do PRONAF, 2007**. Disponível em: www.mda.gov.br, acesso em jan./2009

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. s/d.a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/seguranca-alimentar-e-nutricional-san/programa-de-aquisicao-de-alimentos-paa> . Acesso em abr./2009.

_____. **Seminário PAA: PAA 5 anos**: balanço e perspectiva. s/d.b Disponível em: <http://www.mds.gov.br/> Acesso em 20/05/2009.

CARVALHO, I.S.H. **Potenciais e limitações do uso sustentável da biodiversidade do cerrado**: um estudo de caso da Cooperativa Grande Sertão no Norte de Minas. Dissertação de mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – Bsb. 165 p., 2007.

CORDEIRO, A. **Resultados do programa de aquisição de alimentos – PAA**: a perspectiva dos beneficiários. Brasília: CONAB, 2007.

CORRÊA, F.C.M. **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**: uma comparação entre dois Estados do Brasil. Dissertação (mestrado em

Programa de Pós-Graduação em Agronegócios/UnB, 2008.

DELGADO, G.C *et al.* **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar.** Brasília: IPEA, 2005. (Texto para discussão, 1145).

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS RURAIS (DESER). **O Programa de Aquisição de Alimentos e sua relação com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e a Política de Comercialização Agrícola no Brasil, entre 2003-07: uma Avaliação.** Curitiba: DESER, 2008.

DORETTO, M.; MICHELLON, E. Avaliação dos impactos econômicos, sociais e culturais do Programa de Aquisição de Alimentos. **Sociedade e desenvolvimento rural.** v.1, n.1, 2007.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries.** Oxford: Oxford University Press, 2000. 273 p.

EVANS, P. Government action, social capital and development: reviewing the evidence on synergy. **World development,** v.24, n.6, p.1119-1132, jun. 1996.

FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. **World development,** v.24, n.6, p.1089-1103, jun. 1996.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre/RS, 287p., 2004.

GOMES, A.; BASTOS, F. Limites e possibilidades da inserção da agricultura familiar no PAA em Pernambuco. **Sociedade e desenvolvimento rural.** v.1, n.1, 2007.

HESPANHOL, R.M. O programa de aquisição de alimentos (PAA) na região de Dracena (SP). In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.** Porto Alegre: SOBER, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD – Suplemento**: Segurança Alimentar 2004-2009. Rio de Janeiro, 2009.

LUCENA, E.K.; LUIZ, J.M. Uma avaliação da importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na agricultura familiar do município de Ceará Mirim (RN). In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

MATTEI, L.; MALUF, R. Pobreza rural: concepções, determinantes e agenda de políticas públicas para seu enfrentamento. **Fórum DRS: Boletim Eletrônico**, ano 5, edição 72, jan.2011.

MARTINS, S.P.; CAVALCANTI, L.I. Avaliação do impacto da execução do PAA no Estado do Rio Grande do Norte. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v.1, n.1, 2007.

MATTEI, L. Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UnB)**, v.7, p. 33-44, 2007a.

_____. Políticas públicas de combate à fome: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v.1, n.1, 2007b.

_____. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): percepções de atores sociais do Estado de Santa Catarina. In: **Anais XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Fortaleza: SOBER, 2007c.

MULLER, A.L. **A construção das políticas públicas para a Agricultura Familiar no Brasil**: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Rural). UFRGS. Porto Alegre/RS, 2007.

MULLER, A.L. *et al.*. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do

Sul. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v.1, n.1, 2007.

ORTEGA, A.C; JESUS, C.M.; SÓ, L.L.S. O PAA-leite na Bahia e em Minas Gerais: uma avaliação preliminar de seus modelos de implementação. **Cadernos do CEAM**. Ano V, n. 24, p.57-89, ago./2006.

PANDOLFO, M.C. O programa de aquisição de alimentos como instrumento revitalizador dos mercados regionais. **Agriculturas**, v.5, n.2, jun./2008. P.14-17.

PLOEG, J. D. van der. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S. (Ed.) **Ecología, campesinato y historia**. España: Las Ediciones de La Piqueta, 1992. p. 153-195.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

ROCHA, A.G.P.; CERQUEIRA, S.P.; COELHO, V.P. Um panorama do Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia: estudos de caso em Boa Vista do Tupim, Tapiramutá e Vitória da Conquista. **Sociedade e desenvolvimento rural**. v.1, n.1, 2007.

SCHMITT, C.J. Aquisição de alimentos da agricultura familiar: integração entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. **Revista de Política Agrícola**. Ano XIV, n.2, p. 78-88, abr./mai./jun., 2005.

SEYFERTH, G. **A colonização alemã no vale do Itajaí-mirim**: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Movimento, 1974. 159 p.

SOARES, A.; BARROS, A.R.; MAGALHÃES, A.M. Estudo sobre os benefícios do PAA-leite: produtores e consumidores. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo**: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de avaliação de programas sociais do MDS, n.5, 2007.

SPAROVEK, G. *et al.* Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA – região nordeste. In: PAES-SOUZA, R.; VAITSMAN, J. **Cadernos de estudo**: desenvolvimento social em debate: síntese das pesquisas de

avaliação de programas sociais do MDS, n.5, 2007.

SURITA, R. Alimentando a cidadania. **Agriculturas**, v.1, n.0, p. 8-10, set./2004.

TRICHES, R.M.; FROEHLICH, E. Reconectando o consumo à produção: a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar. In: **II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural**. Porto Alegre: PGDR, 2008.

VIEIRA, D.F.A.; DEL GROSSI, M.E. Influência do Programa de Aquisição de Alimentos em três características da comercialização dos produtos da agricultura familiar: o caso do município de Paracatu – MG. In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

VIEIRA, D.F.A.; VIANA, C.A.S. **O programa de aquisição de alimentos – PAA e sua relação com o modo de funcionamento da agricultura familiar**. s.d. Disponível em: www.conab.gov.br. Acesso em: 17/01/2009.

VOGT, S.P.C.; SOUZA, R.S. Mercados institucionais locais como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos na Região Celeiro – RS. In: **Anais XLVII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER, 2009.

_____. Políticas públicas e segurança alimentar: estudo de caso do Programa de Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea (Fome Zero) no município de Tenente Portela-RS. In: **Anais do VII Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção**. Fortaleza: SBSP, 2007

ZIMMERMANN, S.A.; FERREIRA, A.P. El programa de adquisición de alimentos de la agricultura familiar em Mirandiba-PE. In: SCOTTO, G. **Aun hay tiempo para el sol: pobrezas rurales y programas sociales**. Rio de Janeiro: Actionaid, 2008.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In:

TEDESCO, J.C. (Org.). **Agricultura Familiar**: realidades e perspectivas. Passo Fundo, RS: Editora UPF, 1999. p. 23-56.

WILKINSON, J. A pequena produção e sua relação com os sistemas de distribuição. In: WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, p.125-150, 2008.

POLÍTICAS PÚBLICAS: MEDIAÇÃO E GESTÃO DE DEMANDAS SOCIAIS

Delma Pessanha Neves¹

Resumo: Os significados atribuídos ao termo *políticas públicas* cobrem espaços de ação social organizados por interpretações pautadas em legitimidades acadêmicas, mas também do senso comum político, constituído para produzir efeitos desejados. Neste artigo, opto por lidar com significados produzidos em atos voltados para definição de condições de formulação de objetivos, metas, critérios, etc., abarcados pelos significados atribuídos pelo senso comum. O termo *políticas públicas* ganha melhor sentido quando associado a tantos outros, como democracia, cidadania e mediações sociais, categorias básicas à construção de espaços públicos de explicitação e confronto de pontos de vista, de construção de interpretações para a vida social e de meios de elaboração de consensos ou compromissos provisoriamente geridos. Para analisar tais articulações, adoto como unidade analítica o intercruzamento de um conjunto de processos sociais e de agentes em redes de relações; interconexões mediante as quais são constituídas regras de controle das ações em causa e meios legítimos de propor, interferir e controlar a redistribuição de serviços e recursos públicos. Essas formulações, por mais que acenem para amplitude de relações, incidem sobre espaços sociais delimitados pelo reconhecimento de quem integra as ações políticas e de quem, pela e na ação pública, investe no mútuo reconhecimento social.

Palavras-chave: Espaço Público; Mediações Sociais; Cidadania; Políticas Públicas.

Abstract: *The meanings attributed to the term "public policies" encompass areas of social action embedded within the broad framework in academic legitimacy and are also in line with prevailing political thought or policy, on purpose to produce the desired outcomes. In this article, I deliberately focus*

¹Antropóloga, professora permanente do PPGA/UFF, bolsista de produtividade CNPq; professora visitante sênior – PVNS/CAPES/UFOPA.

on the meanings that come from actions aimed at developing strategies for formulating goals, defining criteria, etc., according to the common sense meanings. The meaning of the term "public policy" is better explained coupled with others such as democracy, citizenship, and social mediations, which are the key characteristics to the design of public spaces where people engage in clarifying their point of view which is therefore the constructive confrontation of their goals, in the construction and shaping of social relationships, developing consensus or making provisional commitments through this networking. To examine these articulations, I adopt as far as possible an analytical approach that exposes the intersection of a set of social processes and actor networks; the use of a theoretical framework of network to establish interconnection and usage rules applied to control actions, legitimate means of proposal, interference, and redistribution of public service and resources. Although there is some evidence suggesting a tendency to reinforce relations, these formulations underlie the structure of social spaces within the borders of delimited territory that identify those people who are engaged in social actions and those who, either engaged in or encouraging social actions, invest in mutual social identification.

Keywords: *Public Space; Social Mediation; Citizenship; Public Policies.*

Numa forma de representação mais sintética ou substantivante, o termo *políticas públicas* tem sido definido como a expressão do governo em ato, mas em correspondência a demandas sociais; ou recurso instrumental para desvendar a "caixa preta" do funcionamento do Estado. Essas metáforas valorizam as possibilidades de compreensão do aparato estatal, destacando as dificuldades enfrentadas para conhecer os campos de mediação equivalentes ao amplo espaço social coberto por aquela categoria de designação. Por isso, talvez, a expressão metafórica mais aproximada devesse cobrir a relação entre grupos politicamente organizados (especialmente, mas não só) em referência a agentes sociais em diversos planos, respectivas competências, regras e estruturas de qualificação com que eles se lançam àquele investimento coletivo. Esses campos sociais para tanto se constituem por referências comuns (em acordos e/ou desacordos), configurando-se segundo múltiplas formulações ou alternativas em proposição. As ações equivalentes visam celebrar certas formas de ordenação da sociedade. Portanto, os múltiplos atos e representações implicados no que se convencionou reconhecer como *políticas públicas* exprimem intenções e conquistas (e seus

contrapostos). Redundam, conseqüentemente, em investimentos voltados para o controle das razões e dos meios pelos quais os diversos agentes envolvidos operam para construir decisões públicas.

Os significados atribuídos ao termo *políticas públicas* cobrem espaços de ação social organizados por interpretações pautadas em legitimidades acadêmicas, mas também do senso comum político, constituído para produzir efeitos desejados. Qualquer análise precisa então deixar claro quando o autor adota algum ou dialoga com autores responsáveis por produção de conceitos, mas também quando se refere às ações dos atores políticos. Neste caso, como o aqui proposto, opto por lidar com significados produzidos em atos voltados para definição de condições de formulação de objetivos, metas, critérios, etc., abarcados pelos significados atribuídos pelo senso comum.

De forma geral pode-se dizer que a ampla legitimidade alcançada pelo termo *políticas públicas*, quando ele é incorporado ao debate político, exprime o consenso quanto à crença na possibilidade de um bom governo, na capacidade de os cidadãos influenciarem ou se anteciparem na construção e no atendimento de demandas politicamente qualificadas. Enfim, quanto à crença na capacidade de eles atuarem na definição do conjunto de opções políticas do governo ou de outras instituições sociais devotadas a formas de aglutinação e intervenção sociais. E no campo acadêmico, acompanhando a importância prática do debate no campo político, discutem-se diversas possibilidades de fundamentação, interpretação e avaliação dessas ações, aí se desfilando corpos teóricos distintos².

As ações dos grupos, no sentido mais preciso do termo, daqueles politicamente organizados para construir influência sobre outros tantos, pressupõem certa definição pública quanto ao lado em que eles querem se definir, se contrapor e ser reconhecidos na cena política: - Com quem tais representantes desejam negociar? Como eles gostariam de definir as condições da ação dos agentes com os quais, relacionalmente, investem na negociação do enquadramento dos termos da institucionalização das políticas públicas (por exemplo: metas, objetivos, procedimentos, público alvo, critérios, recursos etc.). Estes percursos costumam então engrossar o conjunto de atenção dos cientistas sociais, mas principalmente cientistas políticos.

Como a análise acadêmica e prática das *políticas públicas* pressupõe o reconhecimento de certa convergência em torno da crença no conhecimento da

²Ver Souza, 2006: 20-45.

sociedade para melhor geri-la, por este enquadramento conceitual e metodológico, os "cientistas sociais", no ato mesmo de formulação do objeto e método do respectivo campo de estudo, foram construindo a legitimidade da relação *diagnósticos sociais e propostas de desenvolvimento social*³. E são ainda convidados ou requeridos, mediante atribuição de competências para se antecipar ou acompanhar processos de intervenção, a que corresponde construção de saberes. Em distorção integrante da atribuição/aceitação de competência teleológica, eles são muitas vezes alçados à posição de quem, por tal expertise, pode definir categorias de *beneficiários ou público alvo*, pode propor rumos para a vida social, prever desdobramentos positivos e negativos, controlar resultados.

No atual contexto de construção das ciências sociais na sociedade brasileira, de produção de direitos sociais, em parte embasados em alteridades e vitimizações coletivas, aquela associação tem sido insistentemente redefinida como expertise. E os cientistas sociais, em correlação, cada vez mais se voltam para estudar (diagnosticar) *problemas sociais* e recomendar princípios de ação pública, inclusive justificativas de direitos correspondentes a políticas governamentais específicas.

Todavia, o campo de representações e ações que apregoa a constituição de regras e procedimentos englobados pelo termo *políticas públicas* se fundamenta em negociações, *a priori* constituídas por agentes situados em posições assimétricas, até mesmo pela prevalência atribuída à formulação de saberes específicos ou *expertise*, com base nos quais se advoga o monopólio da tomada de decisões.

Tal dissimetria é enfrentada pelo próprio pressuposto do termo política (que é) pública. Os agentes que nesse campo social mutuamente se referenciam, eles querem ser reconhecidos como dotados de capacidade e legitimidade para construção de um conjunto de princípios e de saberes a respeito da organização da vida social. Os grupos em ação coletiva querem por representação delegada interferir na formulação de demandas e de regras que prescrevam ações dos agentes nele implicados. Nesses jogos sociais, destacam-se então formas de luta dos que não querem ser apagados ou enquadrados nos termos desejados pelos *experts*, relativizando o peso das propriedades de posição que podem

³Cf. por exemplo, Augusto Comte: Comte e Durkheim. Os Pensadores, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1973.

assegurar a detenção de monopólios de tomada de decisões.

Pelas questões até aqui levantadas, quero, um tanto redundantemente, restringir as reflexões à formulação de *políticas públicas* em ambiente de investimento na democratização social. E tomo em conta os termos de definição emergida em campos conceituais distintos daqueles que prefiguram sentido no plano do senso comum. As distinções, no entanto, convergem-se pela crença de que a ordem social pode ser constituída e gerida por princípios, regras, métodos, formas, procedimentos. E pelo pressuposto de que a gestão se opera por quadros institucionais construídos para permitir a circulação de recursos, tais como forem agregados pelo ideário que, *grosso modo*, se categorizou como ação pública desejada ou imediatamente requerida.

Para efeitos do itinerário de reflexões que neste artigo construo, a análise abarca investimentos na constituição de certa cultura política própria a ambientes desejadamente democratizantes; e que, por consequência, fundamentam a crença na eficácia da hipostasiada entidade sociedade civil. Tal substancialidade a um só tempo reclama o reconhecimento das ações públicas, dos direitos respectivos a tais ações e às reivindicações assim construídas e/ou redefinidas. Em fazendo apologia do sistema democrático, os agentes sociais em jogo também o fazem em relação à cidadania, categoria sempre aberta à inclusão de múltiplos significados construídos em ambientes públicos de negociação.

Ainda pelas associações que venho desenhando, o termo ou o conceito políticas públicas só podem ser entendidos na articulação complementar e contraposta a outros tantos. Em consequência, esclareço que, para efeitos deste artigo, dado que está elaborado por convite orientado pela produção de sintonias com a reflexão dos que estudam e intervêm no âmbito das políticas de reforma agrária e dos programas de assentamento rural, desenvolverei questões com base em alguns dos seguintes associados termos: políticas públicas, democracia, cidadania e mediações sociais. Todos eles estão sendo entendidos como categorias básicas à construção de espaços públicos de explicitação e confronto de pontos de vista, de construção de interpretações para a vida social e de meios de elaboração de consensos ou compromissos provisoriamente geridos. Tentando ser fiel ao convite/provocação dos organizadores do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais, realizado em Araraquara e por patrocínio da UNIARA, junho de 2010, considerarei todos os termos pela perspectiva metodológica da transversalidade das ações e da produção de sentidos; portanto, da produção de campos de mediação social. Desse modo, convido os leitores a comigo também percorrerem reflexões sobre espaços de

movediças definições, tais como são apreogados nas ações que estão aglutinadas pelo termo políticas públicas.

As ações, pautadas em ambiente social reivindicado como democrático, fundamental para sustentar a luta pelo acesso a terra e seus equivalentes recursos (crédito, casa, assistência técnica e educativa, etc), tanto dizem respeito à construção de quadros institucionais, como também à formulação dos princípios referenciadores dos investimentos correspondentes à reivindicada condição de cidadania objetivada; ou ela mesma no processo de assentamento vindo a ser objetivante.

Por isso considero fundamental incluir reflexões sobre os meios pelos quais se atribui crédito público: – aos investimentos na formulação e circulação de saberes correspondentes; – às formulações e resoluções de demandas; – às expectativas em torno das respostas a serem institucionalizadas. Tanto o é que a definição daqueles meios vem contando com diversos princípios de outorga da participação pública (ou da reclamada transparência), objetivo sempre reclamado como ininterrupto ponto de chegada.

Valendo-se de desenvolvimentos tecnológicos com que se constituem os meios de comunicação, a participação pública vem sendo laureada por fluxos de eficácia duvidosa, referenciada a certa democracia de resultados (mediante, por exemplo, os recursos de circulação de informações pautados no uso do espaço público genericamente qualificado pela internet). Também referenciada por ambientes mais especializados como conselhos, foruns, assembléias, reuniões, congressos, seminários, etc.

Se todos esses espaços pressupõem circulação de informações, a gestão do que se deseja de reconhecimento público é sempre objeto de filtros por gestores dos meios de comunicação, especialmente a imprensa falada e televisiva; ou pela expertise da textualização em decretos, leis, normas, manuais etc.

Por todos os fatores aqui em parte lembrados e específicos à luta pela reforma agrária, no limite o termo *políticas públicas* acena para relação entre agentes governamentais e agentes da representação delegada de grupos de interesses. Estes muitas vezes se apresentam reivindicando a posição enobrecida pela categoria cidadão, ou seja, posição equivalente aos ambientes políticos referenciados pelos princípios gerais da democracia.

Conceitualmente, a despeito de diferenciados quadros teóricos que colocam distintas questões em jogo, tomar, em sentido mais genérico, políticas públicas como objeto de estudo é considerar o Estado em ação no que tange à relação com os governados ou com os cidadãos (e vice-versa). Nesse caso, uma das

unidades analíticas melhor expressiva desses múltiplos aspectos abarca o inter cruzamento de um conjunto de processos sociais e de agentes em redes de relações; interconexões mediante as quais são constituídas regras de controle das ações em causa e meios legítimos de propor, interferir e controlar a redistribuição de serviços e recursos públicos. Por esse prisma, a análise se empobrece se restrita aos efeitos ou produtos; e se enriquece se tentar se enveredar pela produção das intenções, pela formulação dos modos de ação, dos critérios e meios de acesso a recursos, etc.

Essas formulações, por mais que acenem para amplitude de relações, devem tentar incidir sobre espaços sociais delimitados pelo auto e hetero reconhecimento de quem integra as ações políticas: os agentes governamentais e não-governamentais em concorrência pela e na ação pública, ou seja, investindo pelo mútuo reconhecimento social.

Universos interdependentes de significações

Diversos são os termos de senso comum reconhecidos como intermediários dos atos vigentes em campos de ação próprios ao que na prática se reconhece como *políticas públicas*. Entre eles, destaca-se a própria substantivação de *políticas públicas* como produto a ser apropriado (nos casos mais reificados, diria tocadas, deslocadas, apropriadas e assim por diante). Assim, como termo mágico pelo qual as ações buscam legitimidade, os naturalizados sentidos a ele atribuídos correspondem à cobrança de uma ação indefinida ou de produtos finais, mas condizentes com expectativas de respostas a serem providas de órgãos do governo, nem sempre muito bem formuladas. Atribuindo-se então aos representantes do aparato estatal, o dever de se antecipar ao atendimento de necessidades gerais de determinados grupos, ou até mesmo da sociedade em sua encarnação totalizante, parte-se do princípio que anunciar *queremos ou exigimos políticas públicas*, por si só se basta para construir o diálogo e apresentar demandas. No outro polo das ações, modelando uma linearidade das respostas a demandas, destacam-se termos de senso comum político reificados como *projeto e cadastro*. Eles correspondem a instrumentos pelos quais os cidadãos acatam ou reconhecem as ações e métodos que lhes foram encaminhados, mas na condição de respostas a proposições publicamente formuladas, mesmo que indiretamente. Em assim sendo, se *políticas públicas* se confunde com o governo em ação ou em resposta a demandas reconhecidas; o *projeto* se confunde com os fluxos pelos quais os demandantes definem formalmente expectativas de ação pública e governamental. Portanto, uma

resposta institucionalmente qualificada, podendo aparecer como resposta a demandas de grupos ou coletivas, mas também individualizada. O *cadastro* institui o direito ou o reconhecimento da condição do beneficiário. Nos termos das formulações já comentadas, *cadastrados* são indivíduos ou famílias alçadas à condição cidadã, tal como é o caso dos *assentados*. Enquanto termo intermediário, de reconhecimento relativamente mais restrito, o *programa* corresponde a uma ação mais ampla e duradoura do aparato estatal, ou à melhor expressão dos desdobramentos das *políticas públicas*, porque correspondente à explicitação do *modus operandi* dos agentes governamentais. Portanto, os termos tentam cobrir os agentes governamentais e públicos selecionados nas condições em que devem se enquadrar para colocar em prática as intenções condizentes ao que se convencionou reconhecer como *políticas públicas*. Estamos então diante de um conjunto de termos de linguagem comum entre agentes engajados em campos de mediação das condições de formulação e aplicação de *políticas públicas*. A análise desses conjuntos de termos permite entender alguns dos campos de mediação a que venho me referindo e sugerindo como unidade de análise.

Tanto no plano do senso comum ou da cultura política – no caso aquela constituída em torno de demandas de *políticas públicas* – como no plano conceitual, refletir sobre políticas públicas é se deixar emaranhar por um mundo de mediações cognitivas e institucionais. Por exemplo: uma rede articuladora de ações, um conjunto de saberes e intervenções sistematizadas em regras, manuais, normativos, leis, decreto-leis etc. Relembrando alguns dos procedimentos de reflexão tão a gosto dos cientistas sociais, também os levantamentos que se anunciam como meios socialmente definidos de avaliação dos objetivos e metas, dos resultados inesperados, da eficácia das respostas institucionalmente oferecidas. E na extravagância antimetodológica, destaco o sistema de crenças que nutre levantamentos, que recorrentemente pressupõe correlação imediata entre texto, ações e produtos.

Em síntese, neste artigo, escrito para atender a demandas de construção de questões para reflexão dos participantes do seminário já referido, tecerei comentários sobre alguns dos termos que exprimem os campos de mediação que se interconectam para objetivar demandas e respostas aglutinadas em torno da construção de *políticas públicas*.

Construção de questões e agendas públicas

A construção de questões públicas está associada ao investimento político na

construção da opinião pública, cujos atores tendem a sintetizá-las pela formação/cobrança de agendas públicas⁴. Todos os termos se referem àquelas questões que, sob acordos e definições de prioridade, operam na construção de compromissos entre cidadãos e, mais recorrentemente, agentes governamentais. A referência maior na construção de compromissos incide sobre a reconhecida construção de serviços assumidos por instituições, por vezes com redistribuição de bens ou recursos financeiros, construção que implica definição de resultados imediatos, de prioridades, de restrições, de critérios de inclusão dos eleitos beneficiários e de metas qualificadas por temporalidades *a priori* estabelecidas. A agenda pública ao mesmo tempo revela a definição de prioridades e a institucionalidade de certas condições de diálogo e de negociação, de compromissos assumidos e de significados atribuídos aos programas e projetos, no atual contexto político tendendo a incidir sobre conselhos, comissões, etc. Enquanto programa de compromissos assumidos por atores políticos situacionalmente reconhecidos, essas definições também implicam, por *a priori* tentativas de relativo controle, o reconhecimento da instabilidade e das tensões em que os diálogos e as negociações serão conduzidas. Por isso mesmo, na análise de *políticas públicas*, não se pode perder de vista as explicações em torno das condições de possibilidade da elaboração de demandas: – Como se constroem os interesses comuns? – Como eles são formulados e encaminhados mediante a construção de espaços públicos que são, em grande parte, também espaços privatizados para determinados segmentos que assim e para tanto se organizam politicamente? – Como se negociam as prioridades? – Como os agentes em jogo alcançam integrar uma cultura política capaz de criar competências para formular demandas? – Como as tornam reconhecidas por investimentos necessários à inclusão em pautas de agendas públicas? – Quais questões são reconhecidas no espaço que assim se construiu pelo desejo da qualificação enquanto público? – Como elaborar as prioridades e negociar entre tantas alternativas? – Que espaços públicos ou quadros institucionais foram constituídos para tanto? – Como as demandas chegam a alcançar as ações públicas, integrando quadros institucionais e definindo agentes para essas ações? – Em espaços democráticos, como se elabora a institucionalização das parcerias e das redes de apoio?

Se pesquisadores e agentes interventores conseguem compreender algumas

⁴Essas questões estão melhor focalizadas por Lenoir, 1998 e Champagne, 1990 e 1997.

dessas questões, entre tantas outras a serem formuladas em dependência das situações sociais, dos contextos políticos, das configurações de forças sociais entre agentes, os moveidos modos de construção de campos de mediação podem ser objeto de aproximação compreensiva.

A construção do campo da mediação

Para se entender as relações tecidas entre agentes envolvidos na formulação de políticas públicas é fundamental reconhecer os contextos e os meios de constituição da legitimidade da representação delegada; processo a que corresponde a constituição relativa de mediados e mediadores. Não por esta polaridade nem linearidade, mas na interconexão que corresponda à construção de espaços sociais próprios, espaços que venho qualificando como importantes unidades de análise, por corresponderem à produção de universos próprios de significações, compreendidas pela construção de formas de comunicação, aprendizagens, desacordos e compromissos. Enfim, diálogos sempre desiguais nas condições de formulação, mas diálogos que exprimem fatos e institucionalidades possíveis e as condições também possíveis de comunicação entre agentes dotados de posições diferenciadas, especialmente por sistemas de hierarquias reconhecidos e, por vezes, questionados.

Portanto, o reconhecimento dos processos de constituição do campo de relações que torna viável as ações mútuas, implica a inserção de perspectiva analítica que valorize os conflitos e as tensões; mas também que os equivalentes resultados dos processos em jogo só assim se tornem relativamente possíveis. Enfatizando-se os conflitos ou os jogos sociais de força, também se pode integrar à análise aqueles resultados em grande parte imprevisíveis, gerados como frutos da dinâmica desse exercício de intercomunicação, isto é, como produtos de múltiplas traduções dotadas de sentidos nem sempre desejados, releituras e rearranjos nos modos de construção de novas percepções do mundo e dos meios que cada agente social dispõe para construir e reproduzir o campo de comunicação social.

Como essa construção metodológica pressupõe a incorporação – direta ou indireta – de outros personagens (numa perspectiva simplificadora, como já destaquei, polarizados em mediadores e mediados), mas também de tantos outros pela comunicação e redes de interseção aí aportados e interconectados, isto é, como resultados da construção de desdobrados campos de mediação, ela pode facilitar o entendimento corresponde a influências na organização social, na relativização de modos de vida e de sistemas de autoridade dos segmentos assim

postos em ação recíproca. Em consequência, mediados e mediadores institucionais se constroem para esses processos, isto é, para a obtenção da visibilidade social interna e externa ao campo da mediação por eles construído e reconhecido. Por todos esses fatores, a análise da constituição de campos de mediação não pode desconsiderar o correspondente papel instrumental na ordenação de outras formas e meios de dominação política.

A análise deve ainda considerar a diversidade das posições que vão sendo constituídas, produto das lutas internas entre os pretendentes beneficiários, mas também destes com os excluídos, seja pela oposição às formas de redistribuição colocadas em prática, seja pelas tentativas de também se tornarem beneficiários. Esta diversidade expressa as diferenciações provocadas, reafirmadas ou invertidas, em qualquer caso estruturantes do processo⁵. A compreensão analítica, tanto no plano da ação dos agentes em jogo como dos pesquisadores, muitas vezes provoca estranhamentos e mesmo acusações morais, razão pela qual o próprio sistema de acusações e denúncias deve ser incorporado à compreensão dos processos em curso.

A construção desse(s) novo(s) campo(s) de significações e ações por agentes diferentemente situados quanto à concorrência de projetos e interesses sociais, quanto à desnaturalização da experiência social passada e quanto à percepção da possível existência de uma nova experiência, reatua na atribuição de significados às ações e ao papel dos agentes sociais. As ações diferenciadas revelam ainda a distribuição desigual das alternativas de escolha e de chances de

⁵A diferenciação social está sendo entendida como constitutiva das novas posições e das variações que lhe são subjacentes. Ela expressa os deslocamentos provocados pela forma como se dá o processo de mudanças e modos variados de participação desses atores no jogo de forças sociais, também provocadores de desdobramentos diferenciadores.

Para tanto, é preciso ultrapassar a restrita valorização do aspecto econômico e produtivo geralmente identificado ao conceito de diferenciação e incorporar as dimensões políticas e as reelaborações de visões de mundo. É preciso dirigir a análise para o campo de disputas dos agentes relacionados entre si e das posições assumidas diante dos recursos e alternativas propostas ou por eles criadas. Os resultados devem também ser contabilizados pelos desdobramentos sociais surgidos a partir dessas experiências de resistência e de adesão, de irreconhecimento ou de reconhecimento social do direito ao acesso aos bens no caso disputados. A diferenciação, por conseguinte, é vista como criadora de oposições, interesses divergentes, mas também de lealdades novas, outras formas de consenso, outras expressões de dissenso, novas formas de afiliação, novas visões de mundo e de compromissos políticos (NEVES, 1985, 1997).

integração em projetos políticos. Também revelam a concorrência pela hegemonia de perspectivas de reordenação do mundo social. Desse modo, destacam que a inversão de posições pode se dar em múltiplos sentidos e trajetórias⁶. Em consequência, varia o modo como, em cada caso, as *políticas públicas* são concebidas e aplicadas, ainda que providas de uma mesma ordem de referência. Variando os compromissos mútuos entre mediados e mediadores investidos de autoridade política, os resultados dependem dos empenhos por eles aí aplicados; dependem da mobilização dos mediados na transformação do sonho ou do projeto político em plausibilidade.

Os mediadores que atuam na imediata prestação de serviços, fase do processo mais facilmente reconhecida e por isso quase sempre mais criticada, especialmente no que tange à tomada da parte pelo todo (em linguagem própria a esse universo de sentidos, *na base*), mesmo que se definindo pela criação de expectativas formais e impessoais de transferência de recursos institucionais, objetivam o trabalho de mediação exatamente porque podem estabelecer relações personalizadas. E por tal condição, devem ser receptivos às proposições de troca com os mediados. São, por isso mesmo, mais facilmente atingidos por pressões sensibilizadoras da compaixão e da compreensão para os problemas pessoais, ainda que condenem, em nome de sua própria atuação, os modos encantados de dominação⁷. São, dito de outra forma, mais abertos à construção de reordenação de regras e modos de circulação de serviços, porque eles mesmos exprimem na prática os limites e a distância entre as regras sistematizadas para circulação de bens e prestação de serviços; e as condições de vida de pressupostos beneficiários que, apenas em termos de categorização ou cadastramento, podem se adequar a tentativas de correspondência a regras.

⁶Torna-se necessário levar em conta que, independentemente de a conversão pretendida pelos mediadores ser consolidada segundo circunstâncias profundamente desfavoráveis, os desdobramentos provocados por vezes podem se tornar politicamente irreversíveis. As alianças politicamente construídas entre mediadores e mediados, ao referendarem ações recíprocas e compromissos mútuos, tornam viável a elaboração de um projeto de construção de um futuro possível, fator simbólico revitalizador do empenho em ampliar as marcas indelévels dos desdobramentos alcançados.

⁷A consciência desse modo contraditório de atuar induz à acusação do beneficiário como rotineiro, indolente e resistente à mudança. Por estas acusações, os mediadores podem continuar polarizando os modos de exercício do poder e da dominação: condenar as relações clientelísticas como características negativas próprias ao modo de vida do passado ou que deve ser ultrapassado.

Valorizando tal dimensão estruturante do processo, a análise do papel do mediador e de seus encontros e confrontos com os mediados ultrapassa o entendimento único dos efeitos das ações institucionais ou dos sistemas envolventes sobre os pré-definidos mediados. Ultrapassa em muito a mensuração de resultados quantitativos, de recursos financeiros circulados, de pessoas ou famílias beneficiárias. Integra também a compreensão de sentidos inversos, das influências dos interesses e dos projetos destes nas instituições abrangentes e mediadoras. Outrossim, pode revelar os efeitos perversos das incertezas recorrentemente acenadas ou, por que não, redistribuídas por essas instituições. As incertezas quase sempre se traduzem em estratégias de autoexclusão e desencanto dos potenciais beneficiários que, não controlando as condições objetivas mínimas, em termos materiais e da produção de sentidos ou significados, podem desenvolver investimentos críticos ou autoexclusão, formas quase sempre indesejadas de adesão ao processo. Em outros termos ainda, podem tornar mais explícito o entendimento de como se constitui na prática as possibilidades de construção da cidadania; ou de permitir a indivíduos se pensarem, nos termos em que politicamente em nossa sociedade ou no senso comum político tem se qualificado tal termo, como *cidadãos*. Enfim, como eles assim querem ser reconhecidos porque atingidos por ações estatais, percursos por eles também sinteticamente qualificados como tendo acesso a *políticas públicas*.

O exercício de mediação pode também ser compreendido a partir do conjunto de idéias, valores e modos de comportamento, transmitidos enquanto formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades sociais. Os mediadores tendem a atribuir a si um papel emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. Pelo contrário, muitas vezes a experiência de vida acumulada pelos mediados é negada ou desqualificada, sobre ela recaindo acusações de conivência ou colaboração com as situações indesejadas que devem ser superadas; de adesão atávica ao paternalismo e ao assistencialismo.

Como a difusão e a construção de tais saberes são constitutivas do exercício de produção de universos tangenciais de significação, sua análise permite a aproximação compreensiva dos modos como a dinâmica da relação se expressa. Revela os modos de legitimação de formas de dominação que também integram o sistema de crenças e atos encapsulados pelo qualificativo *políticas públicas*, mesmo que ele esteja ancorado na definição do saber como instrumento de emancipação e de construção do ator político.

Tanto o é que um dos meios de construção da legitimidade dos processos de produção de saber em jogo é glorificar a importância da transferência de ensinamentos e técnicas que redimam os mediados de sua ignorância e constrição. Por esta perspectiva, o exercício da cidadania passa a pressupor conversões sociais ou o acesso a um saber alegado viabilizador de uma prática social emancipatória. E não sem razão, diversos modos de ação de instituições governamentais e não governamentais redistribuem ou fazem circular recursos tendo como contrapartida a educação dos que a eles acedem; a conversão de indivíduos em cadastrados e beneficiários, acompanhados de investimentos educativos. Tal é o caso, por exemplo, de assentados que precisam aprender a sê-los, da mesma forma agricultores familiares, remanescentes de quilombos etc.

Visando alcançar a legitimidade das ações e intenções próprias, os mediadores tendem a explicitá-las de modo mais ou menos imediato. Como a legitimidade do produto social que desejam construir deve ser reconhecida em múltiplos espaços institucionais, onde eles procuram fazer crer a importância e a pertinência da posição e do ator político que reclamam representar, tais reconhecimentos pressupõem a circulação dos mediadores em vários espaços institucionais, num campo onde a instituição que representam disputa consagração, advoga a constituição de parcerias, a transferência de recursos financeiros e regras e a objetivação de programas. Esses recursos são por vezes fundamentais à reprodução social em configurações políticas que desqualificam objetivos antes a essas instituições atribuídos, mas no contexto da nova ação renegados. Assim, instituições e seus porta-vozes ou técnicos, sinteticamente, tal como mediadores e mediados em seus respectivos quadros institucionais, eles devem se preparar para integrar novos campos de ação por reafirmação, radicalização, redefinição ou reconversões de funções e identidades sociais

Consequentemente, compreender as *políticas públicas* pela perspectiva metodológica da mediação social propicia entender que grande parte das ações, que no exercício são colocadas em prática, só se objetivam por percursos em múltiplos meandros e ressignificações. Nesses espaços, produzem-se desdobramentos sociais nem sempre pré-definidos, como fazem crer as definições de metas, a categorização de beneficiários, os emaranhados de procedimentos, os quais, de fato, fluem em sentidos ascendentes ou descendentes para assegurar definições de participação hierarquizada, tanto aquela específica a cada instituição como a atribuída aos respectivos agentes.

A conquista da legitimidade das instituições é equivalente às ações dos agentes

mediadores. Ambos, quase sempre, são dependentes dessa possibilidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento. Por isso mesmo, boa parte das ideias e valores a serem transmitidos varia conforme os objetivos das instituições em jogo; e podem estar bem distanciados das definições consagradas nos projetos, nos decretos, nos relatórios, nos normativos, etc, incorporando, por exemplo, referências consagradas nos sistemas de crenças que definem cada exercício profissional em jogo entre mediadores e mediados.

Dada a valorização da análise do jogo de forças sociais pela qual tento traçar algumas pistas metodológicas para a pesquisa e a intervenção no campo das políticas públicas, torna-se importante reconhecer que a transmissão de conhecimento, que nesses campos se opera, tem um duplo caráter: permite a apropriação e a alienação de meios de produção de sentidos e referências às ações sociais. Como os mediadores, na valorização de seu papel, partem do pressuposto de que o saber do mediado não é integrador, pelo contrário, é autoexcludente, porque circunscrito, paroquial, constituído a partir de determinações sociais e culturais muito precisas e restritas, eles acabam por tentar impor, mesmo que por muitas dissimulações que a própria crença em sua ação tende a tergiversar, a visão de mundo que eles apregoam, de certo modo em conformidade com a das instituições que representam.

O reconhecimento dessas questões não deve induzir à reificada (por vezes pensada como absoluta) qualificação dos meios de dominação política. Desse encontro, em grande parte formulado a partir de desencontros, os mediados podem ser objetivados pelo enquadramento institucional requerido; fazer-se sujeito de direitos e de produção de discursos públicos sobre vantagens e desvantagens da institucionalidade proposta; podem personalizar os princípios de percepção e de ordenação sociais que se impõem e que eles, até certo ponto, desconheciam, mesmo que tenham operado pelo desejo político de dar existência a programas públicos garantidores da oferta de recursos e serviços.

Devendo participar de mundos sociais cuja produção e objetivação de regras muitas vezes eles ignoram, contam de qualquer forma com o saber oferecido pelos mediadores para a construção de sentido das ações dos "outros". Através deles fundamentam as possibilidades de elaboração de uma previsibilidade de comportamento e podem, impondo outros princípios de pertencimento social, constituir seus próprios mediadores, por tal posição dotados de outros requerimentos nem sempre previstos na institucionalidade das políticas públicas.

Uma outra função do mediador, não só daquele constituído para a ação estatal,

mas também para a ação do opaco público alvo, então se destaca: a pretensão da possibilidade de posicionamento como o outro contraposto. Esta produção de si mesmos e de seus representados, enquanto incorporação simbólica, desde que entendida pelas significações em jogo, se sustenta em reflexões fundadas na comparação e na suposição do plausível ou previsível. O comportamento que dele é esperado também é construído por essa própria contraposição, mesmo que tenha pouco a ver com sua prática e muito mais com o exercício lógico que os mediados desenvolvem, tendo em vista a relação mais personalizada e mais identificada com os interesses em jogo. Por exemplo: é comum assentados afirmarem: *eles vivem rodando por aqui, mas só para fiscalizar*. Perguntados: – Quem são eles? Respondem: – *Os técnicos da instituição X*. O pesquisador volta a questionar: – *Mas o senhor me falou que os técnicos da instituição X não aparecem aqui...!* Comumente, à dificuldade ou à limitante compreensão assim tão veementemente demonstrada pelo pesquisador, eles respondem: – *Maneira de dizer*. Da desconcertante resposta, o pesquisador, se investindo na compreensão do contexto da conversação, pode compreender o exercício intelectual do entrevistado, convidado a abstratamente refletir sobre temas propostos por aquele (pesquisador). Então, em termos abstratos ou teoricamente, por hipótese, o entrevistado cria as condições da sistematização de ideias, construindo um contraposto cujo sentido só pode ser entendido por este mesmo exercício comparativo e contrastivo. Trata-se então de recurso metodológico por eles incorporado para elaborar sistemas de pensamento e interpretação. Este também é o caso instrumental da *fofoca*, que visa apenas criar o estranhamento de quem fala, como geralmente ressaltam os entrevistados: *por hipótese, vamos dizer assim, faz de conta que isso se passa assim ou assado*. Pergunto, instigantemente a leitores mais familiarizados com a textualização de sociólogos franceses: – Tão distante do acordo entre os intelectuais franceses que são useiros e vezeiros em afirmar: *Tudo se passa como se fosse...?*⁸

Mediante a comparação contrastiva, os mediados podem desenvolver iniciativas, elaborar censuras, confrontar saberes percebidos como distintos, porque construídos a partir de pontos de vista e interesses diversos. Este exercício lógico, ao possibilitar julgamentos, também o faz em relação à criação de normas de ação. Propicia assim entender o ponto de vista como construção social e como atribuidor de sentido das palavras e das ações.

⁸Para exemplos irrefutáveis, ver Durkheim e Bourdieu.

Construindo-se mediante o contraponto com sistema de saberes reconsiderados, os mediados podem vir a formular interpretações e modos de compreensão, relativizado-o por contra-argumentos, com a produção de termos e expressões, com subterfúgios, com silêncios ou com a produção do desconhecimento cultural de si mesmos. Transformam então a suposta ignorância, que avaliam ser quase sempre dotados como atributo natural imposto pelo outro sobre *eles*, em poder. Poder pelo menos de resistência, de reverberação, de imobilização relativa ou de inacessibilidade domesticadora. Por isso mesmo, a aproximação e a objetivação dos centros de poder propiciadas pelos mediadores, elas também tornam viável a adoção de estratégias para obtenção dos recursos desejados. Por este diálogo circunstanciado, o mediado torna-se portador do direito à fala e ao reconhecimento público (ou político).

De qualquer modo, como os *experts* das ações deslocadas dos órgãos de enquadramento social são portadores da escrita e do saber institucional – da capacidade de traduzir regras e constrangimentos e de se interpenetrar na lógica de um mundo cujo desconhecimento é condição deste exercício –, os beneficiários das políticas, tanto mais quanto menos democrático se constituir o ambiente social em jogo, são integrados a partir da posição de despossuído daquela cultura institucional. Portadores de uma posição fundamentada na exclusão do outro, assumida anteriormente pela pressuposição dos constrangimentos interpostos à transformação segundo um modelo pré-estabelecido, os mediadores podem passar mensagens que não levem à produção de conhecimento como um ato observável mas suposto. Referem-se a exigências e a critérios, a modos de negação, cabendo aos mediados, quando muito, a escolha entre as poucas alternativas apresentadas, construídas mediante outras referências, exatamente aquelas que os *funcionários* julgam ser válidas para os legítimos *beneficiários* ou *enquadrados*.

Para não se correr o risco de se perder a dimensão ativa da ação dos mediados e a capacidade que eles nessa interconexão desenvolvem de construir seus próprios mediadores, é fundamental reconhecer certos desdobramentos dos processos. Esses desdobramentos são comumente qualificados por categorizações negativas, que abarcam, por exemplo: *ele ficou diferente depois que se meteu com essa gente de fora; ele só quer beneficiar os (parentes e amigos) deles; ele começou a melhorar de vida, já não é mais o mesmo*, para citar os casos de controle dos representados frente ao representante delegado (presidente de associação, líder comunitário etc). Ou para citar os casos de ressentimento dos funcionários em posição de mediadores, diante das

tentativas de os mediados, em desdobramento do próprio processo em jogo, virem a ser reconhecidos como parceiros ou aliados de outras instituições, muitas delas indesejadas pelos mediadores.

Tais ressentimentos diante dos investimentos na construção da autonomia dos outrora mediados, se analisados, permitem compreender as condições em que as aproximações foram rompidas. Da mesma forma, compreender as categorias de entendimento e os termos próprios à comunicação em universos de mediação que os mediados, nesse jogo de produção e transmissão de significados para a ordenação da vida social, foram coletivamente elaborando.

Os mediadores presentes no campo de intervenção e/ou de interseção de políticas que reivindicam o caráter *promocional*, colocam-se mais radicalmente na seguinte condição contraditória. O discurso que eles elaboram, no exercício da própria função, consagra os mediados como autoridade para construir a emancipação política, exalta a criação, por e para eles próprios, do sistema de poder e de autoridade. No entanto, assim alegando ser seu procedimento, legitimam a confiança necessária sem corresponder ao privilégio a eles atribuído; apresentam-se como missionários sem aceitar a prerrogativa de previsão do futuro desejado.

Para citar uma dessas situações sociais, lembraria a criação de um conjunto de regras referenciadas ao bem comum ou a uma *comunidade* fraterna, harmônica e consensual, gestada como proposta alternativa e prática política eficaz. A atribuição de poder a uma entidade hipostasiada (ficção tomada como realidade) e impessoal facilita a tomada de posição pessoal, tal como exemplificam os comunitários quando apresentam como resposta: *a comunidade não quis, a comunidade não se interessa por isso; ou a comunidade quer isto, mas não quer aquilo.*

Como a mediação, nas situações que estão sendo consideradas, em boa parte dos casos, tende a ser construída a partir de relações personalizadas, do contato face à face, de relações de reciprocidade e expectativas mútuas, a ruptura do exercício institucional que a ela corresponde quase sempre incorpora a avaliação moral dos comportamentos daqueles que, investidos do papel de mediador, acumularam prestígio convertido em qualificações para a inserção em outros campos sociais. Por isso mesmo, os mediados elaboram avaliações morais sobre tais imposturas, considerando-se fonte de apoio para tais reconhecimentos, mas não parceiros para as trocas de prestígios auferidos. Portanto, neste desdobramento da relação, cada um dos parceiros enfrenta limitações e se submete a constrangimentos. As concepções morais sobre o

comportamento de mediadores e mediados tendem então a apontar e a selar o modo de ruptura da relação.

A construção da representação política entre os mediados propicia a constituição de um clima de desencantamento mútuo entre eles e os mediadores, muitos destes sendo tratados com cautela. Em consequência, torna-se mais tensa a coexistência fundada na perseguição de objetivos comuns, levando a compreender a melhor plausibilidade da constituição de facções que aglutinam adeptos para os projetos relativamente divergentes.

Os mediados podem então se deslocar redefinindo princípios de afiliação, aumentando em consequência os dividendos sociais, derivados daquelas alternativas. Contrapondo as alternativas constituídas, eles também colaboram para a concorrência entre os mediadores e, portanto, operam pelo princípio da divisão para melhor gestão. Subdividindo e enfraquecendo a aliança entre os próprios mediadores, eles também tornam viável a conquista de relativa autonomia política ou da tomada de decisões sem o aval daqueles. Por fim, esta autonomia também se torna possível pela possibilidade de acesso a outras redes de mediação para obtenção dos recursos (materiais e imateriais) básicos à obtenção de benefícios.

Essa dinâmica, revelando, como já destaquei, uma das modalidades de expressão do exercício da mediação – ela mesma reproduz novos mediadores –, também sinaliza que essa operação se torna possível pelas requalificações das visões de mundo dos mediadores, com vista a tornar possível a absorção e aceitação pelo grupo que procuram reintroduzir socialmente. Esta adaptação é alcançada pela construção de diversos termos próprios à comunicação nos campos de mediação e pela formação de mediadores oriundos do próprio grupo de mediados, capazes então de melhor operarem essa bricolagem simbólica; capazes dessa adesão, facilitada pelo deslocamento da posição, pela desnaturalização do mundo social e pela ressocialização; e capazes, em face da adesão necessária, de produzir a objetivação de sua nova posição.

A reprodução dos mediadores é também consequência da alteração dos campos de luta, no decorrer do processo. Outros princípios de autodefinição e outros direitos vão sendo postos em questão. Da mesma forma, outras estratégias e porta-vozes vão se tornando necessários. Em resumo, dinâmicas diversas, alusivas a outras redes, outros valores e outros opositores, vão se constituindo e deslocando posições dos agentes iniciais do processo de construção ou objetivação de serviços e recursos preconizados em plano mais abstrato pelas chamadas *políticas públicas*.

As discontinuidades dos modos de participação pressupõem formas diversas de socialização para o exercício da disputa por direitos e reconhecimentos sociais. Portanto, a análise deve considerar os diferentes e até coexistentes campos de ação, o deslocamento das redes de relações e dos modos de institucionalização das regras e dos recursos, os interesses distintos e divergentes e as diversas posições assumidas pelos mediados e pelos mediadores no decorrer do processo de construção das referências identitárias⁹.

Portanto, a mudança na correlação de forças conta com o papel ativo dos mediados. A partir da incorporação de determinados saberes e recursos, as qualidades pessoais dos mediadores, mesmo que antes fossem consideradas fundamentais à objetivação e ao sucesso do processo, vão se tornando impotentes para justificar a autoridade que eles exerciam. Na medida em que alguns inconvenientes tornam-se intoleráveis para os mediados, a capacidade de acatar ordens ou de obedecer vai sendo por eles secundarizada. Ao contrário, essa percepção e essa resistência favorecem inclusive a reflexão sobre os motivos da obediência; ou relativizam a necessidade de acatamento das decisões de terceiros.

A análise do papel dos mediadores ou dos interventores no processo de construção de princípios que fundamentam as políticas públicas e de regras que qualificam a praticidade dos programas respectivos, ela não pode então perder de vista a dimensão da maior ou menor provisoriedade em jogo. Provisoriade inerente à própria perspectiva temporal da relação entre os agentes que venho qualificando, porque ela se constitui com vistas a fazer aparecer, de um modo específico, o outro; ou porque ela visa construir, segundo certos objetivos políticos, os próprios representantes do grupo, que se apresentam como condição à aplicação de princípios de ação de órgãos governamentais; por ela reclama o cumprimento de investimentos pela perspectiva dos programas e projetos públicos. Provisoriade enfim derivada da dinâmica da concorrência entre mediadores e entre estes e os mediados, da mesma forma elemento inerente à intermediação.

Esse modo contraditório de constituir a relação faz ressaltar, como insistentemente venho destacando, os conflitos em jogo, conflitos que inclusive operam na eclosão de formas de exclusão dos mediadores integrados para

⁹A literatura que trata dos movimentos sociais incorpora um julgamento moral a esse deslocamento e lhe nega o sentido estrutural. Aparece geralmente sob o termo manipulação, justamente porque os mediadores são julgados negativamente por esta transferência do prestígio acumulado por uma prática que a pressupõe e possibilita.

essa transição. Portanto, provisoriedade dos agentes, das regras, das estratégias, dos mecanismos, do controle das conquistas alcançadas, das posições auferidas; e provisoriedade das instituições criadas ou recriadas para os fins anunciados pela abstrata e universalizante textualização de intenções e procedimentos reivindicados como de políticas públicas.

Políticas públicas, democracia e cidadania

Inútil pela minha formação profissional (antropóloga) e pelos termos que elegem os atributos do gênero artigo, colocar-me diante de debates a respeito dos significados da categoria democracia. Vou adotar um deles, mais geral e abstrato, apenas para situar minha referência imediata e tentar refletir o peso que alcança nas reivindicações estruturantes de *demandas por políticas públicas* (em itálico por corresponder a vocabulário de militantes). Enfatizando o significado etmológico, democracia significa poder do povo. Para efeitos das questões consideradas neste artigo, valorizo alguns dos sentidos que provocam a mobilização e o engajamento nas lutas atuais por melhorias nas condições de integração de grupos ou segmentos na sociedade. Todos reclamam *democracia*, mas advogando o respeito à *cidadania* e os direitos universais, base para a interferência na elaboração de *políticas públicas*, tão a gosto do vocabulário de militantes vinculados a movimentos sociais.

O sentido do povo implica todas as mediações inerentes às formas de representação política deste termo designatório e dos espaços políticos criados para interlocução ou mediação, geralmente aceitos pela capacidade de decisão pelo voto ou representação delegada.

Na primeira acepção, articula-se às condições de escolha, pelo povo, daquele que governa e dos que controlam como o eleito governa. Está em jogo a contraposição ao que não é transparente, o que se decide dentro dos gabinetes ou pelos burocratas, denúncia tão legitimada no exercício político democrático fundado na ideia de mobilização e pressão por movimentos sociais.

No Brasil, importa no regime democrático pós-ditadura, tal como no regime democrático moderno, mesmo que como valor difícil de ser alcançado, a idéia de transparência, de visibilidade e de controle dos gastos públicos, como destaquei, calcados em grande parte na denúncia. Esta função aparece enobrecida e reclamada pelos órgãos de imprensa, que assim se constituem em palco e assembleia impostas de legitimação de práticas criminalizantes e fiscalizatórias. Em consequência ou como forma de cristalização desta representação mental, a *democracia* corresponde a um regime político fundado na *liberdade* (mas

contraposto à monarquia, à aristocracia, à ditadura); ao exercício de *liberdades políticas*; a um valor que, tomado em si, apaga certas contradições inerentes ao próprio exercício, como, por exemplo, o fato de que a eleição cria distinções, a despeito de ser em tese um regime de iguais.

Na democracia moderna, nos sistemas liberais, a categoria remete de imediato aos *direitos humanos*. No atual contexto da sociedade brasileira, posto que convivemos sob ordem social altamente segmentada pelas desigualdades socioeconômicas e por correspondentes formas de exclusão relativa, os *direitos humanos*, como princípio fundamental de produção da integração social, são recursos operacionais, como exprimem os demandantes de uma série de recursos públicos considerados básicos. Na vida cotidiana, o termo *democracia* tem sido apelo mobilizador e legitimador de combate às desigualdades negadoras dos *direitos humanos à vida*. Por isso mesmo, a apelação à democracia como valo no contraponto ao súdito, ao tutelado, ao silenciado, ao subordinado, ao escravizado, ao excluído, termos que por si mesmos passam a valorizar o sentido da luta para a conquista da posição do *cidadão*. Em termos gerais *cidadão* é o que pode ter direito a reivindicar direitos e, por consequência, o direito de ser atendido. Correlativamente, valoriza-se muito mais o sujeito ativo, que toma parte nas decisões da coisa pública; aquele que, na maior parte das vezes, reinventa foruns para explicitar suas perspectivas de construção da boa sociedade: movimentos, associações, seminários, foruns, encontros, passeatas, comunidades, conselhos etc¹⁰.

Pelo destaque de tais questões, pode-se reconhecer que nas situações que cobrem a luta pela reforma agrária, a democracia como valor e como procedimento de gestão fundamenta a luta contra o arbitrário, a condenação a execuções sem julgamento, o desrespeito a direitos básicos à vida, mesmo que constitucionalmente definidos como inalienáveis, isto é, não alteráveis pelo próprio jogo democrático. Por tais circunstâncias, tanto se exaltam os direitos dos indivíduos, como direitos comunitários, coletivos, étnicos, enfim, direitos diferenciais pautados na produção de tradições, em referências rememoradas de um passado reconstituído no presente¹¹.

¹⁰Para a análise deste item, beneficiei-me da leitura do livro de Telles (2006), dada a sugestibilidade na retomada de dados de pesquisas das quais participei e a partir das quais desenvolvo as reflexões aqui apresentadas.

¹¹Da mesma forma, quero registrar a importância da leitura do texto de Murilo de Carvalho (2001).

Ver-se incluído no rol de *usuários* de programas públicos, contemplado pela condição de *cadastrado*, é também se avaliar dotado da condição social de cidadania. E nos termos apontados, avaliar-se como *cidadão* ou em posição alcançada para legitimar ações políticas, no contexto de reafirmação de princípios democráticos, é se pensar reconhecido pela amplitude do universo dos incorporados aos recursos e serviços, por vezes constrictos à condição de direitos sociais.

Na segunda acepção, da ênfase no órgão representativo, de políticos mais ou menos profissionais, que o povo elege periodicamente, ela tem sido bastante desconsiderada nos campos de luta por elaborações de políticas públicas. De modo geral, considera-se que a representação política profissional enfraquece a disposição a discutir a coisa pública, divide os que se encontram engajados. Por isso a representação política recorrentemente recai sobre sindicalistas, militantes de movimentos sociais por habitação, por terra, por crédito rural, enfim, mediadores políticos nesse campo mais legítimos.

Estes, no entanto, integrando-se a universos de defesa de interesses dos representados, veem-se isolados e queixosos do abandono à própria sorte. Mantêm por recursos financeiros próprios, o exercício da representação política; veem-se sem testemunhas nos percursos dos meandros em que relações são condenadas porque obscuras. Dessa condição, os representados, perdendo o empenho na tomada de consciência e decisão, acusam previamente para que os representantes se defendam do que são *a priori* condenados. Um mesmo sistema de pensamento tende a percorrer todos os grupos populares no Brasil: o mediador é escolhido pela *capacidade de correr atrás*. Portanto, pela habilidade no trânsito do caminho solitário, assumindo as vitórias e as derrotas; gerindo, com a sensatez esperada segundo princípios da moral do grupo que representa, os efeitos da construção da identidade correspondente aos desdobramentos da circulação em espaços sociais distintos e distanciados *da base*. Atribuem-se então os desfechos indesejados aos interesses econômicos pessoais do representante; a ele transfere-se o domínio da coisa pública. Mal interpretado, independentemente da real ou pressuposta conduta condenada, por vezes opera como demonstração e justificativa para a impotência coletiva diante da mudança; ou a fatalidade de destinos sociais condenados a mesmices.

A democracia representativa se apresenta, nos contextos aqui levados em consideração, como recurso institucional aceito sob suspeita, desconfiança, porque propiciador de desvios e apropriações imediatas e pessoais. Como já

destacou Bourdieu, se há vários significados para a palavra representação, no plano de senso comum político ela torna presente o ausente. Logo, nesta concepção, o ausente já está previamente considerado. E se não se percebe beneficiário da crença na representação por delegação, absolutiza a ausência revertida por ações de mediadores em mundos que precisam ser transversalizados. Não sendo tal reversão da ordem da evidência, facilita a produção de ressentimentos, desconfianças e também dependências, mesmo nos espaços em que a emancipação se apresenta como consagrado valor moral e político.

A democracia representada como valor e procedimento, em sendo exercício fundamentado em construção e resolução de ordem coletiva e relativamente exaltado por sistematização, explica alguns dos atributos dos campos de mediação. O investimento em políticas públicas, ao não prescindir de engajamentos sociais, traz à tona o debate, a divergência, a contraposição, meios pelos quais se pode vislumbrar o alcance de certa harmonia ou acordo; instrumentalizar espaços de negociação e interlocução. A cultura política necessária a tais investimentos nem sempre pode ser traduzível a significados de valores exaltados pela população, como a honestidade requerida do que vive sob imediatos relacionamentos, em que a dissimulação é rapidamente qualificada como mentira e descaso.

Aceitar que a democracia, a cidadania e as políticas públicas, nas acepções aqui reconhecidas, são conquistas de quem aceitou participar, de diferenciadas formas, de jogos sociais cujas regras não são da ordem da evidência, talvez ainda represente o principal papel dos necessários mediadores. Por essa postura, talvez possa fazer reconhecer a multiplicação de campos de mediação correspondentes a diversos planos de ação política. Como valor ou como procedimento, o que está em causa na crença democrática é um sistema diferenciado de pertencimentos sociais, nem sempre referidos às mesmas razões. E para efeitos de refletir sobre políticas públicas, no plano da interpretação e da intervenção, torna-se fundamental considerar a dimensão dialógica que ela integra e da qual se constrói e se reproduz.

Políticas públicas: sistemas de ação e conhecimento

Para ainda contribuir com a elaboração de referências de pesquisa no que tange a um dos aspectos da democracia em ação, reivindicada como direito de participação na definição do *modus operandi* do Estado especificamente em políticas públicas, privilegiarei algumas outras atividades

pertinentes aos subjacentes campos de ação. Adotando esta perspectiva, penso ser possível compreender o privilegiamento de certa dimensão analítica entre os cientistas sociais: o Estado por sua ação. Esta não é outra razão pela qual, no atual contexto, os estudos sobre políticas públicas são tão privilegiados. Por seus meandros, pode-se tentar entender as lógicas colocadas em ação pelos titulares da instituição estatal e as diferentes formas de intervenção que incidem sobre a sociedade ou sobre grupos específicos; e identificar alguns dos modos de relação existentes entre atores públicos e privados. Esta ação pública recobre dinâmicas fluidas e pressupostas fronteiras entre domínios que se convencionou distinguir como Estado e sociedade.

Nesses termos, quero agora propor reflexões sobre as relações interinstitucionais entre políticas públicas e Estado para compreender a ação pública, tanto numa dimensão administrativa, como pela dimensão relevante dos métodos e instrumentos que são utilizados para intervenção. Este pressuposto metodológico se contrapõe àquele que toma por ambição fornecer receitas para o bom governo ou que se pensa capaz de mostrar aos titulares do Estado uma dimensão absoluta da sociedade.

Pelo contrário, sugerindo que os pesquisadores produzam informações e conhecimentos sobre as condições de engajamento dos demandantes de ação estatal ou coletiva, pode-se vislumbrar como todos os pesquisadores pretendem interferir na compreensão do processo e nos modos de ação daqueles que se alinham favorável ou desfavoravelmente à reordenação de estruturas de poder na sociedade brasileira.

A concepção de Estado para tanto adotada também tem a vantagem de ser mais adequada aos investimentos que minimizam as competências sob viés centralizador; e demonstrar as operações correspondentes à criação de quadros institucionais de descentralização. Essa dinâmica vem em grande parte orientando as intervenções dos titulares do Estado junto à população; ou sendo requerida pelos que se desejam beneficiários de determinadas práticas de intervenção e redistribuição de recursos.

Tomando as possibilidades de criação e de aplicação de política de reforma agrária no Brasil, pode-se perceber algumas das evoluções no que diz respeito às formas de institucionalização do Estado e identificar lógicas de funcionamento que vão variando, segundo aproximações ou afastamentos, conforme a constituição de uma sociedade democrática. A pesquisa em políticas públicas no que tange a esse tema respeito às condições de tomada de decisão e de

colocação em prática dessas mesmas decisões por instâncias estatais; ou, polarizadamente, às trocas e mudanças que vão pouco a pouco sendo instauradas pelos atores interessados ou que fazem valer, mediadamente, alguns de seus interesses, assim alcançando a condição de *assentados*.

Em coerência com as questões anteriormente consideradas, privilegio a dimensão cognitiva da política pública, tomando como referência a reforma agrária. Uma delas recai sobre a própria formação dos pesquisadores, de profissionais integrantes de quadros institucionais dotados de conhecimentos e competências para interferir, em diversos patamares dessa intervenção do Estado sobre o segmento da população que se deseja reconhecido por práticas de redistribuição de terra e recursos correlatos. Por essa condição, agentes capazes de colaborar na constituição do beneficiário, inclusive pela sua capacidade de interferir sobre os modos de ação do Estado¹². Nessa última intenção, é preciso considerar que, pelos termos que integram os sentidos das políticas públicas, por elas são criadas arenas que tornam viável o próprio processo de construção de conhecimentos e valorização de saberes sobre as questões subjacentes. O processo multifacetado de aprendizagem não é perceptível pela análise geral das políticas. Exige compreensão do processo cotidiano de reflexão dos agentes. Uma vez os saberes sistematizados, eles integram o conjunto de competências compreendidas como inerentes às condições de objetivação e reprodução diferenciada das políticas públicas. Tais competências são em geral transferidas enquanto conhecimento coletivo aos demais beneficiários e pesquisadores.

A despeito dos muros que se erguem como problemas apresentados no decorrer da elaboração e implantação da política pública, eles mesmos passam a referenciar ou instigar a construção de estratégias que visem tornar práticos os investimentos dos supostos beneficiários. Por esse exercício, é importante se destacar, os agentes em engajamento podem transformar políticas de governo, cuja dinâmica obedece a interesses de terceiros ou dos representantes do Estado, em políticas públicas, tecidas na interlocução, mesmo que desigual. Por tais injunções, os que investem pela condição de beneficiários vão, de certa forma, definindo as condições e as alternativas de sua auto ou impositiva integração.

Na medida em que os beneficiários não produzem textos e se contrapõem

¹²Ver Neves, Reforma agrária esforçada (2005).

a trechos de documentos e medidas regulamentares, a relatórios de funcionários públicos, a projetos de investimentos elaborados por titulares de instituições de assistência técnica e a decisões que lhes são externas, a documentação elaborada pelos pesquisadores pode trazer à tona alguns dos pontos de vistas dos pesquisados; podem tornar compreensíveis certos princípios de pertencimento dos que se fazem beneficiários diante das múltiplas formas de organização e contraposição. Esse tipo de investimento dos pesquisadores permite, caso a proposição metodológica assim ambicione, interconectar muitas das múltiplas dimensões que estão presentes nos espaços e meandros por onde são tecidas e praticados os desdobramentos das políticas públicas.

Para seguir essas análises, tomo emprestado a noção de políticas públicas como sistema de ação e sistema de conhecimento, defendida por diversos autores, entre os quais privilegio Muller (1994) e Muller e Surel (1998). Eles identificam nas políticas públicas a criação de um espaço de trocas sinalizadas entre agentes, constitutivo de relações de poder instituídas em função de recursos mobilizados. Por esta definição, pode-se tentar delimitar o conjunto de agentes e de organizações que interagem de maneira regular, num período determinado de implementação de ações, com objetivo de influenciar a formação e a colocação em prática de medidas e decisões que devem advir do Estado. Por essas ações, colocadas em prática nos espaços públicos reivindicados para interlocução, pode-se então perceber certo quadro geral de ação que define a presença de programas de ação governamental, os modos de incorporação dos recursos que são transferidos e das condições em que eles assim o são.

Enfim, analisar as unidades de ação política intermediárias e inerentes à construção de políticas públicas é se envolver em estudos de ações de mediadores sociais e compreender os modos de constituição de voluntarismos e militantismos políticos, ora fundamentados em ações vinculadas à existência objetiva de programas públicos, ora fazendo intercruciar valores instituídos em outras unidades de ação. Espero ter demonstrado o quanto se torna importante a vigília metodológica e, assim, a recusa a perspectivas substantivantes, trazendo à reflexão as tortuosas condições de possibilidade de alcançar parcialmente o pretendido modelo democrático, segundo ações contextuais e possíveis; conforme os bens em disputa por apropriação, os protocolos de ação pública ou coletiva; os recursos instrumentais à objetivação e à visibilidade dos agentes nesse jogo reconhecidos como

políticos. Ao final, ter demonstrado algumas das modalidades de construção de inserções sociais e políticas, de constituição de mediadores e de diálogo com titulares do Estado, de Ong's, cooperativas, sindicatos, quadros institucionais de constituição de tecidos sociais correspondentes ao exercício democrático e da condição de cidadania. Todavia, reflexões limitadas à elaboração fundamentada em casos empíricos por mim diretamente pesquisados ou acompanhados pela condição de orientadora e leitora.

Referências

ABÉLÈS, Marc. **Anthropologie de l'État**. Paris: Armand Colin, 1990.

ABÉLÈS, Marc. Avoir de pouvoir politique. SEGALEN (Coord.). **Jeux de Familles**. Paris: Paris Presses Universitaires de CNRS, 1991. p 79-97.

ABÉLÈS, Marc. **Le lieu du politique**. Paris: Société d'Ethnographie, 1983.

ABÉLÈS, Marc. Poder, Sociedade, Simbólico. **Ensaio de Antropologia Política: elementos de bibliografia**. Lisboa: Dialectiques, 1974.

ALAVI, Hamza. **Las clases campesinas y las lealtades primordiales**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976. p. 47-125.

ALAVI, Hamza. Revolução no Campo. **Problemas e Perspectivas do Socialismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

ALMEIDA, Jalcione. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre, Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

BARRIL, Claudia, CARREL, Marion, GUERRERO, Juan Carlos, MARQUEZ, Alicia (dir.), **Le public en action**. Usages et limites de la notion d'espace public en sciences sociales, L'Harmattan, 2003.

BARRINGTON- MOORE (Jr.). **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia. Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno.** Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1975.

BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

BIANCO, L. Peasants and revolution: the case of China. **The Journal of Peasant Studies.** London, v. 2, n. 3, p. 313-335, abril 1975.

BODIGUEL, Maryvonne. **Les paysans face au progrès.** Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1975.

BOISSEVAIN, Jeremy. Conflict and change: establishment and opposition in Malta. DAVIS, J. (Ed.). **Choice and change. Essays in honour of Lucy Mair.** London School of Economics Monographs on Social Anthropology. London, n. 50, p. 17-43, 1974.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le Nouvel Esprit du capitalisme,** Paris, Gallimard, 1999

BOURDIEU, P. **A produção da crença.** Contribuição para uma economia dos bens simbólicos. São Paulo: Zouk, 2002:17-111.

BOURDIEU, P. Os usos do "povo". **Coisas ditas.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. p. 181-187.

BOURDIEU, Pierre. A codificação. **Coisas ditas.** São Paulo, Editora Brasiliense, 1987. p. 96-107.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **O Poder Simbólico.** Lisboa: Difel, 1989. p. 107-132.

BOURDIEU, Pierre. La Representation Politique, éléments pour une théorie du champ politique, **Actes de la Recherche en Sciences Sociales** N° 36-37, février/mars, Éditions de Minuit, 1981: 3-24.

BOURDIEU, Pierre. Objetivar o sujeito objetivante. **Coisas ditas**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987. p. 114-118.

BOURDIEU, Pierre. **Questions de sociologie**. Paris, Éditions de Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre. La Représentation Politique, éléments pour une théorie du champ politique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, n. 36-37, p. 3-24, fév./mar. 1981.

BOURDIEU, Pierre. **O desencantamento do mundo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Ed. Civilização Brasileira 2001.

CARVALHO, J.M. cidadania: tipos e percursos **Estudos Históricos** 18: Justiça e Cidadania. Ed. da Fundação Getulio Vargas, RJ 1996 337-360.

CASTELLS, M. **La Société en réseaux, pouvoir de l'identité. L'ère de l'information 1**. Paris: Fayard, 1996.

CHAMPAGNE, P. A visão do Estado. In: BOURDIEU, P. (coord.) – **A miséria do mundo**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997. p. 255-265.

CHAMPAGNE, P. **Faire l'opinion**. Le nouveau jeu politique. Paris, Minuit, 1990.

COHEN, Abner. **O homem bidimensional**. A Antropologia do Poder e o Simbolismo em Sociedades Complexas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

CRESPI, Franco. **Médiation symbolique et société**. Paris: Librairie des Meridiens, 1983.

D'INCAO, Maria da Conceição e ROY, Gérard. **Nós, cidadãos. Aprendendo e ensinando democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DELGADO, Guilherme e CARDOSO JR., José Celso. **A universalização de direitos sociais no Brasil: a previdência rural nos anos 90.** Brasília, IPEA, 2000.

FAURE, Alain, POLLET, Gilles, WARIN, Philippe. **La construction du sens dans les politiques publiques: Débats autour de la notion de référentiel.** Paris: L´Harmattan, 1995.

GAUTIER, Claude. **L´invention de la société civile.** Paris : PUF, 1993.

GEERTZ, C. **O saber local.** Novos ensaios em Antropologia Interpretativa. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 11-219.

GODELIER, Maurice. **L´idéal et le matériel.** Paris: Librairie Arthème Fayard, 1984.

HOBSBAWN, Eric J. **Peasants and politics. The Journal of Peasants Studies.** Vol. 1, nº 1, London, 1973. p. 2-22.

HUIZER, Guerrit. **Peasant Rebellion in Latin America: The origins, forms of expression and potential of Latin American Peasant Unrest.** Harmondsworth, Penguin Books, 1973.

JACOBI, Pedro. Ação da cidadania, contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. **Proposta**, Rio de Janeiro, FASE, ano 23, nº 67. p. 27-33, 1995.

JOBERT B. Représentations sociales, controverses et débats dans la conduite des politiques publiques, **Revue Française de Science Politique**, vol.42, nº2, p.219-234, 1992.

LACASSE F., THOENIG J.C., (eds). **L´action publique**, Paris, coll. Logiques politiques, Paris, L'Harmattan, 1996.

LEACH, E. R. **Sistemas políticos de la alta Birmania.** Estudio sobre la estructura social Kachin. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

LENOIR, R. Objeto sociológico e problema social. In: Champagne, P.; Lenoir, R.; Merllié, D., Pinto, L. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59-83.

MALINOWSKI, B. Baloma: os espíritos dos mortos nas Ilhas Trobriand. **Magia, Ciência e Religião**. Lisboa, Edições 70, 1988(1916)155-272.

MEAD, Margaret and MÉTRAUX, Rhoda (eds.). **The study of culture at a distance**. Chicago, The University of Chicago Press, 1953.

MOORE JR., Barrington. **Injustiça. As base sociais da obediência e da revolta**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987.

MULLER, P., SUREL, Y. **L'analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 1998.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. Paris : PUF, 1990.

NEVES, D. P. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje**. p. 132, 1985.

NEVES, D. P. As políticas agrícolas e a construção do produtor moderno. **Ciências Sociais Hoje**. p. 143-177.

NEVES, D. P. Políticas públicas: intenções previstas e desdobramentos inesperados. **Ciências Sociais Hoje**. v.1, p.46-85, 1993.

NEVES, D. P. Reforma agrária: idealizações, irrealizações e plausibilidades. **Revista Reforma Agrária**. v.25, p.185-204, 1995.

NEVES, D. P. Mudança tecnológica e reordenação social da velhice. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**. v.13, p.369-382, 1996.

NEVES, D. P. A construção do futuro e a redimensão do passado. **Revista de História Regional**. v.2, p.115-144, 1997.

NEVES, D. P. A luta pela intervenção do Estado na economia

açucareira. **FALAS**. v.2, p. 26-38, 1997.

NEVES, D. P. **Assentamento Rural: reforma agrária em migalhas**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. **Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista**. Niterói: EDUFF, 1997.

NEVES, D. P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais In: **Para pensar outra agricultura**. Curitiba. Editora da Universidade Federal do Paraná. 1998.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, v.13, p.5 - 28, 1999.

NEVES, D. P. Os pequenos produtores de cana: a participação silenciada. **Raízes**, v.20, p.103 - 116, 1999.

NEVES, D. P. Agricultura familiar e o claudicante quadro institucional In: **Ensaio. Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Aracaju : Universidade Federal de Sergipe/EMBRAPA, 2002, p. 131-159.

NEVES, D. P. La Réforme Agraire au Brésil: une conquête sinieuse In: **Le Brésil de Lula: les défis d' un socialisme démocratique à la périphérie du capitalisme**. Paris : KARTHALA/LUSOTOPIE, 2003, p. 177-186.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos e a reprodução social sob constrição. **Boletim Rede Amazônia**. p.47 - 59, 2003.

NEVES, D. P. Construção de novas competências para o desenvolvimento rural. In: **Agricultura Familiar e Abordagem Sistêmica**. Aracaju : Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2005, p. 183-198.

NEVES, D. P. Reforma agrária esforçada In: **Simpósio Impasses e**

Dilemas da Política de Assentamentos – balanço de 20 anos. São Paulo: UNIARA, 2005.

NEVES, D. P. Os agricultores de várzea no médio Rio Solimões: condições sócio-ambientais de vida In: **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões:** perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. Manaus: IBAMA/Provárzea, 2005, v.1, p. 101-156.

NEVES, D. P. Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena. **Revista Nera.** , v.7, 2006.

NEVES, D. P. Importância dos mediadores culturais para a promoção do desenvolvimento social. In: **O desenvolvimento rural como forma de ampliação dos direitos no campo:** princípios e tecnologias. São Luís: UEMA, 2006, v.II, p. 27-64.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: **Geografia Agrária: teoria e poder.** 1 ed. São Paulo : Expressão Popular, 2007, v.1, p. 211-270.

NEVES, D. P. Pobreza e humanismo salvador: mediações subjacentes. **Dados,** Rio de Janeiro, v.50, p.117 - 158, 2007.

NEVES, D. P. (org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008, v.1.

NEVES, D. P. Mediações sociais e mediadores políticos In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos.** Porto Alegre/Brasília : Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008, v.1

NEVES, D. P. O associativismo e a comercialização agrícola: dilemas do processo de assentamento rural. In: **Reforma Agrária e Desenvolvimento:** desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Araraquara: Uniara, 2008, v.1, p. 172-219.

NEVES, D. P. Organização comunitária e ação política: os ribeirinhos e

o movimento de Educação de Base In: **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre/Brasília: Editora da UFRGS/PGDR/NEAD, 2008, v.1.

PADIOLEAU, J., **L'Etat au concret**. Paris: PUF, 1982.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz, SANTOS JR., Orlando Alves. Cidadania e democracia: o sentido das eleições municipais. **Proposta**, Rio de Janeiro, FASE, ano 24, nº 69, junho de 1996:23-27.

SOUZA, C. Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura. **Sociologias** (UFRGS), Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TELLES, Vera de Silva. A pobreza como condição de vida. **São Paulo em perspectiva**. Série 10, (4). p. 85-119, 1996.

TELLES, Vera de Silva. **Direitos sociais**. Afinal do que se trata. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006 (1999), segunda reimpressão.

TEPICHT, Jerzy. A Project for Research on the Peasant Revolution of our Time. **The Journal of Peasant Studies**, Vol. 2, Number 3, April, London, Frank Cass & Co Ltda, 1975.

TREPOS, J. Y. **La sociologie de l'expertise**, Paris, PUF, 1996.

WEBER, M.. Tipos de comunidade religiosa (sociología de la religión). **Economía y sociedad**. Mexico, Ed. Fondo de Cultura Económica: 1977, p. 328-492.

WEBER, Max. Las Comunidades políticas. In: **Economía y Sociedad II**. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. p. 661-694.

WOLF, Eric. Aspects of group relations in a complex society: Mexico. In: SHANIN, T. **Peasant and Peasants Societies**. London: Penguin Ed., 1971. p. 50-67.

BIODIVERSIDADE E REFORMA AGRÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NA REGIÃO CANAVIEIRA DE RIBEIRÃO PRETO, BRASIL¹

Luiz Octávio Ramos Filho²

Tamás Szmrecsányi³

João Batista Rossetto Pellegrini⁴

Resumo: A região de Ribeirão Preto, norte do estado de São Paulo, Brasil, se caracteriza pelo predomínio da monocultura da cana de açúcar, com grande potencial de impacto ambiental negativo sobre o Aquífero Guarani. Visando conciliar a demanda social por terra e a preservação ambiental, em 2004 foi implantado na região um assentamento de reforma agrária - o assentamento agroecológico Sepé Tiraju, apoiado na matriz tecnológica da agroecologia. Desde o ano de 2005 a EMBRAPA e o INCRA, em colaboração com o MST, organizações locais dos trabalhadores assentados e outras organizações da sociedade civil, vêm desenvolvendo um projeto de pesquisa e capacitação participativa em Sistemas Agroflorestais agroecológicos (SAFs). Com vistas a uma primeira avaliação deste processo, em 2007 foi realizado um levantamento em nível de lotes. Ainda que o assentamento esteja em seu início e existam enormes desafios para sua consolidação, é inegável que trata-se de experiência inovadora na construção de um novo modelo de assentamento, e que o uso de Sistemas Agroflorestais pode se constituir em uma alternativa de estímulo econômico à recuperação florestal e incorporação do componente arbóreo nos sistemas

¹Uma versão preliminar deste artigo foi apresentado no XXVII Congresso Internacional da LASA – Associação de Estudos Latino Americanos, em Montreal, Canadá, de 5 a 8 de Setembro de 2007.

²CNPMA/EMBRAPA.

³DPCT/IG/UNICAMP.

⁴UFMS-RS.

produtivos dos agricultores assentados, que desta forma assumem o papel de importantes protagonistas na transição para a um desenvolvimento econômico sustentável, pois ao mesmo tempo que produzem alimentos, resgatam e conservam a biodiversidade.

Palavras-chave: Agroecologia; Assentamentos; Cana-de-açúcar; Sepé Tiaraju; Sistema Agroflorestal.

***Abstract:** The Ribeirão Preto region, in the state of São Paulo, Brazil, is characterized by the predominance of monoculture of sugarcane, which shows great potential for negative environmental impact on the Guarani Aquifer. Aiming to meet the social demand for land and to promote integrated policies and practices that encourage the environmental protection, in 2004 a land reform settlement was established in that region - the Sepé Tiaraju agroecological settlement, based on the principles of agroecology, using an integrated modeling framework for agroecological technologies. Since 2005, EMBRAPA and INCRA, in cooperation with the MST (Landless Movement), local organizations of settled workers, and other civil society organizations, have been developing a research project for participatory learning and action on Agro-forestry Systems. Seeking to obtain data to enable an evaluation at the early stage of implementation process, a survey of land plots within the settlement was conducted in 2007. Although the settlement is in its formative years and there is also the need to deal with a number of challenges to strengthen its capacity, it is evident that this is an innovative model to build the new settlements of the future, and the adoption of agro-forestry systems can be used as an alternative to the economic stimulus for forest restoration and integration of the arboreous species into the production systems by the local settled farmers, who thus assume the important role to play in the transition to a sustainable economy, due to their abilities to produce food while protecting and restoring the biodiversity.*

Keywords: Agroecology; Settlements; Sugar Cane; Sepé Tiaraju, Agroforestry Systems.

1. Introdução

A Região de Ribeirão Preto, situada na porção norte do estado de São Paulo, é considerada um ponto de referência para o agronegócio brasileiro, tendo nas

últimas décadas a cultura da cana-de-açúcar como a principal alavanca de sua economia. Segundo dados de recente estudo encomendado pela Associação Brasileira do Agronegócio, a cana tem se expandido na região sobre áreas tradicionalmente cultivadas com culturas anuais, café e pastagem perene, quase que dobrando a área canavieira entre 1988 e 2003. Os dados do penúltimo Censo Agropecuário (1996) confirmam esta tendência, apontando que a maior parte da área agrícola da região estava ocupada com cana, constituindo uma das maiores regiões sucro-alcooleiras do mundo. Estes dados refletem o aprofundamento do processo geral de modernização e especialização da agricultura brasileira, e em particular apontam o domínio total da monocultura canavieira na região, provocando o deslocamento de outros cultivos, a redução das áreas de cobertura florestal e prejuízos consideráveis à biodiversidade regional.

O modelo de uso e ocupação da terra no Brasil sempre foi – e continua sendo – baseado no princípio de que a cobertura florestal nativa e sua biodiversidade constituem empecilhos ao estabelecimento de qualquer sistema de produção, e para tanto, precisam ser removidas. Nesta região, não foi e não tem sido diferente. Inicialmente, o processo de expansão agrícola foi baseado na cultura do café, abrangendo o período compreendido entre final do século XIX até a metade do século XX. No decorrer dos últimos quarenta anos, o sistema de produção dominante passou a ser alicerçado na cultura da cana-de-açúcar, tendência intensificada com o lançamento do Pró-álcool no ano de 1978.

Contudo, este modelo de expansão agrícola esteve intimamente relacionado com a exclusão social e a deterioração ambiental, especialmente dos recursos florestais. E deste processo de modernização resultou que: (i) a maior parte da população migrou do campo para a cidade; (ii) houve um aumento da concentração da pobreza nos centros urbanos, com o aumento das favelas; (iii) grande parte das florestas foi destruída, incluindo as matas ciliares e as reservas que por lei deveriam ser preservadas; (iv) os recursos hídricos foram degradados nos aspectos qualitativos e quantitativos; (v) os solos foram degradados pelos muitos anos de cultivos intensivos com maquinário pesado e grande carga de agroquímicos; (vi) a demanda temporária de trabalho da colheita da cana passou a ser crescentemente suprida por trabalhadores recrutados em regiões mais pobres e distantes, especialmente do Vale do Jequitinhonha (Minas Gerais) e da Região Nordeste, que normalmente são submetidos a intensas jornadas de trabalho árduo e baixa remuneração; e, (vii) quase que ironicamente, muitos destes trabalhadores estão se incorporando aos movimentos sociais de luta pela

terra, intensificando os conflitos agrários na região.

Do ponto de vista ambiental, este quadro é mais grave ainda, ao considerarmos que parte da região está situada sobre área de recarga do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas de água potável do mundo. Neste sentido, a recomposição florestal em áreas ambientalmente frágeis como as nascentes, margens de cursos d'água, brejos e encostas, associada à utilização de um modelo de produção agropecuária mais sustentável ecologicamente, constituem ações fundamentais para restabelecer o equilíbrio ambiental na região.

Do ponto de vista dos conflitos sociais, nos últimos anos têm crescido na região os movimentos sociais de luta pela terra, refletindo de um lado o desemprego de um grande contingente de trabalhadores rurais devido à mecanização do corte da cana, e de outro a crescente concentração fundiária. Frente à realidade regional, estes movimentos sociais têm buscado aliar as reivindicações de acesso à terra com as reivindicações de sustentabilidade ambiental, visando contrapor-se ao modelo monocultor vigente e buscando desenvolver uma nova matriz de produção, voltada para a realidade local, mais equilibrada social e ambientalmente, e que busque o resgate da biodiversidade regional.

Neste contexto, em 2004 foi criado na região o Assentamento "Sepé Tiarajú", em uma área ocupada por agricultores do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O assentamento foi implantado na forma de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), modalidade que busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e ao mesmo tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente. Atualmente, o assentamento encontra-se em fase final de implantação da sua infraestrutura, e as 80 famílias ali assentadas encontram-se diante do desafio de construir coletivamente, na prática, uma alternativa de agricultura sustentável baseada nos princípios agroecológicos.

Com o objetivo de colaborar neste processo, desde 2005 a Embrapa Meio Ambiente, em parceria com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, organizações dos trabalhadores assentados e organizações da sociedade civil, vêm desenvolvendo algumas ações de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e de capacitação tecnológica no assentamento, destacando-se a realização de um Diagnóstico Agroflorestal no assentamento, a implantação de uma Unidade de Observação Participativa em Sistemas Agroflorestais e a realização de vários cursos e "dias de campo" sobre o tema.

No presente artigo, buscaremos descrever e analisar este processo sob a

perspectiva da construção de um novo modelo de desenvolvimento para região, que seja mais equilibrado sob o ponto de vista ecológico e que permita resgatar a biodiversidade regional. Para tanto, a seguir apresentaremos uma breve revisão sobre a relação entre reforma agrária, meio ambiente e agroecologia. Na terceira parte, discutiremos de forma sucinta os impactos ambientais da monocultura canavieira, com ênfase nos danos à biodiversidade e seus efeitos sobre a região estudada. Na quarta parte, faremos uma descrição da experiência inicial do Assentamento "Sepé Tiaraju", analisando o seu potencial de resgate e valorização da biodiversidade regional. Ao final, apresentaremos nossas principais conclusões.

2. Reforma agrária, meio ambiente e agroecologia

A relação entre a questão agrária e a questão ambiental no Brasil é bastante antiga, e via de regra é caracterizada mais como uma relação conflituosa do que harmônica⁵. No âmbito da sociedade brasileira, momentos de tensão entre movimentos ambientalistas e os movimentos de luta pela terra são recorrentes nas últimas décadas, indicando a necessidade de ampliação dos espaços de diálogo e cooperação entre estes atores. De acordo com Esterici, Valle (2003), estes movimentos se inserem em tradições diferentes e também possuem histórias muito diferentes. Nos anos 1990 algumas disputas ocorreram entre eles, muitas vezes provocadas pela política de reforma agrária que tendia a criar assentamentos de pequenos produtores nas áreas mais afastadas e ou ainda não cobiçadas pelos grandes proprietários, incluindo áreas da Floresta Amazônica. Com isso, colocou-se frente a frente, e sem uma política adequada, de um lado os anseios de solução dos problemas advindos da carência acumulada, da demanda reprimida de espaço para morar, de terra para produzir com autonomia, reproduzindo as condições da vida social; de outro, a urgência de recuperar e proteger ecossistemas frágeis do ponto de vista do seu equilíbrio e da sua capacidade de reprodução, valiosos como reserva de biodiversidade e recursos genéticos para a humanidade e a vida no planeta (ESTERCI, VALLE, 2003, p. 10).

No caso do estado de São Paulo, unidade da federação mais industrializada e onde se desenvolve uma agricultura moderna, integrada a expressivos

⁵Uma abordagem histórica bastante interessante sobre os problemas ambientais no Brasil, decorrentes do modelo agroexportador, baseado no tripé latifúndio, monocultura e escravidismo, pode ser encontrada em Pádua, 2002.

complexos agroindustriais, temos uma situação em que o conflito pode ser colocado de forma inversa. Ou seja, constata-se via de regra que os assentamentos rurais de reforma agrária e os agricultores familiares, ao invés de serem os agentes da degradação ambiental no meio rural, na verdade enfrentam condições ambientais adversas, resultantes de passivos ambientais em geral herdadas da exploração agropecuária anterior via latifúndios, as quais se constituem em importantes obstáculos à consolidação econômica das famílias assentadas. Em lotes com áreas diminutas, estes agricultores têm buscado produções inicialmente voltadas para o auto-consumo familiar e posteriormente se deparam com o desafio de se inserir no mercado de forma sustentável e com maior valor agregado, dada a impossibilidade de expansão de sua área cultivada (RAMOS FILHO, ALY JR., 2005).

Ao mesmo tempo, o tema do desenvolvimento sustentável têm adquirido crescente importância na sociedade, como pode ser observado nos debates, leis, normatizações e mobilizações sociais sobre a deterioração na qualidade da água, a erosão dos solos e a destruição de florestas, bem como sobre a qualidade dos alimentos (ABREU, 2002; BILLAUD, ABREU, 1999). Este quadro coloca em evidência a necessidade de compatibilizar os objetivos sociais da inclusão social, uso do solo e acesso à terra, com a preservação ambiental.

Favorecendo a tendência de conciliar a "questão agrária" e a "questão ambiental", nos últimos anos têm emergido novas oportunidades econômicas e produtivas que, por não estarem baseadas no uso intensivo de insumos industriais e por valorizar aspectos sociais e culturais locais, possibilitam conciliar estes interesses aparentemente conflitantes. Neste sentido, é crescente a adoção da perspectiva da agroecologia por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

De acordo com Embrapa (2006), a Agroecologia, é entendida como *"um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis"*. A Agroecologia é assim entendida como a base da Transição Agroecológica, a qual constitui um caminho de crescente sustentabilidade socioambiental, pela *"gradual transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais"*, que se desenvolve no âmbito interno e externo dos agroecossistemas.

Segundo Sevilla Guzmán (1995), a agroecologia pretende o manejo ecológico dos recursos naturais para, por intermédio de um enfoque holístico e a aplicação

de uma estratégia sistêmica, reconduzir o curso alterado da coevolução social, ecológica e econômica. Segundo o Autor, isso se dará mediante um controle democrático das forças produtivas, que restrinja seletivamente as formas de produção e consumo degradantes da natureza e da sociedade.

Para Gliessman (2000), a noção de agroecossistema é central e a ênfase do conceito de Agroecologia está na aplicação dos conhecimentos da Ecologia à produção agrícola. Os agroecossistemas convencionais, se comparados com agroecossistemas naturais, são bem menos diversos e só conseguem manter sua produtividade às custas de grandes incrementos de energia e insumos produzidos pelo homem, com grande consumo de recursos naturais não renováveis. Conforme este Autor, para se obter um agroecossistema sustentável, que represente um meio termo entre o ecossistema natural e os sistemas da chamada agricultura convencional (ou moderna), deve-se imitar a alta diversidade, resiliência e autonomia dos ecossistemas naturais, e produzir excedentes de biomassa que sirvam para o consumo humano.

Conforme Caporal e Costabeber (2004), não raro tem-se confundido a Agroecologia com um modelo de agricultura, ou com a adoção de determinadas práticas agrícolas e até com a oferta de produtos "limpos" ou "ecológicos". Estes Autores ressaltam, de forma crítica, que as chamadas "Agriculturas Ecológicas", entre elas a Agricultura Orgânica, nem sempre aplicam plenamente os princípios da Agroecologia, já que parte delas está orientada quase que exclusivamente aos nichos de mercado, relegando a um segundo plano as dimensões ecológicas e sociais.

Neste sentido, a discussão sobre a transição agroecológica está hoje bastante generalizada e diz respeito à ampliação da sustentabilidade de longo prazo dos mais distintos sistemas agropecuários. A transição agroecológica passa por diversas etapas, dentro e fora do sistema de produção, dependendo da distância em que o sistema produtivo estiver da sustentabilidade, sendo que a transformação das bases ecológicas da produção tende sempre a ser gradual, e não necessariamente linear. Um autor que bem sintetizou os passos da transição agroecológica foi Gliessman (2000), os quais podem ser sintetizados no seguinte esquema:

Transição interna ao sistema produtivo agropecuário

Passo 1 – Redução e racionalização do uso de insumos químicos

Passo 2 – Substituição de insumos químicos por outros de origem biológica

Passo 3 – Manejo da biodiversidade e redesenho dos sistemas produtivos

Nesta última *etapa* os sistemas ganham complexidade em termos do seu desenho e manejo. O efeito *biodiversidade* é que vai conferir equilíbrio aos sistemas, pois é fruto das interações bióticas e abióticas e das sinergias entre os fatores ambientais. Esta fase pode ser considerada uma linha divisória entre as agriculturas ecológicas e as agriculturas complexas. Embora seja igualmente crucial que explorações agropecuárias de larga escala reduzam sua insustentabilidade, dificilmente elas poderão implementar as múltiplas dimensões da sustentabilidade. Monocultivos extensivos carecem, por exemplo, da base de biodiversidade suficiente para garantir a estabilidade e o equilíbrio, necessários para sua manutenção sem o uso de agroquímicos. Da mesma forma, sua estrutura não foca na inclusão social das populações pobres. Portanto, na ausência de reformas de base, os monocultivos não comportam mais do que uma ecologização parcial, insuficiente para lograr uma sustentabilidade de longo prazo. Monocultivos ecológicos e Agriculturas Ecológicas simplificadas podem implicar a redução dos impactos negativos e viabilizar a participação nos nichos de mercados, onde a substituição de agroquímicos e fertilizantes sintéticos é suficiente. Porém, para adquirir graus significativos de estabilidade ou resiliência, a partir das relações ecológicas internas, o redesenho dos sistemas agrícolas baseado na incorporação de médios a altos graus de biodiversidade somente poderá desenvolver-se em sistemas complexos. (EMBRAPA, 2006, p.28)

Além destes passos, internos ao sistema produtivo, entende-se que existe o processo de "transição externa", pois embora as mudanças técnicas e tecnológicas sejam de grande importância, entende-se que a transição agroecológica só poderá alcançar sua plenitude quando outras condições, externas à unidade de produção, forem estabelecidas. Assim, há um conjunto de condições mais amplas a ser construído pela sociedade e pelo Estado para que a transição agroecológica possa se tornar realidade, tais como a expansão da consciência pública, a organização dos mercados e infraestruturas, a reforma agrária, as mudanças institucionais na pesquisa, ensino e extensão, a formulação de políticas públicas com enfoque agroecológico e as inovações referentes à legislação ambiental. Considera-se, portanto, que a transição interna aos sistemas de produção não teria sentido sem uma mudança geral nos padrões de desenvolvimento. (idem, p. 29)

3. Impactos ambientais da monocultura canieira

As atividades agrícolas do setor sucroalcooleiro no Brasil geram diversos impactos ambientais. Entre eles, cabe destacar:

- a) Redução da biodiversidade ou eliminação da policultura pré existente, causada pela implantação da monocultura canavieira;
- b) Assoreamento de corpos d'água devido à supressão ou falta de preservação de matas ciliares, e também devido à erosão do solo em áreas de renovação de lavoura;
- c) Risco de contaminação do solo e das águas superficiais e subterrâneas, através da aplicação excessiva de corretivos minerais, adubação química, aplicação de vinhaça *in natura* (fertirrigação) e herbicidas;
- d) Danos ambientais decorrentes das queimadas anuais que precedem as colheitas, afetando a atmosfera (eliminação de fuligem e gases de efeito estufa), o solo e a biota;

Estes impactos já são bastante conhecidos e foram abordados de forma abrangente por diversos trabalhos⁶, bem como por outros estudos mais específicos. É importante ressaltar que alguns destes impactos só adquirem caráter negativo de alta relevância em função de características do desenvolvimento histórico do setor no Brasil – basicamente o fato de tratar-se de uma monocultura extensiva e concentradora (em termos fundiários, econômicos, sociais e políticos), disseminada em larga escala e normalmente sem obedecer qualquer zoneamento ecológico. Outras características específicas a esta atividade são o caráter semi-perene da lavoura canavieira, a integração vertical agricultura-indústria que vigora neste setor no Brasil e a perenidade de sua implantação industrial. A semi-perenidade da lavoura canavieira acentua os aspectos danosos da monocultura em termos de biodiversidade e do uso continuado de insumos. Já a perenidade da implantação industrial, que possui altos custos de instalação e manutenção, induz uma consolidação a longo prazo de impactos sociais, econômicos e ambientais dificilmente reversíveis, na medida em que seu funcionamento exige uma oferta constante e em larga escala da matéria prima cana-de-açúcar, dentro de um extenso raio em torno da unidade industrial. Ou seja, se comparada com monoculturas de lavouras anuais, a expansão da lavoura canavieira apresenta um caráter mais "agressivo" de hegemonização territorial e é de muito menor reversibilidade depois de instalada.

⁶Dentre estudos mais abrangentes, cabe mencionar os trabalhos de Guarnieri, Jannuzzi (1992); Szmrecsányi (1994); Cortez *et alii* (1998); Ferraz (2000); Cheesman (2005); Gonçalves (2005); Silva, Martins (2006).

Para fins específicos do presente artigo, iremos analisar os impactos mais diretamente relativos relacionados à paisagem e à biodiversidade, os quais podem ser sintetizados pela dramática situação vislumbrada por Silva, Martins (2006), no interior do Estado de São Paulo, onde se concentra a maior parte da produção canavieira do Brasil:

Para o viajante que percorre as rodovias paulistas, após a cidade de Campinas, seguindo em qualquer direção, a impressão que terá é que estará no meio de um gigantesco canavial. A história objetivada desta região – caracterizada pelas marcas das antigas fazendas de café, das moradias dos colonos e sitiantes, do multicolorido de plantações de milho, algodão, amendoim, feijão, além de pastagens, das estradas vicinais, das reservas de matas, de pequenos córregos – está em vias de desaparecimento, cedendo lugar ao monocromático dos canaviais, exceto as áreas ocupadas pelos laranjais. Durante os meses de abril a novembro, até mesmo o firmamento aparece enegrecido pelas gigantescas nuvens de fumaça, advindas das queimadas da cana, prática predatória ao meio ambiente e à saúde das populações rurais e urbanas que aí vivem (SILVA, MARTINS, 2006, p.27).

Antes de passar à análise dos impactos da monocultura canavieira na região objeto do presente artigo, cabe mencionar dois estudos que tratam do mesmo problema em outra tradicional região canavieira do interior do Estado de São Paulo – a região de Piracicaba. O primeiro destes estudos é o de Capparol (2005), que pesquisou a evolução cronológica do uso e da ocupação dos solos em uma Bacia Hidrográfica no município de Charqueada/SP, situada próxima a uma grande usina produtora de açúcar e álcool instalada no vizinho município de Piracicaba. Segundo a Autora, as formações vegetais nativas da bacia estudada foram sendo progressivamente reduzidas devido às práticas agrícolas do cultivo canavieiro que se intensificaram na área a partir dos anos 1980, modificando muito da cobertura superficial original, e alterando, em grande intensidade, a paisagem deste espaço. A área com mata nativa que era de 25,7% em 1964 foi reduzida para apenas 10,4% em 2000, enquanto a área ocupada com cana subiu de 9,7% para 61% no mesmo período. Nota-se que, embora a expansão canavieira tenha ocorrido principalmente em áreas de pastagem, ela também se deu de forma significativa nas áreas de mata nativa, caracterizando um contínuo processo de desmatamento, apesar de já existirem leis coibindo este processo,

como é o caso do Código Florestal Brasileiro, uma Lei Federal de 1965⁷. Como resultado do forte desmatamento ciliar, foi desencadeada na bacia uma série de processos erosivos e de assoreamentos hídricos, configurando uma situação muito preocupante com relação à disponibilidade hídrica do município.

O segundo estudo que gostaríamos de mencionar é o de Fiorio *et alii* (2000). Estudando a cronologia e impacto ambiental do uso da terra em uma microbacia hidrográfica do município de Piracicaba/SP, no período 1962 a 1995, estes Autores também concluíram que a expansão desordenada da cana-de-açúcar causa impacto ambiental negativo, na medida em que leva em consideração apenas aspectos econômicos, sem preocupação com a aptidão das terras. Esse estudo demonstra que a cultura de cana foi a que mais aumentou em toda a área, passando de 16% da área da microbacia em 1962 para 66% em 1995. Este aumento se deu principalmente sobre solos considerados altamente suscetíveis à erosão, resultando no assoreamento de uma represa que teve de ser desativada, não fornecendo mais água para os habitantes do bairro. Os impactos da expansão desordenada da cana também teve fortes efeitos sobre a diversidade da paisagem e sobre a policultura na microbacia: a área com culturas anuais, que ocupava quase um terço da microbacia em 1962 (31,8%) praticamente foi extinta em 1995 (0,15%).

Passando agora para a região objeto do presente artigo, podemos observar pela Tabela 1 a situação de alguns municípios quanto ao uso e ocupação do solo no ano de 1996, último censo agropecuário disponível.

⁷Lei Federal n.º 4.771, de 1965, a qual estabelece a obrigatoriedade de preservar as faixas protetoras dos corpos d'água, topos de morro e encostas mais declivosas, denominadas de áreas de preservação permanente, as quais devem ser ocupadas exclusivamente por vegetação florestal nativa. Além disso, estabelece a obrigatoriedade de todo estabelecimento rural manter parte de sua área coberta com formação florestal nativa, a chamada Reserva Legal. No caso do Estado de São Paulo, esta Reserva deve equivaler a no mínimo 20% da área total da propriedade, além das áreas de preservação permanente.

Tabela 1 – Ocupação do solo (1996) e População Rural (2000), em percentagem, em alguns municípios da micro-região de Ribeirão Preto.

Município	Cana ⁽¹⁾	Matas e Florestas Naturais ⁽¹⁾	Matas e Florestas Artificiais ⁽¹⁾	População Rural ⁽²⁾
Dumont	79,4	1,71	0,52	6,93
Serrana	72,3	2,01	0,41	2,40
Ribeirão Preto	68,7	2,83	0,21	0,43
Sertãozinho	65,2	1,12	0,67	4,37
Pradópolis	63,1	1,34	0,53	8,03
Cravinhos	61,4	3,06	0,49	4,33
Serra Azul	53,7	13,60	0,39	8,57
São Simão	16,0	14,04	32,78	12,69

Fontes: ¹IBGE – Censo Agropecuário, 1995/96.

²IBGE – Censo Demográfico, 2000.

Observe-se que o município de Ribeirão Preto, polo econômico desta que é a principal região sucroalcooleira do mundo, constitui um exemplo significativo dos efeitos da expansão canavieira. Conhecida como "a capital do agronegócio" ou a "Califórnia brasileira", nesta cidade também podemos observar alguns dos perversos efeitos da monocultura sobre a paisagem e a sua biodiversidade: em 1996, a cana-de-açúcar ocupava 68,7% de toda a área dos estabelecimentos rurais do município, enquanto as "Matas e Florestas Naturais" ocupavam apenas 2,83% e as "Matas e Florestas Artificiais" apenas 0,21%, somando assim ínfimos 3% de áreas com florestas no total de estabelecimentos rurais. Ou seja, além da baixíssima diversidade da paisagem, estes dados revelam que legislação ambiental está muito longe de ser efetivamente cumprido no município, já que, como exposto anteriormente, o Código Florestal exige que cada proprietário rural mantenha com florestas nativas uma área equivalente a no mínimo 20% (Reserva Legal), além das áreas de preservação permanente. Por outro lado, segundo dados do IBGE (Censo Demográfico), a população residente no meio rural, que já era baixa em 1970 (7,71%), no ano de 2000 foi praticamente extinta, passando a representar apenas 0,43% da população total do município.

Pela Tabela 1 também podemos observar que outros municípios da região de Ribeirão Preto apresentam o mesmo padrão, estando todos com mais da metade de sua área de estabelecimentos rurais ocupada com cana, exceto no caso do município de São Simão. Coincidentemente, os dois municípios que apresentam menor percentual das áreas dos estabelecimentos rurais ocupados com cana, também são os que apresentam os maiores percentuais de áreas

ocupadas com florestas nativas (Serra Azul e São Simão), e são também os que apresentam maior percentual de população residente no meio rural.

Ainda sobre a região de Ribeirão Preto, a Embrapa realizou, a pedido da ABAG – Associação Brasileira de Agronegócio, um estudo⁸ quantificando o uso e cobertura das terras na área de atuação da seção regional da entidade (ABAG-RP), comparando os períodos de 1988 e 2003. Do total de 36.724 km² que compõem a região⁹, a cana-de-açúcar aparece como ocupação hegemônica, passando de 23,53% em 1988 para 49,85% em 2003, ou seja, mais do que dobrando sua área no intervalo de 15 anos. Essa expansão vem se dando principalmente em áreas tradicionalmente cultivadas com culturas anuais (reduziu de 18,61% para apenas 5,3% em 2003), além de áreas com pastagem perene e café. A área urbana cresceu aproximadamente 40% no período, passando de 1,44% para 2,0% da área total estudada. E a área com vegetação natural ficou praticamente estagnada no mesmo período, sendo a maior parte classificada como "vegetação ripária" (mata ciliar), equivalente a 10,36% em 2003, e uma parte menor classificada como "Remanescentes de Vegetação Natural", equivalente a 5,78% em 2003, a qual em tese deveria compor as áreas de Reserva Legal. Aqui, mais uma vez nota-se que a atividade canavieira, hegemônica e crescente na região, não promoveu nos últimos quinze anos nenhum acréscimo líquido de áreas com vegetação nativa. Em termos de região, considerando que a maior parte das áreas é composta por estabelecimentos rurais, os remanescentes florestais se encontram muito longe de atingir o percentual mínimo de 20% exigidos por lei. Esta relutância na recomposição da vegetação nativa em áreas canavieiras, tanto no que se refere à mata ciliar como principalmente à Reserva Legal, também foram registradas de forma contundente por outros estudos (GONÇALVES, 2005; PIACENTE, 2005).

Outros possíveis efeitos da ocupação generalizada da monocultura canavieira, e das mudanças na paisagem por ela provocadas, são os eventuais impactos sobre o clima local e regional. Um dos poucos estudos que localizamos tangenciando o tema é o de Galina (2002), que estudando as mudanças nas tendências nos regime térmicos e hídricos em escala local, no

⁸"Sistema de Gestão Territorial da ABAG/RP - Resultados", acessado em 30/06/2007, endereço <http://www.abagrpnpm.embrapa.br/resultados/cartquant.htm>.

⁹Cabe ressaltar que a delimitação regional da ABAG é diferente da que é utilizada pelo IBGE.

período 1969-2001, constatou que de três municípios estudados no interior paulista (Ribeirão Preto, Campinas e Presidente Prudente), a localidade de Ribeirão Preto – único dos três municípios onde predominava a monocultura canavieira – mostrou tendência de brusca redução na precipitação, enquanto as outras duas apresentaram tendência de elevação no período. Além disso, esse município apresentou a maior tendência de queda do excedente hídrico entre as três localidades estudadas. Segundo a Autora, as alterações constatadas, consideradas como mudanças climáticas de curto prazo na escala local, podem estar associadas às interferências antropogênicas. Entre estas, são destacadas a intensificação da urbanização e a degradação da paisagem natural, através de uma agricultura predatória que resultou em supressão da maior parte da cobertura florestal. A Autora conclui que é necessário o desenvolvimento de medidas práticas de preservação ambiental, com o objetivo de estabelecer um novo equilíbrio entre fatores bióticos e abióticos nos Geossistemas.

Em relação aos corpos hídricos, os riscos associados ao tipo de exploração dos solos são particularmente graves na monocultura canavieira, devido, entre outros fatores, ao uso constante e intensivo de herbicidas pré-emergentes, potencializando o risco de contaminação das águas subterrâneas. Este fator de risco ambiental adquire um conteúdo exponencial em solos situados sobre aquíferos subterrâneos, como os que ocorrem na região de Ribeirão Preto, localizada em cima do Aquífero Guarani, uma das maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo, abastecedora de boa parte dos núcleos urbanos daquela região (SILVA, MARTINS, 2006). Nas áreas de recarga que ocorrem na região predominam solos arenosos e com elevada macroporosidade, configurando um cenário extremamente favorável à lixiviação de produtos com alta mobilidade no perfil do solo. Diversas pesquisas realizadas pela Embrapa em área de recarga deste Aquífero, na microbacia do córrego Espreado (região de Ribeirão Preto), onde há intensa atividade de monocultivo de cana-de-açúcar, apontaram claramente para os riscos potenciais de contaminação do aquífero (GOMES *et alii*, 2001; MATALLO *et alii*, 2003; PESSOA *et alii*, 2003; SPADOTTO *et alii*, 2004).

A exploração intensiva do solo agrícola pela monocultura canavieira dentro da Bacia do Rio Pardo, na qual encontra-se a região de Ribeirão Preto, também vem trazendo impactos sob o ponto de vista da erosão dos solos. Em 2003, da área total da bacia (que abrange 8.991,02 km²), mais da metade (4.643,09 km²) apresentava processos erosivos (CBH-PARDO, 2003, apud

SILVA, MARTINS, 2006, p.11).

Em síntese, através destes breves dados sobre a região canavieira de Ribeirão Preto, e dos estudos de Fiorio *et alii* (2000) e Capparol (2005) envolvendo a região de Piracicaba, apresentados aqui a título de exemplificação, podemos vislumbrar um quadro bastante representativo, e preocupante, sobre a forma de expansão canavieira nas últimas três décadas e seus efeitos ambientais mais imediatos na paisagem local e na biodiversidade, o qual gera evidentes contradições: a expansão canavieira parece, de um lado, contribuir diretamente para o aumento da área urbana, tanto pelo exôdo da população rural como pela atração de mão-de-obra temporária vinda de outras regiões; de outro, gera uma redução significativa da policultura pré-existente, supostamente diminuindo a oferta local de alimentos, e também, devido ao desmatamento e à ausência de recuperação da vegetação florestal nativa e das matas ciliares, gera uma redução da oferta de água potável, necessária para abastecer esta crescente população urbana. Levados à escala regional, e incorporando-se outros impactos ambientais, como os efeitos dos agrotóxicos, dos resíduos e das queimadas anuais dos canaviais, aliados aos problemas sociais decorrentes da concentração fundiária e do crescente desemprego gerado pela mecanização do corte da cana, temos um quadro bastante preocupante.

4. O assentamento "Sepé Tiarajú"

O Assentamento "Sepé Tiarajú", criado em 2004, está localizado entre os municípios de Serrana e Serra Azul, distante aproximadamente 30 km da cidade de Ribeirão Preto, o principal município da região. O assentamento abrange atualmente 80 famílias, em uma área de 814 ha, ocupada historicamente pela cultura da cana-de-açúcar¹⁰.

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que está na região desde 1998, iniciou em Abril de 2000 a ocupação da Fazenda Santa Clara¹¹,

¹⁰O Assentamento Sepé Tiaraju, está situada nas coordenadas geográficas UTM 235.418-Este e 7.649.532-Norte, em região de transição entre as formações de Mata Atlântica (Floresta estacional semidecídua) e de Cerrado (Cerradão).

¹¹A Fazenda Santa Clara, que originalmente pertencia a uma usina de açúcar e álcool, foi arrecadada pelo Governo Estadual em 1992, como parte do pagamento de dívidas dos proprietários junto à Receita Estadual. Segundo os assentados, a ocupação ocorreu porque o Governo Estadual não tomou posse da área e continuou ocorrendo o plantio de cana por empreendedores privados.

dando início ao acampamento Sepé Tiarajú¹². Refletindo os debates internos a respeito da necessidade de repensar a organização dos assentamentos, com base na cooperação produtiva e na matriz agroecológica, o MST fomentou através de estudos e seminários junto às famílias do acampamento diversas discussões sobre um novo modelo de assentamento. Neste processo, os agricultores acampados foram aprendendo e resgatando formas de produzir sem usar agrotóxicos, adotando formas alternativas de adubação e aprendendo a cultivar as próprias sementes. Na prática, a "comunidade" Sepé Tiarajú foi compreendendo o que é preservar e defender o meio ambiente, vendo-se como parte dele.

O processo de litígio na área se estendeu por um período de aproximadamente quatro anos (2000-2003), até que, após sucessivas ocupações, reocupações e intensa mobilização social em apoio ao acampamento, em 2004 o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), órgão federal de reforma agrária, comprou do Governo Estadual a Fazenda Santa Clara, possibilitando assim o início do assentamento. Devido à forte necessidade de preservação ambiental da área, o INCRA decidiu, de comum acordo com as organizações dos trabalhadores sem terra, implantar o assentamento na forma de um PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável -modalidade prevista em norma federal, mas que nunca havia sido implantada no Estado de São Paulo. Esta modalidade de assentamento busca garantir a reprodução sócio-econômica das famílias assentadas e ao mesmo tempo propiciar a recuperação e preservação do meio ambiente, resgatando a biodiversidade regional.

O PDS é uma normativa do INCRA criada a partir da solicitação dos movimentos sociais, no sentido de conciliar o assentamento humano de populações não tradicionais, em áreas de interesse ambiental, com a promoção do desenvolvimento sustentável. Esta modalidade de assentamento foi criada através da Portaria/INCRA n.º 477/99, que define o Projeto de Desenvolvimento Sustentável como "uma modalidade de projeto de assentamento, de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área".

¹²Sepé Tiaraju foi um Cacique guarani que liderou a resistência contra as tropas portuguesas e espanholas, na região fronteira Brasil-Uruguai, entre 1753 a 1756. Sepé e outros 1500 guerreiros foram massacrados pelos colonizadores (MORISSAWA, 2001).

Os projetos dessa modalidade tem como base: a)O atendimento das especificidades regionais (extrativismo tradicional, resgatar o valor econômico e social da floresta, do mangue, da várzea etc) ao invés de considerar apenas o potencial agrícola da terra; b)O interesse ecológico, além do social; c)A valorização da organização social, do trabalho e gestão comunitária; d)A concessão de uso da terra, por determinado período, para a exploração individualizada ou condominial, obedecendo a aptidão da área combinada à vocação das famílias de produtores rurais; e)O interesse ecológico de recomposição do potencial original da área atendendo a legislação ambiental. Vale destacar que o PDS é um projeto especial de assentamento nos seguintes aspectos: a seleção das famílias deve obedecer um critério de envolvimento com a defesa de projetos ambientais; a concessão de uso da terra é coletiva, realizada através de uma personalidade jurídica (associação, cooperativa etc); a produção deve combinar o trabalho familiar com práticas coletivas, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento de práticas agroecológicas. O PDS representa portanto um grande avanço por parte do Governo na busca de um novo modelo de projeto de assentamento que contemple, simultaneamente, sustentabilidade social, econômica e ecológica.

Por meio deste breve relato, percebe-se que o Assentamento Sepé Tiarajú é fruto de uma construção social coletiva, envolvendo a participação ativa dos trabalhadores acampados e das diversas instâncias dirigentes do MST, com apoio de setores de universidades e da sociedade, e que encontrou sintonia com a proposta do Governo, materializada no formato de um PDS.

Após implantado o assentamento, e já como parte das ações de colaboração ao planejamento do mesmo, a Embrapa Meio Ambiente realizou um diagnóstico agroflorestal participativo na área¹³. Na Tabela 2, são apresentados alguns dados obtidos através da digitalização de fotografias aéreas de 1962 e 2003, e de levantamentos a campo, os quais mostram a evolução do uso e ocupação do solo antes da implantação do assentamento, caracterizando o grande passivo ambiental deixado por décadas de exploração pela monocultura canavieira.

¹³Diagnóstico financiado pelo Programa Nacional de Florestas (PNF), do Ministério do Meio Ambiente.Os dados completos deste diagnóstico encontram-se em Ramos Filho, Pellegrini (2006).

Tabela 2 – Uso e ocupação do solo na Fazenda Santa Clara, em 1962 e 2003.

Uso do solo	1962		2003	
	Ha	%	ha	%
Lavoura de Cana	329,1	40,4	657,9	80,7
Vegetação florestal nativa mais densa	192,9	23,7	19,7	2,4
Vegetação florestal nativa menos densa	82,5	10,1	21,1	2,6
Brejo	37,7	4,6	52,9	6,5
Pastagem	117,7	14,4	5,2	0,6
Pasto Sujo	0	0	37,1	4,6
Lavoura Pousio	38,3	4,7	0	0
Outros usos	16,8	1,9	20,9	2,5
Total	814,9	100	814,9	100,0

Fonte: Ramos Filho, Pellegrini (2006).

Observa-se que a área total de cobertura florestal baixou de 33,8% em 1962 para apenas 5% em 2003, totalizando um desmatamento de 241,6 hectares. Enquanto isso, a cultura da cana-de-açúcar dobrou a sua área, aumentando de 329 ha para 657,9 ha, passando a ocupar 80,7% da área total da fazenda em 2003. Este cenário pode ser melhor visualizado através dos mapas de uso ocupação do solo (Figuras 1 e 2). É importante notar que o desmatamento ocorreu justamente nas porções mais baixas do terreno (faixa Sul-Este), área com solos mais arenosos e importante tanto para proteção dos corpos d'água superficiais (nascente, córregos, rios e brejo) como para recarga do aquífero subterrâneo.

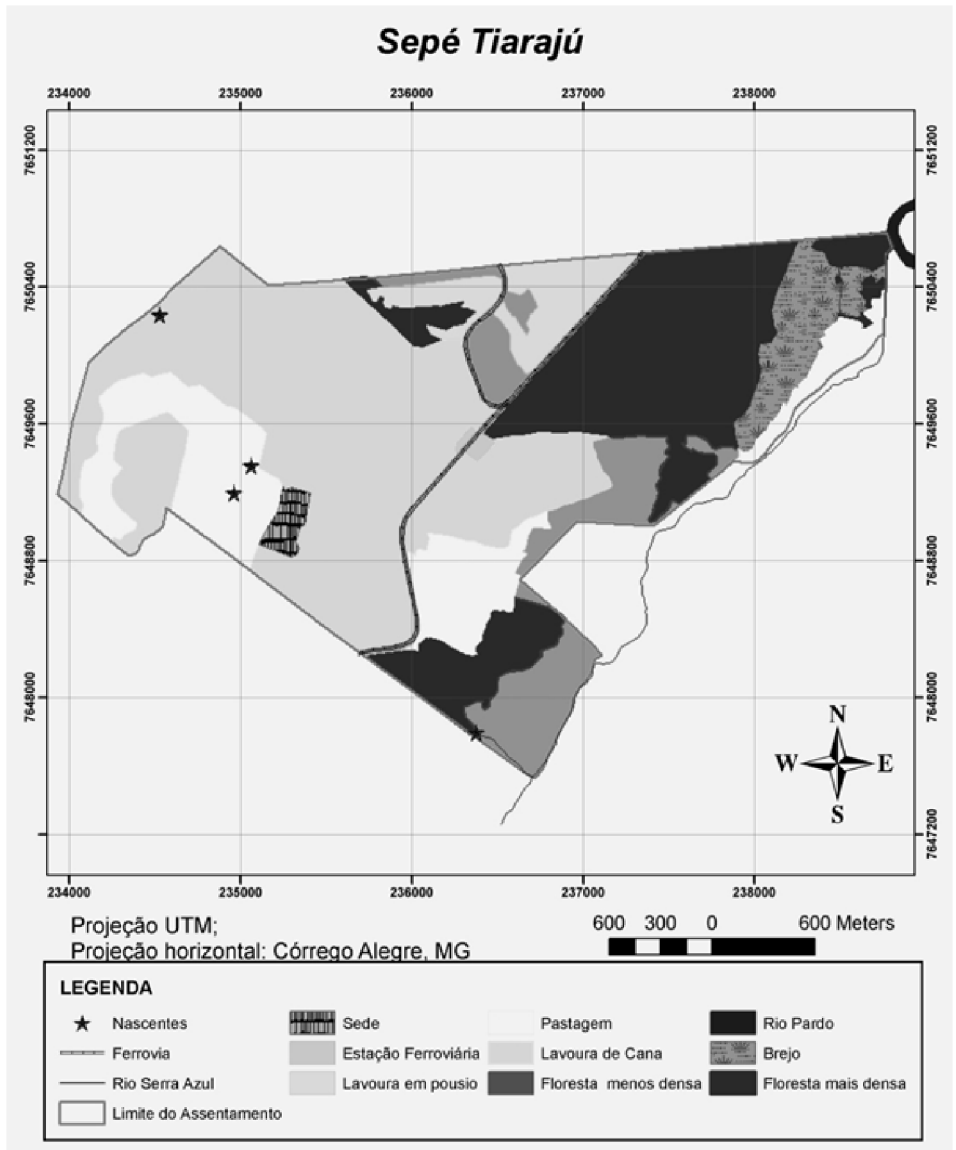


Figura 1 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo – 1962.

Fonte: Ramos Filho, Pellegrini (2006).

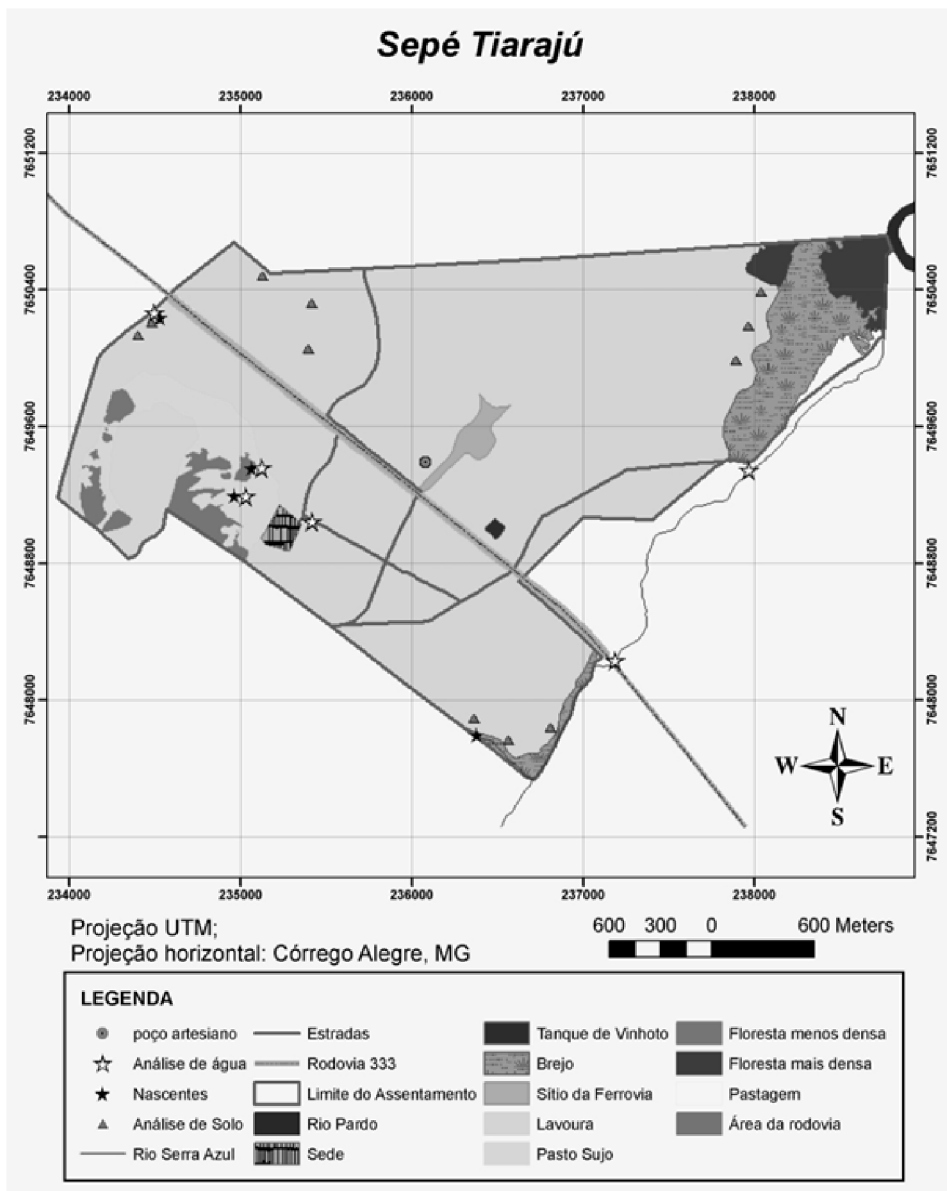


Figura 2 – Mapa de Uso e Ocupação do Solo – 2003.

Fonte: Ramos Filho, Pellegrini (2006).

Estes dados, que confirmam as tendências demonstradas pelos estudos apresentados na parte anterior deste artigo, evidenciam a nítida degradação ambiental proporcionada

pela expansão do setor sucro-alcooleiro na região, resultando na seguinte situação encontrada no ano de 2003 na área da Fazenda Santa Clara: (i) havia ocupação generalizada do espaço pela cultura da cana, em detrimento das demais culturas; (ii) os poucos remanescentes florestais estavam confinados em áreas não mecanizáveis ou em zonas úmidas (várzea); (iii) em vários pontos da paisagem do entorno da área do assentamento havia sinais visíveis de erosão do solo com carreamento de sedimentos para as partes baixas da paisagem e recursos hídricos; (iv) algumas vertentes de drenagem foram alteradas e posteriormente incorporadas às extensas e homogêneas áreas de cultivo de cana; (v) boa parte das matas ciliares e áreas de preservação permanente encontravam-se degradadas ou desprovidas de cobertura florestal; (vi) os solos apresentavam forte camada de compactação entre 20 e 30 cm de profundidade, fenômeno conhecido como "pé de grade", resultado de contínuo e intenso processo de mecanização. Esta situação faz supor que o desmatamento só não foi total devido aos impedimentos naturais ao cultivo mecanizado nas áreas mais declivosas ou sujeitas a alagamento sazonal. Além disso, evidenciam que o modelo agrícola, baseado na monocultura extensiva, incorpora solos potencialmente frágeis e inadequados para o uso agrícola convencional, e que as práticas de manejo do solo utilizadas levam à compactação e são insuficientes para controlar a erosão nestas situações.

Após sua implantação oficial, e a partir da organização já iniciada na fase de acampamento, o processo participativo de construção do Assentamento Sepé Tiarajú definiu a estruturação de quatro núcleos, com 20 famílias cada (ver Figura 3). A divisão dos núcleos, realizada a partir de discussão coletiva, buscou respeitar as afinidades entre as famílias, seja por identificação cultural, afetiva ou adesão ao projeto que se pensa para o núcleo. Cada família possui um lote individual, com área variando entre 3,5 e 4,0 hectares. Além disso, cada núcleo possui um área para produção coletiva, com 10 hectares em média. Por fim, foi destinada uma área de 35% para fins de composição da Reserva Legal do assentamento, de caráter coletivo, além das áreas de preservação permanente (mata ciliar das nascentes e cursos d'água). É importante destacar que este percentual de Reserva Legal é superior ao exigido por lei (20%), mas faz parte de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado de comum acordo entre o INCRA e os assentados com o Ministério Público (Promotoria de Meio Ambiente de Ribeirão Preto). Este percentual faz parte de uma diretriz da Promotoria para os empreendimentos rurais na região, baseada em Nota Técnica, visando a proteção das áreas de recarga do Aquífero Guarani, e que neste caso veio ao encontro da proposta agroecológica do assentamento. Com isso, cerca de 280 hectares que atualmente encontram-se cobertos com pastagem ou cana deverão ser reflorestados ao longo dos próximos trinta anos. Pela Figura 3, pode-se notar que as áreas definidas para

recomposição da Reserva Legal encontram-se na maior parte contíguas aos corpos d'água e áreas de recarga do aquífero, recompondo-se assim boa parte da vegetação suprimida após o ano de 1962 para plantio da cana (comparar com Figuras 1 e 2).

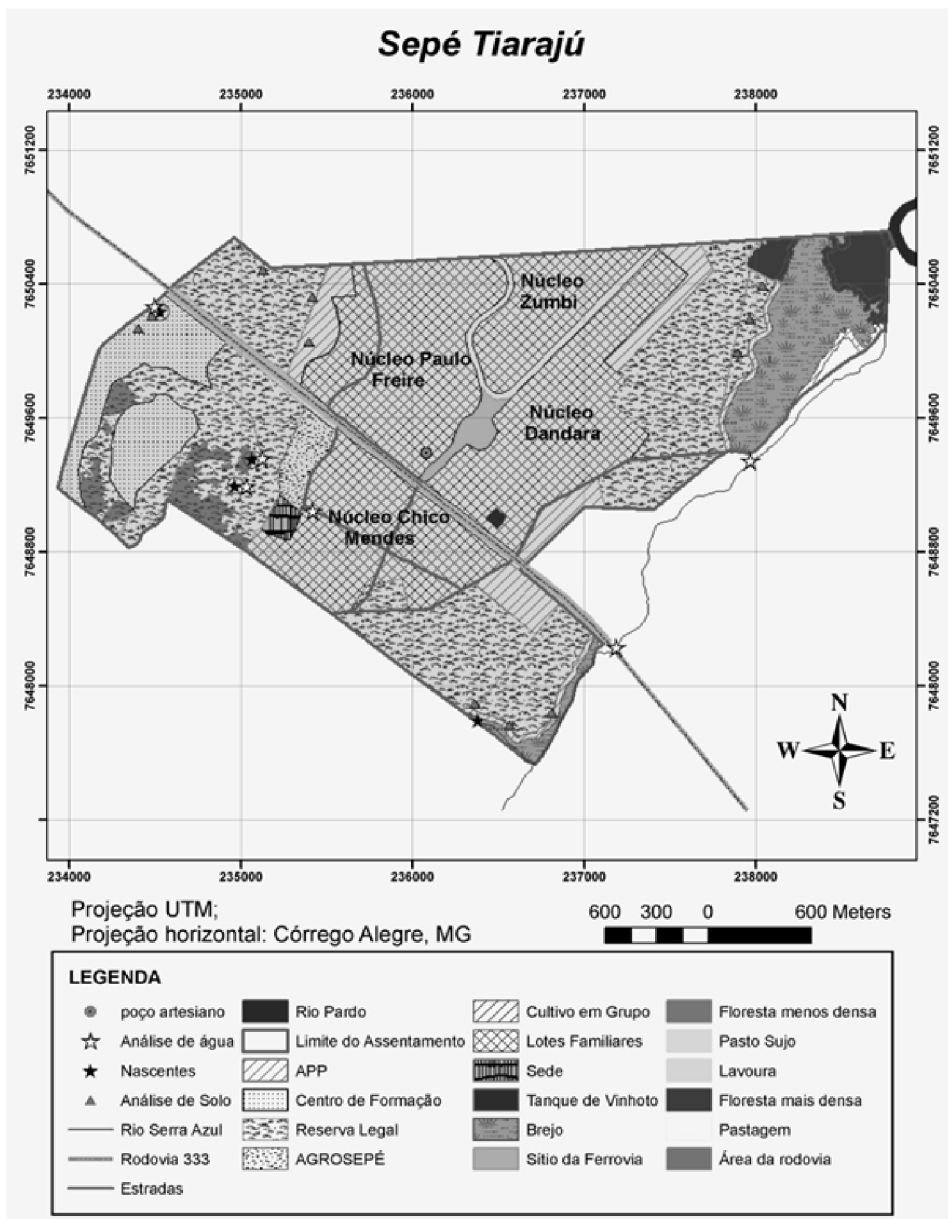


Figura 3 – Planejamento do Assentamento Sepé Tiarajú – 2005.

Fonte: Ramos Filho, Pellegrini (2006).

Buscando contribuir com este processo de implantação do assentamento, e atendendo demanda dos agricultores assentados, teve início em 2005 um projeto de capacitação socioambiental no assentamento¹⁴, buscando focar tecnologias e conhecimentos relacionados ao manejo ecológico dos solos, com ênfase na Agroecologia e no uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

De acordo com Dubois (2004), o termo sistema agroflorestal é um termo "guarda-chuva", existindo diversas classificações. De maneira simplificada, para fins deste artigo, podemos definir que um Sistema Agroflorestal é uma sistema de produção que contém, obrigatoriamente, o consórcio de espécies florestais de porte arborescente ou arbustivo, com espécies agrícolas (herbáceas, arbustivas ou arbóreas), plantadas simultaneamente ou em sequência, na mesma área. Os sistemas agroflorestais sucessionais e diversificados são modelos de uso do solo que mais se aproximam ecologicamente da floresta natural, e representam a interface entre a agricultura e a floresta, aliando a produção de alimentos à recuperação dos recursos naturais, entre eles o solo e a biodiversidade (PENEIREIRO, 1999)

Após diversas atividades de sensibilização e capacitação, foi implantada no assentamento uma Unidade de Observação Participativa (UOP) em SAFs, para estudos e observação cotidiana dos agricultores e técnicos, visando a construção e difusão de conhecimentos sobre o uso de SAFs adequados à região. Esta UOP totaliza 0,25 ha, estando localizada em área coletiva do assentamento. A cobertura vegetal era composta basicamente por gramíneas, resultante de pousio recente, após décadas de cultivo de cana-de-açúcar. O preparo do solo para implantação da UDO foi feita de modo convencional, mas não foram aplicados corretivos ou fertilizantes de qualquer natureza, e o plantio foi feito de forma manual. O processo de definição do desenho de SAF a ser implantado foi bastante participativo, envolvendo cinquenta agricultores assentados e oito técnicos das instituições parceiras. A implantação foi feita em grupo (sistema de "mutirão"), em fevereiro de 2006. No total, entre arbóreas, arbustivas e herbáceas, foram

¹⁴Projeto "*Capacitação sócio ambiental em assentamentos rurais*", coordenado pela Embrapa Meio Ambiente, financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia (Edital 01/2004), e desenvolvido em parceria com o INCRA e organizações dos agricultores assentados, como o Centro de Formação Agrícola "Dom Helder Câmara", do MST; a Associação AGROSEPÉ; e a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Estado de São Paulo (CCA-SP).

plantadas cinquenta espécies, incluindo adubos verdes, culturas agrícolas de ciclo curto, espécies frutíferas arbóreas (exóticas e nativas); e espécies florestais nativas, de diferentes estágios sucessionais. Desde o plantio, vem sendo realizadas diversas atividades de manejo, monitoramento e avaliação do desenvolvimento das plantas no SAF, sempre com a participação dos agricultores¹⁵. A partir desta experiência, boa parte dos agricultores se sentiram estimulados a implantar os princípios agroecológicos e algum tipo de sistema agroflorestal em seus lotes.

Em recente levantamento realizado no assentamento¹⁶, contemplando visitas e entrevistas em uma amostragem de trinta e duas famílias (40% do total), sendo oito de cada núcleo, foi possível obter alguns dados relevantes sobre a evolução da perspectiva agroecológica no assentamento. A grande maioria das famílias entrevistadas (84%) declarou que não conhecia a agroecologia antes de entrar no movimento social. Essas famílias afirmam que ouviram falar pela primeira vez sobre o tema na fase de acampamento (entre 2000 e 2003). Além disso, das famílias que vinham de alguma experiência de produção agropecuária antes de ser assentada, mais da metade (52,4%) declarou que não fazia uso de práticas conservacionistas, como adubação verde, rotação de cultura, etc.

Das famílias entrevistadas, a maior parte (84,3%) participou das atividades relativas ao manejo de Sistemas Agroflorestais desenvolvidas no projeto coordenado Embrapa. Segundo depoimentos, esta participação proporcionou às mesmas um importante aprendizado e uma rica troca de experiência entre os participantes. Dentre as pessoas que participaram, o projeto influenciou de alguma forma o modo de produzir alimentos e a relação do assentado com o agroecossistema, seja no manejo do solo, com o aumento da utilização de adubos verdes, seja pela incorporação do componente arbóreo no sistema. Dos participantes, mais da metade (55,5%) já implantaram em seu lote algum tipo de SAF, com desenhos que vão desde o plantio de árvores nativas aleatoriamente em meio aos cultivos, até sistemas mais fechados e complexos; com objetivos que variam da melhoria do microclima no entorno da casa até o de constituir a principal fonte de renda do assentado. A produção de excedentes para o mercado é o principal objetivo das famílias que tem SAF implantado, sendo que nesta época de seca e entressafra os SAFs que iniciaram a produção se mantiveram

¹⁵Para maiores detalhes sobre a experiência da UOP em SAF, ver Ramos Filho et alii (2006).

¹⁶Levantamento realizado em junho-julho/2007, pelo estagiário da Embrapa, graduando em Agronomia Henderson Gonçalves Nobre, a quem agradecemos a preciosa colaboração.

produzindo boas quantidades de abóbora, mandioca e banana, produtos estes que são comercializados semanalmente com a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, órgão do Governo Federal. Entre as vantagens percebidas pelos assentados que estão utilizando o SAF, foram relatados o pouco nível de danos causado por pragas e doenças, além de uma redução nos impactos da estação seca e do longo período de estiagem, através da criação de um microclima onde o solo reteve mais umidade, com isso influenciando o melhor desenvolvimento das culturas, mudas e árvores frutíferas e nativas.

Entre as famílias que participaram do projeto mas que ainda não tem SAF (doze famílias entre as entrevistadas), a grande maioria (83,3%) se mostrou interessada em implantar o sistema, porém citam como obstáculos a falta de água nos lotes (a rede de distribuição d'água ainda não foi finalizada), a falta de recursos para adquirir as mudas e a necessidade de garantir o sustento a curto prazo, sendo este último o fator mais limitante, pois muitas famílias enxergam o SAF como uma forma de renda apenas a longo prazo, já que ainda não conseguiram vislumbrar a incorporação das culturas de ciclo curto no sistema enquanto as culturas de ciclo mais longo ainda não começam a produzir.

No conjunto geral dos trinta e dois lotes visitados, notou-se que grande parte da superfície dos solos, quando em desuso, está sempre coberta, seja por restos de cultura ou plantas espontâneas (principalmente gramíneas), pois os assentados são cientes de que esta prática evita o processo de erosão causado por ventos e chuvas. A base da adubação, é feita predominantemente pelo incremento de matéria orgânica oriunda da sobra das culturas, mas cabe destacar que quase metade dos entrevistados utiliza adubos verdes (feijão de porco e feijão guandu, principalmente). Uma outra fonte de adubação, com menor relevância, é representada pelo uso de esterco animal ou composto. O uso relativamente pequeno desta fonte pode se explicar pelo fato de ainda não haver um número expressivo de animais de criação no assentamento. Cabe destacar ainda que os adubos verdes também consistem na prática mais usada para controlar a invasão de espécies espontâneas nas culturas, sendo que 50% dos entrevistados declararam usar esta tecnologia para este fim, superando inclusive o uso de trator (41,7%).

A partir dos dados levantados, estima-se que a economia do assentamento será fundamentada na comercialização de um variado conjunto produtos e atividades, como as frutas (banana, mamão, manga e citrus), mandioca, café, milho, culturas oleráceas, e animais de pequeno porte como suínos, caprinos e aves (vide Tabela 3). Esta diversidade produtiva demonstra o efetivo resgate da

policultura e da agrobiodiversidade, principalmente se comparada com o sistema dominante na região (monocultura canavieira extensiva).

Tabela 3 – Produtos mais citados na intenção de produção para mercado¹⁷.

PRODUTO/ATIVIDADE	%
FRUTAS DIVERSAS	90,6%
MANDIOCA	68,8%
BANANA	68,8%
CAFÉ	59,4%
OLERICOLA	31,3%
MILHO	31,3%
AVES	28,1%
PALMITO	18,8%
ABOBORA	15,6%
SUINOS	12,5%
CÔCO	12,5%
BOVINOS	12,5%
CAPRINOS	6,3%

De forma geral, observa-se entre as famílias entrevistadas que a sensibilização para uma produção mais sustentável é constante. Esse perfil de buscar o equilíbrio com o agroecossistema foi muito bem construído pelo movimento social e incorporado quase que pela totalidade dos assentados. De acordo com os depoimentos coletados, foi na fase de pré-assentamento que as famílias ali acampadas já tomaram a decisão de passar pelo processo de conversão para uma agricultura de base ecológica. Esse processo começou há sete anos, com a supressão de insumos químicos e abolição de práticas predatórias como a queimada. Nos dias atuais, observa-se algumas famílias que ainda não saíram deste estágio. Na amostragem de nossa pesquisa, esse grupo compreendeu 34,4% das famílias entrevistadas. Mas nota-se também muitas famílias que já deram um passo adiante e propiciaram uma maior estabilidade e eficiência do sistema produtivo, incorporando a adubação orgânica, o controle alternativo de pragas, o manejo menos impactante do solo, a diversificação e consorciação dos cultivos. O grupo que se encontra nesse estágio, equivalente ao "passo 2"

¹⁷Nesta pergunta os assentados podiam citar mais de uma cultura.

da transição agroecológica (substituição de insumos), corresponde a 34,4% das famílias entrevistadas. Foi identificado ainda um terceiro grupo de famílias, que superou a substituição dos insumos e replanejou todo o seu sistema produtivo, tornando-o mais complexo e diversificado, adotando o SAF como forma predominante de manejo e desenho do agroecossistema. Este último grupo encontra-se num estágio equivalente ao "passo 3" da transição agroecológica (redesenho de agroecossistemas), e corresponde a 31,2% da famílias entrevistadas.

4. Considerações finais

Os dados apresentados no presente trabalho, relativos à região canavieira de Ribeirão Preto e a uma outra região sucroalcooleira tradicional, como Piracicaba, reforçam, de um lado, as evidências de que a expansão da monocultura canavieira no Brasil tem se dado de forma desordenada, sem mecanismos de regulação que protejam os interesses da sociedade em relação ao uso sustentável dos recursos naturais, provocando severos danos à biodiversidade, entre outros impactos. No assentamento Sepé Tiaraju, a situação de degradação encontrada na área antes do assentamento, resultado de mais de quarenta anos com monocultivo de cultura da cana-de-açúcar, confirma esta tendência histórica.

Porém, já existem indícios de que o processo de conversão para uma agricultura com baixos impactos poderão trazer benefícios para o assentamento e para a região. Os dados levantados demonstram que, a partir da formação de base realizada pelo MST desde a fase de acampamento e pré-assentamento, e das políticas públicas de fomento, capacitação e experimentação agroecológica desenvolvidos pelo Incra, Embrapa e instituições parceiras a partir da implantação do assentamento, os agricultores já deram importantes passos no sentido da transição agroecológica, ainda que isto ocorra de forma heterogênea entre as famílias. Estas ações, desenvolvidas de forma cumulativa e articulada, através de projetos de capacitação socioambiental, propiciaram grande influência sobre as práticas agroecológicas dos assentados. Seus efeitos são sentidos principalmente no tocante ao uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs), visto que uma significativa parcela dos agricultores adotaram algum tipo de SAF no lote, e outra grande parte ainda pretende implantar este sistema. Também chama a atenção o grau relativamente alto de uso de adubação verde e de diversificação de cultivos, mesmo que ainda não organizados na forma de um SAF. Muitos dos benefícios deste processo de transição podem ser melhor visualizados nos lotes dos assentados que fizeram uso de sistemas agroflorestais. Com o aumento da

diversificação dos cultivos nos SAFs, os assentados estão aprendendo a explorar as interações positivas das plantas que compõem o agroecossistema, e passam com isso a valorizar a biodiversidade.

O processo de transição agroecológica, na forma como proposto pelo referencial conceitual de Gliessman (2000) e EMBRAPA (2006), pode ser bem visualizado no assentamento. Na época de sua implantação, os assentados optaram coletivamente por suprimir o uso de insumos químicos em todas as atividades agrícolas, com isso dando o primeiro passo da transição do sistema produtivo para uma agricultura de base agroecológica. O cultivo de pomares e consórcios diversificados, estimulados pelos órgãos públicos de apoio técnico, pelas diferentes organizações dos assentados e pelos diversos parceiros, proporcionou que muitos assentados progredissem além do estágio inicial, possibilitando estabelecer agroecossistemas tanto estáveis como produtivos, alcançando assim o segundo estágio da transição agroecológica. Porém, o estágio mais avançado de transição, caracterizado pelo redesenho dos sistemas produtivos, já está sendo alcançado por assentados que tem manejado os seus lotes com sistemas agroflorestais, dando bons indicativos de que poderão obter a sustentabilidade a longo prazo.

Este estudo mostra que a abordagem histórica e agroecológica pode contribuir para a melhor identificação dos impactos socioambientais das atividades agropecuárias em escala regional, gerando subsídios para a elaboração de políticas de regulação ambiental. No cenário atual, em que se projeta para o País um aprofundamento do modelo agroexportador centrado em grandes monoculturas como a cana e a soja, experiências como a do Assentamento Sepé Tiaraju, baseadas na agroecologia e apoiadas por políticas públicas, constituem importantes alternativas para garantir um desenvolvimento rural em bases mais sustentáveis, tanto do ponto de vista ambiental e de proteção dos recursos naturais, resgatando e valorizando a biodiversidade, como da equidade social. Ainda que esteja em seu início e existam enormes desafios para sua consolidação, é inegável que trata-se de experiência inovadora na construção de um novo modelo de assentamento, tendo a agroecologia como centro da matriz tecnológica e a cooperação como eixo da organização produtiva. Dentro desta proposta, o uso de Sistemas Agroflorestais (SAFs) pode se constituir em uma alternativa de estímulo econômico à recuperação florestal e incorporação do componente arbóreo nos sistemas produtivos dos agricultores assentados, que desta forma assumem o papel de importantes protagonistas na transição para a um desenvolvimento econômico sustentável, pois ao mesmo tempo que produzem

alimentos, conservam a biodiversidade.

5. Referências

ABREU, L. S. de. **A construção social da relação com o meio ambiente: Análise das percepções e representações de risco ecológico em um município da Mata Atlântica brasileira.** Tese (doutorado em Ciências Sociais) apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2002, 376p.

BILLAUD, J.P.; ABREU, L.S. de. A experiência social de risco ecológico como fundamento da relação com o meio ambiente. **Cadernos de Ciência & Tecnologia.** Distrito Federal, EMBRAPA, 1999, v. 16, n.1, pp. 43-66.

DUBOIS, J.C.L. Para utilizar de forma correta a terminologia SAF. in REBRAAF, **Documentação técnica**, Publicada em: 21/05/2004, <http://www.rebraf.org.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=28&sid=2>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília,DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar -DATER: IICA, 2004.

CAPPAROL, D.C.A. **Usos e abusos do território: avaliação ambiental da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Paraíso - Charqueada/SP.** 149p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro (SP), 2005.

CBH-PARDO. **Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Rio Pardo.** Relatório Final. Comitê de Bacia Hidrográfica do Pardo - Realização: CPTI - Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais; IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, 2003.

CHEESMAN, O.D. **Environmental impacts of sugar production.** CABI Publishing, 2005, 255p.

CORTEZ, L. *et alii.* Environmental aspects of the alcohol program in Brazil.

ASAE Annual International Meeting, Orlando, Florida. July 11-16, 1998b.

EMBRAPA, 2006. **Marco Referencial em Agroecologia**. Embrapa Informação Tecnológica, Brasília, 2006.

ESTERCI, N.; VALLE, R.S.T. **Reforma Agrária e Meio Ambiente**. São Paulo: Instituto Sócio Ambiental, 2003, 191p.

FERRAZ, J. M. G. (2000). Setor sucroalcooleiro, agribusiness e ambiente. In: FERRAZ, J. M., PRADA, L. S., PAIXÃO, M. (ed.). **Certificação Socioambiental do Setor Sucroalcooleiro**. São Paulo: Embrapa Meio Ambiente, 2000.

FIORIO, P.R.; DEMATTE, J.A.M.; SPAROVEK, G. **Cronologia e impacto ambiental do uso da terra na microbacia hidrográfica do ceveiro, em Piracicaba, SP**. Pesquisa Agropecuária Brasileira, Brasília, v.35, n.4, p.671-679, abr. 2000.

GALINA, M. H. **Mudanças climáticas de curto prazo: tendência dos regimes térmicos e hídricos e do balanço hídrico nos municípios de Ribeirão Preto, Campinas e Presidente Prudente (SP) no período de 1969-2001**. 2002. 221 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora Da UFRGS, 2000. 654 p.

GOMES, M.A.F.; SPADOTTO, C.A.; LANCHOTTE, V.L. Ocorrência do herbicida Tebuthiuron na água subterrânea da microbacia do Córrego Espreado, Ribeirão Preto-SP. **Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v. 11, p.65-76, 2001.

GONÇALVES, D. B. **Mar de cana, deserto verde? Os dilemas do desenvolvimento sustentável na produção canavieira paulista**. 2005. 256p. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

GUARNIERI, L. C., JANUZZI, G. de M. ProAlcool: impactos ambientais. **Revista Brasileira de Energia**, v. 2, n° 2, pp. 147-161, 1992.

MATALLO, M.B.; LUCHINI, L.C.; GOMES, M.A.F.; SPADOTTO, C.A.; CERDEIRA, A.L.; MARIN, G.C. Lixiviação dos herbicidas tebutiuron e diuron em colunas de solo. **Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v. 13, p.83-90, 2003.

MORISSAWA, M. **A História da Luta pela Terra e o MST**. São Paulo, Expressão Popular, 2001, p. 60-61

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição** – Pensamento Político e Crítica Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888). Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar Ed., 2002, 318p.

PENEIREIRO, F.M. **Sistemas agroflorestais dirigidos pela sucessão natural**: um estudo de caso. Piracicaba, 1999. 178p. Dissertação (mestrado) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo.

PESSOA, M.C.P.Y.; GOMES, M.A.F.; NEVES, M.C.; CERDEIRA, A.L.; SOUZA, M.D. Identificação de áreas de exposição ao risco de contaminação de águas subterrâneas pelos herbicidas atrazina, diuron e tebutiuron. **Pesticidas: Revista de Ecotoxicologia e Meio Ambiente**, v.13, p.111-122, 2003.

PIACENTE, J.P. **Agroindústria canavieira e o sistema de gestão ambiental**: o caso das usinas localizadas nas Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá. 2005. 178f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

RAMOS FILHO, L.O.; ALY JR, O. Reforma agrária e meio ambiente: A legislação ambiental e o uso de sistemas agroflorestais em assentamentos rurais no Estado de São Paulo. **Anais da II Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais 2005**, 15 a 17/6/2005, Campinas/SP.

RAMOS FILHO, L.O. *et alii*. Experiência Participativa de Sistema

Agroflorestal no Assentamento "Sepé Tiaraju", Ribeirão Preto-SP. **Anais do IV Congresso Brasileiro de Agroecologia**, Belo Horizonte/MG, 20 a 23/11/2006.

RAMOS FILHO, L.O.; PELLEGRINI, J.B. **Diagnóstico Agroflorestal Participativo em Assentamentos Rurais da Região de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo**. Relatório Técnico. Embapa/PNF/MMA, mimeo, 2006.

SEVILLA GUZMÁN, E. **Origen, evolución y perspectivas del desarrollo rural sostenible**. Trabalho apresentado na Conferência Internacional "Tecnologia e Desenvolvimento Sustentável", Porto Alegre, 18 a 22 de setembro de 1995.

SILVA, M.A.M., MARTINS, R.C. A modernidade da economia Junker à moda contemporânea do rural paulista: a degradação social do trabalho e da natureza. In: Dossiê Dimensões da Questão Agrária no Brasil, **Revista Lutas e Resistências**, Londrina, n.1, p.91-106, set.2006.

SPADOTTO, C. A. ; GOMES, M. A. F. ; MATALLO, M. B. ; LUCHINI, L. C. Previsão da lixiviação do herbicida tebutiuron no solo e estimativa da concentração em águas subterrâneas em área de recarga do Aquífero Guarani. In: XIII Congresso Brasileiro de Águas subterrâneas, 2004, Cuiabá/MT. **Anais do XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas**, 2004. v. 01. p. 1-7.

SZMRECSÁNYI, T. Tecnologia e degradação ambiental: o caso da agroindústria canavieira no Estado de São Paulo. **Informações Econômicas, SP**, v. 24, nº 10, pp. 73-81, 1994.

REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: A DIFÍCIL CONSTRUÇÃO DE UM ASSENTAMENTO AGROECOLÓGICO EM RIBEIRÃO PRETO-SP

José Cláudio Gonçalves²

Rosemeire Aparecida Scopinho³

Resumo: A questão do desenvolvimento rural vem sendo discutida por diferentes agências e agentes, governamentais ou não, que direcionam os debates para a convergência entre as questões agrícola, agrária e ambiental. Nesta abordagem, a conservação e a recomposição dos recursos naturais são consideradas tão importantes quanto a produção agrícola. No Brasil, esta perspectiva tem colocado os assentamentos de reforma agrária como espaços importantes para a implantação de projetos agropecuários baseados na sustentabilidade ambiental. O estudo de caso que desenvolvemos em um assentamento rural localizado no município de Ribeirão Preto, região Nordeste do Estado de São Paulo, revelou que a implantação de projetos desta natureza acirra os conflitos entre os diferentes agentes e expressa a fragmentação e a desarticulação das políticas públicas voltadas para os assentamentos rurais. Confrontando os diferentes discursos e práticas objetivamos compreender no que consiste a sustentabilidade ambiental para o Estado, os movimentos sociais e os trabalhadores rurais assentados.

Palavras-chave: Reforma Agrária; Assentamentos Rurais; Desenvolvimento Rural Sustentável; Agroecologia; Conflitos Socioambientais.

Abstract: *The issue of rural development has been discussed by different agencies and agents, whether governmental or otherwise, that direct their discussions towards convergence among agricultural, agrarian, and environmental issues.*

¹Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. E-mail: ze_goncalves20@yahoo.com.br.

²Professora-adjunta do PPGS – UFSCar. E-mail: scopinho@ufscar.br.

Within this approach, conservation and restoration of natural resources, and the agricultural production are all equally important. In Brazil, this perspective has placed land reform settlements as important alternatives avenues for the implementation of agricultural projects based on environmental sustainability. The case study developed in a rural community located in Ribeirão Preto city, northeast region of São Paulo State, showed that due to the nature of these projects implementation, the conflicts between different agents can be exacerbated, articulating the fragmentation and dislocation of public policies in support of rural settlements. A comparative investigation of different discourses and practices was conducted with the purpose to better understand the concepts of environmental sustainability within the State conception, along with social movements, and settled rural workers.

Keywords: *Land Reform; Rural Settlements; Sustainable Rural Development; Agroecology; Socio-Environmental Conflicts.*

Introdução

As diferentes análises empreendidas sobre o processo de modernização da agricultura brasileira, entre as quais: Ianni (1984), Delgado (1985), Szmrecsámyi (1990), Silva (1996), Assunção, Veiga (2004), evidenciam as suas consequências socioambientais: aumento do êxodo rural, o empobrecimento dos pequenos produtores, a concentração fundiária e a expansão desordenada da fronteira agrícola. Estes estudos demonstram ainda que a integração das atividades agrícolas às atividades industriais, ou seja, a chamada industrialização da agricultura não se restringiu às mudanças na base técnica, mas envolveu também profundas alterações nas relações sociais estabelecidas entre os vários agentes sociais atuantes nos espaços rurais do país.

Não obstante tais constatações, o fato é que os problemas ambientais derivados da modernização da agricultura brasileira só vieram a adquirir maior relevância na década de 1990. Assim, a partir de meados dos anos de 1990, novos elementos passaram a ser considerados na discussão sobre o desenvolvimento rural brasileiro, entre estes: a recomposição de áreas degradadas, a conservação e uso sustentável dos recursos hídricos, o controle e fiscalização na utilização de agrotóxicos, e mais recentemente, a exigência do cumprimento da legislação referente às áreas de Reserva Legal e de Preservação Permanente dos imóveis rurais.

Deste modo, além dos aspectos econômicos, técnicos e sociais do desenvolvimento rural, o debate contemporâneo busca incorporar também as questões relacionadas à sustentabilidade ambiental dos espaços rurais, estas expressas na conservação e ou recomposição dos recursos naturais degradados pelas atividades agropecuárias, sobretudo, as de caráter intensivo. Conforme aponta Almeida (1995):

É fácil perceber, através de diferentes manifestações hoje, que os termos agricultura e desenvolvimento sustentável indicam um anseio a um novo paradigma tecnológico que não agrida o meio ambiente, servindo para explicitar a insatisfação com a agricultura convencional ou *moderna* (p.46) [grifo do autor].

O modelo de desenvolvimento da agricultura na região Nordeste do Estado de São Paulo, especialmente aquele implantado a partir dos anos de 1980, configura-se como um exemplo vivo das transformações derivadas do processo de modernização da agricultura brasileira. Ao mesmo tempo em que esta região concentra uma agricultura de alto valor comercial, sobretudo, nas atividades dos complexos agroindustriais da cana-de-açúcar e da laranja, ela também vem apresentando sérios problemas, tanto no que se refere aos aspectos sociais quanto ambientais, conforme Alves (1991), Ferrante (1991), Silva (1999), Scopinho (2003), Elias (2003), entre outros. Nesta região, os impactos ambientais decorrentes das atividades agrícolas estão relacionados, principalmente, ao cultivo da cana-de-açúcar, em especial à prática da queima da palha na época da colheita³. A dinâmica do setor sucroalcooleiro lança, portanto, novos questionamentos sobre a questão do desenvolvimento socioeconômico desta importante região do país, sobretudo, se considerarmos os projetos de assentamentos de reforma agrária que nela estão sendo implantados

³O cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste paulista definiu um novo ciclo de desenvolvimento desta região e está diretamente relacionado à ampliação e consolidação do complexo agroindustrial sucroalcooleiro em que se destacam duas fases: a primeira, marcada pela criação do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL) nos anos de 1970; a segunda iniciou-se nos anos 2000 e pode ser caracterizada por apresentar crescentes investimentos de empresas transnacionais na aquisição de destilarias de álcool visando, sobretudo, a produção dos chamados biocombustíveis.

como contrapontos à agricultura empresarial⁴.

Frente a estas questões, o objetivo do presente artigo é apresentar os resultados de uma pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2010 no Assentamento Mário Lago, localizado na antiga Fazenda da Barra, município de Ribeirão Preto. Este é um assentamento do tipo Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Considerando que sustentabilidade ambiental é uma das diretrizes para a organização, social e econômica, das famílias assentadas nesta área, partimos das seguintes questões: quais são os limites e as possibilidades que se colocam no planejamento e implantação de um assentamento rural agroecológico numa região cujo modelo de desenvolvimento rural gerou miséria social e degradação ambiental? É possível realizar os princípios da agroecologia neste assentamento? Que sentidos atribuem os assentados, o Estado e o MST à questão ambiental, de maneira geral e, em particular, à agroecologia? Como esses sentidos se traduzem (ou não) em práticas concretas de conservação ambiental?

PDS: a nova face da reforma agrária em São Paulo?

Os debates sobre a problemática ambiental nos assentamentos rurais em São Paulo são relativamente recentes. Considerando-se o conjunto dos projetos de assentamentos implantados no Estado, entre os anos de 1980 e 1990, podemos afirmar que não houve, na condução desses projetos, uma forte preocupação com as questões ambientais. Até meados dos anos de 1990, as preocupações dos movimentos sociais, dos assentados, dos técnicos e dos agentes das instituições de mediação estavam mais voltadas para os conflitos, tensões e descontentamentos emergidos a partir da organização de cooperativas e associações, muitas das quais criadas como meio para viabilizar estratégias de produção e comercialização do excedente.

Não obstante esta realidade, a partir da segunda metade dos anos de 1990,

⁴As tentativas de construção de um novo modelo de produção agropecuário para esta região podem ser percebidas na implantação de projetos de assentamentos rurais de reforma agrária que vem sendo organizados desde os anos de 1980 (Ferrante, 1998; Bergamasco & Ferrante, 1995). Mais recentemente, a partir dos anos 2000, a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) tem procurado introduzir e difundir os princípios da agroecologia nos projetos de assentamentos criados e administrados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou pela Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP).

as discussões sobre as questões ambientais foram ganhando corpo no âmbito dos assentamentos de reforma agrária no território paulista. Desde modo, a partir do ano de 2000, o Estado de São Paulo também passou a ser palco da implantação de um novo tipo de assentamento rural, o chamado PDS, conhecido como assentamento agroecológico. Atualmente, existem em São Paulo 18 assentamentos rurais nesta modalidade, sendo que destes cinco encontram-se nas regiões Nordeste e Central do Estado, ou seja, em duas regiões onde predomina a atividade econômica da agroindústria canieira.

Município	Assentamento	Área/hectare	Nº famílias
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de dezembro	378,91	40
Descalvado	PDS Horto Florestal Aurora	533,36	80
Ribeirão Preto	PDS Fazenda da Barra	1.548,48	440
Serrana/Serra Azul	PDS Sepé Tiaraju	798	79
São Carlos	PDS Santa Helena	98,83	19

Quadro 1 – Assentamentos rurais do tipo PDS criados pelo INCRA nas regiões Central e Nordeste do Estado de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2008.

Fonte: Brasil (2010).

A implantação de assentamentos rurais agroecológicos está apoiada em duas diretrizes distintas, porém complementares. Por um lado, o PDS nasceu de um processo de discussão empreendido por técnicos do Ministério de Meio Ambiente (MMA), do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Centro Nacional de Populações Tradicionais, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do INCRA para atender aos interesses e anseios do governo, dos movimentos sociais e dos demandantes de terra no sentido de conciliar o assentamento humano e a preservação de áreas de interesse ambiental como a Amazônia, promovendo o desenvolvimento sustentável. Foi oficializado como modalidade de projeto de assentamento, pela portaria Incra n 477 de 04/12/1999 e a Metodologia para Implantação de PDS pela portaria Incra n.º 1032 de 20/10/2000. Em suma, o PDS é "(...) *uma modalidade de assentamento de interesse sócio-econômico-ambiental, destinado às populações que já desenvolvem ou que se disponham a desenvolver atividades de baixo impacto ambiental, baseado na aptidão da área*" (Brasil, 2000, p. 19).

Por outro lado, a organização dos assentamentos rurais agroecológicos também faz parte de uma nova perspectiva organizativa do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). De acordo com as lideranças do Movimento, esta concepção organizativa fundamenta-se na necessidade de criação de um novo modelo de desenvolvimento agrícola para o país (CONCRAB, 2000). Conforme documentos publicados pelo MST, este projeto está ancorado em seis pilares, a saber: 1) mudança da estrutura agrária; 2) mudança na organização dos camponeses; 3) mudança de modelo tecnológico; 4) fortalecimento de políticas públicas para a agricultura camponesa; 5) soberania alimentar; 6) mudança na matriz energética. Com relação ao modelo tecnológico, o Movimento entende que é necessário estabelecer, principalmente nos assentamentos rurais, algumas linhas de ação, entre elas: a conservação e recuperação do solo; a produção de sementes e mudas melhoradas pelos próprios agricultores e pela pesquisa pública; o controle natural de pragas e doenças; a diversificação de culturas; o sistema consorciado de plantio de grãos, criação de animais e reflorestamento de áreas degradadas (CONCRAB, 2000; 2004).

O esforço feito pelo Movimento para a construção desta nova matriz produtiva não se fundamenta apenas nos princípios da sustentabilidade ambiental, mas, busca aliar a esta, a questão do cooperativismo. Nesta perspectiva, a cooperação é vista enquanto prática eficaz para a adequação de tecnologias que causem menor impacto ao ambiente agrícola, além de possibilitar também o resgate dos valores e tradições camponesas (FINKLER, 2006).

No Estado de São Paulo, o MST tem procurado desenvolver experiências produtivas baseadas nestes dois princípios. Este é caso do Assentamento Mário Lago, que está localizado na antiga Fazenda da Barra, uma propriedade de 1541 hectares de terra que, até o ano de 2000, era explorada com o cultivo de cana-de-açúcar, soja e amendoim. O cultivo da cana gerou impactos ambientais significativos, tanto nas áreas agricultáveis quanto nas áreas de preservação ambiental da propriedade e este foi um dos principais motivos que levou o representante da Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto a requerer, junto ao INCRA em São Paulo, a abertura de um processo de desapropriação deste imóvel.

Tal processo teve início no ano de 2000 e foi sucedido por um intenso período de lutas lideradas pelo MST e outros agentes sociais, entre eles: as pastorais da igreja católica da Diocese de Ribeirão Preto, ONGs ambientalistas, sindicatos de trabalhadores urbanos e, sobretudo, pelas ações da Promotoria de Conflitos Fundiários e de Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Em 29 de dezembro de 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou o decreto de desapropriação da Fazenda da Barra. No entanto, a posse definitiva da propriedade foi concedida somente no ano de 2006, época em que os principais agentes envolvidos no

processo passaram a discutir as formas de implantação das diretrizes organizativas do assentamento.

Não obstante os princípios do MST e as normas estabelecidas pelo INCRA para a organização de um assentamento rural do tipo PDS, o fato é que, durante o processo de desapropriação e organização das famílias, surgiram divergências internas e outros movimentos sociais que lutam pela reforma agrária disputaram a organização política das famílias com o MST. Atualmente, 264 famílias permanecem organizadas pelo MST, constituindo o Assentamento Mário Lago; 160 famílias estão sob a bandeira do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e outras 40 famílias pertencem a um movimento denominado Índio Galdino. A opção de analisar o caso do Assentamento Mário Lago deve-se ao fato de ser o MST o movimento social do campo que mais explicitamente manifesta uma preocupação com as questões ambientais, especialmente nos assentamentos rurais de reforma agrária.

PDS Mário Lago: o desenvolvimento sustentável como um ideal de organização social, política e econômica.

Logo após a sentença judicial que lhe garantiu a posse definitiva da Fazenda da Barra, o INCRA assinou perante a Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) preliminar. Entre os compromissos assumidos pelo INCRA neste documento destacamos: a garantia de que 35% da área seria destinada à RL⁵ e que as APPs existentes na fazenda seriam recompostas. Neste documento também ficou acordado que, num prazo de 180 dias, o INCRA, o MST e os assentados assinariam um TAC definitivo que orientaria as ações de planejamento e implantação da infraestrutura necessária para que as famílias pudessem viver e produzir na área.

Este prazo não foi cumprido, pois o período compreendido entre julho de 2007 e setembro de 2008 foi marcado por novas divergências, desta vez envolvendo a direção regional do MST em Ribeirão Preto e a Superintendência do INCRA em São Paulo, que foram decisivas para o processo de organização, não apenas do Assentamento Mário Lago, mas também dos dois outros grupos

⁵A decisão de estabelecer um índice de 35% como área de reserva legal foi tomada em virtude da Fazenda da Barra estar situada sobre uma área de recarga do aquífero Guarani. Desses 35%, 20% não poderão ser explorados economicamente. Entretanto, nos 15% restante, as famílias poderão desenvolver atividades agrícolas baseadas em Sistemas Agroflorestais (SAFs).

presentes na área. Esta fase pode ser definida como um período de intensa disputa pela condução política do projeto de assentamento. A nosso ver, as divergências entre INCRA e MST expressam aquilo que Martins (2004) definiu como uma "(...) *disputa política pela forma da reforma agrária*". De acordo com este autor:

Estamos em face de uma luta pelo controle político da reforma agrária que vem sendo feita, pelo controle dos procedimentos relativos a ela, por seu resultado e por seu formato final. O que, ao fim e ao cabo, representa a consagração da reforma agrária, pelas partes em litígio, como solução do problema da pobreza rural [...] Essa luta, hoje amplamente mediada por *visões de mundo* estranhas aos protagonistas do drama agrário, não é mais estrita e substantivamente a luta social dos trabalhadores privados da terra ou em vias de sê-lo. Tornou-se substantivamente uma luta partidária dos setores médios da sociedade – sindicalistas, religiosos, agentes de pastoral, intelectuais militantes, ativistas políticos. Enfim, os setores que já se inquietam com a pobreza e as injustiças sociais, mas que nem sempre tem da luta pela terra uma visão enraizada na experiência de vida de quem da reforma agrária precisa ou uma visão a ela diretamente referida. As mediações estranhas ao problema em si tendem a multiplicar-se e a complicá-lo (p.40) [grifo nosso].

Foi, portanto, num clima de divergências políticas entre os dirigentes do MST e os representantes do INCRA/SP que as discussões sobre o TAC definitivo do Assentamento Mário Lago foram, em setembro de 2008, retomadas. Todas as reuniões para a elaboração deste TAC foram conduzidas pelo titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente de Ribeirão Preto. Logo nas primeiras audiências, as divergências vieram à tona, pois o INCRA já não considerava a Fazenda da Barra como um assentamento rural, mas como uma área em processo de regularização fundiária.

Enquanto os dirigentes do MST defendiam que era fundamental discutir todos os aspectos de organização do assentamento, o que envolvia a definição das áreas de produção coletiva e das áreas sociais, tais como escola, posto de saúde, áreas de lazer e, acima de tudo, um projeto de desenvolvimento econômico para as famílias, o INCRA direcionava as discussões para a demarcação dos lotes individuais. Quanto ao titular da Promotoria de Conflitos Fundiários e Meio Ambiente, sua posição sempre foi a de priorizar as questões ambientais, uma

vez que elas deveriam ser o alicerce do processo organizativo deste assentamento. Frente a estas diferentes perspectivas, as discussões para elaboração do TAC definitivo avançavam pouco, a cada audiência ampliavam-se as divergências, agora não só entre os técnicos do INCRA e os dirigentes do MST, mas, em muitas situações, envolviam inclusive a assessoria técnica da promotoria, que sempre enfatizava a necessidade de adequação e respeito às normas técnicas e à legislação ambiental vigente no Estado.

Ocorria que, nessas audiências, o diálogo entre os técnicos ambientais e os assentados era dificultado pelo fato de que os segundos tinham dificuldades em compreender os termos utilizados pelos primeiros, por exemplo: o que é uma RL? O que significa APP? O que difere uma área da outra? Enfim, conceitos simples, mas que nem sempre eram apreendidos da mesma forma. A falta de clareza sobre estes e outros conceitos gerou dúvidas e distanciamentos no início das discussões sobre o TAC. Outro aspecto importante é que as audiências não foram realizadas com a participação dos três movimentos sociais que naquele momento ocupavam a área da Fazenda da Barra, porque o titular da promotoria temia que antigas divergências fossem retomadas prejudicando, assim, a definição rápida do documento. Esta opção apresentou o seu limite quando se descobriu que, no mapa elaborado pelo INCRA, um dos lotes do Mário Lago estava dentro de uma área de reserva legal destinada ao MLST. Isto gerou novas divergências que só foram apaziguadas quando o representante do Ministério Público acenou com a possibilidade de encaminhar o processo organizativo do assentamento que estava sendo planejado via elaboração do TAC para uma decisão judicial.

Centralizado na elaboração do TAC, o processo organizativo do PDS Mário Lago tem sido complexo, burocrático e controlado pelos agentes governamentais. As discussões sobre a demarcação dos lotes individuais, bem como a definição das áreas de preservação ambiental (RL e APPs) foram feitas sem a participação real dos movimentos sociais presentes neste território e sem a necessária articulação entre os que, de fato, nele permanecerão tendo que equacionar o desafio de produzir com a responsabilidade de conservar. Mais grave é que o controle foi exercido sem a contrapartida da oferta prioritária de infraestrutura para os assentamentos, especialmente o abastecimento de água e tratamento de esgoto das moradias construídas pelas famílias. A falta de água, além do abastecimento das moradias, tem se colocado como um dos principais gargalos do desenvolvimento do PDS Mário Lago porque inviabiliza a produção e a sustentação das famílias.

Tomando-se a produção agrícola como uma categoria central para analisar os limites e potencialidades da agroecologia ou, mais precisamente, da chamada transição agroecológica buscamos aprofundar a investigação inicialmente proposta e assim, além dos aspectos políticos presentes no processo organizativo do PDS Mário Lago, passamos a investigar também os aspectos relacionados às condições de produção existentes neste assentamento para verificar como as decisões tomadas no âmbito da elaboração do TAC consideravam (ou não) as condições já existentes e estavam (ou não) sendo implementadas neste assentamento.

PDS Mário Lago: limites e possibilidades da agricultura ecológica

De acordo com Caporal e Costabeber (2004), a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural deve, necessariamente, considerar as seis dimensões da sustentabilidade ambiental, a saber: ecológica, social, econômica, cultural, política e ética. Cientes desta ressalva e tendo como campo empírico o PDS Mário Lago, apresentaremos alguns aspectos relevantes na perspectiva daquilo que estes mesmos autores definem como sendo uma agricultura sustentável, isto é, aquela agricultura que "*[...] reconhece a natureza sistêmica da produção de alimentos, forragens e fibras, buscando tratar com igualdades questões tais como: equilíbrio ambiental, justiça social e viabilidade econômica*" (BRASIL, 2008a, p.22)⁶.

⁶Na segunda etapa da pesquisa de campo nos dedicamos à investigação dos seguintes aspectos: infraestrutura do assentamento; forma de organização do trabalho; acesso a créditos para custeio da produção; disponibilidade de assistência técnica; base técnica utilizada pelos assentados e os canais de comercialização da produção.

QUADRO DE ÁREAS		
CLASSE	ÁREA (ha)	VALOR %
Reserva Legal - RL 01	31.6325	2.05
Reserva Legal - RL 02	33.1439	2.15
Reserva Legal - RL 03	0.9614	0.06
Reserva Legal - RL 04	3.9752	0.26
Reserva Legal - RL 05	5.1073	0.33
Reserva Legal - RL 06	12.0769	0.78
Reserva Legal - RL 07	1.7867	0.12
Reserva Legal - RL 08	16.0343	1.04
Reserva Legal - RL 09	6.8250	0.44
Reserva Legal - RL 10	53.3437	3.46
Reserva Legal - RL 11	10.5542	0.68
Reserva Legal - RL 12	72.1928	4.68
Reserva Legal - RL 13	10.3770	0.67
Reserva Legal - RL 14	11.6956	0.76
Reserva Legal - RL 15	25.6766	1.67
Reserva Legal - RL 16	14.1846	0.92
Reserva Legal - RL 17	1.8319	0.12
Reserva Legal - RL 18	5.7834	0.38
Reserva Legal - RL 19	9.4047	0.61
Reserva Legal - RL 20	12.6413	0.82
Reserva Legal - RL 21	5.0058	0.32
Reserva Legal - RL 22	3.7737	0.24
Reserva Legal - RL 23	10.7610	0.70
Reserva Legal - RL 24	2.3636	0.15
Reserva Legal - RL 25	13.3352	0.87
Reserva Legal - RL 26	2.9463	0.19
Reserva Legal - RL 27	53.6079	3.48
Reserva Legal - RL 28	0.3157	0.02
Reserva Legal - RL 29	1.4335	0.09
Reserva Legal - RL 30	3.9841	0.26
Reserva Legal - RL 31	7.1854	0.47
Reserva Legal - RL 32	5.4497	0.35
Reserva Legal - RL 33	2.3145	0.15
Reserva Legal - RL 34	1.6470	0.11
Reserva Legal - RL 35	0.9157	0.06
Reserva Legal - RL 36	5.5728	0.36
Reserva Legal - RL 37	9.7703	0.63
Reserva Legal - RL 38	12.6817	0.82
Reserva Legal - RL 39	14.3119	0.93
Reserva Legal - RL 40	42.9017	2.78
TOTAL DE RESERVA LEGAL	539.5065	35.00
APP	99.9436	6.49
VARZEA	43.6818	2.83
LINHÕES	61.2727	3.98
ESTRADAS	60.5939	3.69
ÁREA DE LOTES	740.0695	48.01
TOTAL	1541.3402	100%

Figura 1 – Quadro de áreas da Fazenda da Barra elaborado pelo INCRA/SP no ano de 2009.

Fonte: INCRA, 2009.

Analisando o quadro de áreas acima conclui-se que, de um total de 1.541,3402 hectares da antiga Fazenda da Barra, apenas 740.065 formam as áreas para produção, ou seja, somente 48,01% das terras estão disponíveis para as famílias produzirem em lotes individuais. Dividindo-se esta porção de terra entre as 464 famílias que o INCRA considera como assentadas neste território, tem-se como resultado 1,594 hectares que corresponde ao tamanho médio de cada lote.

Foi neste pedaço de chão que encontramos homens e mulheres produzindo uma dúzia de produtos agrícolas, tais como: milho, feijão, abóbora, berinjela, quiabo, jiló, arroz, diversos tipos de hortaliça, mamão, banana, caxi, maxixe, mandioca e batata doce; também criavam pequenos animais, entre eles: porcos, cabritos, frangos de corte e galinhas poedeiras. Parte dos produtos cultivados e dos animais criados era consumida na dieta das próprias famílias e o restante era comercializado na cidade de Ribeirão Preto, especialmente, nos bairros próximos ao assentamento.

A partir de um grupo de famílias que vinha comercializando parte da sua produção por meio de uma cooperativa criada na área quatro do PDS Mário Lago⁷, pudemos constatar que, embora pouco diversificada, a produção desenvolvida por estas famílias na safra 2009/2010 era significativa. Com estas famílias, realizamos entrevistas semiestruturadas onde foi possível perceber que algumas delas se encontravam diante de um grave problema para produzir em seus respectivos lotes: a falta de água para irrigação.

Ainda que a produtividade agrícola nas pequenas propriedades esteja sempre relacionada à força de trabalho disponível, a irrigação artificial é um elemento primordial, pois, sem ela, o cultivo de vários produtos alimentícios fica restrito ao período das

⁷Esta cooperativa foi fundada em junho de 2009 pelos próprios assentados que decidiram nomeá-la de COOPERARES (Cooperativa dos Produtores Rurais de Agrobiodiversidade Ares do Campo). Um dos objetivos da COOPERARES era estabelecer canais de comercialização entre os assentados e as instituições públicas e privadas atuantes na região de Ribeirão Preto. Neste sentido, em março de 2010, a cooperativa firmou um contrato com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que consiste na compra antecipada da produção agrícola realizada por agricultores familiares e que é destinada aos bancos de alimentos dos municípios brasileiros. Em Ribeirão Preto, o banco de alimentos é coordenado pela prefeitura municipal que dispõe de pessoal e equipamentos adequados para o armazenamento e distribuição dos produtos às entidades assistenciais da cidade.

chuvas. De acordo com a Superintendência do INCRA, a questão do acesso a água é um problema estrutural que afeta o desenvolvimento de muitos assentamentos no Estado de São Paulo. No entanto, nos assentamentos da antiga Fazenda da Barra, está questão é mais grave ainda, pois a captação de água nesta área tem que ser realizada com cautela e seguindo os padrões técnicos específicos para não causar contaminação, tanto dos recursos hídricos superficiais quanto subterrâneos. Do ponto de vista dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (OEMAs) que atuam na região de Ribeirão Preto, esta é uma questão fundamental e terá que ser sempre considerada nos projetos de desenvolvimento dos assentamentos existentes neste território. Curioso é que esta mesma preocupação nem sempre se estende aos demais projetos empresariais em andamento na mesma região como, por exemplo, a criação de usinas-destilarias e outras empresas de grande porte.

Às dificuldades de acesso à água, somavam-se outras duas questões: a da liberação de créditos para custeio da produção e a disponibilidade de assistência técnica, dois elementos importantes para a o desenvolvimento produtivo dos assentamentos de reforma agrária. No que se refere aos créditos, cabe ressaltar que, assim que o INCRA retomou o processo de organização do PDS Mário Lago, as famílias tiveram acesso ao chamado Apoio Inicial no valor de R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais); como a demarcação dos lotes individuais não ocorreu no tempo previsto, o INCRA liberou um Apoio adicional no mesmo valor⁸.

De acordo com alguns assentados, parte destes recursos foi utilizada no pagamento de serviço de aração e gradeamento de terra; algumas famílias também adquiriram materiais básicos, tais como arame, tela, palanques, reservatórios d'água e ferramentas de uso diário no campo; o restante foi consumido na compra de alimentos num estabelecimento comercial próximo ao assentamento. Com relação à assistência técnica, todos os entrevistados afirmaram que não haviam ainda recebido este tipo de serviço, no entanto, como expressa o depoimento seguinte, a percepção dos assentados sobre a importância de se ter um acompanhamento técnico era bastante evidente.

⁸O Apoio Inicial e o Adicional são recursos disponibilizadas pelo governo federal aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; ambos fazem parte do chamado Crédito Instalação. Conforme a Instrução Normativa Nº 50 publicada pelo INCRA em 22 de Dezembro de 2008, os assentados contam ainda com as seguintes possibilidades de Crédito Instalação: Apoio Mulher; Aquisição de Materiais de Construção; Fomento; Semi-Árido; Recuperação/ Materiais de construção; Reabilitação de Crédito de Produção.

Se o INCRA não colocar um acompanhamento técnico para orientar a turma a plantar e a cuidar, em dez anos todos estarão falidos. Isto é uma questão séria, porque como eu falei: para alguns, isso aqui foi o fundo do poço, a última porta que se abriu. Não estou falando de mim porque se um dia eu sair daqui eu tenho como me virar, eu tenho uma profissão, eu consigo me manter, eu falo de outros né, por falta de conhecimento mesmo, porque eu sai da roça e estou voltando para roça, agora tem gente que não veio da roça. Ele não tem a noção, ele não sabe que se ele plantar um pé de feijão são noventa dias para ele colher aquele feijão (Assentado do PDS Mário Lago).

Na ausência de um programa de assistência técnica, alguns assentados demonstravam disposição e meios para obter informações sobre como cultivar certos produtos:

Às vezes eu vou na casa da minha mãe, fico horas no computador e mando e-mail para a EMBRAPA, entro no site deles, procuro coisas. Mas, sei lá, falta um acompanhamento mais de perto [...]

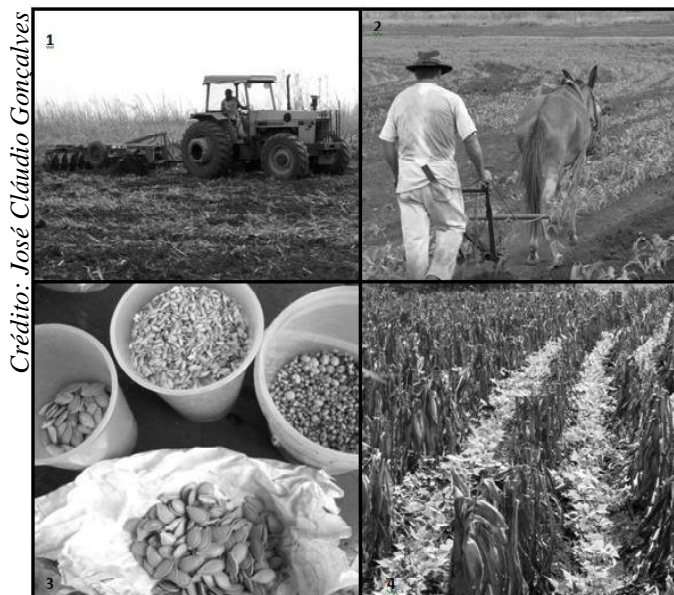
Os depoimentos acima revelam que, após a demarcação dos lotes, se ampliou o processo de individualização entre os assentados do PDS Mário Lago, pois, nesta época, muitos buscavam alternativas próprias; outros tentavam, a partir dos núcleos familiares, encontrar as soluções mais adequadas para os seus problemas.

Quanto à base técnica, podemos afirmar que, até início do ano de 2010, era pequeno o número de assentados que dispunham de máquinas e implementos agrícolas, tais como tratores, arados, grades, plantadeiras e roçadeiras. Considerando a pequena dimensão dos lotes individuais, alguns assentados faziam uso da tração animal e de plantadeiras manuais. Outro aspecto importante no conjunto das técnicas criadas e ou reproduzidas por algumas famílias era a da criação de um banco doméstico de sementes. Muitas famílias reservavam parte dos produtos cultivados para deles retirarem sementes que eram replantadas nas safras seguintes.

Este ano eu tirei semente daqui mesmo, tirei semente de abóbora; o quiabo é semente de lá de baixo de onde eu morava [outro lote] eu só comprei as mudas de jiló e berinjela, comprei ali na Pedra Branca. Foi só isso que eu comprei esse ano, o resto foi tudo semente que eu tirei (Assentado do PDS Mário Lago).

Tudo o que eu ia produzindo eu tirava semente. Eu consegui colher semente de maxixe em quantidade que tava para plantar um lote inteiro, mas eu não posso plantar porque eu não tenho água; eu colhi semente de abóbora de tudo quanto é tipo, eu colhi e guardei, mas eu vou plantar como, você entendeu? (Assentada do PDS Mário Lago).

As fotografias abaixo expostas ilustram a disponibilidade de recursos técnicos, bem como as formas de provisão de sementes e a técnica de consórcio de culturas, no caso, o feijão com milho.



Crédito: José Cláudio Gonçalves

Foto 1 – Gradeamento de uma área para cultivo de milho (Núcleo Dom Helder, área 3)./**Foto 2** – Assentado trabalhando com tração animal (Núcleo Dandara, área 1)./**Foto 3** – Amostras de sementes coletadas por uma assentada (Núcleo Antonio Conselheiro, área 2)./**Foto 4** – Plantio de milho em consórcio com feijão (Núcleo Terra Sem Males, área 1).

Fonte: caderno de campo, 2009 e 2010.

Outras duas questões importantes na análise a respeito da produção agrícola desenvolvida por este grupo de famílias estão relacionadas à fertilidade do solo e ao entorno do PDS Mário Lago. Como já evidenciamos, durante muitos anos, as atividades agrícolas realizadas na Fazenda da Barra estiveram reduzidas aos cultivos de cana-de-açúcar, soja e amendoim. Como se sabe, o cultivo destes

produtos demanda uma utilização significativa de adubos e fertilizantes sintéticos. O uso destes produtos tornou o solo de algumas áreas muito ácido e isto, atualmente, prejudica o desenvolvimento de certas culturas. Interrogados sobre as perdas e outras dificuldades de produção, muitos trabalhadores revelaram a necessidade e o desejo de corrigir o solo dos seus lotes.

A partir do ano que vem, se Deus me ajudar, eu vou comprar calcário para jogar ai. Vou comprar também o adubo orgânico para poder ajudar, porque se a terra for boa você não pode deixar ela enfraquecer. Você tem sempre que ajudar, porque se você deixar ela enfraquecer até você recuperar de novo, ai fica caro para você meu filho, fica caro para você. Então, todo ano você tem que jogar um pouco de calcário para ajudar, certo? (Assentado do PDS Mário Lago)

Além dos problemas derivados da acidez do solo, há também a questão do entorno do assentamento, pois, praticamente, todas as propriedades vizinhas cultivam cana-de-açúcar, onde a utilização de defensivos químicos interfere na produção realizada por algumas famílias, especialmente, daquelas que cultivam próximo as divisas. Um assentado sintetizou este problema da seguinte forma:

O projeto que todo mundo está visando é ambiental, é ecológico, mas se você não estiver afinado, antenado com as coisas que estão fazendo não vai funcionar. Porque se você planta aqui, vamos supor aqui nesse assentamento é tudo ecológico, tudo natural, sem defensivo químico, sem veneno, sem nada, mas os vizinhos de fora estão passando veneno, isso vai prejudicar aqui dentro também (Assentado do PDS Mário Lago).

Questionados sobre as diretrizes ambientais do PDS Mário Lago, entre elas, a proibição ao uso de fertilizantes e adubos químicos, a maioria dos assentados, demonstrou interesse e concordância com tais diretrizes, pois, segundo eles, existem alternativas aos agroquímicos. Novamente, recorreremos ao depoimento de uma assentada que tanto indica as dificuldades quanto as alternativas criadas por ela para minimizar os problemas derivados da perda da fertilidade do solo, bem como, das pragas encontradas em alguns de seus cultivos:

Esta dando bicho, a gente pega aquelas abóboras enormes assim e, por baixo, sai o caldo. É uma lagarta que faz isso, mas nós vamos calcariar, tem

que por o calcário e tem que ter um esterco bom. Porque se a terra está bem estercada, a abóbora vem com força sabe? Aí esses bichinhos aí pode dar em uma ou duas, mas, não dá em tudo. Então, se Deus quiser, com esses oitocentos reais que o governo vai soltar o projeto é por o calcário para ver se melhora um pouco a terra (Assentada do PDS Mário Lago).

Mesmo perdendo parte da produção para as lagartas e outras pragas, os assentados demonstravam confiança no desenvolvimento de uma produção agrícola baseada na sustentabilidade ambiental. Diante desta perspectiva, interrogamos alguns assentados, em especial, aqueles que vinham desenvolvendo uma maior variedade de cultivos. A investigação a respeito desta questão revelou que as estratégias empreendidas por eles para conseguir uma melhor produtividade eram bastante diferenciadas, sendo que muito do sucesso obtido estava relacionado aos conhecimentos trazidos por eles próprios, ou seja, ao saber fazer agrícola destes trabalhadores e trabalhadoras. Observemos mais alguns depoimentos:

Quando eu faço uma cova de abóbora em ponho com esterco da galinha, preparo ele, misturo com a terra e coloco um pouco de cinza para não dar bicho. Já planto aquela cova preparada (Assentada do PDS Mário Lago).

Eu estou fazendo com mamona, com santa bárbara, é um negócio que tem dado um resultado muito bom [...] o MST passou um papel e nós tiramos uma base, a gente vai fazendo o teste e vai dando certo, o próprio produto orgânico mata o bicho, elimina, entendeu? (Assentado do PDS Mário Lago).

A falta do agrotóxico não é problema porque a vida toda nós fomos criados produzindo sem agrotóxico, sem veneno, sem adubo e viemos para o Movimento e ele tem essa característica do antepassado. Então, não deu diferença, bateu uma coisa com a outra, bateu exatamente uma coisa com a outra, porque aqui não pode usar o veneno, não pode usar adubo; a única coisa que nós temos que usar é o orgânico é com isso que nós temos que produzir. Então, você tem que ir catando a folha de banana, a folha do guandu. Você vê ai tudo forado com esta palha, a gente aproveita tudo o orgânico para ver se ajuda a terra (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro aspecto importante com relação ao conhecimento apresentado pelos assentados diz respeito à forma de organizar o lote, isto é, ainda que não

estivessem desenvolvendo plenamente seus projetos de produção, muitos demonstravam já ter em mente um plano, um desenho de como proceder a exploração do lote. Nas palavras de uma assentada:

Num espaço pequeno você tem que ter várias coisinhas para você tirar um pouquinho aqui, um pouquinho ali e fazer um monte. Assim, quando não tem uma coisa tem outra. Aqui não dá para plantar só dois ou três produtos, tem que ter diversificação (Assentada do PDS Mário Lago).

As condições de produção existentes no PDS Mário Lago até a safra 2009/2010 refletiam, diretamente, sobre as formas de organização do trabalho, pois, na impossibilidade de desenvolver, plenamente, seus lotes, muitos trabalhadores e trabalhadoras recorriam às atividades laborais externas ao assentamento; os homens na construção civil e as mulheres em atividades domésticas na cidade de Ribeirão Preto. Os recursos obtidos com o trabalho não agrícola destinavam-se, segundo alguns depoimentos, apenas a obtenção dos produtos necessários a reprodução da família. Questionada sobre este tipo de atividade, uma assentada assim se manifestou:

Tem que fazer trabalho fora, por enquanto tem, só quem mora na beira da água é que pode falar que sobrevive só daqui. Meu marido faz bico, ele não trabalha assim registrado nem nada porque ele saiu por causa daqui né. Ele faz bico de pedreiro, tem que fazer senão passa necessidade mesmo, então ele faz bico. A colheita da CONAB eu faço (Assentada do PDS Mário Lago).

O depoimento desta assentada é fundamental, pois, ele não apenas denuncia a falta de infraestrutura existente no assentamento, como também revela as estratégias empreendidas pelas famílias para mitigarem as suas dificuldades. Tal situação permite inferir que a organização do trabalho dependia das condições particulares de cada família. Assim, havia casos em que os assentados dedicavam-se, em tempo integral, às atividades agrícolas no interior do assentamento; em outros, o trabalho agrícola era combinado com atividades não agrícolas na área urbana.

Um segundo aspecto determinante na forma de organização do trabalho agrícola era a composição de cada família. No geral, eram famílias pequenas formadas apenas pelo casal e mais um ou dois filhos menores. Havia também alguns assentados que moravam e trabalham sozinhos em seus lotes. O

depoimento de um trabalhador, de 67 anos e viúvo, permite compreender um pouco melhor esta particularidade:

Eu nunca tinha trabalhado numa área tão pequena assim, então, eu estou tocando o meu lote e o da minha cunhada porque ela é sozinha. Tem também o da [...] que ela é sozinha e os filhos não se interessam. Então, dá para você tocar e sobreviver, mas é uma experiência diferente, é diferente, muito diferente (Assentado do PDS Mário Lago) [grifo nosso].

Outro elemento de suma importante no modo de organização do trabalho das famílias Sem-Terra é a questão da cooperação. Na fase de acampamento, a cooperação é indispensável para a própria sobrevivência destes trabalhadores, traduzindo-se em companheirismo, ajuda mútua para construção dos barracos, manutenção da segurança e também dos aspectos relativos à alimentação do grupo. Contudo, após a conquista da terra, alguns destes princípios são desfeitos e o que se verifica é uma ampliação no grau de individualismo e de conflito entre algumas famílias. Nesta fase, também é comum que as formas de cooperação baseada nas relações de afinidade e solidariedade entre os assentados sejam substituídas pelo chamado cooperativismo institucionalizado, isto é, a criação de associações e cooperativas que buscam solucionar apenas os problemas de ordem econômica.

Pensada a partir da dicotomia acampamento-assentamento, cabe destacar que, no PDS Mário Lago, a cooperação tradicional também retraiu depois que os lotes individuais foram demarcados. Vejamos alguns depoimentos a respeito da desestruturação dos princípios de cooperação tradicional:

Praticamente aqui nada que você faz no coletivo dá certo, porque tem sempre um mais esperto. Então, cada um cuida do seu, a não ser que você tenha o dinheiro para pagar um companheiro aqui para ele vir te ajudar né, porque ninguém mais trabalha no coletivo. Se você precisa da ajuda de um companheiro você tem que pagar o dia dele. Nós estamos lutando para voltar a união, mas está difícil (Assentada do PDS Mário Lago).

Rapaz isso ai é complicado, porque nessa luta nossa isso é o que mais se fala né; fala nessa política do companheirismo que é o coletivo, mas é complicado demais, é complicado. Antigamente não tinha essa dificuldade de coletividade, hoje você não consegue fazer mais isso (Assentado do PDS Mário Lago).

Voltando à questão da produção agrícola, podemos refletir ainda sobre duas outras questões: a da comercialização do excedente produzido e a prática do autoconsumo. A comercialização formal era feita, basicamente, através de dois projetos inscritos no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Com relação à comercialização informal, esta era realizada através de diversos meios: venda direta ao consumidor (porta a porta), comércio fixo em determinados pontos localizados nos bairros próximos ao assentamento, entrega a atravessadores e venda de certos produtos sob encomenda.

Estas duas modalidades de comercialização – formal e informal – apresentavam pontos positivos e negativos. Para alguns assentados, a venda direta era tida como a melhor alternativa, uma vez que a mesma resultava numa melhor remuneração:

Vender na rua é um bom negócio, na rua a gente ganha mais, vender quiabo e jiló é bom negócio, mandioca também é bom negócio, o que é ruim para negócio na rua é abóbora, abóbora de árvore não é um bom negócio não [...] vendendo na rua, 5 dias por semana, dá para ganhar uns duzentos e cinquenta reais (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro assentado que comercializava nos dois sistemas apontou as vantagens e desvantagens presentes em ambas as formas:

Então hoje a gente está contente porque nós temos a CONAB aqui e nós entregamos na porta, mas uma coisa que não dá para entender é o preço, é muito barato. Você vê a mandioca, por exemplo, é 50 centavos o quilo, aí você desconta 20% da cooperativa e ela sai por 40 centavos, não tem jeito de você vender (Assentado do PDS Mário Lago).

No que se refere ao autoconsumo, é necessário considerarmos que para muitos assentados, o assentamento é um espaço que não se reduz a lógica do mercado, pois, ao adquirirem o direito de uso da terra, estes homens e mulheres passaram a reviver experiências pretéritas, muitas das quais vividas ainda na infância e adolescência. Estas experiências estão relacionadas, entre outros aspectos, a dieta alimentar destes sujeitos e ao modo como tal dieta era suprida no passado. Analisemos a fala de um assentado sobre o prazer da sua mãe e o dele próprio em viver no assentamento.

Igual esse milho seco aí, esse milho seco aí é o seguinte: depois que eu fechar aqui eu vou comprar uma porca para mim e vou comprar umas galinhas, porque minha mãe gosta de roça, mas tem que ter as galinhas dela. Ela gosta de uma galinha caipira porque ela é mulher de roça, você entendeu? E a melhor coisa do mundo é que ela levanta cedo e vai debulhar o milho para tratar das galinhas dela, ela não é fácil não [...] Eu vou falar uma coisa para você, eu gosto de morar na roça e gosto de plantar minhas coisinhas, você entendeu? Eu gosto de ter as minhas coisinhas, eu gosto, eu adoro. A coisa mais bonita do mundo, igual tá aquela moita de quiabo ali oh, é você plantar e todo dia cedo você levantar e ver ela. É coisa bonita, rapaz! (Assentado do PDS Mário Lago).

Outro assentado, do mesmo núcleo de famílias, nos afirmou que ele também fazia uso dos produtos cultivados em seu lote, bem como, doava parte deles para os seus amigos e familiares. A doação de alimentos pode ser entendida como uma demonstração de apreço destes sujeitos por pessoas que fazem parte do seu convívio ou por aquelas que, simplesmente, chegam para uma visita.

Eu consumo também, fora o que eu dou para os amigos. Aqui não tem esse negócio de miséria. Tudo o que planto vem porque é de coração. Eu comecei aqui com oito galinhas e um galo e hoje eu tenho mais de cem galinhas (Assentado do PDS Mário Lago).

As atuais formas de produção desenvolvidas pelos assentados do PDS Mário Lago, não devem, portanto, ser analisadas somente por critérios econômicos, pois elas, de fato, estão relacionadas aos costumes, as trajetórias, as dietas alimentares destes sujeitos, enfim, a um modo de vida e de produção que, de fato, foi desestruturado pelo processo de modernização da agricultura brasileira (NORDER, 2004). Todavia, é preciso considerar se este modo de vida, esta forma de se relacionar com a natureza e de desenvolver atividades agrícolas apresenta potencialidades para se pensar novas formas de uso da terra nesta região do Estado.

Considerações finais

Tomada em sua dimensão política, a organização de assentamentos rurais agroecológicos faz emergir diferentes interpretações acerca da relação entre produção agrícola e conservação ambiental. De modo geral, tais interpretações

estão centradas no conceito de desenvolvimento sustentável, todavia, as concepções de sustentabilidade ambiental dos atores envolvidos são divergentes e isto gera conflitos durante a elaboração e implantação dos projetos de desenvolvimento dos assentamentos rurais. Isto se mostrou evidente durante as audiências de discussão e elaboração do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) definitivo do PDS Mário Lago. A respeito deste documento, cabe salientar que o mesmo pode tornar-se letra morta, ou seja, um instrumento meramente normativo, pois ao privilegiar a dimensão ambiental, o TAC não consegue articular a questão ambiental com o desenvolvimento econômico e social das famílias assentadas.

Em síntese, o estudo de caso realizado a partir do processo de desapropriação da Fazenda da Barra em Ribeirão Preto e sua posterior transformação em assentamentos rurais do tipo agroecológico revela que os impactos ambientais gerados pela atividade canavieira tende a fortalecer a ação dos agentes que lutam, tanto a favor da redistribuição quanto da ressignificação do uso da terra no território paulista. Entretanto, é importante salientar também que a potencialidade da questão ambiental não permanece a mesma ao longo de todas as etapas de organização dos assentamentos. Em outras palavras, a dimensão ambiental apresenta-se como forte aliada no processo de desapropriação das propriedades cuja exploração econômica seja ambientalmente insustentável, no entanto, na fase de desenvolvimento produtivo dos territórios reformados a mesma perde força, tornando-se, em muitas ocasiões, mero discurso de um ou outro agente. Esta particularidade dificulta a realização de uma reforma agrária progressista, isto é, de uma reforma agrária que seja sinônimo de justiça social, desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Referências

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável. In: **Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. UFRGS; EMBRAPA, EMATER, Porto Alegre: setembro, 1995.

ALVES, F. J. da C. **Modernização e sindicalismo**: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região de Ribeirão Preto. 347 p. Tese (doutorado em Economia), UNICAMP, Campinas, 1991.

ASSUNÇÃO, R; VEIGA, J, E, R. Terra circunscrita, In: CALZAVARA, O;

LIMA, R. O (org.), **Brasil rural contemporâneo**. Londrina: EDUEL, 2004.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; FERRANTE, V. L. S. B. (coord.). **Censo de assentamentos rurais do Estado de São Paulo**, Araraquara: FUNDUNESP; CNPq; FINEP, 1995.

BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Agrário – INCRA. **Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS**. Brasília: MDA, 2000. 50p.

____ **Instrução normatiza n.º 50**, publicado no DOU em 24/dezembro/2008.

____ **PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**, MDA; SAF; DATER, 2008.

CALZAVARA, O; LIMA, R. O (org.) **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**, Londrina, EDUEL, 2004.

CAPORAL, F. R., COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA; SAF; DATER-IICA, 2004. 24p.

CONCRAB. **Novas formas de assentamentos de reforma agrária: a experiência da Comuna da Terra**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 15, Brasília: Editora Distrital, 2000.

____ **O que levar em conta para a organização do assentamento: a discussão no acampamento**. Caderno de Cooperação Agrícola n.º 10, São Paulo: CONCRAB, 2004.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

ELIAS, D. **Globalização e agricultura: a região de Ribeirão Preto-SP**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

FERRANTE, V. L. S. B. **A chama verde dos canaviais: uma história de lutas**

dos boias-frias. Araraquara. 524p. Tese de livre docência em Sociologia, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 1991.

_____ **No reino da modernização:** o que os números da reforma agrária (não) revelam. In: MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C.; SCHIMIDT, B. V. (orgs). Os assentamentos de Reforma Agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

FINKLER, C. N. *et al.* **Agroecologia:** a organização camponesa reconstruindo o sustento da vida e a transformação da sociedade. In: 5.º Encontro Estadual de Agroecologia, Cascavel/PR: junho de 2006.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

MARTINS, J. S. **Reforma agrária:** o impossível diálogo, São Paulo: EDUSP, 2004.

NORDER, L, A, C. **Políticas de assentamento e localidade:** os desafios da reconstrução do trabalho rural no Brasil, 2004.

SCOPINHO, R. A. **Vigiando a vigilância:** saúde e segurança no trabalho em tempos de qualidade total. São Paulo: Editora Annablume; FAPESP, 2003.

SILVA J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, São Paulo: UNICAMP; IE, 1996.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

_____ FERRANTE, V. L. S. B. Roupas novas para um velho sonho: assentamentos de trabalhadores rurais e reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, v.1, n.3, p.32-40, out/dez. 1987.

SZMRECSÁNYI, T. **Pequena história da agricultura no Brasil:** do escravismo ao trabalho livre, estrutura agrária e relações de trabalho, para onde vai a agroindústria. São Paulo: Contexto, 1990.

O CAMPO-CIDADE-CAMPO REPRESENTADO NO ASSENTAMENTO DOM TOMÁS BALDUÍNO

Táisa Marotta Brosler¹

Sonia Maria Pessoa Pereira Bergamasco²

Resumo: A trajetória da modernização agrícola, implantada nas regiões rurais do Brasil por diferentes formas de expulsão e expropriação dos que tinham a sua morada e o seu viver, traz a todo momento a identificação de um sujeito comum. Este apresenta na identidade a marca de quem vivenciou o meio rural, mas com a ruptura da migração para o urbano, condição imposta na qual os contextos sociais e culturais tiveram que ser repensados e reestruturados frente a uma realidade pré-existente com suas regras determinadas. A vivência no urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho, marcada por instabilidade e precariedade de um desenvolvimento industrial acelerado que não supre as necessidades do povo que migra para buscar emprego neste setor. Com isso, depara-se com a realidade do Assentamento de Reforma Agrária Dom Tomás Balduino, caracterizado por "acolher" pessoas que se encontravam nas ruas da Grande São Paulo, localizado numa região considerada zona periurbana (Franco da Rocha – SP). O trabalho realizado, nos anos 2006/2007, por meio de entrevistas individuais nos lotes do assentamento, teve como intuito verificar as condições e os conhecimentos referentes ao cultivo da terra, como o assentado se relacionava e trabalhava com a agricultura, sendo seu meio de subsistência. Assim, a reflexão aqui apresentada diz respeito ao indivíduo como sujeito assentado, nas suas diversas identidades em formação, nas fases vividas antes, durante, e após tornar-se parte de um Assentamento.

¹Mestranda em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável, Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, taisamb@terra.com.br.

²Professora Titular da Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, sonia@feagri.unicamp.br.

Palavras-chave: Identidade; Migração; Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais.

Abstract: *The trajectory of agricultural modernization and the implementation process in rural regions in Brazil through different forms of expropriation and expulsion of many agricultural workers, who, as consequence, have lost their homes and their livelihoods, depicts these people, at every moment, as common people. They are defined through their rural identities, but there is also evidence of disruption due to the migration to urban areas, subject to the conditions imposed by a pre-existing reality and its particular rules, indicating that the social and cultural contexts needed to be rethought and restructured. People living in urban areas may face specific challenges and they need to be persistent in their own job searching, which is marked by employment instability and precariousness, as a consequence of the accelerated development of industrial sector that does not meet the needs of the people who migrated to seek employment within this sector. Therefore, confront the reality of Dom Tomás Baldwin Settlement of Agrarian Reform, located in the surrounding area, in Franco da Rocha town (SP), which is embedded within a system characterized by housing homeless that were on the streets of São Paulo metropolitan areas. The work was carried out in 2006 and 2007, through individual interviews at settlement plots, with the aim of verifying conditions and knowledge regarding land cultivation, how settlers used land, as well as the methods they adopted to grow food to ensure their livelihood security. Thus, the interpretation offered here depicts the citizen as a settled worker, identified by the various influences on the process of identity construction, including the stages experienced before, during, and after becoming an integral part of the community within a rural settlement.*

Keywords: *Identity; Migration; Family Agriculture; Rural Settlements.*

Introdução

Este estudo se diferencia de outros tantos pelo fato de representar, não só a luta por terra para aqueles que dela foram "expulsos", mas para aqueles que foram "expulsos" também do urbano, não havendo mais para onde fugir, na busca de um lugar onde encontrassem o mínimo para a reprodução de sua família. Seus antepassados saíram do rural e eles saíram do urbano. Que "zona" mais surgiria no mundo de hoje para abarcar esta classe de desprovidos? Estes estavam em nenhum lugar, cada noite em uma rua, com um nome diferente, provavelmente

de algum "ex qualquer coisa" e que para ele não fez nada, não significa nada, apenas mais um nome como o dele que não está em nenhuma conta de luz, de água. Não há o lar, seu lar.

Buscam então na memória o refúgio de um lugar que provia o sustento de sua família, que seu pai conquistara com trabalhos diários na terra, onde algo havia para comer, um teto para viver e um sonho para sonhar.

Estes são os novos Sem-terras, esta é a sua denominação, são sem-tetos, sem-empregos, sem-moradas, sem-mais-nada. Um grupo novo que constitui a luta pela terra, novo na sua concepção de vivência no urbano, mas que traz a velha bandeira de luta, pois são resultantes de um êxodo passado que traz no presente a consequência de um modelo de modernização "trágica", Silva (1999), e "dolorosa", Silva (1982). Pessoas de baixa renda que foram "expulsas" do rural e que encontram no urbano situações de extrema pobreza; sujeitos que são identificados a todo momento durante a trajetória da modernização agrícola, a qual foi implantada nas regiões rurais do país de diferentes formas, de expulsão e expropriação dos que lá tinham a sua morada e o seu viver, além das diversas modificações nas relações de trabalho.

Essa é a realidade do Assentamento Dom Tomás Balduino, caracterizado por "acolher" pessoas que se encontravam nas ruas da Grande São Paulo e localizado numa região considerada zona periurbana.

O trabalho realizado, nos anos 2006/2007³, teve como intuito verificar as condições e os conhecimentos referentes ao cultivo da terra. Para isso efetuou-se um levantamento de questões necessárias para o entendimento do modo em que o assentado se relaciona e trabalha com a terra.

Assim, pretende-se, com o estudo, mostrar o indivíduo como sujeito assentado, nas suas diversas identidades em formação, nas fases vividas antes, durante e após tornar-se assentado. Pensa-se no indivíduo que se apresenta para a sociedade como constituinte de um grupo, tendo o seu valor cultural e social representado pelo coletivo, levando a outras instâncias o seu passado de filho de migrante; no ser "migrante" e na busca por retornar ao campo quando a cidade não mais responde às suas necessidades e aspirações.

O Assentamento Dom Tomás Balduino

O Assentamento Dom Tomás Balduino localiza-se no município de Franco

³Financiada por Pibic/CNPq.

da Rocha, Região Metropolitana de São Paulo. Foi reconhecido em 2002, pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com o aproveitamento de 920,5 ha pertencentes à Fazenda São Roque⁴, ficando sob responsabilidade do ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) e nele foram assentadas 53 famílias.

O modelo deste assentamento está dentro de uma tentativa do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de organizar assentamentos em áreas próximas a cidades, com o objetivo de assentar trabalhadores urbanos que já foram agricultores ou que poderiam vir a ser. Esta experiência, segundo Merlino (2007), denominada Comuna da Terra, foi idealizada em 2000 por Delwek Matheus, da Direção Nacional do MST.

O início da luta pela terra derivou da união da Fraternidade Povo de Rua⁵ com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), oriunda da percepção dos problemas de desemprego nos grandes centros urbanos.

Segundo a proposta de parcelamento feita pelo ITESP, as áreas consideradas aptas para o cultivo foram divididas em três núcleos (Vermelho, Verde e Azul). Cada núcleo foi dividido em lotes de 0,8 a 1,2 ha destinados a subsistência da família (produção de horta, criação de pequenos animais, etc.) e lotes complementares de 1,6 a 2,0 ha para ocupação de lavouras permanentes trabalhados de forma coletiva entre os membros de um mesmo núcleo. Além destes, foram reservadas três áreas para fins comunitários, nas dimensões de 4,5 ha, 1,0 ha e 0,7 ha, uma área para cada núcleo respectivamente, estes localizados do outro lado da estrada que corta o assentamento (Rodovia Franco da Rocha – Cajamar).

O local onde se encontra o assentamento apresenta terreno declivoso, grande número de nascentes e é considerado pelo ITESP como terra pouco produtiva.

O primeiro Crédito de Apoio, destinado ao fomento da produção, foi concluído pelo ITESP em março de 2007 fornecendo R\$2400,00 para cada lote visando

⁴Terras pertencentes ao governo do Estado, com 550 ha agricultáveis. A Fazenda passou por vistoria pelos órgãos do governo, por se encontrar improdutivo e obteve atestado de aptidão para o assentamento de famílias para a Reforma Agrária.

⁵A Fraternidade Povo de Rua é uma entidade independente, formada por pessoas relacionadas a Igreja Católica e outros voluntários, que atua com a população de rua em trabalhos de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e de ajuda a portadores do vírus HIV.

insumos e alimentação, com indicação do mesmo para a compra de calcário, yoorin e pulverizador, sendo vendidos 50 sacos de calcário para cada lote. O segundo crédito, já contabilizado na ocasião da pesquisa, encontrava-se à espera dos tramites burocráticos e deveria ser investido em projetos produtivos. Desta forma, só deveria ser concedido após o projeto pronto por parte do assentado.

O crédito habitação, para a construção das casas, foi uma parceria do INCRA e da Caixa Econômica Federal, com parcelas de R\$5000,00 e R\$16000,00, respectivamente. Os próprios assentados trabalhavam na construção, através de mutirões.

Uma cesta básica era fornecida para cada família pela Fraternidade Povo de Rua.

A eletricidade foi estabelecida pelo programa Luz no Campo. A água provinha de poços artesianos projetados por engenheiros do ITESP, havendo cota mínima de uso para cada lote. No entanto, no Núcleo Verde detectou-se que a água ainda chegava em condições precárias através de caminhões-pipa. Não havia rede de esgoto e o lixo era queimado pelos moradores segundo indicação do MST, pois não há coleta de lixo no local.

O INCRA tem parceria com o MST dentro deste assentamento, atuando no contrato de técnicos e conferindo recursos.

Delineamento e reflexões

A ferramenta utilizada para que os objetivos desta reflexão fossem alcançados foi o questionário semi estruturado, convergindo para os aspectos relacionados às práticas utilizadas, o conhecimento do assentado referente à agricultura e a origem deste, o apoio recebido e dificuldades encontradas para alcançar a autossustentabilidade.

Paralelo a isso, os cadernos de campo se mostraram uma fonte rica de detalhes e momentos vividos pelos assentados, opiniões e posições que, muitas vezes, não eram abordados no preenchimento do questionário. Com a junção dos dados quantitativos (resultados do questionário) e as falas dos assentados (referências qualitativas) pôde-se refletir sobre aspectos que, em princípio, não estavam no delineamento do projeto.

Sabe-se que o questionário utilizado como ferramenta para caracterizar um assentamento não é eficaz, por se tratar de uma realidade em constante mutação. O questionário serve, neste caso, para alcançar um entendimento sobre o que aconteceu num dado momento na história do assentamento e para levar-nos a uma possível discussão de um futuro para os assentados, vislumbrando quais os

'frutos' que serão colhidos como consequência do agora. Os resultados e relatos servem para delinear certos trajetos dos sujeitos envolvidos, retratar o presente e elaborar discussões acerca de um depois, na formulação de saídas encontradas individualmente e sendo representadas no grupo ao qual pertence.

A presente reflexão se faz pensando no indivíduo como parte de um grupo maior. O indivíduo pensado em suas tipologias referentes às diversas formas de trilhar a vida, caminhos passados que conformam o presente e que conjecturam reflexos nas ações futuras. "A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante.", Minayo (1998, p. 15).

Esta abordagem se mostra necessária pelo fato do indivíduo, ao escolher ser um assentado estar relacionado não somente a uma mudança desejada do sujeito, mas também a uma ação necessária ou até imposta por pressões advindas da sociedade, cujo resultado seja entrar na luta pela terra como a única alternativa de sobrevivência dele e de sua família. Portanto, faz-se de suma importância para o entendimento do processo "o conhecimento sobre a estrutura social pré-existente, para fugir de concepções sociológicas baseadas na relação direta entre causas e efeitos" (NEVES, 1999, p. 7).

O estudo do rural e da "ruralidade" pode ser pensado como resposta a elementos que sustentam o processo, como o território que responde a qual contexto físico e social está inserido e a identidade que responde a como é vivenciado o processo pelos agentes sociais (MOREIRA, GAVIRIA, 2002).

Uma reflexão sobre o indivíduo coloca primeiramente a questão da identidade, como apresentada por Koubi (2004), no qual o mesmo, condicionado pelo meio, influenciado pelo ambiente, não apresenta múltiplas identidades segmentadas, mas uma identidade revestida por múltiplas facetas culturais e sociais.

Luca (2002, p. 17) discorre sobre os processos de identificação dos sujeitos pela aquisição de significados sociais, resultado de interações com outros sujeitos, "pelas representações e valores que possuem, de determinações sócio-políticas, de práticas sociais, bem como através de discursos que perpassam suas experiências".

Assim, esses autores trazem para o sujeito a identificação própria como indivíduo pertencente a um grupo, numa determinada fase de sua vida, refletida nos valores e práticas sociais e culturais que os sujeitos do entorno reproduzem. A "estrutura social pré-existente", vivenciada pelo indivíduo em momentos passados condicionam certos posicionamentos individuais diferenciados de seus companheiros de grupo (neste caso entende-se grupo como o Assentamento),

confrontando com momentos outros em que objetivos iguais serão realizados e colocados como representativos para lutarem por algo em comum na conquista de um reconhecimento maior da sociedade.

Para tanto, o trabalho de Geneviève Koubi (2004), onde a autora elabora uma profunda discussão sobre sentimentos e ressentimentos das minorias na observação dos direitos jurídicos referentes as suas valorizações e representações culturais, numa reflexão sobre os agentes que permeiam estes grupos e os próprios sujeitos constituintes destes, traz pistas importantes para estas reflexões.

A construção final deste aprofundamento está no grupo no qual o assentado está inserido atualmente, sua relação com o meio é dada por diversos agentes, figuras que acompanham o caminhar do indivíduo na conquista diária dentro do Assentamento e que tomam formas diversas dependendo da situação ou posição do sujeito outro,

O Assentamento constitui uma unidade social local de construção de identidades de pertencimento, a partir da vivência de experiências comuns. Sua especificidade decorre do fato de que, neste espaço, se objetivam rupturas nas posições sociais e, por consequência, nas relações de poder e na visão de mundo, cujos desdobramentos são de diversas ordens. A organização social revela a constituição ou a reconstituição de posições sociais mediante jogo de forças em que se destacam as demandas e as pressões dos que se desejam beneficiários da propriedade da terra. Expressa ainda efeitos que tal aquisição assegura, benefício cuja possibilidade depende de intervenções imediatas ou anunciadas por uma autoridade estatal, de rede de relações onde interagem seus demandantes, opositores, apoiadores e mediadores. (NEVES, 1999, p. 02)

Com isso, para entender o assentado, seu processo do agora, é necessário resgatar seus passos, seus reconhecimentos individuais passados, podendo ser considerado para esta reflexão certa limitação, pois a generalização das particularidades de cada indivíduo será necessário frente a complexidade dos pensamentos cognitivos do homem e frente ao que NEVES (1999) apresenta sobre as limitações necessárias, pelo processo do assentamento ser uma situação empírica que permite tantos olhares quanto desejados.

No entanto, a representação de cada indivíduo será somente generalizada no que condiz aos grupos pelos quais passaram até se tornarem assentados, bem como as representações e marcas deixadas por estes no sujeito. Assim, a

diversidade será apresentada pelas falas e recordações dos assentados em diversos momentos de suas vidas.

O estudo de caso⁶

Foram entrevistadas 49 famílias, duas se opuseram e outras duas não se encontravam no assentamento por motivos de viagem. Nos lotes em que não foram feitas entrevistas houve apenas uma avaliação visual, uma descrição do lugar, possibilitando gerar observações acerca da produção e das condições de cuidado no lote, ajudando, posteriormente, a obtenção de uma abordagem geral da situação do assentamento.

Para a reflexão sobre o indivíduo torna-se necessário realçar as fases determinantes da vida do assentado, as "situações socioespaciais", segundo Whitaker (2002), existentes na sua formação representada nas diversas *identidades* passadas, reflexos culturais e sociais do meio visto que o grupo traz a marca de cada indivíduo que o compõe.

O caminho a percorrer aqui é, obrigatoriamente, o inverso do caminho trilhado pelo sujeito hoje, pois os relatos apresentados pelos mesmos refletem as práticas culturais vivenciadas no antes e no depois de fazer parte da luta pela terra, mas que são retratados num presente marcante,

(...) já que é no cotidiano que se podem colher os dados da transformação cultural, e realizar a observação das práticas culturais – sua desestruturação e sua reconstrução – e é em meio às práticas culturais e ao trabalho, que se tecem as representações que organizam os homens, no processo dinâmico em que constroem a História. (WHITAKER, 2002, p.45)

Portanto, para tecer a história do indivíduo utilizam-se dados e percepções do trabalho de campo, na busca por pistas e representações das situações socioespaciais relevantes na formação da identidade do sujeito, resgata-se do hoje o passado próximo e deste passado um passado anterior recolhido na memória.

No total, foram detectadas 146 pessoas vivendo no assentamento, das quais 97 eram homens e 49 eram mulheres.

⁶Os dados e relatos referem-se a um recorte temporal no período que compreendem os anos de 2006/07.

As primeiras observações, que podem apontar informações do passado próximo do assentado, estão nas Figura 1 e Figura 2, as quais apresentam características gerais do assentamento como idade e escolaridade dos assentados.

Entre os assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino, a faixa de idade dos representantes dos lotes apresenta-se entre 24 e 68 anos, com maiores concentrações entre 40 e 60 anos. Encontraram-se 14 lotes onde havia apenas um morador.

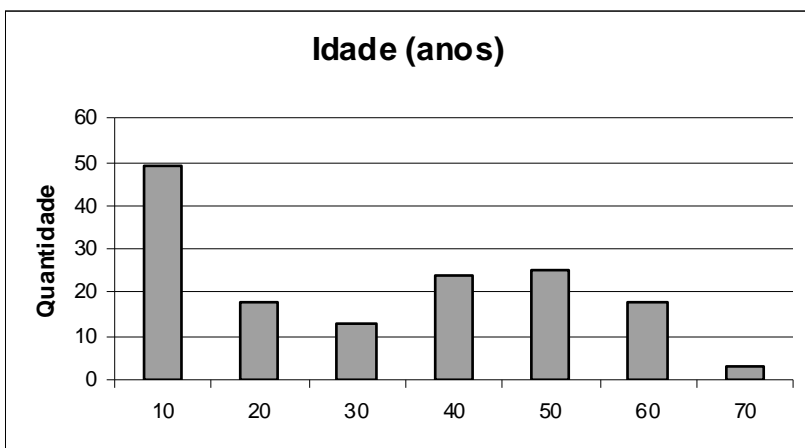


Figura 1 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino por faixa etária, no período de 2006/07.

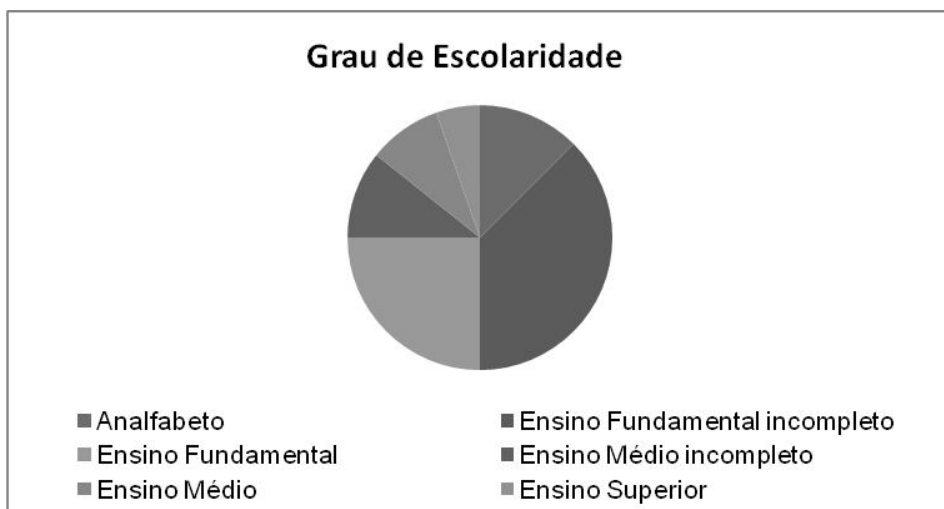


Figura 2 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino por grau de escolaridade, no período de 2006/07.

Ao constatar que a idade que prevalece entre os representantes dos lotes são pessoas que estão próximas a idade avançada (mais idosos) e que estas, normalmente, são as que estão sozinhas no lote, remete a questão do por que estarem no assentamento e, este por que, estar relacionado com a vida anterior ao se assentar. Traz a caracterização do sujeito que entrou para a conquista da terra em busca de outra alternativa de vida frente as dificuldades que a cidade apresenta, principalmente após certa idade.

O grau de escolaridade dos assentados se concentra, significativamente, no ensino fundamental incompleto, "alto" grau de escolaridade se comparado com outras regiões rurais⁷. Com isso, pode-se confirmar que há, na vida do sujeito assentado aqui refletido, um passado representativo no meio urbano. Há somente sete adultos analfabetos no assentamento (Figura 2).

Prevalece entre os assentados o sexo masculino, poucas mulheres são representantes de seu lote. Isto se deve ao fato do desemprego afetar mais os homens, pela quantidade inferior de mulheres na participação do mercado de trabalho. Há também a característica do meio rural, prevalecendo o trabalho árduo para quem se caracteriza mais forte.

Quando os dados da Figura 2 são confrontados com dados do IBGE e do Fipe/USP (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo), apresentados por Justo (2008), nos quais, em 2000, estimava-se que 8.706 pessoas moravam nas ruas e destes 85% eram do sexo masculino e com média de 40 anos (62% estão no intervalo entre 26 e 45 anos), a hipótese anteriormente apresentada é confirmada, mostrando que a luta pela terra pode ser uma saída para os moradores de rua.

Na Figura 3, sobre os motivos do por que o assentado entrou na luta pela terra, pode-se observar que o impulso ao retorno a terra está realmente na busca por melhoria de vida contra o desemprego e as dificuldades vividas na cidade. Uma pequena porcentagem afirmou entrar na luta devido ao fato de estar há algum tempo buscando terra para viver. São esses os que guardam maior relação com o rural embora tenham vivido no urbano.

⁷Dados do IBGE da porcentagem da população acima de 15 anos com escolaridade inferior a 4 anos de estudos mostram que 45% da população rural do Brasil está representada por este grupo comparado com apenas 19,3% da população urbana. Fonte: Indicadores Socioeconômicos, Graus de Escolaridade, disponível em www.ripsa.org.br, acesso em 21/05/2009.

A reflexão sobre a identidade do assentado, na busca pelas estruturas sociais vivenciadas pelo mesmo, resgata-se do passado anterior ao viver no urbano as regiões de origem dos mesmos: 47% dos entrevistados da região Nordeste, em especial, dos estados de Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, e 29% da região Sudeste (estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro)⁸. Com isso, discute-se sobre a vida desses assentados no momento da migração para a cidade de São Paulo, pois sabe-se que os mesmos se encontravam em desemprego nas ruas da metrópole.

Essa resposta vem da origem do conhecimento do assentado referente a plantar, a trabalhar na terra e as profissões que exerceram em suas vidas. Estas mostram que praticamente 80% dos assentados entrevistados tiveram uma passagem no meio rural, mas destes somente 22% exerceram alguma profissão relacionada a agricultura, podendo-se concluir que a vivência no campo está representada na infância do sujeito, num passado longínquo, anterior ao urbano.

Portanto, a ideia de migração se faz presente na vida dos assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino, representado nas transações do sujeito entre campo e cidade, cidade e campo, remetendo ao momento inicial de "referenciamentos" dos caminhos traçados pelos indivíduos antes de se tornarem assentados, dos grupos aos quais pertenceram e dos quais carregam características próprias na formação do eu presente, partindo então, para um segundo momento, no qual os contextos físicos e sociais são apresentados no intuito de resgatar essas características, as "múltiplas facetas culturais e sociais", Koubi (2004), que conformam a identidade do sujeito assentado. Garcia Jr. (1989) apresenta um minucioso trabalho de reconhecimento dos diferentes indivíduos que resultam de um mesmo processo de modificação de relações, sendo estas a forma trabalho e o morar na terra.

O rural brasileiro é marcado pela exploração, expulsão e expropriação dos trabalhadores do campo. Cada região do Brasil apresenta suas particularidades nas formas como as "marcas" foram deixadas, mas o que se percebe é a constante prática de concentrar terras em mãos de poucos, de pessoas com alto poder aquisitivo e da intervenção do Estado no favorecimento a esta classe.

⁸O restante vem do próprio Estado de São Paulo.

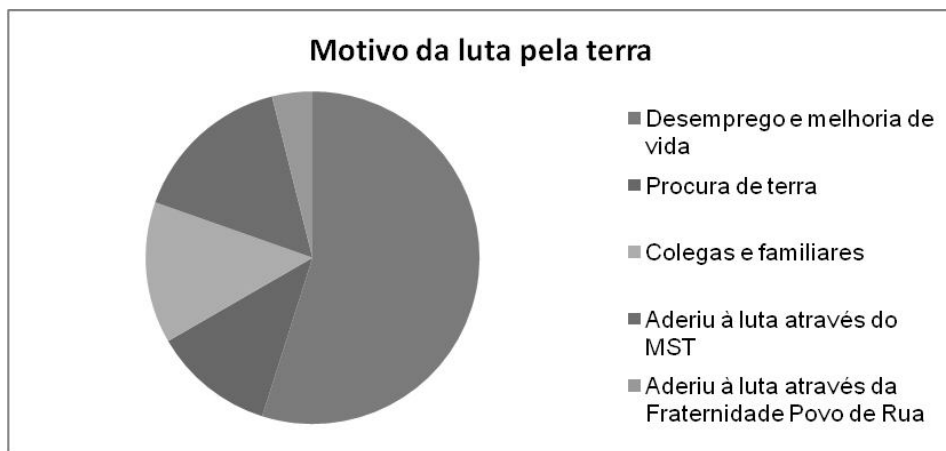


Figura 3 – Distribuição dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino em relação ao motivo da luta pela terra, no período de 2006/07.

As famílias que dependiam do rural foram forçadas a migrar para outras regiões rurais ou até mesmo para grandes centros urbanos, pois estes passavam por um momento de desenvolvimento industrial acelerado, proporcionando empregos para muitos.

A partir dos anos 40, o Brasil conheceu uma intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do campo para as grandes cidades do Sudeste do país, sobretudo as localizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, que se industrializavam rapidamente. O grande crescimento urbano dos últimos 50 anos é devido principalmente às migrações, (...) (GARCIA JR., 1989, p. 11)

A decisão de migrar do campo à cidade e se proletarianizar foi representativa na história brasileira, mas esta é marcante no que condiz com a transformação do sujeito agricultor que, naquele momento, vê sua relação com o trabalho ser dissolvida, obrigando-o a realizar modificações estruturais e de comportamento para com os seus familiares e nas diversas formas de relações estabelecidas com o meio (que mesmo este se apresenta modificado).

O momento de migrar, de deixar o rural, foi citado por muitos assentados lembrando este passado, além das falas direcionadas aos porquês de migrar. A igualdade nas falas reforça o contexto pelo qual foram obrigados a passar, entre outras em que retratam a busca por emprego e estudo.

"O pai tinha terra, aí as grandes fazendas foram apertando, apertando com as grandes produções e a fazenda ficou um ovo, não dava mais para sobreviver da lavoura. Acabou." (assentado, 56 anos)

"Fui criado no Paraná, fiquei 20 anos e depois vim pra São Paulo, porque foi fechando espaço pra roça, os grandes produtores foram criando gado e cana." (assentado, 53 anos)

"Meus pais vieram em busca de emprego, depois os filhos vieram, faz 15 anos." (assentado, 29 anos)

"Vim em 1960 para trabalhar." (assentado, 60 anos)

"Vim porque a terra em Alagoas não era minha." (assentado, 45 anos)

Estas são escolhas diversas de sujeitos que podem ser considerados resultados de uma mesma condição imposta. Para os assentados do Assentamento Dom Tomás Balduino o ser migrante, ou filho de migrantes, traz uma relação direta com a terra e com o grupo ao qual pertence.

Portanto, há no sujeito o reconhecimento do agricultor de seu passado, da figura de seus pais, do modo de vida tradicional construído por relações pessoais, com a família e com o entorno da propriedade. O agricultor familiar, segundo Wanderley (1999), visa a satisfação do grupo, no trabalho coletivo tanto dentro como fora do estabelecimento familiar, seu mundo, sua cultura está relacionado a unidade familiar e o seu entorno, a luta pelo espaço produtivo, na construção do patrimônio familiar e na estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família.

Tudo isto traz para o sujeito em questão uma identidade particular, caracterizada por uma passagem no rural representada na memória do passado vivido na infância com seus parentes, em lugares longínquos, onde tudo se plantava e tudo se colhia e que pode ser presenciada nas falas dos mesmos quando é colocado em pauta o que significa para o sujeito o "trabalhar na terra".

"Estando na terra pode plantar de tudo um pouco." (assentada, 49 anos)

"Muito importante, pois garante alimentos de qualidade para todos." (assentado, 64 anos)

"Muito bom, é importante e gosto de trabalhar na terra e consumir os próprios alimentos." (assentada, 32)

"Algo bom, permanência da vida e cultura familiar. Sustento." (assentado, 44 anos)

"Legado familiar e herança para os filhos." (assentado, 41 anos)

"Ofício, profissão de vida." (assentado, 52)

"Conseguir alimento, dinheiro para aplicar, não ficar de braços

cruzados." (assentado, 52 anos)

"É trabalho. Se não fosse o agricultor, o homem da cidade não seria nada." (assentado, 50 anos)

"Muito importante. Cultura que estou resgatando, dos pais e quero passar para os filhos." (assentada, 43 anos)

"Muitas coisas boas. Ser patrão da gente mesmo." (assentado, 58 anos)

"Trabalho, renda e condições dignas de vida." (assentada, 36 anos)

"É a minha vida, tira o meu alimento, água, é tudo, na cidade tem que comprar essas coisas." (assentado, 38 anos)

Podem ser observados, nessas falas, diversos pontos que trazem para o indivíduo a identidade rural resguardada e que é realçada quando a realidade à sua volta, num determinado contexto, elenca a necessidade de certo posicionamento que o remete a uma representação de valores passados somados a outros conquistados no decorrer do caminho.

Esses pontos estão nos momentos em que retratam a relação familiar com o trabalho na terra, a importância do alimento produzido pelas próprias mãos, além da menção de reconhecer o trabalhar na terra como uma profissão, sendo uma questão relevante quando se discute o agricultor familiar⁹.

Este passado traz a marca não só do que o sujeito vivenciou no meio rural, mas também à sua ruptura com a migração para o urbano, da condição imposta no qual os contextos sociais e culturais tiveram que ser repensados e reestruturados frente a uma realidade pré-existente com suas regras determinadas.

A percepção que os agricultores têm de sua profissão é uma questão reconhecida como importante: pode ser utilizada como um indício da integração dos agricultores a uma economia de mercado, admitindo-se que a noção de "profissão" é tanto mais aceita quanto maior for essa integração; é possível fazer dela um indício mais geral de um sistema de valores que organiza as condutas individuais e no qual a maneira de legitimar o trabalho é reveladora de uma ética que ultrapassa o âmbito apenas profissional, particularmente na agricultura, em que as fronteiras entre os

⁹Principalmente na percepção da profissão de agricultor, representando uma relação direta como nível de integração com o grupo, dentro de um sistema de valores e condutas, que faz com que o seu trabalho ultrapasse o simples profissionalismo.

diversos compartimentos da vida social são pouco estanques. (BILLAUD, 1998, p. 175)

A vivência no urbano traz para o assentado, este entendido como um filho de migrante, a principal mudança na relação de trabalho, pois o mesmo passa de uma ideia de "liberdade", de autonomia do definir como, quando e onde realizar o trabalho, na organização das tarefas da família e no controle do próprio tempo, para uma vida de proletariado urbano, com sua função controlada.

Este conflito entre a *liberdade* do agricultor e a *vida controlada* do proletariado é colocado por Garcia Jr. (1989).

(...) o trabalho industrial supõe que a seqüência de tarefas a serem desempenhadas dependa apenas do trabalho humano, e o resultado variável guarda estrita correlação com o esforço humano despendido na obtenção do produto. (...) O que controla o agricultor? Ele não controla o que fará amanhã, ou depois de amanhã, porque ele não pode saber antecipadamente a evolução exata das plantas da sua agricultura, e das plantas antagonicas à sua agricultura. O que ele controla, o que ele tem de controlar a cada dia, a cada momento do dia, é o que acontece com a sua agricultura. (GARCIA JR., 1989, p. 107-108)

Mas este conflito pode ser vivenciado pelo sujeito somente com os valores passados pelos pais, pois se tratando de filhos de migrantes imagina-se que os mesmos tenham começado a entender a relação de trabalho numa idade em que já estivesse inserido no urbano. Portanto, quando os mesmos fazem menção ao trabalhar na terra como profissão, estes estão resgatando uma cultura de seus antepassados, uma concepção que criaram na infância e que se mostra sobressalente quando a situação requer uma melhoria de vida frente às necessidades básicas de sobrevivência (no caso trocar o desemprego urbano pelo trabalhar na terra).

Sendo a passagem pelo urbano uma ruptura de relações com a realidade externa de seu meio e dentro da própria família, uma nova estrutura social é defrontada com a identidade do indivíduo e suas representações sociais e culturais são repensadas, acrescentadas de fatores outros condicionantes de novos posicionamentos perante as situações em que se deparará adiante.

Com isso, é trazido para a reflexão o segundo momento marcante na formação do assentado aqui analisado, o viver no urbano e o trágico encontro com o

desemprego e, em muitos casos, o *morar na rua*.

Nas questões abordadas no trabalho de campo o urbano foi trazido, quase que em sua totalidade, como algo transpassado, uma fase difícil como pôde ser observado anteriormente com o desemprego presente na vida desses sujeitos e representado nas falas dos assentados quando eram feitas perguntas como "porque entrou para a luta pela terra" e "qual a motivação para continuar como assentado".

"Desemprego, na cidade não tem serviço." (assentado, 56 anos)

"Desemprego, deparei com dificuldades, fiquei 2 meses. Lá tem mais oportunidades, mas a procura é maior também." (assentado, 31 anos)

"Pagava aluguel, dificuldades, recebi convite por outro assentado e meus pais eram agricultores." (assentada, 43 anos)

"Paz de espírito, saber que hoje não precisa pagar aluguel, patrão, acordar 5, 6 horas da manhã. Se quiser trabalhar trabalha, faz o que quiser do tempo." (assentada, 37 anos)

"A motivação é que é o único jeito, na cidade não tem como, paga água, luz, desempregado. Aqui você planta, colhendo não comprando nada." (assentado, 29 anos)

"É o que eu já passei lá fora, pagar aluguel, levantar e ter que arrumar dinheiro." (assentado, 50 anos)

"Ter vida digna." (assentada, 32 anos)

"O futuro do filho e poder ter o canto, sonho da casa, e deixar alguma coisa para ele, se não fosse ele já tinha desistido." (assentada, 26 anos)

Um levantamento dos pertences de cada lote foi realizado (Tabela 1), na busca por um conhecimento sobre o acúmulo de bens materiais que cada família adquiriu em sua vida anterior ao assentamento e entender um pouco sobre a característica da família, seu poder financeiro e suas aspirações com relação ao meio urbano, suas necessidades.

Tabela 1 – Distribuição da cultura material presentes nos 49 lotes dos assentados entrevistados do Assentamento Dom Tomás Balduino, no período de 2006/07.

<i>Item da cultura material</i>	Quantidade	%	<i>Item da cultura material</i>	Quantidade	%
Carro	3	6,1	Tanquinho	4	8,2
Televisão	15	30,6	Rádio	13	26,5
Geladeira	13	26,5	Aparelho de som	5	10,2
Liquidificador	1	2,0	Aparelho de vídeo	1	2,0
Celular	9	18,4	Aparelho de DVD	2	4,1
Máq. de lavar roupa	5	10,2	Fogão à gás	3	6,1

Fonte: Dados da pesquisa de 2006/07.

Com esses dados, pode-se perceber a dura realidade com que chegaram ao Assentamento, que o meio urbano não pôde prover as aspirações de seus trabalhadores, pois trazem o relato de que poucos são os lotes que possuem algum poder aquisitivo, a maioria encontra-se em condições precárias de sobrevivência, com exemplos de lotes que não tem nem geladeira para conservar os alimentos, e estes se mostram representativos no Assentamento. O que trazem, então, do meio urbano além de seus míseros pertences e a dificuldade do desemprego? O que marca a identidade do sujeito assentado?

São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações "lumpem" nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica. (MARTINS, 2003, p. 34-35)

A passagem no meio urbano é caracterizada por buscas constantes de trabalho,

marcada por instabilidade e precariedade, no qual o sujeito entrevistado, na sua grande maioria, exerceu diversos papéis. Esses refletem na identidade do mesmo apenas num ganho de conhecimento restrito e na memória de um sofrimento diário. Os serviços mais significativos prestados pelos assentados antes de se assentar foram: doméstica, pedreiro, eletricista, metalúrgico, motoristas e serviços para construtoras civis.

Com isso, a busca por uma solução se faz presente, urgente, quando as condições básicas da vida não estão sendo supridas, principalmente para aqueles que se encontram em situações de idade avançada ou com filhos.

As condições de vida que os pobres urbanos enfrentam são repletas de instabilidades, privações e riscos. O risco de remoção, do despejo, o de perder o emprego (...) ou então o risco de sofrer os mais diversos tipos de violência. Sofrem a privação de espaços de lazer, de boa educação, de tempo para a família, da saúde de qualidade, de bens de consumo básicos. (GOLDFARB, 2006, p. 121)

Esta mesma autora apresenta uma breve discussão sobre as atuais condições oferecidas pelo urbano, discorrendo sobre a migração de retorno percebido no estado de São Paulo, onde houve um aumento no fluxo de saída de pessoas de 53,9%, entre dados do IBGE de 1986/1991 e 1995/2000, no qual 325.390 pessoas – no último período – migraram de volta para os estados de origem.

Se pensarmos que o indivíduo se apresenta para a sociedade como constituinte de um grupo, este terá seu valor cultural e social representado por este, pelo coletivo, sendo assim, levará a outras instâncias o seu passado de filho de migrante, no ser "migrante". Koubi (2004, p. 531) continua com esta mesma questão apontando como o resultado desta "consciência de grupo" leva a uma ideia de pertencimento a um grupo, acentuando "a impressão de similitude, demonstrando a não-diferenciação dos parceiros, invocando o sentimento da comunidade de destino".

Esse sentimento é colocado por todos que conjuntamente estabelecem o grupo, e num segundo momento que está no reconhecimento de uma insatisfação, injustiça perante a sociedade. Neste caso, a percepção da realidade fatigante do meio urbano e a busca por uma "memória comum" refletem a situação apresentada, a formação de um assentamento.

O processo de assentamento rural se objetiva enquanto uma forma de ação coletiva (...) Ele se expressa por um conjunto de acontecimentos

e práticas que denunciam formas de descontentamentos, razão pela qual canaliza protestos e encaminhamentos de reivindicações. (NEVES, 1999, p. 03)

Esse processo pode ser observado quando a pergunta sobre quando e como entrou para a luta pela terra retrata a consciência de grupo, quando o sujeito veste a camisa que representa os Sem-terra e vai à luta por seu direito, o direito de retorno ao campo, o direito de vida digna.

Neste momento, o sujeito filho de migrante desempregado se posiciona como *assentado*, mas esta nova identidade traz na memória e no conhecimento adquirido pelo mesmo uma diversidade de posições e de relações estabelecidas com os outros e com a sua força trabalho e, quando novamente retorna ao campo, as culturas individuais são recriadas, transformadas, adaptadas ou mesmo restauradas, ocasionando um processo rico em contradições no patamar das práticas habituais do indivíduo, assim como na organização do trabalho.

Neste movimento, verifica-se tanto a recriação de práticas e tradições rurais em espaços liminares nas periferias das cidades, quanto a adoção de valores e padrões de consumos urbanos no campo. (MARQUES, 2002, p. 15)

Dentro disso, está o assentado no jogo de transformações de identidades referenciadas com a identidade coletiva – o Assentamento – e com as relações impostas pelos diversos agentes, pois

(...) a história do grupo no qual ele se insere o obriga assimilar a herança que a simboliza, a associar sua vivência pessoal à visão que o grupo de referência propõe, tanto do presente quanto do futuro. (KOUBI, 2004, p. 539)

Com isso, é preciso encarar a diversidade presente em um assentamento, os novos processos desses sujeitos que transitaram entre campo e cidade e trazem com eles novas necessidades. É preciso que enxerguem as "marcas nas mãos dos que lá estão e dos que lá brigam por estar".

Conclusão

O sujeito assentado do Assentamento Dom Tomás Balduino é marcado por

transições em grupos diversificados do seu ir e vir entre o campo e a cidade. As mudanças são impostas por realidades que fogem a sua compreensão e ao seu comando. A única saída é encontrar novamente um lugar que o acolha, um grupo que o aceite, uma cultura a reformular e uma sociedade a enfrentar. Este se mostra múltiplo e se adapta ao seu meio, encontra no outro o reflexo de seu passado e faz com que a luta pela terra no seu dia-a-dia seja menos árdua e que o processo de re-conhecimento seja mais simples e vitorioso e que mudanças não de vir daqueles que têm nas mãos a marca da vitória, de um passado rememorado.

Referências

BILLAUD, J. Inventar uma ética profissional: as regras de um jogo obrigatório. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **A agricultura familiar – Volume II. Do mito à realidade**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998, p. 175-205.

GARCIA JR., A. R. **O sul: caminho do roçado**: estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq, 1989. 285 p.

GOLDFARB, Y. **Do campo a cidade, da cidade ao campo: o projeto Comunas da Terra e a questão dos sujeitos da Reforma Agrária**. São Paulo, n.5, 2006, 109-138 p. Disponível em: <http://www.geografia.filch.usp.br/revistaagraria/revistas/5/6_Goldfarb_Y.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2009.

JUSTO, M. G. Ex-moradores de rua como camponeses num assentamento pelo MST. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos..**, Presidente Prudente, 2005, 17p. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/singa2005/Trabalhos/Artigos/Marcelo%20Gomes%20Justo.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

JUSTO, M. G. Vida nas ruas de São Paulo e alternativas possíveis - um enfoque sócio-ambiental. **INTERFACES**. São Paulo, v.3, n. 1, jan/abril, 2008, 27 p.

KOUBI, G. Entre sentimentos e ressentimento: as incertezas de um direito das minorias. In: BRESCIANI, S.; NAXARA, M. (Orgs.). **Memórias e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Ed. UNICAMP, 2004, p. 535-554.

LUCA, M. M. B. L.; Histórias de identidades num assentamento rural. **Educação Temática Digital**. Campinas, v.4, n.1, p. 10-31, dez. 2002.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo, v. 2, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto**. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2003, 238p.

MENEZES, M. A. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses-migrantes. Rio de Janeiro: Relume Dumará, João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MERLINO, T. Reforma Agrária: Comuna da Terra: Trabalho e Dignidade. **Brasil de Fato**. São Paulo, n. 201, p.1-2, 2007.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.); **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 9 ed., 1998, p. 9-29.

MOREIRA, R. J.; GAVIRIA, M. R. Territorialidades, ruralidades e assimetrias de poder na Comunidade de Taquari. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, v. 18, p. 47-72, 2002.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: questões metodológicas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 2-3, n.25, p.21-36, 1995.

NEVES, D. P. Assentamento rural: confluência de formas de inserção social. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n. 13, p. 5-28, out. 1999.

REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE;

Indicador Socioeconômico – Níveis de escolaridade. Disponível em: <<http://www.ripsa.org.br/fichasIDB/record.php?node=B.2&lang=pt>>. Acesso em: 21 mai. 2009.

SILVA, J. G., **A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, 192p.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro.** Campinas: IE-UNICAMP, 1999, 153p.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século.** São Paulo: Editora da Unesp, 1999, 374p.

WANDERLEY, M. N. B. Em busca da modernidade social: uma homenagem a Alexander V. Chayanov. In: FERREIRA, A. D.; BRANDENBURG, A. (Orgs.). **Para pensar outra agricultura.** Curitiba: Ed. Da UFPR, 2008, 276p.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas.** Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o "rural" como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n. 15, p. 53-86, out. 2000.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura.** Rio de Janeiro: CPDA/MAUAD, n.21, p. 42-61, out. 2003.

WHITAKER, D. C. A.; **Sociologia Rural:** questões metodológicas emergentes. Presidente Venceslau, São Paulo: Letras à Margem, 2002. 256 p.

ENTRE A PARCERIA E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA: A RECONSTRUÇÃO DOS ASSENTADOS SOBRE O SEU VIVER

Reginaldo Barbosa¹

Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante²

Henrique Carmona Duval³

Resumo: O presente artigo pretende abordar como vem ocorrendo a integração dos assentados do Horto Bueno de Andrada, no município de Araraquara/SP, junto às agroindústrias do setor canavieiro da região. Discutimos desde o processo de legalização do plantio de cana-de-açúcar – colocada por muitos assentados, membros do órgão gestor e das usinas como uma "parceria" que significaria uma alternativa para o "desenvolvimento" dos assentados – até o andamento dos plantios, dos contratos e das consequências que eles trouxeram para a vida nos lotes. Esta abordagem leva em conta os aspectos econômicos da parceria para o desenvolvimento, mas pressupõe sua superação por meio da consideração de aspectos sociais, culturais e ambientais da vida no assentamento, que foram inevitavelmente tocados pela alternativa. Priorizamos uma metodologia que envolveu investigação de campo por meio de visitas e registros em diários de campo, análise documental e entrevistas. A metodologia empregada garantiu a recuperação de um material empírico extremamente útil, que fala de como as pessoas no assentamento convivem com essa alternativa e algumas dificuldades em permanecer na terra, ao mesmo tempo em que tentam conseguir prosperar enquanto produtoras rurais a partir de outras estratégias.

Palavras-chave: Assentamento Rural; Pesquisa Qualitativa; Parcerias Agroindustriais; Diversificação Agrícola.

¹Mestrando em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara. Bolsista CAPES.

²Professora aposentada da Unesp-Araraquara, coordenadora do PPG em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente – Uniara e do Nupedor.

³Doutorando em Ciências Sociais – IFCH/UNICAMP e pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural (Nupedor) – Uniara/Unesp.

Abstract: *This article aims to provide an overview of the challenges faced by settled workers in the Horto Bueno de Andrada, in Araraquara town, São Paulo state, regarding the integration processes to work in partnership with the agricultural industries of the sugarcane ethanol sector in that region. We initially dealt with the issue of authorization to the cultivation of sugar cane – described by many settlers, members of the management board, and the mills as a "partnership", which would represent an alternative for the "development" of the settlers – and we went through the process including matters relating to the progress in plantations, agreements, and their effects on the livelihoods within the plots. While this approach emphasizes the economic characteristics of the partnership and the consequent economic development within the community, it foresees likewise further implications regarding the social, cultural, and environmental aspects to the livelihood in the settlement, due to the project has inevitably touched the lives of these people. We prioritize a methodology that encompassed field investigation that was conducted through field visits. Data was gathered during the visits and was recorded in research field diaries, also including document analysis, and individual interviews. We adopted a methodology that enables the recovery of a very useful empirical material, which shows how these settled people have to handle experiences and take on new roles when dealing with alternative practices, and the problems faced by these workers to stay on the land, whilst applying diverse methods and strategies in an attempt to grow their agricultural business and improve their economic status.*

Keywords: *Rural Settlement; Qualitative Research; Agribusiness Partnerships; Agricultural Diversification.*

Introdução

A investigação da alternativa de desenvolvimento a partir da integração dos assentados à agroindústria canavieira partiu de uma metodologia qualitativa, sempre priorizada no âmbito do Nupedor, que envolveu idas regulares aos lotes do assentamento Horto Bueno de Andrada e registros feitos em diários de campo e fotográficos⁴. Foi também realizada uma entrevista com membros do órgão

⁴Tal acompanhamento foi em muito favorecido pelo fato do primeiro autor do artigo ser filho de assentado, residir no assentamento e ter vivenciado a parceria desde o início, fazendo visitas em outros lotes para saber do andamento dos plantios, dos contratos e a opinião das pessoas.

gestor do assentamento e a análise dos contratos entre assentados e usinas. Esta metodologia, centrada na experiência dos assentados, mostra como é rica a fala de diferentes membros da família, não apenas para a reflexão em torno dos contratos com as usinas canavieiras, mas para o registro das dificuldades encontradas desde o início do assentamento e que criaram um cenário favorável para que ocorresse a legalização de contratos entre atores sociais tão díspares.

Como veremos, as falas dos assentados estão presentes em todos os momentos do artigo. Primeiro, na caracterização do universo empírico, na descrição da organização do trabalho familiar e nas várias alternativas produtivas. Após, na explicitação da parceria da cana propriamente e nas relações com os agentes do órgão gestor e funcionários de usinas, marcadas pela insistência em fazer os assentados aderirem ao plantio de cana. Os diários de campo permitiram também captar a diversidade existente nos lotes, mesmo que cercada pela cana. Dada a importância da diversificação para a vida no assentamento (tanto em relação às estratégias de comercialização como para o autoconsumo), dedicamos boa parte do artigo a descrevê-la a partir de vários depoentes, no sentido de resgatar a diversidade de situações que as pessoas encontram para prosperar enquanto agricultoras em meio ao território homogeneizado pela monocultura da cana.

A metodologia empregada permitiu que aflorassem outras dimensões da vida no assentamento e que se associam na explicação de como a parceria da cana acontece. Quando se registra passagens das conversas em um diário de campo, parece ao informante que o pesquisador está tomando aquela conversa como uma aula e de fato tomando nota. Há também a obrigação, por parte do pesquisador, de ter domínio sobre aquilo que se está conversando e de estar atento, pois dentro de recortes teóricos e de questões a serem abordadas a princípio, pode-se perder informações valiosas. Mesmo que se tenha um roteiro de questões a serem abordadas, as conversas podem chegar a assuntos bem distantes da proposta inicial, muitas vezes em função da vontade de falar do entrevistado e da lógica da situação. Sua interrupção deve ser evitada e o registro em diário de campo permite acompanhar e respeitar essa direção, quando o entrevistado se liberta de perguntas e fala à vontade sobre outros aspectos que ligam uma determinada situação à vida no assentamento. Dessa forma, as falas dos assentados indicam que outros aspectos da vida no assentamento são tocados pelo plantio de cana, por exemplo, como é a relação dos assentados com o território, as percepções ambientais, as relações de gênero e com agentes externos. Por isso algumas falas extensas são reproduzidas na íntegra.

O valor do qualitativo em termos de técnicas de pesquisa e de dados que ajudam a compreender essa realidade estudada adquire relevância, porém, mescla-se a outros dados baseados nas relações travadas com outros agentes sociais para tentar dar conta de aprofundar a análise de aspectos do modo de vida e das consequências da modernização agrícola sofridas por trabalhadores assentados rurais. Assim é que o estudo passa de um mero esforço descritivo e adquire sentido sociológico, de análise sobre o funcionamento desse tipo de agrupamento rural em seu meio social.

Partimos da ideia de que o assentado está inserido numa trama de tensões – isto é, está em relações ora de conflito ora de aliança com distintos atores sociais – então a análise também se volta às relações que ele tem com tais atores, relações políticas antes de tudo porque se trata da redefinição de rumos para o desenvolvimento do assentamento. Mesmo tratando-se de um tipo de organização social cuja lógica de funcionamento não é baseada exclusivamente em relações capitalistas, os assentados nunca estão isolados de outras relações com o sistema capitalista, imbuídos de uma racionalidade que tem por base a técnica. Prova disso é a reivindicação que eles próprios fizeram para poderem plantar cana enquanto fornecedores diretos das usinas e muitos deles começaram a ver, pouco tempo depois, que esta poderia não ser uma boa alternativa.

As dificuldades iniciais e o fazer-se de um lote a partir do relato de uma liderança

O Horto de Bueno de Andrada é formado por 31 lotes de aproximadamente 12,9 hectares cada, uma área de convivência comunitária de mais ou menos 20 hectares e as áreas de preservação permanente. As APPs do Horto de Bueno formam a proteção do córrego Ribeirão do Rancho Queimado, que tem no assentamento a origem das primeiras nascentes formando uma microbacia hidrográfica numa área de 472 hectares.

Na implantação deste projeto de assentamento, no ano de 1997, toda sua área mantinha um plantio de eucaliptos, que se mantinha desde 1971. No local onde está o assentamento a mudança da paisagem homogeneizada para outra diversificada se deu, segundo o que nos informou o senhor José, morador do assentamento, "logo após o sorteio dos lotes e a sua entrega de fato, quando nós tivemos um hectare de terra destocado para a construção do barraco, poço e para quem tinha possibilidades econômicas, fazer o plantio de hortas, milho, feijão, arroz entre outras culturas, criar aves, porcos e o gado, fazer cercas".

Nos primeiros anos da formação desse assentamento, ocorreu uma efetiva movimentação de madeireiros interessados em comprar eucalipto, o que gerou uma ação desordenada do crescimento com o recurso econômico retirado dessa extração. Nem todos os assentados tiveram o infortúnio de não ter um planejamento para a extração da madeira.

Já o senhor Isaias não vendeu sua madeira aleatoriamente. Por ter um pequeno caminhão e um motor-serra, tirava um caminhão de madeira por semana, o que equivale a 18 metros de madeira. Ele entregava para padarias no município de Araraquara, alcançando o preço de mercado, superior ao preço que era comercializado com os madeireiros dentro do assentamento. Segundo nos informou o senhor Isaias, *"enquanto eu preservava o eucalipto como recurso econômico, os demais assentados tiravam em média 28 metros de madeira a cada três dias, e que um caminhão de madeira tirada por estes madeireiros rendia em média R\$ 150,00 para o assentado"*. Um valor aquém do real, pois o senhor Isaias tinha o mesmo ganho com 10 metros a menos de madeira extraída. A diferença entre estes valores obtidos pela extração e venda da madeira se dava justamente porque o senhor Isaias tinha os próprios meios para extrair a madeira como máquinas para cortar a madeira e um caminhão para transportá-la até o consumidor final, sem a presença do atravessador.

O senhor Isaias foi um dos poucos moradores do Horto a ficar acampado. Antes de ocupar a terra do Horto de Bueno ele trabalhava com gado leiteiro em um sítio arrendado nas mediações do Bairro Iguatemi no município de Araraquara-SP. Conta o mesmo, que quando chegou ao Horto possuía 40 cabeças de gado e, como ficou 4 anos acampado, via seu gado sendo dizimado, mês após mês, com despesas para subsistir e resistir na peleja para adquirir o direito de "possuir" sua própria terra. *"Quando cheguei aqui com a minha família, tínhamos uma promessa de que o Horto de Bueno fosse transformar-se em um assentamento. Com o auxílio do Sindicato dos Empregados Rurais fizeram um cadastramento e o Horto foi ocupado. Mas o processo de partilha dos lotes demorou 4 anos para se consolidar. Esta não foi a única das dificuldades que nossas famílias tiveram."*

Os critérios de avaliação variavam, levando em conta a forma familiar laboral, a experiência de trabalho no campo, sem critérios muito definidos. Disse o senhor Isaias, *"eu e minha família que não fomos devidamente qualificados sob as regras da Fundação ITESP e só conseguimos um lote por apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araraquara que propôs que todos os que estiveram acampados nestes anos não perderiam o direito a terra"*. Seu

Isaias também foi representante dos assentados e conta da dificuldade que tiveram nos primeiros anos de assentamento. *"Era muito difícil o diálogo com os demais colegas assentados. Todos queriam resultados, mas eu era o único que deixava meu lote e minhas obrigações para estar indo atrás de benfeitorias para o assentamento. Quando ocorreu o primeiro custeio agrícola para o Horto de Bueno, este no valor de R\$ 2.000,00 ocorrido no final de 1997 para 1998, eu como liderança na ocasião, tive como proposta que essa informação não chegasse a todos os assentados, mas que o meu custeio sairia. Sou um homem honesto, aprendi isso com o meu pai. Disse ao responsável pelo DAF (Departamento de Assuntos Fundiários do Estado de São Paulo, futura Fundação Itesp) de Araraquara que ou sairia para todos ou ninguém, e que o assentamento ficaria sabendo do acontecido. Graças a Deus, todos recebemos naquele ano"*.

Este não foi um acontecimento isolado, a dificuldade de negociações foi grande. A atitude do senhor Isaias de não se deixar ser cooptado por uma proposta "leviana" ou corrupta, fez com que este parecesse aos olhos dos proponentes da ocasião como um problema a ser superado neste assentamento. A honestidade aqui apresentada traria outros embaraços para a vida particular do senhor Isaias como assentado do Horto de Bueno de Andrada e, em contrapartida, para todo assentamento.

Quando foi elaborado o projeto da rede elétrica no assentamento, os assentados não perderam o benefício do projeto por dois dias apenas. Segundo o senhor Isaias, *"o projeto da eletricidade permaneceu por dois anos na gaveta, a Fundação ITESP já tinha recebido o dinheiro para a implantação do projeto. Quando estávamos para perder o financiamento, vieram avisar faltando pouco mais de dois dias para acabar o prazo estipulado no projeto. Conseguimos a eletricidade, mas foi uma correria nestes dois dias, tive que mobilizar os demais assentados do Horto, formamos um grupo e partimos para resolver tudo em dois dias. Mas depois desisti de ser um representante dos assentados do Horto de Bueno de Andrada... Estive presente no assentamento desde a demarcação de cada lote, tínhamos que abrir estradas no meio dos eucaliptos de machado praticamente. Depois veio o projeto da destoca das raízes dos eucaliptos cerrados, este eu permaneci como representante até o final, pois levou mais de 3 anos para acabar, do calcário para a terra, um projeto que beneficiou o assentado com pequenos animais como galinha e porco e o gado leiteiro. Isso tomava muito do meu tempo e ficavam apenas a minha esposa e meu filho que na época estava com 14*

anos e minha filha com 12 para darem conta das obrigações do sítio, como ordenhar as vacas e tratá-las, fazer a ração dos porcos, cortar e carregar uma viagem de madeira dado meu compromisso semanal com uma panificadora da cidade.. Pois atrasava todo o meu trabalho no sítio, e nunca algum assentado se dispôs a dar um auxílio para mim nestes afazeres".

O senhor Isaias é uma pessoa que continua fazendo história no assentamento, atualmente como produtor de frango em parceria com a empresa Rei Frango, mantém uma produção de leite e porcos. *"Tenho duas granjas, mas não foi fácil construir este patrimônio. Quando chegamos aqui, existiam duas granjas em Bueno de Andrada, pertencentes à família Trovatti. Antes mesmo da família Trovatti comprar os lotes no assentamento, eu me interessei por esta atividade e procurei conhecer um pouco mais sobre granjas. A primeira que eu construí só foi possível devido à venda de um imóvel que eu tinha em Araraquara e o restante financiado pelo banco. Esta tem a capacidade para quase 12.000 frangos. A renda da primeira, com pouco mais de um ano de atividade possibilitou a construção da segunda, que tem capacidade para quase 15.000 frangos que são retirados a cada 50 a 60 dias. O ruim é que não temos um contrato de obrigação além da tirada dos frangos atuais, nunca temos garantia de que a empresa irá mandar uma nova remessa. Mas graças a Deus nestes últimos anos não faltaram frangos. Como tiramos a renda dos frangos? O lucro vem do peso do frango, mas para isso não devemos ter desperdício de ração, para não encarecer a produção. Também devemos tomar cuidado para não ocorrer mortes dos frangos, para isso temos que controlar a temperatura do barracão, nem frio e nem calor, temos que manter um ambiente com o clima bem ameno. E também conseguimos algum dinheiro com a 'cama' de frango. Cama de frango é o nome da forragem do solo do barracão para proteger os frangos da friagem do concreto."*

Observando o tamanho dos barracões e o trabalho que é exigido na granja, levou-nos a pensar que toda a família deveria trabalhar no sítio, envolvidos na atividade da agricultura familiar. O senhor Isaias tem dois filhos, um moço e uma moça. Quase não perguntamos ao entrevistado sobre isso, mas ao ver sua filha chegando do trabalho, despertou-nos a curiosidade. *"Meus filhos sempre trabalharam comigo, o menino já ordenhava as vacas leiteiras desde a idade dos seus 10 anos de idade e a menina pastava o gado enquanto eu e o menino buscávamos capim para tratar do gado. Isso desde quando morávamos no bairro Iguatemi em Araraquara. Quando mudamos para o*

assentamento, as obrigações eram as mesmas e sem os meus filhos não tinha conseguido construir a estrutura que tem o meu sítio hoje. Ainda hoje eles me ajudam, mas ambos trabalham fora do sítio. O mais velho, o menino, trabalha como segurança no pedágio de Bueno de Andrada e a menina trabalha no bar do seu Freitas. O lugar onde vende as coxinhas douradas de Bueno, o meu genro também trabalha no pedágio de Bueno e minha nora fica no sítio cuidando do meu neto. Hoje eu e minha esposa cuidamos das atividades do sítio. Mas os meus filhos ainda moram aqui no assentamento. Construí uma casa para a menina aqui no sítio e agora estou terminando a casa do meu filho. Tudo construído com o trabalho na terra."

O senhor Isaias construiu uma história dentro do assentamento, como representante popular e como agricultor familiar. Não optou pela cana, está satisfeito com sua produção e é um dos poucos assentados que ainda mantém o título de permissão de uso da terra do ano de 1997. No decorrer de seu depoimento ele fala das dificuldades no início do assentamento, sua experiência enquanto liderança e seu envolvimento em projetos de crédito, rede elétrica, destoca e calagem (fundamentais para se constituírem produtores rurais). Mas logo passa a relatar suas escolhas produtivas e a organização numa esfera familiar, de certa forma, mais individualizada, que juntas ajudam a explicar sua vida no assentamento.

Os distintos tempos do assentamento: sonhos desfeitos e refeitos

Conforme se iam expandindo as áreas destocadas, os assentados diversificavam mais a sua produção, recuperavam a fertilidade de um solo que por muito tempo foi esgotada com a monocultura do eucalipto. Culturas como o feijão de porco, considerado um reparador do solo e sua semente resultante da safra eram comercializados com o próprio fornecedor da semente para o plantio, que garantia a compra de toda a produção. Como possibilidade de adequar a terra para o plantio de outras culturas, também foi utilizado o feijão de corda consorciado com o milho. Neste processo quase todos os assentados aderiram, principalmente quem tinha uma área de terra com maior destoca e disponível para a produção agrícola.

Concomitante com estes acontecimentos chegava ao assentamento calcário fornecido pelo governo do Estado, máquinas para tirar as raízes de eucalipto que ainda estavam no solo, animais de pequeno porte como aves e porcos para cada família e um montante de materiais de construção para fazer a casa de alvenaria e sair dos barracos improvisados. O assentamento de Bueno foi se

formando com muito entusiasmo. Por todos os lotes observava-se a agricultura de subsistência com uma farta produção de alimentos. "*Naqueles tempos*", segundo informou o seu Dercilio, "*no assentamento parecia existir harmonia no grupo dos trinta e um assentados. A cooperação entre todos e o auxílio dos coordenadores do ITESP da região possibilitou até organizar e realizar uma bela festa para Araraquara e região. Chamamos A Festa do Milho Verde*⁵. *A festa proporcionou ao grupo adquirir um freezer e um fogão industrial, a aquisição desses aparelhos por acordo coletivo propunha o planejamento do segundo evento*".

Com o decorrer do tempo foram surgindo pequenos grupos que iam se apartando do coletivo sem qualquer motivo específico aparente. No assentamento isso começou a trazer rompimentos. Amizades e expressões de cooperação iam desaparecendo e um individualismo competitivo na produção tomava o assentamento. Um fenômeno que acaba por ocorrer com frequência em assentamentos, como está descrito em Maciel (2009):

O caso de Araraquara denota um grande preconceito do grupo mais identificado com a reforma agrária em relação ao grupo com menos estrutura. Grupo que, com mais facilidade, aderiu à tentação de arrendar as terras obtidas para plantadores de cana-de-açúcar, uma negação prática da própria reforma agrária que o beneficiou (MARTINS apud MACIEL, p.223, 2009).

No assentamento do Horto de Bueno não existem expressões de hegemonia política, econômica e social, o que exigiu da pesquisa a identificação dos vários grupos de assentados existentes vivenciando o mesmo assentamento. Existe no Horto de Bueno de Andrada um grupo de antigos arrendatários que quando

⁵Essa festa ocorreu no ano de 1998, no mês de junho. Como a produção do milho foi muito boa naquele ano, resolveram fazer a festa. "A Festa do Milho Verde" como foi divulgado foi o nome dado justamente para apresentar à população local a capacidade de produção agrícola do assentamento de Bueno de Andrada. Foi feita divulgação nos jornais impresso e falado do município de Araraquara e região. O êxito com a festa foi admirável, quase não foi possível atender à quantidade de pessoas que vieram prestigiar a festa. Tratou-se de um evento que envolveu todos os assentados do Horto, talvez a única vez em que os assentados desse assentamento trabalharam consensualmente num processo de cooperação.

recebeu a terra para uso tinha suporte econômico para implantar qualquer atividade agrícola. Outro grupo de pessoas que comprou, de outros assentados, o direito de uso da terra, que na maioria passou a empregar pessoas dentro do assentamento e foi agraciado pela Fundação ITESP com projetos e recursos econômicos fundiários, grupo de meeiros que sempre exploraram atividades em parceria e trabalhadores rurais boias-frias.

Alguns desistiram da reforma agrária e abandonaram seus lotes, ou venderam o direito de uso da terra. Aos poucos, alguns dos trabalhadores rurais assentados perderam o gosto pela agricultura e o trabalho familiar na terra. Ao desacreditar da proposta de reforma agrária, diminuiriam a produção de alimentos e passaram a buscar outras formas de "explorarem" a terra, inclusive através de parcerias com o agronegócio da região. Um fenômeno que não acontece de forma isolada apenas nesse assentamento, e que muitas vezes surge no assentamento como forma de permanência na terra.

Por este motivo, os assentados, ora tentam se inserir no mercado como produtores de matéria prima para o agronegócio, como é o caso da cana e do leite, ora procuram se inserir nas cadeias produtivas, como padrões muitas vezes associados aos produtos artesanais, orgânico/agroecológicos. Ambas as estratégias de produção e comercialização, na maioria das vezes individualizadas, têm por objetivo manterem-nos como agricultores familiares (MACIEL, p.222, 2009).

Ao entrevistarmos o senhor Dercílio, nos contou que foi ele um dos primeiros a abandonar o sonho da terra no assentamento do Horto de Bueno e vender sua benfeitoria à outra família. O senhor Dercílio é um homem de mais de 70 anos de idade e quando ocorreu a aquisição do uso da terra no assentamento do Horto de Bueno os filhos não quiseram acompanhá-lo, portanto ficou apenas ele e sua esposa no lote. Uma pessoa simples de um conhecimento notável em agricultura e trabalhos artesanais em madeira e couro crú⁶. "*A minha vontade era de ficar*

⁶A entrevista feita com o senhor Dercílio foi feita depois de sua saída do assentamento do Horto de Bueno de Andrada, não suportou viver na cidade voltou para o assentamento VI da fazenda Monte Alegre. Mais especificamente, hoje ele mora na sede da fazenda CODASP, atual Horto de Silvânia, um assentamento com 19 famílias pertencente ao município de Matão-SP.

aqui no assentamento, mas nenhum dos meus filhos quis acompanhar a mim e a minha esposa, mesmo com a idade avançada, tinha muitas esperanças com a aquisição da terra. Eu trabalhei aqui no Horto de Bueno e na Fazenda Monte Alegre ainda quando era CODASP, hoje estou vivendo na antiga sede da fazenda Monte Alegre, e penso na 'burrada' que fiz em trocar um lote de 12,9 hectares de terra por uma casinha de três cômodos num terreno de 150 metros quadrados". Interessante notar na fala deste assentado a valorização do espaço que se tem no assentamento em contraposição ao espaço restrito da casa da cidade: por motivo de não ter força de trabalho suficiente para trabalhar no lote, ele vendeu o lote e comprou uma "casinha" na cidade, mas se arrependeu e hoje vive na sede da fazenda Monte Alegre (assentamento vizinho ao Horto de Bueno), à espera de sair outro lote para se mudar com sua família.

Foram muitas famílias que desistiram de continuar a peleja pela terra. O senhor Isaias, como uma pessoa que presenciou toda a construção desse assentamento desde o momento da ocupação e que foi uma liderança em busca de melhorias diz: *"Depois que o Senhor Dercilio vendeu sua benfeitoria e o direito de uso à outra família, isso foi um estímulo necessário para que outros assentados deixassem a terra. Que eu me lembre das famílias que abandonaram o assentamento foram a família do seu Dercilio, Doca, da dona Tereza, Banguela, seu Pedro, Cabelinho, seu Sebastião, Careca e por último a dona Assunção que vendeu a benfeitoria do seu lote neste ano de 2010."* Como um efeito em cascata, grupo importante de pessoas teve alguns impedimentos em permanecer na terra.

No decorrer da formação do assentamento surgiram vários projetos agroindústrias. Segundo informações obtidas, registradas em diários de campo, observamos projetos de mandioca brava para a fabricação de farinha, o plantio de eucalipto, criação de gado leiteiro e cultivo de feijão de porco. Com o estímulo da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, através de um financiamento junto ao Banco do Brasil puderam efetuar a compra de gado leiteiro. Mas foi a parceria da cana a matéria controversa no assentamento.

Constata-se uma descontinuidade nas propostas de desenvolvimento a partir de "parceria" agroindustrial. Segundo a dona Maria, *"o feijão de porco deu um bom resultado. Como a indústria que fornecia as sementes, comprava toda a colheita. Infelizmente foi plantada apenas uma lavoura e não se repetiu"*. Outra tentativa foi o cultivo de mandioca brava para a indústria de farinha. Foi plantada a mandioca a custo do assentado, financiada junto ao Banco do Brasil

e a indústria nunca surgiu no assentamento para a colheita. Nas palavras da dona Maria também assentada do Horto de Bueno, ouvimos: "*Nós não podíamos mexer na terra onde estava plantada a mandioca e nem tirar a mandioca e vender aleatoriamente para outro comprador, pois o contrato de financiamento nos prendia com a tal farinha, esta que eu nunca vi no assentamento, nem mesmo sei dizer o nome da empresa. A única orientação que tínhamos é que não podíamos retirar a mandioca para não descumprir o contrato. A consequência foi que a mandioca nunca foi tirada e apodreceu na terra e atualmente estamos pagando o custeio para o Banco Financiador que é o Banco do Brasil.*"

A proposta mais eficaz parece ter sido a do gado leiteiro. O senhor João nos informou que os assentados que financiaram junto ao Banco do Brasil para a compra de gado não tiveram prejuízos. "*Com este financiamento o assentado não receberia o dinheiro como nas vezes anteriores, o assentado tinha que procurar o gado, informar o banco e um técnico avaliava a proposta e se aprovado pelo banco, pagava a compra. Obtivemos várias respostas positivas sobre este financiamento. Foi com a produção de leite e os bezerros que iam nascendo que o assentado buscava pagar os empréstimos anteriores.*"

A cana-de-açúcar entra no assentamento: por escolha ou imposição?

Quando a proposta de parceria com o agronegócio canavieiro chega até o Assentamento de Bueno de Andrada, a maioria dos assentados era contra. A proposta da cana conflitava diretamente com o primeiro termo de permissão de uso da terra adquirido pelo assentado no ano de 1997, que proibia sob a pena de perder o lote. "*Nós não queríamos a cana, segundo o que nos foi orientado é que se ocorresse contratos com usinas nós perderíamos a terra.*" Mas a cana já era um fato nos núcleos I, II, III, IV e V do assentamento Monte Alegre, mesmo assim os assentados tinham receio em fazer uma parceria. "*Eu sempre plantei cana para tratar do gado e nunca farei acordo com usinas mesmo hoje que foi liberado. Pois o meu termo de permissão de uso que tenho é do ano de 1997, não havendo renovação ou revogação deste termo, respeito o que ali está escrito*", nos informou o senhor Isaías. O assentado, temeroso com o que poderia acontecer se aderisse à parceria com a usina, negava a proposta.

No Horto de Bueno, uma pequena parcela de assentados resistiu à parceria. Nas palavras do senhor Antônio "*nós, assentados que não contratamos com a usina Maringá passamos a sofrer pressão por parte dos assentados associados com a usina e também por parte dos técnicos da Fundação*

ITESP que constantemente traziam o contrato de parceria com a finalidade de nos convencer a assinar, inclusive negando-se a desenvolver outros projetos para estes assentados e novas linhas de créditos para outra atividade agrícola que não fosse a cana". Dessa maneira, a cana foi implantada no assentamento do Horto de Bueno de Andrada.

A Fundação ITESP trabalhou por anos a fio com objetivo de conduzir os assentamentos para a parceria com o agronegócio canavieiro local como fator indispensável para o desenvolvimento econômico do assentamento. Para isso foi criada a portaria 75/02 da fundação ITESP e sua revogação pela mesma instituição com a portaria 77/04, através das quais foram abertas as portas para a cana nos assentamentos paulistas administrados pela Fundação ITESP.

Os contratos de parceria entre o assentamento de Bueno de Andrada com a usina foram firmados com vigência de 5 anos (na verdade, 5 safras). Os assentados cediam o solo e a usina ficaria responsável por todo o processo produtivo e todo o trabalho fornecido pela usina seria descontado da produção final dos produtores. Apenas o corte seria de responsabilidades dos assentados, que o fariam em sistema de mutirão. Diante dos possíveis prejuízos impostos aos assentados através da parceria agrícola com a usina Maringá, ou outras atividades agroindustriais, talvez o de maior intensidade depois da perda do direito de uso da terra, tenha sido a descaracterização do assentado enquanto segurado especial do INSS.

Reclamação formulada por muitos assentados que aderiram à parceria. Legalmente, os assentados estariam deixando de ser produtores da agricultura familiar, para se tornar fornecedores, portanto "patrões." Tal informação foi confirmada pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara⁷, órgão responsável por declarar a atividade rural do assentado na região. A ingerência que o Sindicato exercia sobre os assentamentos de Araraquara parece ter acabado

⁷O Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara está ligado à FERAESP (Federação dos Empregados Rurais do Estado de São Paulo). Iniciou-se em 1989, como decorrência dos movimentos sociais que eclodiram por volta de 1984 e 1985. A partir das crescentes demissões dos trabalhadores bóias-frias a FERAESP toma para si a liderança dos movimentos sócias de demanda e luta pela terra. A FAF (Federação da Agricultura Familiar) não tem presença marcante na trajetória de lutas e demandas pela terra e no processo de construção dos assentamentos rurais. Tal referência é feita com o objetivo de discutir o polemico perfil da FERAESP, ligada na realidade a sindicatos que buscam representar a diversidade de interesses que existem no meio rural. A posição do Sindicato, contrária à concessão da certificação à atividade rural exemplifica tais controvérsias.

no ano de 2010, deixando este de ser responsável por afirmar a atividade agrícola da agricultura familiar, o que passa a ser da incumbência dos órgãos gestores.

Segundo afirmou seu João: *"Para o reconhecimento do assentado como segurado especial do INSS e ter direitos aos benefícios, era necessária uma declaração do Sindicato dos Empregados Rurais do município de Araraquara reconhecendo a atividade. O presidente do sindicato, o senhor Élio Neves, passou a negar a declaração de atividade rural para todo assentado que firmou contrato de parceria com a usina Maringá."* Outra informação colhida em pesquisa de campo no assentamento e com uma entrevista com o presidente do Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara é que a política da cana no assentamento contraria as propostas de reforma agrária. Segundo o senhor Élio Neves, a estes assentados caberia a responsabilidades por suas despesas previdenciárias uma vez que deixavam de serem produtores para se tornarem patrões.

Não se tratava exclusivamente de uma condição legal, ou ilegal, visto que a exigência era feita pelo próprio INSS. Não havendo outro órgão na região que pudesse reconhecer a atividade laboral agrícola familiar, ficou a cargo do Sindicato esta avaliação. Entretanto, o Sindicato dos Empregados Rurais é uma instituição que tem como prioridade representar os trabalhadores rurais, isto é, empregados que exercem atividade agrícola remunerada por um empregador. Enquanto o sujeito que exerce atividade agrícola familiar é representado pelo Sindicato da Agricultura Familiar, existente em âmbito estadual, a FAF (Federação da Agricultura Familiar). Mesmo com representatividade no Estado de São Paulo.

Tal federação é praticamente inexistente na região de Araraquara mesmo com dois grandes projetos de assentamentos com quase 700 famílias assentadas.

Em 2007, quando o assentado acorda com a usina a parceria agrícola, o Sindicato exercendo controle político sobre o assentamento passa a negar a certificação de produtor rural da agricultura familiar. Um assentado, necessitado da carta para requerer um auxílio doença junto ao INSS, falou-nos o seguinte: *"Não sei porque o Elio Neves nega a carta para o meu afastamento, é verdade que plantei cana no lote, mas está tudo certo como pede a lei. Plantei cana, mas sob a orientação da Fundação ITESP e me informaram que isso não me traria nenhum prejuízo, pois a portaria 77/2004 segundo o que falam, nos autorizou a exercer esta atividade agrícola". Em ocasião oportuna, num simpósio sobre reforma agrária, o senhor Elio Neves estava compondo a mesa, e quando foram abertas as perguntas, foi-lhe indagado sobre esta questão do INSS e da certificação através do sindicato e obtida a seguinte resposta, "bom, isso era uma exigência que o INSS fazia e que*

hoje não há mais a necessidade, pois o Instituto Nacional de Seguridade Social tem novas formas de buscar provas da atividade agrícola familiar e a cana não é mais requisito para o indeferimento do pedido do assentado."

No horto de Bueno de Andrada, a cana sob proteção do Itesp

O processo de implantação da cana no horto de Bueno de Andrada, seus resultados e perspectivas para o futuro merecem esclarecimentos. O contrato firmado é com a usina Maringá tem o seu término programado para a safra de 2012. A proposta da cana não chega aleatoriamente no assentamento, mas surge como uma proposta da própria Fundação ITESP auxiliada por alguns assentados que exerciam o papel de "lideranças" desta parceria. É importante mencionar, que todas as vezes que a usina se reunia com os assentados do Horto, a Fundação ITESP estava presente, exercendo o papel de vigilante mediadora.

Podemos fazer uma análise da gerência que a Fundação ITESP, como mediadora junto à usina Maringá, fez, através da experiência vivida e que nos foi relatada pela dona Maria que nunca quis contratar a parceria com a usina Maringá, mas, por vontade do marido, quase assinou o contrato contra sua própria vontade. Segundo nos informou, numa reunião sobre o projeto da cana, foi solicitada dos presentes a assinatura de quem tinha a intenção de uma possível contratação de parceria. Seu marido, presente, assinou tal intenção de contratação. Quando o fato chegou ao conhecimento da dona Maria, ela, de imediato, mostrou sua intenção de não aderir à parceria. O que trouxe para si muitos problemas, principalmente conjugais. *"Eles fizeram esta reunião, e pegaram a assinatura de quem tinha interesse de contratar a parceria, mas não se tratava da assinatura do contrato. Como eu não estava presente nesta reunião só fiquei sabendo que se tratava da produção de cana no assentamento. Um dia qualquer chegou o técnico do ITESP marcando uma reunião para assinar o contrato da cana. Eu logo disse para o meu marido que não iria assinar este contrato. Ao sairmos de casa, eu e meu marido começamos a discutir, pois ele queria a parceria e eu não. Chegamos à sede do Horto onde estavam todos os interessados na parceria reunidos. Tinha assentados, representantes da usina Maringá e a fundação ITESP, todos presentes. Coincidência ou não, o primeiro nome a ser chamado para assinar o contrato foi o meu. Temerosa pela pressão que todos ali exerciam contra mim, quase me obrigando à força a assinar o contrato, saí da sala e fui para a minha casa. Chegando em casa, não me senti bem, passei a ter tonturas e enjoo, corri para o posto de saúde de Bueno de Andrada. Quando lá cheguei, o*

representante da usina estava à minha procura para assinar o contrato. Por mais uma vez neguei assiná-lo. Ao ser atendida pela enfermeira Luiza, contei o que estava acontecendo e que os meus filhos não estavam sabendo disso, por isso eu não quis assinar. A enfermeira, após medir a minha pressão, me orientou a não fazer nada contra a minha vontade. Foi o que eu fiz. O meu marido ficou dias sem falar comigo, quase tivemos um rompimento conjugal por conta disso." Diante tais expressões da violência simbólica de gênero, muitas vezes reprimidas, dona Maria conseguiu superar a pressão que vinha de muitos lados, fez prevalecer sua vontade contra uma coisa que parecia inegável, e o fez na frente de todos.

Perguntamos ainda o porquê da necessidade da assinatura da dona Maria no contrato, pois o marido já tinha assinado e se isso não era o suficiente. Ela disse: "*Não, eles queriam a minha assinatura, se eu não assinasse o contrato não teria validade, a necessidade era que eu e o meu marido assinássemos, mas principalmente a minha assinatura, pois segundo o técnico do ITESP, eu que sou o titular do sítio, como todas as mulheres do assentamento o são, e sem a assinatura do titular não haveria contratação.*" Esse mesmo contrato foi-nos cedido como parte do acervo documental adquirido em pesquisa de campo.

Mas não ficou por aí. Continuando seu depoimento, disse: "*Por várias vezes o representante da usina veio até a minha casa trazer o contrato para que eu assinasse, e recusei todas as vezes. Por fim, o técnico do ITESP trouxe o contrato e deixou em casa, caso eu resolvesse assiná-lo. Não o fiz, mas isso só foi possível porque os meus filhos me apoiaram. O meu relacionamento conjugal só voltou à vivência normal depois que o meu marido viu que na primeira safra ninguém ganhou dinheiro com a parceria.*" Enfim, a própria "normalização" do relacionamento conjugal de dona Maria foi regulada pela safra da cana, e a principal razão que fez seu marido voltar ao normal foi o baixo retorno financeiro dos demais.

O caso da dona Maria não foi um caso isolado no assentamento. Outro que chegou ao nosso conhecimento foi o caso da dona Assunção, mas o relacionamento conjugal de quase trinta anos não suportou as diferenças de opiniões sobre plantar ou não a cana no sítio. Semelhante à dona Maria, a dona Assunção também não queria o contrato de parceria. Mas esta não suportou a pressão, acabou cedendo ao plantio da cana após o marido sair de casa. Descontente com a parceria desistiu da terra, vendendo sua benfeitoria à outra família e se mudou para a cidade.

Paradoxos e indefinições na dependência da cana

Segundo o senhor Irineu, um assentado que assinou contrato de parceria com a usina Maringá e que nos informou a respeito da mediação para que isso fosse possível: *"A fundação ITESP esteve presente em todas as reuniões que tivemos com a usina Maringá e por muitas vezes foram os técnicos da Fundação ITESP que eram incumbidos de levar o contrato para o assentado assinar. Foram os principais mediadores junto a esta negociação, não havendo a presença do município e nem do sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara. Como o Sindicato é contra este tipo de atividade agrícola no assentamento, não participou das negociações."*

Conta-nos que na ocasião da assinatura do contrato a cana estava valendo aproximadamente R\$ 53,00 a tonelada e foi pago para os assentados valores que chegaram a R\$ 9,00 a tonelada da cana na ocasião da colheita. *"Eu arrendei para a usina Maringá plantar cana em 8 hectares de terra, como não tinha condições de fazer o investimento para efetivar o plantio da cana, a usina ficou responsável por esta mão de obra, e nós pagaríamos em toneladas de cana este serviço. Acontece que na colheita da primeira safra, obtive apenas 400 toneladas de cana nos 8 hectares de terra arrendado. A usina veio e deu manutenção na terra, segunda a empresa, ela adubou, jogou calcário na terra e pesticida para matar as pragas. Mesmo com esta manutenção fornecida pela usina, na safra seguinte, ou seja, no segundo corte foi colhido apenas 247 toneladas de cana nos mesmos 8 hectares de terra. E hoje a usina não está querendo tirar a cana plantada em meu sítio, de toda a área plantada acredito não chegar a 100 toneladas de cana neste ano de 2010. Nos dois anos de safra, 2008 e 2009, recebi apenas R\$ 3.134,11 pela minha produção."* Diante destas informações foi possível calcular a quantidade de toneladas de cana por hectare, pois o ano de 2008 com uma produção de 400 toneladas de cana, rendeu por hectare apenas 50 toneladas e no ano de 2009 com uma produção de 247 toneladas, rendeu por hectare 30,875 quilos, quase 31 toneladas de cana por hectare.

Ao observarmos a plantação de cana do senhor Irineu, encontramos uma cultura totalmente devastada, tendo apenas algumas moitas de cana espalhadas no espaço dos 8 hectares de terra. Sem que questionássemos sobre a precária plantação, o senhor Irineu já foi dando-nos explicações. *"A cana está nestas condições devido à falta de uma assistência técnica qualificada. A usina veio dar a manutenção, mas não sei o quanto ela gastou de insumos agrícolas por hectare de terra. A única coisa que posso dizer é que quando*

o trator ia passando o adubo, caia uma porção aqui e outra lá na ponta. Acredito que a baixa produtividade dos dois primeiros anos ocorreu devido à falta de adubo, calcário e o controle de praga. A maior preocupação é que se eu não tirar a cana este ano, o ano que vem não tenho condições econômicas de refazer o plantio, e não gostaria de ficar preso à usina por mais 5 anos. Por mim, a usina poderia desistir do contrato e nunca mais voltar aqui, seria um alívio."

Não deixamos de perguntar para o senhor Irineu sobre a perspectiva em relação à cana para a safra de 2010 mesmo em tais condições. Ele disse: "*Eu mesmo não tenho nem como te responder a esta pergunta, faz mais de dois meses que estou esperando uma resposta da usina Maringá o que eles vão fazer com a minha terra, e até agora nada. Sei que a cana que está no meu sítio não vale a pena tirar. Mas a usina deveria dar um posicionamento sobre isso. Enquanto não tivermos uma resposta certa, acreditamos é nos boatos que circulam no assentamento. No meu caso, dizem que a usina Maringá irá arrancar esta cana e fazer um novo plantio. Não sei se realmente isto irá acontecer, e se for verdade, acredito que as custas do novo processo de plantio além de prorrogar o contrato por mais 5 anos, serão pagas por nós assentados."*

A atual situação do senhor Irineu não é única no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. Dos 23 assentados parceiros com a usina Maringá quase todos estão na mesma condição. Uma baixa produção e que este ano não haverá quase cana para cortar. Há exceções encontradas no assentamento, em que a produção de cana tem mantido um padrão satisfatório de produção. Tais assentados têm uma perspectiva de lucro com a produção da cana, como ocorrido nos dois anos anteriores. Ao perguntarmos para o senhor Irineu qual o motivo da diferença da produção entre um ou outro lote ele nos respondeu que estes produtores deram a manutenção no solo por conta própria. "*As pessoas que irão tirar uma boa produção da cana este ano são assentados que tinham condições econômicas para investirem na terra, ficaram por suas responsabilidades fazer a subsolagem da terra, jogar calcário e adubar. Tendo também de dar a manutenção no controle das pragas e fizeram, pois o resultado é visível. Não existe como comparar com o trabalho prestado pela usina para nós. Eu, mesmo que quisesse investir na cana, como eu disse, ganhei nestes dois anos de safra, 2008 e 2009 apenas R\$ 3.134,11 que foram divididos em 5 parcelas. Sem dizer que com este valor em dinheiro não conseguiria manter em nível de produção mais do que 1 hectare de terra."*

Foi-nos possível apurar em pesquisa de campo que após as negociações dos assentados do Horto de Bueno com a usina Maringá e a implantação da cultura canavieira no assentamento, a Fundação ITESP se ausentou da relação que unia assentado, usina e a Fundação ITESP. A Fundação ITESP passa a atuar no assentamento como se não soubesse da parceria ou que a mesma não estivesse regrada pela legalidade, isto é, regulamentada pela portaria 77/2004 da Fundação ITESP. Fato que se justifica com a completa ausência da Fundação ITESP nas negociações de preço por tonelada de cana, custo de mão de obra, carreto, corte, pela própria assistência técnica e, por fim, o balanço anual para a análise da viabilidade da parceria. Compromisso outorgado à Fundação ITESP por ela mesma através da portaria 77/04 e não cumpridas no presente.

O assentado pouco conhece da portaria 77/04, chegando ao seu alcance apenas que esta "lei" é que permitiu o plantio da cana em parceria com a usina no assentamento. Ao ser apresentado ao assentado o texto da referida portaria, e mesmo esclarecendo ao assentado que no texto da portaria são garantidos direitos além do que foi estipulado em contrato, foi comum encontrarmos nos entrevistados a falta de "força" para se empenharem numa disputa litigiosa. Como afirmou o senhor Irineu. *"O que nós sabemos sobre esta portaria é que sem ela o plantio da cana seria irregular. E com a legalização poderíamos fazer parcerias com as empresas, inclusive usinas de cana-de-açúcar. Mas vendo o que está escrito, e como foi lido, parece que a gente tinha que ter tido um apoio maior da parte do ITESP. Como foi aqui explicado (na portaria), os técnicos tinham que ter acompanhado todo o processo produtivo e garantir o preço da produção. Mas o que eu não entendi foi sobre a parte que fala de plantar um terço da terra que sobra com alimentos. Aliás, nunca falaram destas coisas com a gente, é sempre assim, estão sempre procurando um jeito de dificultar as coisas pra gente. O que os técnicos do ITESP diziam é que nós éramos os interessados, nós que deveríamos ir atrás de acompanhar pesagem da cana, saber valor de frete, quanto custou o corte da cana, controlar manutenção da cana como adubagem e controle de pragas. E que eles não tem nada a ver com essa parceria. E o que a gente pode fazer contra isso? Ainda mais se for uma pessoa só. O que a gente precisava é que alguém que conhece fizesse isso prá nós."*

A fala do senhor Irineu demonstra insatisfação pela falta de assessoria técnica. E com a dificuldade para agir, que muitas das vezes advém da precária organização dos próprios assentados, que esperam o auxílio sem reunir efetivos canais de reivindicação. No caso da parceria observamos que a Fundação

deixa a cargo do assentado toda a responsabilidade da contratação. A usina se defende como pode através da via legal e se resguarda de qualquer prejuízo aparente. No entanto, buscamos junto aos técnicos da Fundação absorver alguma informação que fosse necessária para compor o cenário dos acontecimentos.

Foi possível, numa ida a campo, encontrar alguns técnicos da Fundação ITESP. Nesta ocasião, trabalhadores rurais do assentamento Monte Alegre VI se reuniam no barracão, lugar comum dos assentados para reuniões, festas e eventos e uma das coisas que estavam discutindo era sobre a cana. Ao final da reunião entre assentados e a Fundação ITESP, foi sugerida uma pergunta a um dos técnicos justamente sobre a responsabilidade da instituição junto às dificuldades que o assentado vinha tendo na ocasião com a parceria. E o que mais preocupava os trabalhadores era a pesagem da tonelada de cana por hectare no assentamento. Pois os trabalhadores estavam descontentes com os resultados da safra de 2009. A resposta foi dada de imediato por um dos técnicos, "*ora a cana pertence a vocês, se vocês que são os interessados não se reuniram para acompanhar a pesagem da cana o que nós podemos fazer? Quem foram os "idiotas" foram vocês mesmos que ficaram esperando alguém fazer alguma coisa. Agora já foi, o que vocês podem fazer é se reunirem para fazerem isso na safra que vem. Não adiante chorar o leite derramado*".

Nessa ocasião presenciamos o posicionamento do técnico da Fundação ITESP. Parece não ter divergência no grupo técnico a respeito do problema da cana, pelo contrário o consenso predomina a respeito. A afirmação de que a fundação ITESP não está envolvida nessa relação de parceria expressa bem as ambiguidades desta parceria. Ficou bem claro para o assentado, segundo o técnico, que eles estariam contratando por conta própria e que à fundação ITESP caberia unicamente acompanhar o decorrer do processo.

Encontramos⁸, numa outra visita de campo o responsável geral da Fundação

⁸Em ocasião de uma ida a campo com o grupo de pesquisadores do NUPEDOR (Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural), na Fazenda Monte Alegre, projeto de assentamento VI, sendo intuito principal entrevistar um grupo de mulheres que trabalham na panificação, projeto estruturado pela gestão municipal anterior no assentamento VI da fazenda Monte Alegre, lá estava o responsável pela Fundação ITESP de Araraquara. No momento em que fazíamos as apresentações, ele se dispôs a colaborar com nossas pesquisas, possibilitando uma breve entrevista

ITESP pelo setor de Araraquara. Estávamos na associação de mulheres, uma panificadora situada no assentamento VI da Fazenda Monte Alegre, que, aliás, fica do lado da escola municipal Maria de Lurdes Silva Prado, de frente para o barracão da comunidade e próximo ao posto de saúde. Local onde se encontram, com frequência, os profissionais da assistência técnica da Fundação ITESP, os quais insistem em reafirmar que o processo legal de aprovação ou reprovação de projetos de parceria com as agroindústrias deu-se sob o regimento da portaria 77/2004.

Diante da pergunta se teria ocorrido algum tipo de licitação para a escolha da empresa parceira ou se a fundação ITESP deu publicidade aos atos de contratação entre usina Maringá e assentamento, a resposta foi pouco convincente apesar da Fundação ITESP se equipara às autarquias, pessoa jurídica de direito público, ter em sua estrutura legal, a obrigatoriedade de cumprir o princípio da publicidade de seus atos, obtivemos a seguinte resposta: *"O contrato é feito pela Usina e encaminhado para a Fundação ITESP, nós mandamos para a fundação em São Paulo, lá é feita a análise das condições e encaminhado de volta para Araraquara, com o deferimento ou indeferimento da proposta. O que eu sei a respeito, é que não houve nenhum tipo de edital para chamar contratação com as agroindústrias, mesmo porque quem está contratando não é a Fundação ITESP e sim o assentado. Mesmo que a Fundação tenha acompanhado, sobre projeto aprovado não ocorreu qualquer publicidade, não teve publicação alguma em diário oficial ou jornal da região. Apenas ocorreu como havia dito. A usina manda uma proposta, nós, responsáveis pela região de Araraquara mandamos esta proposta para São Paulo e lá é decidido se aceita-se ou não. Após esta etapa, é encaminhado novamente para nós de Araraquara. No caso com a usina Maringá, quando saiu o deferimento nós apenas trouxemos junto com representantes da usina os contratos para os assentados assinarem."*

Ambiguidades é que não faltam na análise das complexas parcerias dos assentados com grandes empreendedores do agronegócio que exploram atividades agroindústrias. No entanto, elas não ocupam todo o espaço e a produção gerada no assentamento. Persistem embriões de outros modelos de desenvolvimento rural. O reconhecimento da terra como meio de subsistência é fundamental para as relações de produção agrícola nos assentamentos. A diferença nas escolhas da produção feita pelos assentados numa mesma região se apresenta, em alguns casos, segundo a origem familiar. Identificamos no

Assentamento de Bueno de Andrada famílias que vivenciaram a produção em parceria e que não esqueceram as técnicas de produção agrícolas. Estas famílias conseguem manter uma produção de subsistência, consorciando com a parceria feita para a produção agrícola agroindustrial administrada pelo mercado do agronegócio canavieiro. São pontos de resistência a favor da consolidação da reforma agrária voltada para a produção de alimentos e a vivência familiar de forma cooperada.

Esta resistência representa um contraponto ao estilhaçamento do saber estimulado pelas parcerias. O sistema econômico do capital representado pelo agronegócio, percebendo a fragilidade existente nos assentamentos, não deixou de pressionar o pequeno produtor para se inserir nesse processo de produção. Ao analisarmos a produção agrícola do Horto de Bueno, vimos terem sido poucas as políticas públicas voltadas para a produção na agricultura familiar, o que leva os assentados para a parceria com usinas plantando a cana-de-açúcar, situação que não pode, como firmado, ser generalizada.

Em meio à cana, a diversidade se faz presente no assentamento

Apesar da falta de infraestrutura pública no assentamento e da pressão para o assentado aderir ao mercado agroindustrial, encontramos também no assentamento outras experiências que podem ser observadas por outra perspectiva. Fica nítida a resistência quando nas pesquisas de campo encontramos paisagens de uma agricultura com culturas diversas contracenando com a cana.



Foto 1 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Ao percorrermos o assentamento, identificamos que em cada sítio investigado se encontra mais do que uma atividade econômica. Algumas das famílias, além das atividades econômicas, mantêm uma agricultura de alimentos voltada para o próprio consumo familiar. Conforme Duval (2009), nos assentamentos são formados mosaicos de produções agropecuárias diversificadas, mas que estão inseridos numa região homogeneizada em que predomina a cana-de-açúcar. Temos como exemplo o sítio da dona Maria. Observamos que a principal atividade econômica no sítio é a produção de leite. Além da produção de leite que é vendida para uma cooperativa da região, encontramos como atividade agrícola no sítio da dona Maria, uma plantação de feijão, milho, mandioca, abóbora, uma horta repleta de hortaliças e legumes com pequeno pomar de variados pés de frutas que rodeiam a casa. E animais típicos como galinhas e porcos são comuns a quase todos os sítios, com exceção, alguns granjeiros que não criam galinhas caipiras, para evitar a transmissão de uma possível "contaminação" viral, pois os frangos de granja são muito vulneráveis.

Também há uma plantação de cana, mas esta é destinada à comercialização do caldo, a conhecida garapa, o excedente é transformado em ração para o gado leiteiro. No sítio mora a dona Maria e seu esposo, uma filha e três netos. O marido é funcionário de uma usina da região, a filha é auxiliar de cozinha e um dos netos empregado de uma rede de supermercado da região. Ficando no sítio apenas a dona Maria, um neto de 14 anos e uma neta de 8 anos, são eles os responsáveis pela organização da produção no sítio.

Na grande maioria, os filhos e netos estão sempre envolvidos com atividades fora do assentamento, algumas das vezes encontramos o "chefe" de família trabalhando fora do assentamento. Por necessidade econômica, já que a produção agrícola não consegue absorver toda a família. Seja pela mecanização que facilita o trabalho como é o caso das granjas, ou pela pouca produtividade, onde apenas um percentual da terra disponível é utilizado.

Existem lotes em que moram mais de uma família, é o caso do lote do senhor Salomão e do senhor Sebastião. O senhor Salomão fez contrato com a usina Maringá, ficou descontente com o resultado, mas permaneceu com a cana plantada no sítio. Este produtor não está muito distante da realidade do senhor Irineu, outro dos nossos entrevistados. A cana deu pouca produtividade, tanto no primeiro como no segundo corte e, para esta safra, a cana está com muitas falhas.

Uma de suas filhas que reside no sítio cultivava uma horta. Nesta horta há

uma produção variada de espécies e as culturas acompanham o ciclo natural do ano. Sendo que a espécie que não produz em tal mês irá produzir no outro, rendendo-lhe, por semana, aproximadamente, R\$600,00 reais. Mantém uma plantação de bananas, uma horta com estrutura para a comercialização da produção, galinhas e porcos, mandioca, uma espécie comum no assentamento, principalmente a mandioca de mesa e sempre em período de plantio opta por plantar milho, que será utilizado na ração dos animais, como demonstra a figura abaixo.



Foto 2 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

O senhor Salomão, no entanto, produz em seu sítio cana com contrato com a usina. Mas este ano não entregará a cana como havia acordado com a Usina Maringá. Supondo que a produção não seria capaz de cobrir as despesas, vendeu a cana destinada à usina para um sitiante da região fabricar ração para o gado de confinamento. Com tal ato, o senhor Salomão rompeu, por conta própria, o contrato com a usina Maringá sem se dar conta de que no contrato existe uma cláusula que obriga aquele que romper o contrato a pagar uma multa de 200 toneladas de cana. Onde havia a cana da usina, hoje encontramos apenas resquícios de um canavial. Fato que está se repetindo, com frequência no assentamento do Horto de Bueno de Andrada. A cana está dando lugar a outro tipo de cultura agrícola.



Foto 3 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

No sítio do senhor Sebastião moram duas famílias. Ele, a esposa e um filho, este deficiente físico e, em outra casa, a filha, esposo e duas filhas. O senhor Sebastião é um homem que preservou consigo todo um conhecimento tradicional de agricultura. O seu sítio é muito bem formado, mantém uma reserva de eucalipto para uso próprio e eventualmente comercializa também, uma área destinada à experiência com agrofloresta, onde se encontra plantado em um mesmo espaço, banana, abacaxi, café, mamão, buchas, frutas como limão, laranja, abacate e jaca e algumas árvores da flora brasileira. Na ocasião do levantamento destes dados, o senhor Sebastião estava produzindo milho, mandioca, abóbora, os já mencionados eucaliptos e a área onde está constituída a agrofloresta, tem o seu gado leiteiro, mas o leite é destinado à produção de queijos. Como muitos outros assentados, o senhor Sebastião cria galinhas caipiras e porcos.



Foto 4 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Dos trinta e um assentados do Horto de Bueno, o sítio do Senhor Sebastião talvez seja o único em que as famílias trabalham com a estrutura da agricultura familiar. Todos estão envolvidos diretamente na produção agrícola do sítio. Recentemente, foram beneficiados com um projeto de financiamento via Banco do Brasil para a compra de um trator. Fato que mudou muito o dia-a-dia da família. Principalmente para sua filha e o genro que trabalham no sítio com a produção de uma horta para fins comerciais, a qual, segundo sua filha, consegue manter o básico para a família. Esta imagem mostra a horta do sítio do senhor Sebastião no início da sua implantação. Esta família não se tornou parceira da usina Maringá, no entanto, produzem cana. A cana produzida em seu sítio é destinada à ração do gado e para a moagem que fabrica o caldo.



Foto 5 – Horta do senhor Sebastião

O sítio do senhor Sebastião faz divisa com o sítio pertencente à família da dona Irene, que optou por fazer a contratação de parceria com a usina Maringá. Antes disso, principal atividade agrícola no sítio era o gado leiteiro. Quase todo o sítio era destinado a esta atividade, mas com a parceria esta área foi reduzida pela metade, o que levou o seu esposo a plantar um pouco mais do que os 8 hectare de cana para a ração do gado. Criam-se também galinhas caipiras e porcos.

Dona Irene, mantendo estas duas atividades agrícolas no sítio tem tido segurança econômica com o leite, além da aposentadoria do marido. A cana, como aconteceu com os demais, não teve muito resultado. Mesmo com a expectativa de uma baixa produção, a cana plantada no sítio da dona Irene está melhor do que a encontrada no sítio do senhor Salomão e do senhor Irineu.

Talvez porque o caso do sítio da dona Irene esteja na cabeceira de uma nascente e o solo seja mais úmido. Esta nascente é uma das nascentes que formam o córrego Ribeirão do Rancho Queimado e que faz divisa também com o sítio do senhor Sebastião. Dos lotes que têm água do rio (Sebastião e Irene), um é diversificado e tem estrutura familiar. Outro tem leite, mas também cana como principais estratégias de comercialização. Os outros sem o rio por perto têm produção mais baixa. Ocorre que o prejuízo ambiental pode ser inevitável em todos os casos, pois a plantação de cana da dona Irene ficou acima da nascente, sendo que toda a água que corre do seu sítio tem por curso comum o leito da nascente. E com a aplicação de insumos químicos no solo pode haver a contaminação de um córrego desde sua origem.

A nascente do Ribeirão do Rancho Queimado parece ter secado temporariamente. Na ida a campo no lote do senhor Sebastião, ele nos mostrou um pé de buriti, uma planta que vive em lugares alagados, mantendo a umidade do local. O senhor Sebastião trouxe duas mudas do estado do Tocantins, é uma planta muito encontrada no centro oeste e norte do país. Mas apenas uma permanecia no local plantada, a outra, segundo o senhor Sebastião foi furtada. A preocupação aqui apresentada pelo assentado é de manter a existência dessa nascente. Pois como sua família trabalha com a agricultura tradicional e a necessidade de água é certa, perder esta fonte natural seria muito prejudicial a sua produção. Uma vez que quase tudo o que se produz em seu sítio é voltado para o consumo familiar ele teme perder esta nascente. Para manter esse espaço com umidade constante, o senhor Sebastião com a sua família esta conseguindo organizar ao redor da nascente uma pequena agrofloresta, pois segundo o que determina a lei, ao redor de toda mina natural é necessário manter uma reserva em torno de uma circunferência de 50 metros. A área que foi devastada pela produção de eucaliptos sob a administração da CODASP está sendo recuperada por este produtor e sua família.

Quando a dona Irene contratou a parceria com a usina Maringá ela se encontrava afastada por um auxílio doença há algum tempo. Seu estado de saúde e a idade avançada não permitem que ela venha ter uma atividade laboral. Logo após a contratação de parceria a dona Irene teve nova perícia junto aos médicos do INSS (Instituto de Seguridade Social). Com perícia agendada, na ocasião da consulta a dona Irene deveria estar munida dos documentos comprobatórios de sua incapacidade para o trabalho, bem como os da atividade laboral agrícola que antecedia o seu benefício de auxílio-doença. Um destes documentos indispensáveis era uma carta fornecida pelo

Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara que daria prova da atividade agrícola como manda a lei. O sindicato, não reconhecendo a categoria de parceiro como agricultura familiar negou a referida carta. Dona Irene, segundo nossos levantamentos foi a primeira pessoa no Horto de Bueno a sofrer uma das conseqüências da parceria com a usina Maringá, a perda da condição de segurado especial do INSS. *Pois dentre outras expressão dos danos causados por uma parceria que tem se pautada por uma total assimetria de informações* (FERRANTE, 2008). Fato que atualmente foi superado após o INSS se utilizar de outros meios para que o produtor possa provar sua atividade laboral agrícola e familiar. Exemplo, apresentar notas fiscais de compra de produtos agrícolas que antecedem a data do pedido do benefício.

O sítio descrito a seguir é o do senhor Antonio. Lá residem três famílias. O senhor Antonio e sua esposa, o filho casado com duas crianças, a filha casada e um filho de uns cinco anos. Trabalham no sítio o Sr. Antonio, esposa, o filho com a família, que mantêm uma produção de leite e um barracão para a criação de frangos de granja. A granja do Sr. Antonio tem capacidade para uns 10.000 frangos aproximadamente, que, junto com pouco mais de cinqüenta litros de leite formava a renda principal das duas famílias. Mantinham, como os demais, outros tipos de atividades voltadas para o próprio consumo. Tem em seu sítio, além do gado e da granja, uma plantação de banana, esta em volta da granja para exercer influência no clima para o bem estar dos frangos. A mandioca, comum a quase todos os assentados, a cana para a ração do gado e como a granja fica distante da casa, isso possibilitou a criação de galinhas caipiras e porcos.

Atualmente o seu Antonio está sem frangos na granja. Como o seu Isaias mencionou em sua entrevista, a empresa só é responsável por tirar os frangos que ela coloca no barracão, não fornecendo qualquer segurança de continuidade da produção. A granja do seu Antonio não tem recursos automáticos, a alimentação dos frangos é distribuída manualmente, o que leva naturalmente a um gasto superior de ração pelo desperdício no manuseio. A empresa Rei Frango, parceira do seu Antonio alegou que na última tirada de frangos, isto é, após os quarenta e cinco dias de engorda, a empresa constatou que o gasto com a ração foi superior ao lucro com os frangos abatidos e decidiu não colocar mais frangos na granja do senhor Antonio. Aconteceu o mesmo com o seu genro. Mesmo residindo no sítio do Sr. Antonio, o genro constituiu uma sociedade com outro assentado do Horto de Bueno.



Foto 6 – Granja do Sr. Antonio

Já no sítio da dona Maria, ela produz de tudo. Lá residem ela, o esposo Vilmar, uma filha casada que junto com o marido auxilia no sítio. É um sítio que fica à beira da água e lá encontramos plantação de limão, laranja, criações de gado leiteiro, muitas galinhas caipiras e porcos. Também há mandioca e uma horta destinada à produção familiar. A dona Maria também é parceira da usina Maringá na produção da cana, mas a cana não rendeu o esperado pela família. Além do já mencionado, a expectativa da família de dona Maria era instalar uma granja em seu sítio. Mas com o orçamento familiar foi possível construir apenas o barracão. A sociedade com o genro do seu Antonio surge justamente para produzirem frangos no barracão da dona Maria. Como a dona Maria cedia o barracão, ficaram a cargo do sócio os equipamentos de alimentação e ventilação dos frangos e a mão de obra. A sociedade permaneceu até o mês de agosto de 2010, quando a empresa Rei Frango resolveu abandonar o barracão e não tornando a pôr uma nova remessa de frangos.

Foi-nos informado que o produtor agrícola que optou para trabalhar com avicultura, tem uma margem de lucro que está relacionada diretamente com a quantidade do consumo de ração que o frango irá consumir. O valor de cada frango para o produtor pode variar de R\$0,25 a R\$ 0,30 centavos de real por unidade. No caso do senhor Antônio e do seu genro, de alcunha Alemão, sócio da dona Maria do senhor Vilmar, o gasto com a ração foi tamanho que a tiragem dos frangos no mês de agosto foi suficiente para pagar apenas as despesas com a produção, não rendendo nada de lucro. É comum utilizar-se da forragem que fica no assoalho da granja para fazer ração para outros animais, principalmente para o gado e porcos. Neste caso,

a empresa alegou que os produtores estavam utilizando da ração dos frangos para tratar outros animais.

Esses resultados desastrosos que envolvem as parcerias mostram a precariedade da relação. Os assentados sem qualquer segurança de permanência da produção ficam a mercê da vontade dos empresários agroindustriais. Ditam condições e assombram os produtores estabelecendo uma instabilidade econômica no dia a dia do produtor rural assentado. Esse domínio traz também ao assentado a dificuldade de contratar com outra empresa, é como adentrar em um território já ocupado. Fato como o ocorrido com a família do senhor Antonio, seu genro e a dona Maria do senhor Vilmar são constantes em assentamentos rurais.

O senhor Antonio está com a terra preparada para o plantio neste ano de 2010. Optou por cultivar, em maioria da terra disponível em seu sítio, o milho. Como não é parceiro da produção de cana, conseguiu outro parceiro, este para a produção de milho. Segundo o que conseguimos levantar em pesquisa de campo, este parceiro permanece oculto, as contratações ficaram a cargo de um funcionário da usina Santa Cruz, um tipo de gerente regional da usina. Não podemos afirmar que a usina esteja envolvida na parceria, mas sabemos que as máquinas que estão dando manutenção na terra são de propriedade da usina. A parceria se constitui nos seguintes termos: o assentado disponibiliza a terra, o parceiro fica encarregado de toda a manutenção necessária para a produção do milho. Isso vai do preparo da terra à colheita. No final, avaliam as custas do investimento empenhado, este valor é apurado e reembolsado ao parceiro investidor e do que sobrar é feita a divisão, meio a meio entre o assentado e o parceiro investidor.

Esta não é a primeira união nessa parceria com o milho. No ano de 2009, este parceiro investidor cultivou milho no sítio da dona Cida e uma área de terra que equivale à metade do sítio. Pouco sabemos sobre esta parceria, as pessoas envolvidas não comentam, preferindo o silêncio. Este ano a dona Cida irá plantar todo o sítio de milho, a terra já esta pronta aguardando o momento oportuno. Dona Cida tem como principal renda laboral o trabalho com materiais recicláveis e a criação de porcos que são tratados com a sobra de alimentos recolhida em quitandas e supermercados. Em 2009 foram inseridos em sua renda os resultados da produção de milho. Em seu sítio hoje residem dois filhos e dois netos. Mas apenas ela e um filho são responsáveis pelo trabalho na terra, os demais são empregados em outras atividades fora do sítio. Criam-se também porcos, galinhas e uma plantação de mandioca.



Foto 7 – Pesquisa de campo no assentamento do Horto de Bueno de Andrada

Outro assentado do Horto de Bueno de Andrada que aderiu à parceria para a produção de milho foi a família do senhor Colarate, este reservou quase 80% da área disponível no sítio. Residem no sítio do senhor Colarate quatro famílias. Vive ele, sua esposa, um filho e uma filha, ambos solteiros em uma casa e compartilham nas atividades laborais do sítio. Mora também as famílias de dois filhos e uma filha no sítio. Muitos têm atividades econômicas fora do sítio, mas a grande maioria está envolvida com alguma produção na terra. A produção de milho em parceria será para o ano de 2010 e colheita em 2011, mas já existe todo um sistema de produção no sítio do senhor Colarate. Sua família optou pela produção de gado leiteiro, granja, estando em fase de construção o segundo barracão. Cada barracão com a capacidade de aproximadamente 10.000 mil frangos. Até recentemente mantinha uma plantação de feijão que foi colhida, e a terra preparada para receber este ano o milho. Como as demais famílias, eles também cultivam a mandioca e criam pequenos animais como galinhas e porcos para o autoconsumo.

Podemos falar agora um pouco da família Trovatti no assentamento. Eugenio Trovatti é o nome da escola do distrito de Bueno de Andrada no município de Araraquara. Esta traz o nome do patriarca da família Trovatti que sempre esteve presente na pacata vida do distrito de Bueno de Andrada. Estas pessoas viram no decorrer do tempo todas as transformações e produções agrícolas ocorridas no Horto e muitas histórias que foram vivenciadas neste local.

Quando ficaram sabendo da ocupação do Horto feita pelo Sindicato dos Empregados Rurais de Araraquara e que a Fundação ITESP estava cadastrando famílias para um processo seletivo para a distribuição da terra, eles se cadastraram.

Mas, apesar de terem comprovado a vida em meio às atividades agrícolas, não foram beneficiados no processo de seleção. A classificação tinha critérios, segundo o que nos foi informado, que o concorrente tinha que provar através de documentações, uma vida regressa no campo. A principal dessas provas foram as anotações em carteira de trabalho. Outro requisito era a força laboral, isto é, a quantidade de pessoas disponíveis para trabalhar na terra, não ser servidor público e nem manter atividades empresarias, mesmo a micro empresa.

Com o passar dos anos a família Trovatti comprou o direito de uso de um sítio, o sítio do Cabelinho e sua família, um trabalhador rural do município de Rincão. Depois foi o sítio do senhor João, morador do município de Américo Brasiliense e o último foi o sítio do Careca, morador do município de Jaboticabal.

No sítio da Maria Trovatti reside ela e o esposo, tem uma produção de frangos de granja, um barracão com capacidade de uns 30.000 frangos e gado leiteiro, não optando por nenhum cultivo de subsistência, estabelecendo sua fonte econômica nessas duas atividades. O seu irmão Ednei Trovatti por estar há mais tempo no assentamento, tem uma produção mais extensa. Primeiro, reside no sítio Ednei, sua esposa e três filhos ainda crianças. O que faz com que para a manutenção do sítio se utilize do apoio de mão de obra contratada. Desta maneira, a produção alcança os dois barracões para a criação de frangos de granja, o gado leiteiro tratado no cocho, a plantação de cana para a ração dos animais, uma horta de tamanho considerável para uma produção comercial. Além de manterem, o Ednei e seu irmão uma empresa de construção de telas e estruturas para construção de granjas.

As condições geológicas deste sítio são muito favoráveis à agricultura, pois a terra está banhada com o afloramento de águas superficiais formando pequenas minas. Nasce nesse sítio outra nascente do córrego Ribeirão do Rancho Queimado.



Foto 8 – Nascente no lote do Sr. Ednei Trovatti

A Maria, esposa do Sr. Pacheco, hoje é proprietária do sítio em que ela e seu marido compraram juntos. O seu Pacheco Trovatti faleceu recentemente, mas era um dos três irmãos da Família Trovatti. Atualmente, a viúva de seu Pacheco vive no sítio com sua filha, seu genro e seus três netos, tendo como principal atividade econômica a granja, pois tem dois grandes barracões com a capacidade para mais de 20.000 frangos, atividade que a família mantinha como principal fonte econômica muito tempo antes da formação do assentamento do Horto de Bueno. E atualmente faz questão de cultivar milho. O resto da área disponível do sítio é utilizado como pasto para o gado. Encontra-se também neste sítio uma vasta plantação de banana ao redor da granja com o propósito de refrigerar a granja e garantir o bem estar dos frangos, igual a outras granjas no assentamento. A produção de milho cultivada neste sítio não é feita em forma de parceria, nem optou essa família pela produção da cana.

Fora essa padronização das atividades agrícolas no assentamento, dois outros produtores se destacam nesse universo de pesquisa, são eles o senhor José Celindo e o senhor Valdomiro. O senhor José é do município de Araraquara, tinha um sítio arrendado pelos arredores do bairro Águas do Paiol, quando veio para o assentamento trouxe uma vasta experiência na pecuária produzindo leite e criando porcos. Com o sorteio do lote, de imediato começou a produção de leite e com os fomentos econômicos do governo federal construiu o que hoje é sua principal fonte de renda. Tem como produção, como já dito, o leite, a criação de porcos que são comercializados sempre em épocas festivas, uma plantação de café, cana para a ração do gado, mandioca, muitas galinhas caipiras e três tanques de água para a criação de peixes. Estes tanques foram construídos através de um desvio do córrego Ribeirão do Rancho Queimado que passa no fundo do seu sítio.

O senhor Valdomiro que trabalha com abelhas está inserido no ramo da apicultura, reside em seu sítio a esposa e filho. O senhor Valdomiro também tem feito história no assentamento, foi um grande opositor do senhor Isaias quando este representava os assentados do Horto de Bueno. Foi também um dos principais apoiadores da parceria com a cana. Mantém como atividade econômica não só a apicultura, tem uma criação de porcos tratados com restos de alimentos recolhidos em creches do município de Araraquara. O senhor Valdomiro costuma ir para Araraquara buscar o alimento dos porcos no mínimo três vezes por semana, e utiliza como transporte uma carroça. Também trabalha com a produção de hortas, visto que seu sítio banhado

com águas, talvez seja o lugar de maior fluxo de formação hídrica de todo assentamento.

Conclusões

Apesar de prevalecer o plantio de cana agroindustrial nos lotes, a agricultura desenvolvida no assentamento do Horto de Bueno está bem distribuída. Como principais atividades econômicas há o manejo do gado leiteiro, a produção de cana-de-açúcar, a criação de frangos de granja, o cultivo de hortas com estrutura para comercialização, a produção de milho que aumenta gradativamente, dentre outras. Os demais cultivos são mais voltados ao consumo familiar, dentre os quais predominam as criações de galinhas caipiras e de porcos, plantações de mandiocas, bananas, hortas e uma variedade de frutas encontradas com frequência no assentamento.

Se houve momentos favoráveis ao maior investimento na parceria da cana para o desenvolvimento dos assentados, esta experiência se mostrou incompatível com a realidade da agricultura familiar ali praticada e capaz de fragilizar outras opções e as relações internas entre os grupos de assentados (e mesmo as conjugais). Ficaram evidentes, a partir deste caso, os problemas que o plantio de cana traz primeiro pelo descaso da usina em relação aos assentados enquanto fornecedores, mas também porque o processo produtivo é extremamente prejudicial à saúde e a possíveis experiências agroecológicas. O mesmo foi observado com a parceria do frango, porém a cana deixou de fato muitos assentados endividados. Tais parcerias de integração têm significado uma total perda de autonomia dos assentados sobre os processos produtivos em seus lotes. Eles ficam à mercê das grandes agroindústrias, atrelados a um sistema de poderes e controles e vulneráveis a variações mercadológicas que terminam por tirá-los dos lotes.

Outros olhares poderiam acusar o fato de que a parceria impulsiona a produção, ou mesmo ressaltar a boa produtividade em alguns casos de assentados que prosperam com a cana, seja pela condição financeira, por poderem cuidar melhor do canavial ou por estarem em lotes com boa oferta de água. No entanto, o que se propõe como reflexão final é se o desenvolvimento dos assentados deve ser medido apenas pelo retorno financeiro de uma plantação. Os materiais aqui apresentados recolocam a necessidade de se pensar nos demais aspectos do modo de vida no assentamento que são tocados pelo plantio de cana agroindustrial. Aspectos que dizem respeito ao querer das pessoas e à qualidade de vida.

Neste sentido, a diversificação se mostra nas várias experiências retratadas ao longo do artigo. Exemplos de que a integração via parceria com as agroindústrias convive com estratégias variadas de diversificação agrícola, exigindo um olhar atento dos pesquisadores e, talvez, mudanças de rumos das rédeas das políticas dos gestores.

Referências

AMARAL, D.T.; FERRANTE, V.L.S.B. Assentamentos rurais e desenvolvimento local: produção comercial de cana em parcerias com a agroindústria. **Raízes**, Campina Grande, v.26, n.1 e 2, p.101-112, jan.-dez./2007.

CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Editora 34, 1997.

DUVAL, H.C. **Da Terra ao Prato**: um estudo das práticas de autoconsumo em um assentamento rural. Dissertação (Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural). UFSCar, Araras/SP, 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. (Org). **Reforma Agrária e Desenvolvimento**. Desafios e rumos da política de assentamentos rurais. Brasília: MDA, 2008.

_____. **Assentamentos Rurais e Desenvolvimento**: tensões, bloqueios e perspectivas (uma análise comparativa em duas regiões do Estado de São Paulo) Processo n. 306351/2003-0 - Solicitação de renovação de Bolsa/produtividade, 2007.

_____. Os parceiros da cana. Dilemas do desenvolvimento dos assentamentos rurais em São Paulo frente à produção agrícola para o etanol. 32º Encontro Anual da ANPOCS. GT 41: TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E PROJETOS POLÍTICOS EM CONCORRÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DO "RURAL". IN: **Anais...**, Caxambu/MG, 2008.

MACIEL, M.C. O individual e o coletivo nos assentamentos: entre o ideal e o real. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, n.12, p.217-244, 2009.

